

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO - FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LETÍCIA DE FARIA ÁVILA SANTOS

MIDIALIVRISMO E FEMINISMOS:

Análise da cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina

CAMPO GRANDE – MS
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO - FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LETÍCIA DE FARIA ÁVILA SANTOS

MIDIALIVRISMO E FEMINISMOS:

Análise da cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Mídia e Representação Social – Linha de Pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katarini Giroldo Miguel

CAMPO GRANDE – MS
2020

LETÍCIA DE FARIA ÁVILA SANTOS

**MIDIALIVRISMO E FEMINISMOS:
Análise da cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Campo Grande – MS, ___ de março de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____/ /
Professora Doutora Katarini Miguel Giroldo - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

_____/ /
Professora Doutora Rose Mara Pinheiro - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

_____/ /
Professora Doutora Daiane Bertasso Ribeiro - Universidade Federal de Santa Catarina

_____/ /
Professor Doutor Marcos Paulo da Silva - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(suplente)

Campo Grande - MS
2020

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a Deus e a Nossa Senhora, por terem me permitido alcançar mais um sonho, dando-me forças para seguir em frente todas as vezes que achei que não conseguiria. Aos meus pais Terezinha e Adauto e meu irmão Vítor, por mesmo à distância, terem me apoiado até aqui. Minha mãe, professora que é, não apenas fazendo a revisão do meu trabalho como também entendendo parte dos meus conflitos e sendo uma das pessoas que mais me inspirou a fazer este mestrado. Meu pai, em sua serenidade de sempre acreditar que as coisas podiam dar certo. E meu irmão, com seu ótimo senso de humor, me mandando imagens de motivação de Naruto.

Ao meu namorado João, certamente uma das pessoas que mais conhece este trabalho, por ter, de forma imersiva e amorosa, me apoiado em todos os momentos nessa jornada.

Um dos meus maiores motivos de agradecimento não apenas neste trabalho mas na vida, certamente são minhas amigas e meus amigos: Danielly, Mariana, Maria Fernanda, Nito, Layane, Juliane, Felipe, Rodrigo, Isadora, Júlia, Bárbara, Adriana, Marcele, Ludmilla, Denise, Armando, Ronei, Izabella, Letícia e Michel por serem as pessoas maravilhosas que são de cada canto do país e a Ju, “que ainda está no Canadá”.

As minhas colegas de mestrado, Tainá e Lynara, por terem me auxiliado neste processo com muita sororidade.

Ao professor Dr^o Marcos Paulo da Silva, por ter me mostrado com muita paciência, desde o começo da graduação, na iniciação científica e no trabalho de conclusão de curso, as singularidades de pesquisar jornalismo.

A minha querida orientadora Dr^a Katarini Giroldo Miguel. Não sei mensurar a gratidão que sinto por todas as orientações, conselhos, ajudas, broncas, risos, conversas, cafés, piadas. Você me inspira. Obrigada por ter sido mais que uma orientadora; uma amiga nesta jornada de pesquisa.

E agradeço por último, a mim mesma. Que não desisti, apesar de hoje perceber que os caminhos da pesquisa são mais árduos do que imaginei. Sou grata a mim, porque esta é a concretização do meu sonho. E assim tentarei sempre ser, pois, se não sou grata a mim, como poderia continuar?

*Porque eu, uma mestiza,
continuamente saio de uma cultura para outra,
porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo,
alma entre dos mundos, tres, cuatro,
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
Estoy norteadada por todas las voces que me hablan
simultáneamente (Gloria Anzaldúa, 2005).*

RESUMO

Nossa dissertação analisa o jornalismo com perspectiva de gênero da Revista AzMina e, neste sentido, investiga de que modo atendem às temáticas feministas e interseccionais do movimento feminista de quarta onda. Publicada desde 2015, a Revista AzMina desenvolve conteúdo sobre empoderamento feminino, direitos das mulheres, racismo, homofobia, machismo e violência de gênero em diversas editorias, como saúde, religião, política, esporte etc. Para entender o tipo de jornalismo produzido pela Revista, suas particularidades, construções noticiosas, campanhas, pautas e modelo de negócios, utilizamos uma combinação de procedimentos metodológicos. A partir do protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) de sete reportagens da seção “Especiais” da Revista AzMina e entrevista em profundidade com uma das idealizadoras do portal, em consonância com as/os autoras/es teóricas/os relacionados ao feminismo e midialivrisimo, concluímos uma prática midialivrista e potencializada pelas características de difusão, coletividade e pluralidade das redes. Sobretudo, identificamos a presença de um jornalismo interseccional ao priorizar narrativas e temáticas de mulheres de diferentes localidades sociais, como mães, mulheres negras, trans, lésbicas e periféricas.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Feminismo, Jornalismo com Perspectiva de Gênero, Midialivrisimo, Revista AzMina.

ABSTRACT

Our dissertation analyzes journalism with a gender perspective from Revista AzMina and, in that sense, investigates how to address the feminist themes and intersections of the fourth wave feminist movement. Published since 2015, an Revista AzMina develops content on women's empowerment, women's rights, racism, homophobia and gender violence in several publishers, such as health, religion, politics, sport etc. To understand the type of newspaper produced by the Revista, its particularities, remarkable constructions, campaigns, guidelines and business models, use a combination of methodological procedures. Based on the Journalistic Coverage Analysis (JCA) protocol of seven reports from the "Specials" section of the Revista AzMina and an in-depth interview with one of the portal's creators, in line with theoretical authors related to feminism and media, concludes a media-free practice and enhanced by the characteristics of diffusion, collectivity and plurality of networks. Above all, it identifies the presence of intersectional journalisms that prioritizes and themes of women from different social places, such as mothers, black women, trans, lesbians and peripheral women.

Keywords: Intersectionality, Feminism, Journalism with a Gender Perspective, Midialivrisim, Revista AzMina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da reportagem “Maternidade Lésbica” da Revista AzMina, de 13 de maio de 2018.....	109
Figura 2 - Ilustração da reportagem “Maternidade Lésbica” da Revista AzMina, de 13 de maio de 2018.....	111
Figura 3 - Foto na reportagem “Maternidade Lésbica” da Revista AzMina, de 13 de maio de 2018.....	112
Figura 4 - Capa da reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.....	114
Figura 5 - Vídeo na reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.....	116
Figura 6 - Foto da reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.....	117
Figura 7 - Áudio na reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.....	118
Figura 8 - Capa da reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores” da Revista AzMina, de 25 de junho de 2018.....	119
Figura 9 - Ilustração da reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores” da Revista AzMina, de 25 de junho de 2018.....	121
Figura 10 - Capa da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.....	124
Figura 11 - Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.....	126
Figura 12 - Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.....	126
Figura 13 - Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.....	127
Figura 14 - Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.....	128
Figura 15 - Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.....	129
Figura 16 - Capa da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.....	132

Figura 17 - Ilustração da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.....	134
Figura 18 - Ilustração da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.....	134
Figura 19 - Infográfico da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.....	135
Figura 20 - Lista da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.....	136
Figura 21 - Capa da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.....	139
Figura 22 - Tabela da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.....	141
Figura 23 - Vídeo da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.....	142
Figura 24 - Vídeo da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.....	142
Figura 25 - Infográfico da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.....	143
Figura 26 - Capa da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.....	146
Figura 27 - Vídeo da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.....	149
Figura 28 - Vídeo da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.....	149
Figura 29 - Vídeo da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.....	150
Figura 30 - Infográfico da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.....	151
Figura 31 - Infográfico da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DO SUFRÁGIO FEMINISTA À INTERNET: PLURALIDADES, ARTICULAÇÕES E INTERSECCIONALIDADES FEMINISTAS EM REDE.....	23
1.1 PERSPECTIVAS SOBRE NATURALIZAÇÃO DE GÊNERO/SEXO, PAPEIS SOCIAIS E OS MOVIMENTOS DO FEMINISMO.....	33
1.2 PÓS-FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE: NOVAS CONFIGURAÇÕES DOS FEMINISMOS.....	42
1.3 CIBERFEMINISMO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO PARA VISIBILIDADE DE LUTAS.....	53
2. NARRATIVAS MIDIALIVRISTAS: MOVIMENTOS SOCIAIS AO ATIVISMO (E JORNALISMO) FEMINISTA EM REDE.....	62
2.1 CIBERATIVISMO E MIDIALIVRISMO COMO MOBILIZAÇÃO EM REDE: RECONFIGURAÇÕES JORNALÍSTICAS NA INTERNET.....	72
2.2 PRODUÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO NATIVO DIGITAL: MODELOS DE NEGÓCIOS E RECONFIGURAÇÕES DO FAZER JORNALÍSTICO EM REDE.....	81
2.3 MIDIALIVRISMO E PRODUÇÃO DE JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: DAS MUDANÇAS DO JORNALISMO IMPRESSO ÀS CARACTERÍSTICAS DE HORIZONTALIDADE, PLURALIDADE E DIFUSÃO EM REDE.....	95
3. ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA (ACJ) DAS REPORTAGENS ESPECIAIS DA REVISTA AZMINA.....	105
3.1 REPORTAGEM ESPECIAL “MATERNIDADE LÉSBICA”.....	109
3.2 REPORTAGEM ESPECIAL “EU MORO NA LUTA”.....	114
3.3 REPORTAGEM ESPECIAL “LEI PODE OBRIGAR CRIANÇAS A CONVIVER COM ABUSADORES”.....	120
3.4REPORTAGEM ESPECIAL “RACISMO NA PASSARELA: COMO O PRECONCEITO SE EXPRESSA NA MODA?”.....	125
3.5 REPORTAGEM ESPECIAL “QUANDO A LOUCURA É FILHA DO MACHISMO”.....	133

3.6 REPORTAGEM ESPECIAL “ESTADO E RELIGIÃO: UMA RELAÇÃO TÃO ANTIGA QUANTO PROMÍSCUA”.....	140
3.7 REPORTAGEM ESPECIAL “LARANJAS PROFISSIONAIS? COM ZERO VOTOS EM ELEIÇÕES ANTERIORES, ELAS SÃO CANDIDATAS EM 2018”.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICES.....	167

INTRODUÇÃO

O campo comunicacional permeia interesses democráticos, lutas de poder e perpassa desigualdades. As redes inserem-se nas vidas cotidianas não como amostra, mas como espaços de disputas sociais (CASTELLS, 2013). Entendemo-nas como formas de conexões e interações sociais, como parte do fluxo vivo de conexões entre as pessoas, sendo a própria sociedade uma rede (UGARTE, 2008).

A internet popularizou-se nos anos 1990 com os movimentos de democratização da informação, iniciativas que buscavam acesso aos espaços, conteúdos e ferramentas tecnológicas (MALINI; ANTOUN, 2013). As redes virtuais proporcionaram um canal alternativo de comunicação com produções que não dependiam de organizações estatais ou privadas como mediadoras, atuando como resistência aos discursos hegemônicos (DOWNING, 2002). Os movimentos sociais articularam-se em rede por coletivos, portais, fóruns, grupos e páginas motivados em lutas locais, regionais, internacionais ou transnacionais para visibilizarem discursos mais plurais e democráticos (BENTES, 2015).

Com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), configura-se uma nova forma de mobilização em rede, utilizando diferentes linguagens como imagens, memes, vídeos, postagens, *hashtags* e *tweets* para a construção de narrativas coletivas, difusas e segmentadas (BENTES, 2015). Surge em uma perspectiva de horizontalidade, pela qual usuárias podem não apenas atuar como receptoras, mas também produtoras de conteúdo (RÜDIGER, 2011).

A variabilidade de veículos de comunicação é amplificada e encontra espaço nas redes, em uma lógica midiática que observamos como engajada, coletiva e mobilizadora. Presente tanto nas redes quanto nas ruas, necessita de investigação das pesquisas em comunicação: o midialivrismo como modelo de jornalismo independente voltado para a mobilização social (MALINI; ANTOUN, 2013).

A mídia enquanto movimento social enquadra-se no ideal do midialivrismo (MAZZARINO; MIGUEL, 2016), abarcando a internet como espaço de disputa e produção de conteúdos contra-hegemônicos sobre representatividade, feminismo, machismo, homofobia, relações de gênero, de poder e de direitos humanos. Nesse sentido, exploramos o feminismo como um dos eixos deste trabalho para investigarmos como o jornalismo com perspectiva de gênero desenvolve suas narrativas feministas, a partir de práticas ciberativistas e estratégias de comunicação em rede.

Pesquisamos os feminismos sob o conceito de “ondas feministas” para explicar as configurações e mutações do movimento, não para fins demarcatórios, mas entendidas pela organização e desorganização de lutas a partir de reivindicações e marchas, divididas historicamente em quatro ondas feministas¹. Em nosso trabalho, investigamos no decorrer das discussões mais enfaticamente os fatos e movimentos acontecidos no Brasil.

A primeira onda feminista tem lugar no final do século XIX e início do século XX e foi marcada pela luta do direito ao voto, tendo como público, majoritariamente, mulheres de classe social média e alta branca (PINTO, 2003). A segunda onda feminista, dos anos 1960 a 1980, foi pautada por tensionamentos sobre gênero, sexo e sexualidade; trazendo espaço para a terceira onda feminista, nos anos 1980, com autoras como Judith Butler que questionavam a naturalização do gênero e da heteronormatividade.

O movimento atual da quarta onda feminista encontra-se em uma pluralidade de vertentes, como o feminismo negro, radical, lésbico e também ecofeminismo, que utilizam as redes para potencializar discursos e desenvolver diálogos, apropriando-se das mobilizações e estratégias virtuais.

Produções com perspectiva de gênero passaram a utilizar a internet não apenas para trocar informações como também construir debates sobre desigualdades de gênero e pautas sobre corpo, saúde, moradia, sexualidade e direitos humanos (HOLLANDA; COSTA, 2018).

O objeto empírico desta pesquisa é a Revista AzMina, uma produção jornalística, situada no portal web² e também nas plataformas Youtube, Facebook, Twitter e Instagram, desde 2015, que caracteriza-se como “jornalismo e educação pela equidade; informação e educação feminista e independente”³.

Nossa justificativa surge pelo reconhecimento das reportagens da Revista AzMina enquanto um jornalismo com perspectiva de gênero, que atua no interesse de visibilizar temáticas sobre questões de gênero a partir das práticas jornalísticas. Ao observarmos o jornalismo produzido pela Revista, tivemos o intuito de entendê-lo a partir de suas particularidades, construções noticiosas, motivações, pautas e modelo de negócios.

A Revista vem ao encontro da proposta midialivrista e feminista como “instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que

1Relativizamos o próprio termo “ondas feministas” por compreendermos que este não é aceito por muitas pesquisadoras dos estudos de gênero, relacionado a uma perspectiva de reivindicações e levantes sociais eurocêntrica, que invisibilizou diversas categorias identitárias de mulheres, como mulheres negras.

2 Disponível em: <<http://azmina.com.br/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

3 Disponível em: <<http://azmina.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 12 ago. 2019.

atingem mulheres brasileiras, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual”⁴. A equipe é dividida em nove profissionais regulares - diretoras, redatoras e repórteres - seis colunistas e outras voluntárias, formada por mulheres profissionais de diferentes áreas, como jornalistas, publicitárias, advogadas etc.

Com produções jornalísticas realizadas com campanhas de financiamento coletivo, *crowdfunding*, colaborações e arrecadações, a Revista AzMina entra na corrente midialivrista ao estabelecer um modelo de negócios colaborativo e também participativo, já que, a partir do “Conselho Editorial de Leitor@s”, o público pode enviar sugestões de pautas e participar das reuniões para elencar temáticas importantes nas construções jornalísticas.

Ainda, coloca-se em oposição ao jornalismo convencional mostrando-se engajada, com produções aprofundadas relacionadas a gênero, sexualidade e empoderamento feminino. Tais reconfigurações do fazer jornalístico refletem não apenas na construção das notícias como também no próprio processo de consumo da informação, revigorando-se na utilização de campanhas, debates e mobilizações virtuais desenvolvidas pelo portal.

A junção de campanhas à prática de conteúdo é atuação recorrente na Revista AzMina para discutir empoderamento, autoestima e violência contra a mulher. Um dos exemplos explorados na dissertação é a campanha #CarnavalSemAssedio, desenvolvida em 2018 com apoio do Ministério Público de São Paulo, um guia para esclarecer o assédio sexual nos espaços públicos, incentivando o tema e o debate nas redes.

Neste sentido e como parte da justificativa de nosso objeto empírico, reconhecemos que as pautas da Revista AzMina fogem dos modelos tradicionais de jornalismo segmentado e das revistas especializadas femininas, apresentando discussões sobre gênero fora da ordem vigente como casamento em comunidades ciganas, saúde sexual da mulher lésbica, o papel da religião na violência doméstica, mães que tiveram filhos mortos pela polícia, debates sobre prostituição, mulheres com deficiência e outros.

Verificamos, ainda, outros trabalhos acadêmicos relacionados a ciberfeminismo e jornalismo com perspectiva de gênero, como Costa (2018), que analisa a construção da perspectiva de gênero no jornalismo), Lemos (2009), que pesquisa ciberfeminismo e as novas construções do discurso feminista), Souza (2015), que investiga o ciberfeminismo do portal Think Olga na Campanha Chega de Fiu-fiu) e Santos (2019), que pesquisa sobre o jornalismo e a produção de conhecimento no movimento feminista, com a análise dos portais Think Olga e Revista AzMina, este último com

4 Disponível em: <<http://azmina.com.br/quem-somos/>>/ Acesso em: 12 ago. 2019.

o mesmo objeto empírico, porém não tivemos oportunidade de inseri-lo nesta dissertação por se tratar de pesquisa recente.

Diante deste cenário, nossa proposta foi investigar a produção da Revista AzMina para responder à pergunta de pesquisa: “de que modo atendem as temáticas feministas e interseccionais do movimento feminista de quarta onda?”.

Para responder estas questões, desenvolvemos três capítulos, sendo dois teóricos e um empírico, com a análise das práticas do jornalismo com perspectiva de gênero da Revista AzMina. No Capítulo I, “Do sufrágio feminista à internet: pluralidades, articulações e interseccionalidades feministas em rede”, apresentamos uma discussão sobre a cronologia histórica do feminismo, contextualizando as ondas feministas e suas atuações até os dias de hoje, com foco no conteúdo com perspectiva de gênero nas redes.

Situamos jornalismo com perspectiva de gênero como aquele que pauta desigualdades de poder vinculadas aos papéis de gênero, permeado na transversalidade e como uma própria ótica de cobertura de jornalismo. Consideramos as produções do livro “*Sin nosotras se les acaba la fiesta!*”, de 16 autoras que debatem gênero na América Latina. Como conceituação do jornalismo com perspectiva de gênero, Rincón (2009) descreve-o na obra como uma filosofia, “uma opção política para revelar a posição de desigualdade e subordinação das mulheres em relação aos homens” (RÍNCON, 2009, p. 7, tradução nossa).

Ressaltamos nossas escolhas metodológicas a partir de autoras como Piscitelli (2009), Pelucio (2012), Beauvoir (1970), Butler (2003), Haraway (2000), Hollanda, Bogado e Costa (2018) e Ribeiro (2017) para discutirmos feminismo em uma perspectiva decolonial e interseccional, como parte de nossa pesquisa e observadas em todo o material levantado e nas reflexões desenvolvidas.

Anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes (PELUCIO, 2012, p. 399).

A interseccionalidade desenvolve-se como corrente metodológica relacionada à quarta onda do movimento feminista, buscando retirar os padrões universalistas das produções de discurso e trazendo perspectivas que respeitem as localidades sociais dos indivíduos. O objetivo é entender as variadas formas de opressão, que não se hierarquizam enquanto subordinações mas relacionam-se nos intercruzamentos de raça, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade (PISCITELLI, 2009).

Entendendo que a construção de saberes e da própria ciência é influenciada pelo lugar de fala; produzir conhecimento a partir de uma perspectiva subalterna, ou seja, de todo lugar que foi considerado invisibilizado socialmente, é querer partilhar e construir sua própria voz.

A perspectiva decolonial parte do uso de epistemologias e autores que buscam romper com o conhecimento geocentrado, buscando emancipação sobre o diálogo político, econômico e cultural dos povos de saberes deslegitimados. O conceito de decolonialidade surge na iniciativa de produzir conhecimento de países considerados periféricos, incentivado pelas teorias pós-coloniais, e na crítica de uma modernidade eurocentrada sempre no olhar do colonizador, com as consequências na construção da identidade do pós-independência (ROSEVICS, 2014).

A subalternidade enquanto localidade social não significa a exclusão da possibilidade de produção de conhecimento, senão perceber que esses saberes vêm de vozes que muitas vezes são invisibilizadas, mas, nem por isso, são inexistentes. Como afirma Pelucio (2012, p.399), falar de saberes subalternos é perceber outras gramáticas e epistemologias, “outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas”. Neste sentido, ao menos neste capítulo buscamos utilizar a epistemologia feminista e decolonial para as reflexões acerca dos feminismos e das produções jornalísticas com perspectiva de gênero.

No Capítulo II, “Narrativas midialivristas: movimentos sociais ao ativismo (e jornalismo) feminista em rede”, investigamos as articulações do jornalismo como mobilização social a partir das redes e do midialivrismo enquanto produção contra-hegemônica.

Mediante autores como Castells (2013), Malini e Antoun (2013), Ugarte (2008), Hollanda, Bogado e Costa (2018), Teles e Leite (2013), Costa (2018) e Bentes (2015), desenvolvemos uma reflexão sobre a importância dos movimentos sociais e dos ciberativismos para as mudanças no fazer jornalístico nas redes, e por fim, as reflexões dessas reconfigurações nas produções midialivristas e jornalísticas com perspectiva de gênero nas redes.

No Capítulo III, “Análise da Cobertura Jornalística (ACJ) das Reportagens Especiais da Revista AzMina”, desenvolvemos uma análise sobre a produção jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina. Utilizando o protocolo da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) nas sete reportagens da seção “Especiais”, identificamos as marcas de apuração e as características do jornalismo com perspectiva de gênero da Revista AzMina. O objetivo foi investigar tanto seus processos produtivos quanto o próprio modelo de negócios, e ainda, interpretando tais

características em consonância com as autoras e autores que conceituam a produção feminista e midialivrista. Explicamos na sequência.

Procedimentos metodológicos para análise da Revista AzMina

A partir de observações sistemáticas e pesquisas exploratórias anteriores, desenvolvidas no âmbito do mestrado⁵⁶, verificamos a produção regular de conteúdo especificamente jornalístico pela Revista AzMina na seção “Especiais”, que parte do jornalismo interpretativo e de profundidade para desenvolver pautas com perspectiva de gênero. Os conteúdos jornalísticos trazem uma extensa apuração e pesquisa jornalísticas, além de relatos e narrativas de personagens sobre as variadas temáticas desenvolvidas pela Revista.

Selecionamos, como recorte desta dissertação, as reportagens da seção “Especiais”, tendo como recorte todo o ano de 2018 pela possibilidade de acompanhamento *in loco* da produção, maior facilidade de coleta de material, além de considerarmos como um ano emblemático pelo período eleitoral, marcado por uma campanha política altamente polarizada e com forte presença do movimento político feminino em protestos e reivindicações, representado na marcha #EleNão⁷, que alcançou ruas das principais capitais e outras cidades do país.

Desenvolvemos um levantamento quantitativo no ano de 2018 dos Especiais da Revista AzMina, resultando em sete reportagens inseridas na tabela abaixo:

⁵Capítulo “Transformações do jornalismo e relações de gênero: análise do ciberfeminismo midialivrista dos portais AzMina e Think Olga,” do livro “Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo” desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1m4icSBgkmvwTlklgpOPS0Mkt4gRx0bx8/view>> Acesso em: 17 ago. 2019.

⁶Artigo “Ciberfeminismo, midialivrisimo e jornalismo no Portal AzMina”, apresentado no Intercom Centro-Oeste 2018, disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0100-1.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2019.

⁷ Eleição marcada pelo movimento #EleNão, em repúdio ao candidato presidencial Jair Bolsonaro (PSL), que tornou o maior movimento político de mulheres da história do Brasil e também uma das maiores movimentações contrárias a um candidato. Mais informações disponíveis em: ROSSI, Amanda, CARNEIRO, Julia Dias, GRAGNANI, Juliana. “#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”. BBC. 30 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>> Acesso em: 08 set. 2019.

	Matéria 1	Matéria 2	Matéria 3	Matéria 4	Matéria 5	Matéria 6	Matéria 7
Data	13 mai. 2018	26 mai. 2018	25 jun. 2018	16 jul. 2018	21 ago. 2018	10 set. 2018	20 set. 2018
Título	Maternidade Lésbica ⁸	Eu moro na luta ⁹	Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores ¹⁰	Racismo na passarela: Como o preconceito se expressa na moda? ¹¹	Quando a Loucura é filha do machismo ¹²	Estado e religião: Uma relação tão antiga quanto promíscua ¹³	Laranjas profissionais ? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018 ¹⁴
Subtítulo	Os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia. Os caminhos para ser mãe sendo uma mulher lésbica.	Quem são as mulheres que lutam por moradia no Brasil	Legislação que tipificou a alienação parental usa teoria controversa como base e pode deixar ainda mais vulneráveis vítimas de abuso sexual	Mulheres negras já estampam capas de revista e passarelas bombadas, mas nossa série de mini documentários mostra que isso ainda está longe de resolver o problema	Da histeria na antiguidade, passando pelas bruxas e as vítimas de eletrochoque, e chegando às esposas indesejadas internadas por maridos nos dias de hoje. Será que o corpo feminino é mesmo propenso às doenças mentais?	No papel, o Brasil pode até ser um Estado laico, mas, na prática, as coisas são bem diferentes. Dos palanques eleitorais às contas públicas, a presença de certas fés nas decisões políticas do país é grande e vem de longa data	Fomos atrás das 37 suspeitas de entrar nas eleições só para cumprir a lei. Uma delas nem sabia que era candidata.
Autoria	Tamy Rodrigues Carolina Oms Ana Matsusaki	Mariana Moreira Yzadora Monteiro Carolina Oms	Clara Fagundes Carolina Oms Carolina Vicentin Larissa Ribeiro	Nana Queiroz Juliana Luna Coletivo Amapoa	Fabiene Guimarães Nana Queiroz Larissa Ribeiro	Carolina Vicentin Helena Bertho Larissa Ribeiro	Helena Bertho Carolina Oms Larissa Ribeiro The Intercept Brasil

8 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/maternidade-lesbica/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

9 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/eu-moro-na-luta/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

10 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/alienacao-parental/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

11 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/racismo-na-passerela-como-o-preconceito-se-expressa-na-moda/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

12 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

13 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/estado-e-religiao-uma-relacao-tao-antiga-quanto-promiscua>> Acesso em: 17 ago. 2019.

14 Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-anteriores-elas-sao-candidatas-em-2018/>> Acesso em: 17 ago. 2019.

Utilizamos o procedimento metodológico da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) para investigar a produção jornalística em seus processos noticiosos, já que estes não desaparecem e, inclusive, manifestam-se no produto, e podem ser encontrados em menor ou maior escala (SILVA; MAIA, 2011). Segundo as autoras, desenvolvem-se a partir de suas dimensões e níveis analíticos:

Dimensões	Níveis analíticos
1) Normativa	4) Marcas da apuração
2) Técnico-procedimental e metodológico	5) Marcas da composição do produto
3) Organizacional	6) Aspectos da caracterização contextual interno/externo

Por tratar-se de um procedimento recente, altamente flexível e correlacionado a outras metodologias, encontramos poucos trabalhos intrínsecos à Análise de Cobertura Jornalística e uma pesquisa de dissertação de mestrado (MEDEIROS, 2018), que adaptou o protocolo para ser utilizado na pesquisa sobre redes sociais. Modificamos os protocolos da ACJ (por ser direcionada para conteúdos impressos jornalísticos), construindo novos marcadores nos níveis de análise propostos pelas autoras para atingirmos os objetivos necessários.

Para categorizar as reportagens especiais, optamos por desenvolver a análise em dois eixos principais, referentes aos níveis analíticos: 1) marcas de apuração e composição do produto e 2) aspectos de caracterização contextual interno/externo. Neste sentido, utilizamos a metodologia a partir de uma leitura mais fluída do material, que não exige categorias tão rígidas e divididas de análise, mas sim interpretações que deem conta das singularidades dos processos de produção das reportagens.

A Análise de Cobertura Jornalística situa-se em três dimensões (GUERRA, 2000 *apud* SILVA, MAIA, 2011): 1) normativa 2) técnico-procedimental e metodológico e 3) organizacional. Na dimensão normativa, verificamos determinações legais e éticas da profissão, como em uma perspectiva mais ampla, se citam legislações específicas, se respeitam a especificidades de linguagem dos grupos subalternos. Na dimensão técnico-procedimental e metodológico, em consonância com as marcas de apuração e composição do produto, caracterizamos as fontes de informação escolhidas e investigamos como elas indicam (ou não) perspectivas feministas, e como essas opções refletem na composição do produto. Na última dimensão, organizacional, investigamos as rotinas jornalísticas e o modelo de negócios da Revista AzMina a partir das informações disponíveis.

O protocolo da ACJ foi utilizado em dois níveis analíticos, mais propriamente exteriorizados nos conteúdos da Revista: 1) marcas de apuração e composição do produto e 2) aspectos da caracterização contextual. No primeiro nível analítico, analisamos as marcas de apuração e composição do produto, identificamos os sujeitos do processo da construção noticiosa, assinatura, local da apuração, origem da informação, sendo uma fonte cidadã, fonte especialista, institucional, assessoria de imprensa ou fontes de poder público. Identificamos também os recursos multimidiáticos, como vídeos, ilustrações, imagens, hiperlinks, infográficos e áudios presentes nas reportagens.

No segundo nível analítico, analisamos os aspectos da caracterização contextual em dois sentidos: o contexto interno, a partir das caracterizações visuais, temáticas e organizacionais da reportagem e o contexto externo, explorando o acontecimento em sua conjuntura sócio-histórica-cultural e em diálogo com as discussões teóricas das ondas feministas e da interseccionalidade.

Utilizando a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), entendemos as particularidades da própria produção do acontecimento jornalístico a partir das estratégias e técnicas deste processo, já que o protocolo “ajuda a pensar, a identificar e a tipificar as especificidades da atividade jornalística, mapeando tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações” (SILVA; MAIA, 2011, p. 26).

Como parte a análise e com o objetivo de aperfeiçoar a dimensão organizacional, realizamos uma entrevista em profundidade com a diretora de Redação da Revista AzMina Helena Bertho¹⁵. O propósito foi obter mais informações sobre os processos produtivos, organização de pautas e o modelo de negócios da Revista. A entrevista segue na íntegra no Apêndice 1 deste trabalho.

Utilizando o formato de entrevista semiaberta, desenvolvemos um roteiro flexível de perguntas, possibilitando tanto à entrevistadora quanto à entrevistada, a capacidade de ampliar questões desenvolvidas no decorrer da prática qualitativa (DUARTE, 2011).

A entrevista como parte metodológica localiza-se como técnica qualitativa “que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE, 2011, p. 62). Como ponderam Silva e Maia (2011, p. 32), a junção da entrevista com o protocolo de análise permite “confrontar o que os jornalistas dizem a respeito do que fazem com o que se mostra visível na publicação”.

¹⁵A entrevista foi gravada presencialmente em outubro de 2019, em Campo Grande, durante a Semana de Jornalismo do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A partir da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) e da entrevista em profundidade com uma das idealizadoras da Revista AzMina, analisamos a produção jornalística com perspectiva de gênero da Revista. Nossos resultados apontaram que atendem as temáticas feministas e interseccionais do movimento feminista de quarta onda. Verificamos a caracterização de reportagem multimídia, grande número de fontes e com uma pluralidade identitária, apresentando mulheres negras, mães, lésbicas, trans e periféricas. O conteúdo jornalístico apresenta recursos do jornalismo interpretativo com as técnicas de apuração e pesquisa do jornalismo de profundidade. As temáticas apresentam questões interseccionais ao retratarem temas que fogem da cobertura do jornalismo convencional, como maternidade lésbica, mulheres em situação de rua e como as opressões de gênero podem influenciar a saúde mental das mulheres.

Também verificamos, com a utilização da Análise de Cobertura Jornalística e da entrevista em profundidade, questões organizacionais sobre a produção jornalística, referentes à equipe, elaboração das pautas, realização das matérias, modelos de negócios e perspectivas midialivristas de posicionamento, motivação etc.

Os resultados apontaram que a Revista disponibiliza todo o conteúdo gratuito no portal, tendo como modelo de negócios práticas como financiamento coletivo, editais, parcerias e assinaturas. Utiliza o Conselho Editorial de [Leitor@s](#) como política de participação das leitoras para enviar sugestões de pautas, apesar de que também recebem considerações por e-mails e outras formas de contato. A equipe é composta apenas por mulheres, sendo jornalistas ou profissionais de outras áreas, e além disso, desenvolvem o programa de Bolsas de Reportagem, que financia, de 5 a 6 mil reais, reportagens de jornalismo investigativo com perspectiva de gênero como as analisadas nesta pesquisa.

Em geral, identificamos a produção jornalística da Revista AzMina, suas temáticas, técnicas jornalísticas, recursos, questões organizacionais da equipe e outras reflexões sobre as práticas midialivristas da Revista. Esperamos contribuir, com este trabalho, para futuras pesquisas e para melhorar nossas interpretações e resultados sobre a cobertura jornalística com perspectiva de gênero.

1 – DO SUFRÁGIO FEMINISTA À INTERNET: PLURALIDADES, ARTICULAÇÕES E INTERSECCIONALIDADES FEMINISTAS EM REDE

Para entender o feminismo enquanto movimento social precisamos ressaltar que nossa dissertação parte do pressuposto de que não é possível traçar uma história linear, sem visualizá-la movida em lutas, reivindicações, uniões, divisões ou, ainda, desenvolvida em uma linearidade engessada. A história do feminismo é, sobretudo, feita de feminismos; feita de mulheres que decidiram atuar - nas diferenças - para alcançar igualdade social, inserir-se em espaços de poder e, em suma, serem respeitadas enquanto gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade e religião.

Por conseguinte, pesquisaremos o feminismo à luz de reflexões teóricas que possam ajudar a compreender o universo das práticas feministas atuais, perpassadas pelas redes, difusas, coletivas e pluralizadas, tendo como recorte e objeto de pesquisa a Revista AzMina, fruto de construção jornalística com perspectiva em gênero e que desenvolve reportagens, campanhas e outros tipos de mobilizações com temáticas como violência contra a mulher, empoderamento feminino, sexualidade, corpo, auto-estima e desigualdade de gênero.

Feminismos deve ser percebido sempre no plural. O movimento é construído por extenuantes momentos históricos, acompanhando as demais percepções humanas e mudanças sociais. Em decorrência disso, nomeou-se o termo “ondas feministas”, o qual utilizaremos ao longo desta dissertação, não para fins demarcatórios, mas pela necessidade de entender a nomenclatura como característica de mutações e reconfigurações, movimentos que se organizam e desorganizam alicerçados em necessidades sociais ao longo dos tempos.

Compreendemos que o conceito “ondas feministas” surgiu relacionado à invisibilidade identitária de várias mulheres neste processo histórico, como mulheres pobres e mulheres negras, principalmente destacado no eurocentrismo das primeira e segunda onda feministas (AKOTIRENE, 2018).

Desde o início das lutas pelos direitos civis – a exemplo do que marcou a Revolução Francesa no século XVIII - é possível identificar a presença de mulheres na reivindicação de cidadania, buscando mais espaços sociais, pois a elas só era dado ocupar a casa enquanto instituição social (PINTO, 2003). A primeira onda feminista reuniu suas efervescências na luta pelos direitos políticos no final do século XIX ao início do século XX, com o direito ao voto e a participação política feminina.

O agrupamento feminino a favor do voto tinha em seu fluxo, principalmente, mulheres brancas de classe média e alta, que tinham acesso à leitura de folhetins e jornais alternativos feministas. O questionamento dentro do movimento, objetivado pela reivindicação dos direitos iguais, era sobre as desigualdades sociais legalizadas entre homens e mulheres pela diferenciação sexual. “Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela, e como ela se mantém?” (PISCITELLI, 2009, p. 127).

Apesar da legitimidade da inserção ao espaço público e cidadão, a primeira onda do movimento feminista ficou conhecida por propor pautas generalizadas que não situavam a complexidade das opressões femininas e da relação de subalternidade da mulher em relação ao homem (BITTENCOURT, 2015).

No Brasil, em meados de 1920, houve um período marcado por manifestações e ações públicas, incluindo passeatas de mulheres pela cidade, em uma sociedade na qual a mulher mal tinha o direito de sair em público sozinha por ser considerada objeto de propriedade, seja do pai, seja do marido. Como define Célia Regina Pinto, em “Uma história do feminismo no Brasil” (2003), o movimento desenvolveu-se em três vertentes diferentes, atuando simultaneamente: 1) institucionalizada, 2) difusa e 3) anárquica.

A primeira delas, do feminismo mais organizado e institucionalizado, tinha como uma de suas lideranças Bertha Lutz, importante feminista na história brasileira. Bertha liderou a Federação Brasileira Para o Progresso Feminino, uma das mais influentes organizações do período em defesa ao voto feminino¹⁶. Apesar de defender os direitos políticos das mulheres, o movimento feminista institucional não definia a exclusão da mulher, relacionada à superioridade dada ao homem, e, portanto, desenvolvia pouco os tensionamentos sobre as relações de poder existentes.

A segunda vertente, conhecida por um feminismo mais difuso, era liderada, sobretudo, por um grupo de mulheres vistas como cultas; jornalistas, professoras e escritoras que vislumbravam nas manifestações textuais, como folhetins e jornais, possibilidade de diálogo e provocação de temas como divórcio e sexualidade. Estas atuações literárias jornalísticas foram o primórdio da imprensa alternativa feminista; pequenos jornais, muitas vezes artesanais, que desenvolviam diversos produtos, sejam jornais opinativos e políticos ou revistas femininas sobre moda, educação

16 O voto feminino no Brasil foi alcançado em 1934, na Constituição do mesmo ano que promulgou os direitos políticos às mulheres e também aos negros. Nos Estados Unidos, o voto foi conquistado em 1919, mediante Emenda Dezenove na Constituição; e na Inglaterra em 1918, decisão do parlamento popular. Porém, é preciso ressaltar que no Brasil, apenas pessoas alfabetizadas poderiam votar, o que, segundo Costa (2018), contrariava a situação social da época de mulheres, negros e indígenas que, em maioria, não possuíam alfabetização. O direito ao voto aos iletrados foi conquistado apenas em 1985 por Emenda Constitucional e mantido na Constituição de 1988.

e família. Em contrapartida, mais da metade da população vivia no campo, e sua maioria, principalmente mulheres, era analfabeta (PINTO, 2003).

A terceira vertente, com ligações anarquistas e comunistas, era formada por trabalhadoras e intelectuais que enfatizavam a luta laboral da mulher, envolvendo questões como exploração das cargas de trabalho assim como os baixos salários. A causa trabalhista teve ânimo nas grandes greves operárias do país e também motivada pelos jornais anarquistas, porém, essas iniciativas tinham dificuldade em operar a opressão da mulher como um problema diferente da dominação de classe.

Em contrapartida, o movimento em sua perspectiva revolucionária, junto aos levantes anarquistas, comunistas e da classe operária, contava com a participação mais expressiva de feministas que enxergavam nas relações de poder, a precarização da condição da mulher em detrimento ao homem. A problematização de gênero era, pois, percebida como um dos aspectos estruturantes da desigualdade social e na divisão de trabalho.

A luta feminista no início do século XX, deste modo, desenvolvida na primeira onda feminista, foi um dos começos, marcado na história, da luta pelos direitos das mulheres. A ciência social começou a avançar nas pesquisas sobre as diferenciações sexuais na sociedade e suas características não relacionavam à natureza, mas à construção social do ser humano (PISCITELLI, 2009). Sobre a conceituação dos papéis sociais, entre a primeira e a segunda onda do movimento feminista, estes estudos foram desenvolvidos a fim de desconstruir a relação de poder entre os sexos.

De acordo com Piscitelli (2009), os significados dados para as características entre masculinidade e feminilidade não apenas demarcam territórios sociais, como o espaço doméstico e o cuidado dos filhos à mulher e o ambiente de trabalho e a autonomia ao homem, como também carregam valores imagéticos profundos – tudo que remete a mulher como sentimental, incapaz, passiva e tudo que remete ao homem como forte, viril, independente, dinâmico e ativo. A visão da mulher enquanto “frágil” é repassada à mulher branca, enquanto à mulher negra e indígena são vistas como fortes, guerreiras e que “tudo aguentam”. Esta construção de identidade reflete inclusive na desigualdade do acesso à saúde da mulher negra, tendo como exemplo a violência obstétrica nos serviços de atendimento ginecológico (OLIVEIRA, 2018). Davis (2016) explica que essas diferenciações sociais refletem da construção da ideologia da feminilidade do século XIX:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, este vocabulário não se fazia presente (DAVIS, 2016, p. 24-25).

A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p. 17).

Um dos primeiros estudos sobre os ideais culturalmente construídos, foi desenvolvido na década de 1930, pela antropóloga estadunidense Margaret Mead, que pesquisou as relações humanas em três culturas tribais da Nova Guiné, no livro “Sexo e Temperamento” em três sociedades consideradas “primitivas” por ter como característica seu isolamento social. O objetivo do trabalho era perceber como as diferenças sexuais importavam e relacionavam-se nas atitudes, ritos e práticas dos agrupamentos. O projeto, fruto de um trabalho imersivo antropológico, rendeu os seguintes resultados descritos por Piscitelli (2009, p. 129):

Entre os povos estudados por Mead, os montanhese Arapesh, agricultores e criadores de porcos, seriam (homens e mulheres) maternais, cooperativos, sociáveis, pouco individualistas e orientados para as necessidades da geração seguinte. Em síntese, um povo inteiro com características que seriam consideradas “femininas” aos olhos da cultura estadunidense da época. Os ferozes caçadores de cabeça Mundugumor, agricultores e pescadores, constituiriam o extremo oposto. Nos termos da autora, desprezando o sexo como base para o estabelecimento de diferenças de personalidade, teriam padronizado o comportamento de homens e mulheres como ‘ativamente masculino, viril, e sem quaisquer das características edulcoradas que estamos acostumados a considerar indiscutivelmente femininas”. Esse povo seria integrado por indivíduos implacáveis e agressivos. Homens e mulheres se aproximariam de um tipo de personalidade que, na cultura estadunidense, só se encontraria em homens indisciplinados e extremamente violentos. Nesses dois exemplos, Arapesh e Mundugumor, nota-se que há poucas diferenças entre homens e mulheres, que tinham comportamentos parecidos. No terceiro povo, os Tchambuli, pescadores lacustres e amantes das artes, haveria uma inversão de atitudes sexuais da cultura estadunidense: a mulher seria o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente.

O projeto sociológico de Mead foi fundamental para exemplificar como os temperamentos e condições ditas como inatas entre homens e mulheres eram variáveis e imersiva referentes aos valores culturais de cada civilização. As mulheres não eram mais dóceis devido ao instinto maternal com a possibilidade de gerar uma criança, em contrapartida também não eram os homens mais dominadores e agressivos simplesmente como resultado do sexo biológico. De acordo com Piscitelli (2009), no entendimento da construção cultural do gênero, as variações de temperamentos e até as divisões de trabalho em algumas culturas - como apresentou-se conclusivamente no estudo de Mead

em Nova Guiné - consideram que não há base sexual a essas diferenciações, senão uma construção de normas sociais do que é feminino e do que é masculino, correspondendo a diferentes expectativas sociais.

Em 1949, em meados da segunda onda feminista, Simone Beauvoir publicou “O Segundo Sexo” e trouxe pesquisas revolucionárias para a época, construindo reflexões, críticas e diferenciações sobre sexo e gênero. Se até então grupos feministas articulavam-se principalmente para alcançarem direitos dentro das leis e da cidadania, Beauvoir expôs que, para lutar contra as condições de inferiorização da mulher, era preciso enfrentar as construções sociais que reiteravam essas subalternidades.

“Ninguém nasce mulher, torna-se”; a célebre citação de Beauvoir refere-se à construção social da categoria mulher, por via da diferença entre sexo, simplesmente biológico, e gênero, desenvolvido socialmente mediante comportamentos e padrões.

“Quando distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são ‘naturalizadas’” (PISCITELLI, 2009, p.119). O gênero, em síntese, está intrinsecamente relacionado às condições naturalizadas dos homens e das mulheres nas construções sociais¹⁷, ditados dentro da cultura e das relações humanas.

Beauvoir traz na dominação masculina a centralidade da construção da subordinação da mulher, em toda a compreensão da história e da cultura na imagem e na reiteração da figura mulher. Emprega o conceito de *O Outro*, no qual a mulher determina-se socialmente a partir do homem, não simplesmente em oposição como também em subalternização – o homem o essencial e a mulher o inessencial (BEAUVOIR, 1970). A mulher, definida como *O Outro*, só desenvolveria significado e condição de indivíduo baseada em sua interação com o homem.

Expressão de diálogo com Jacques Lacan, a categoria do *Outro* é uma perspectiva social para explicar que o ser humano constitui-se, em sua própria imagem, mediante a identificação e diferenciação do outro. Como Beauvoir exemplifica, os judeus são “os outros” para os anti-semitas, os indígenas para os colonos, os negros para os racistas norte-americanos – categorias de dualidade encontradas na história humana desde os tempos primórdios; construção social não apenas para diferenciar-me, como também para encontrar-me diante dos meus. “O sujeito só se põe se opondo;

17A construção social de gênero pode ser entendida a partir das reflexões de como homens e mulheres tem, termo utilizado por Butler (1970), papéis sociais definidos de forma distinta, socializados com características opostas em noções de feminilidade e masculinidade; que não são refletidas necessariamente por suas condições biológicas e sim desenvolvidas nos traços culturais da organização social.

ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 1970, p.12).

Beauvoir questiona a visão de alteridade e soberania sobre a categoria do *Outro* em relação à mulher e porque não existe o enfrentamento dessa concepção de homem como essencial. Por que, então, diferente do enfrentamento negro e operário, as mulheres não consideram os homens como “outros” e reivindicam a condição de essencialidade? Beauvoir ressalta a característica da falta de pertencimento social como uma das variáveis instigadas – pois, diferente de outras localidades sociais, a mulher nunca identifica-se em coletivo, o “nós” enquanto mulher – se não dispersas e vivendo em relações entre os homens, enquanto filhas, esposas e mães. Enquanto “burguesas, são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas” (BEAUVOIR, 1970, p.13).

A crítica para a época e para o movimento feminista (ainda direcionado às mulheres brancas e de elite) era a de que, apesar da luta dos direitos das mulheres ter avançado nas esferas políticas, as condições dos dois sexos nunca constituíram-se igualitárias – e mesmo tendo em vista essas vitórias, os padrões sociais existentes impediriam a mulher de obter a conquista desses direitos. Com salários maiores, cargos mais altos, autonomias diárias, ocupando espaços na indústria, política e em todas as esferas importantes – o padrão de vida do homem sempre foi superior ao da mulher.

Negar a condição de *Outro* e tentar o enfrentamento objetivando essa igualdade seria desfazer a aliança com o homem e perder as vantagens que essa relação poderia oferecer, como a própria instituição casamento como condição de vida para a mulher no contexto escrito. A própria circunstância de inferioridade da mulher foi mantida por meio do argumento da diferença, utilizando-se das ciências da psicologia, biologia, religião e teologia para reforçá-las como instáveis, emocionais, frágeis e fracas.

Beauvoir foi considerada à frente de seu tempo por comparar, por exemplo, a situação de opressão das mulheres com o racismo contra os negros, consolidando o conceito da diferença como manobra de exclusão social:

Quando muito, consentia-se em conceder ao *outro* sexo "a igualdade dentro da diferença". Essa fórmula, que fez fortuna, é muito significativa: é exatamente a que utilizam em relação aos negros dos E.U.A. as leis Jim Crow; ora, essa segregação, pretensamente igualitária, só serviu para introduzir as mais extremas discriminações. Esse encontro nada tem de ocasional; quer se trate de uma raça, de uma casta, de uma classe, de um sexo reduzidos a uma condição inferior, o processo de justificação é o mesmo. O "eterno feminino" é o homólogo da "alma negra" e do "caráter judeu" (BEAUVOIR, 1970, p.17).

A autora reflete sobre a inferioridade social da mulher e do negro ao afirmar que esta condição está ligada ao alcance do ser enquanto expressão, e que, portanto, a mulher pode ser inferior enquanto o ser for relacionado com possibilidades menores e situações de inferioridade.

Sobre a manutenção da relação de poder e superioridade do homem, Beauvoir pondera em adendo a resistência do homem em reconhecer-se em igualdade à mulher, pois isso o rebaixaria. Ainda que se diga que não exista hierarquia social entre os sexos, socialmente as condições da mulher são ditas como naturalmente desiguais, justificando sua incapacidade profissional. “As classes em que as mulheres gozavam de certa autonomia econômica e participavam da produção eram as classes oprimidas e, como trabalhadoras, eram as mulheres mais escravas ainda do que os trabalhadores” (BEAUVOIR, 1970, p.168).

Em críticas baseadas na teoria do materialismo histórico, Beauvoir observa a humanidade como uma realidade histórica, em que a mulher não é apenas um organismo sexuado, “ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade” (BEAUVOIR, 1970, p. 73), ou seja, sua posição depende mais de suas condições sociais do que de fatores biológicos. A própria valoração social do que seria útil ou não para a construção da sociedade pode ser considerada estratégica ao priorizar a força muscular, o falo e a ferramenta de trabalho – técnicas que só tem sentido e valor se são atribuídas como necessárias na existência humana.

Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que a dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva (BEAUVOIR, 1970, p.175).

Em toda a obra, Simone Beauvoir amplia a pesquisa sobre a humanidade e o comportamento humano ao longo dos tempos e das culturas - ocidentais e orientais, antigas e pós-modernas - , utilizando-se da biologia, história, psicologia e outras ciências para mostrar como a mulher foi sendo definida enquanto Outro, enquanto condição de seu gênero. Suas obras foram uma das efervescências para a segunda onda feminista, abrindo espaços para novas considerações sobre gênero e sexualidade.

Tais teorias dos papéis sociais refletiram a necessidade da compreensão e questionamento da dominação masculina diante da subalternização do papel da mulher. O objetivo era não apenas perceber a construção do gênero culturalmente mas, também, visualizar como essa construção impactava na esfera social. Esta articulação, portanto, está intrinsecamente relacionada a nossa

pesquisa, que busca investigar o desenvolvimento das produções jornalísticas que atuam com pautas de gênero para a promoção da igualdade social e também a visibilidade das temáticas que inferem na vida cotidiana das mulheres, contextualizando por suas interseccionalidades, lugares e relações humanas.

Os movimentos feministas dos anos 1960 e 1970 consolidaram-se nos Estados Unidos e Europa em meio às mudanças sociais do período. Episódios historicamente marcantes como a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã desestabilizaram o modelo *american way of life* surgido no pós-segunda guerra, antes popularizado pelo consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos e outras parafernálias, valor da família tradicional e protestante e sob a imagem da super-mulher dona do lar, esposa e mãe (PINTO, 2003).

Na Europa, o sonho da revolução socialista do leste europeu é colocado à prova após a revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria e da Tchecoslováquia. Em meio a um mundo global dicotômico, os movimentos *beatnik* e hippie sobressaíram em relação à uma nova geração que buscava espaço identitário, não visualizando-se no modelo capitalista norte-americano e tampouco no vislumbre socialista europeu. O movimento revolucionário jovem ganhou força e questionava os valores conservadores da sociedade atual, fomentando protestos, greves e audiências estudantis. Enquanto o cenário de luta mundo afora repercutia em uma revolução de costumes e culturas, o Brasil enfrentava a ditadura militar, junto a outros países latino-americanos como Argentina, Uruguai e Chile, em uma enfática onda de censura na América Latina (PINTO, 2003).

As conjunturas que os feminismos desenvolveram-se no Brasil na segunda onda feminista, foram influenciadas por essas eclosões culturais globais que tiveram impactos nas manifestações, atuações, pautas e reivindicações do movimento social. De um lado, o *boom* das lutas pluralizadas internacionais (destaque para a obra *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, sendo arduamente discutida após dez anos de sua publicação) e de outro, a política de repressão, na qual aos opositores só restava silêncio, exílio e clandestinidade (PINTO, 2003).

Os grupos feministas eram compostos por mulheres intelectuais de esquerda, profissionais e de meia-idade que moraram nos Estados Unidos ou na Europa e tiveram contato com os ideais feministas estrangeiros. Em um contexto informal, os círculos aconteciam em casas, reuniões particulares e sem pautas previamente articuladas. Nesta perspectiva, Branca Moreira Alves, fundadora de um dos grupos que havia voltado dos Estados Unidos para o Brasil pondera:

Em julho de 1972, eu estava por voltar de Berkeley, tinha um grupo lá, e pensava o que ia fazer politicamente quando voltasse para o Brasil. E cada vez era mais claro para mim que eu tinha que fazer um trabalho com mulheres, que isso seria o mais importante. Mas quando voltei não existia nada aqui; era o período Médici, o auge da repressão, só tinha tortura e prisão (GOLDBERG, 1987 apud PINTO 2003, p.51).

Mais tarde, o movimento conseguiu debater assuntos como corpo, sexualidade, reflexões intimistas etc. A situação política geraria um movimento de desconsideração das causas feministas, considerando-as superficiais e ainda, menos importantes do que a luta de classes que acontecia fervorosamente diante da ditadura militar, como descreve Pinto (2003, p. 51):

Era quase um pedido de desculpas dessas mulheres por estarem tratando de seus problemas naquela época quando o país precisava tanto de ações políticas. Enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam de discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas.

Durante o regime militar, uma grande concentração de brasileiros exilou-se, devido à perseguição, para os Estados Unidos, Chile, Europa e Paris. Os exilados, em sua maioria jovens militantes de partidos e grupos de esquerda ideologicamente marxistas, encontraram o cenário efervescente da luta de classes que ainda era um pouco apagado no Brasil. Os movimentos sociais que não acionassem primeiramente essas reivindicações eram ignorados, e a exemplo estava a luta feminista (PINTO, 2003).

Ao terem o contato também com as leituras e críticas feministas estrangeiras, que debatiam pautas de sexualidade, corpo e gênero, algumas mulheres tiveram reações de desconfiança de seus companheiros e do movimento proletário, que viam na manifestação de mulheres feministas uma certa perda de unidade à luta e também ao poder masculino dentro das organizações. O descontentamento e rechaço às manifestações e causas feministas por parte da esquerda, marxista e masculina dava ao movimento das mulheres um descrédito, considerando a luta apartidária e desfavorável a acabar com a ditadura no Brasil (PINTO, 2003).

O movimento feminista da terceira onda no Brasil não era nem bem-visto aos olhos do regime militar direitista nem da esquerda marxista. Ganhou destaque as organizações de mulheres exiladas, que contemplavam nas lutas de classes e feminista, movimentos distintos e que não poderiam ser considerados submissos um ao outro. Em perspectiva oposta das mulheres restritas aos limites de suas casas para as reuniões e discussões no Brasil; no exterior elas tomavam espaço público para reivindicações, levantando debates feministas, discutindo as condições da mulher

enquanto modo de produção capitalista como também em diálogos sobre prazer e sexualidade, também repercutindo no Brasil pela mediação desses círculos (PINTO, 2003).

Se até metade dos anos 1970, grupos feministas operavam informalmente em suas atuações políticas discursivas, em 1975, com o advento do Ano Internacional da Mulher declarado pela ONU, surgem no país eventos relacionados à mulher, com o tema “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, desenvolvido pelo Centro de Informação da ONU. Concomitantemente ao congresso, implanta-se o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, uma das primeiras instituições e atuações formais no período e importante marco para o feminismo da ditadura, embora as temáticas evitassem utilizar o termo “feminismo” a fim de evitar repressões.

Temáticas desenvolvidas dentro do Centro Brasileiro da Mulher nos anos seguintes como aborto, sexualidade, prazer, corpo e concepção eram consideradas burguesas e questões secundárias para as mulheres, naquele momento, pelos grupos mais radicais e ligados a questão de classe. Outro depoimento trazido pela escritora Célia Regina Pinto (2003, p.59), expressa a articulação das mulheres feministas do grupo sempre dividida e pautada entre essas posições, e, de certa forma, o que não vinha em circunstância à classe era descartado:

Todas no Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade.

Diferente do movimento feminista no hemisfério norte que havia desenvolvido-se mediante uma série de efervescências culturais desde os anos 1960 e em determinado espaço de debate, o Brasil passava pelo período da ditadura, a exemplo de outros países latino-americanos; a pluralidade de movimentos sociais que ganhava força mundo afora - a exemplo ambientais e feministas - aqui era desconsiderada e deslegitimada pelo cenário que encontrava no caminho (PINTO, 2003).

Os movimentos raciais e de gênero obtiveram maior notoriedade pública nos países estrangeiros e também ampliaram a discussão sobre as relações de poder e subalternização, questões que eram trazidas menores ao Brasil, por via dos círculos exilados, porém com dificuldades de alcançar plenamente o espaço público.

Em reflexão, notamos como os movimentos sociais, em pauta o feminismo, desenvolveram-se em diferentes percalços ao longo dos anos e também nas conjunturas socioeconômicas de cada país e região. Se por um lado, nos Estados Unidos e na Europa a consciência de gênero e

sexualidade teve um debate assíduo, no Brasil esta mesma temática permaneceu em segundo plano até meados da redemocratização.

Neste contexto, muitos reflexos sociais que temos hoje sobre questões de corpo, concepção e aborto, de gênero, como cisgeneridade e transexualidade, e de orientação sexual, como o movimento lésbico, estão intrinsecamente relacionados às circunstâncias culturais e os desenrolares, inclusive invisibilizados, da história.

Uma das vertentes sobre as teorias sobre gênero, sexo e sexualidade veio da antropóloga estadunidense Gayle Rubin, que em meados dos anos 1970 e 1980, inserindo-se no debate sobre as causas da subordinação da mulher, desenvolveu o sistema sexo/gênero, considerado “um conjunto de arranjos nos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (PISCITELLI, 2009, p.137). A perspectiva expõe a sexualidade articulada ao gênero para pensar como uma dimensão política, pois o gênero não apenas determina comportamentos e padrões alicerçados no sexo, como também obriga o desejo sexual para o sexo diferente. Surge, neste contexto, a ótica de uma opressão semelhante na homossexualidade por aquela sofrida pelas mulheres.

1.1 PERSPECTIVAS SOBRE NATURALIZAÇÃO DE GÊNERO/SEXO, PAPEIS SOCIAIS E OS MOVIMENTOS DO FEMINISMO

Durante a década de 1980, na terceira onda feminista a conceituação de gênero passou por uma série de reflexões, críticas e mudanças de posicionamentos pelos grupos de estudo sobre gênero e feminismo. Pensando nas diferenças identitárias, feministas negras dos Estados Unidos e de países subalternizados, como países latino-americanos, questionavam a falta de representatividade desse sistema ao desconsiderar questões sociais como classe, raça e nacionalidade. O foco do sistema sexo/gênero na categoria de gênero, portanto, ponderava certa invisibilidade às demais formas de opressão e foi considerado, por muitas, como um pensamento direcionado a um feminismo branco e imperialista.

Sublinhando a diferença entre as mulheres, elas exigiram que gênero fosse pensado como parte de sistemas de diferenças, de acordo com os quais as distinções entre feminilidade e masculinidade se entrelaçam com distinções raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social, idade (PISCITELLI, 2009, p. 141).

Nessa nova perspectiva, pesquisas feministas desenvolveram as conceituações sobre poder diferentemente da ótica oprimidos/opressores, através de um sistema de situações particulares de dominação, no qual “o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluidas, que se intersectam, posicionando as mulheres em diferentes lugares e em momentos históricos particulares” (PISCITELLI, 2009, p. 141).

Ao mesmo tempo em que os grupos feministas enfrentavam os percalços da subordinação da mulher, procuravam aportes teóricos e desenvolver pesquisas que explicassem o surgimento dessas relações de poder, articulando temáticas como opressão e patriarcado. Patriarcado, pois, vem da ótica da diferença sexual como base desta subordinação da mulher pelo homem; referindo-se também à capacidade masculina de controlar o corpo feminino, seja para fins reprodutivos ou sexuais (PISCITELLI, 2009).

Em um primeiro momento, o combate ao patriarcado como uma das estratégias essenciais dos movimentos feministas, desde então, alcançou visibilidade em meados dos anos 1960 como força política, principalmente enquanto relação de poder. O patriarcado foi entendido mediante cada relação homem e mulher, percebida como uma relação política, como dominação nos espaços sociais, públicos e privados. Piscitelli (2009, p.136) ressalta que “é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e das causas da subordinação feminina, tinha o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural, e que portanto, é possível combatê-la”. O conceito de patriarcado foi estendido no discurso político e no campo acadêmico e considerado praticamente vazio de reflexões, criticado pelas teorias sociais por tornar-se resposta vaga das subordinações dos papéis sociais, ao dimensionar as relações de poder desconsiderando as alterações em diferentes períodos históricos e lugares.

Por conseguinte, é necessário compreender a condição de mulher relacionada a uma série de intercruzamentos de raça, gênero, sexualidade e nacionalidade e não em uma universalidade. Tal contexto é objeto de pesquisa e reflexão da antropóloga estadunidense Judith Butler, que na terceira onda feminista, nos anos 1980, trouxe importantes contribuições acerca das teorias de estudo de gênero e queer.

A teoria *queer* surgiu para confrontar os estudos sociais de gênero da época, incluindo os estudos feministas, ganhando reconhecimento e uma ampla produção teórica, principalmente nos Estados Unidos. Os parâmetros conceituais voltam-se contra a legislação não-voluntária da identidade, com a busca de “desvelar mecanismos sociais que criam imposições acerca da identidade do indivíduo” (MISKOLCI; PELUCIO, 2007, p. 258). Segundo Miskolci (2009, p.5),

“compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder”. A perspectiva *queer* teve importante diálogo com as temáticas e produções feministas, com ênfase nos conteúdos jornalísticos, a exemplo da Revista AzMina, para refletirmos acerca de suas pautas e narrativas e se a Revista relaciona-se como conteúdo de jornalismo com perspectiva de gênero.

Essa perspectiva baseia-se na necessidade do rompimento com os valores e normas estabelecidos para desconstruir as óticas atuais – principalmente relacionadas à heteronormatividade compulsória e tudo o que era considerado normalizado, já que excluía qualquer um que não se encaixasse nesse contexto, sejam gays, travestis, transsexuais ou considerado abjeto, como Butler (2003) relaciona, às práticas e performances estabelecidas socialmente.

Em contraste aos avanços da terceira onda feminista, o conceito de pós-feminista surgiu no estigma de que os movimentos sociais dos direitos das mulheres concluíram a missão de conquistar a tão sonhada igualdade de gêneros (PISCITELLI, 2009). Este processo social trouxe críticas às próprias atuações feministas e no entendimento das pluralidades das categorias de mulheres, como coloca Bittencourt (2015, p. 203), “como a percepção dos recortes de classe e raça e o avanço do feminismo para além das mulheres brancas e de classe média, abandonando as relações estruturais imbricadas que o patriarcado e o machismo assumem com o racismo e com a exploração capitalista”.

Uma das críticas de Butler e do movimento *queer* sobre os movimentos feministas e sua atuação sobre o patriarcado era a implicação de urgência de sentidos que, em vez de fortalecer a aparência da representatividade e reivindicações do feminismo, ocasionava uma universalidade na estrutura de dominação, generalizando as formas de opressão das mulheres (BUTLER, 2003).

Butler questionava a construção do “feminino” como uma categoria fixa e estável e a de “mulher” como condição universal, problematizando a ótica feminista de que mulher denote uma identidade comum. Sugere, ao contrário de um significado estável, a pluralidade do conceito de mulheres como ponto de partida para as reflexões sobre gênero e feminismo. “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20).

O gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p.20).

Em consonância, o universalismo dos grupos feministas, apresentado por Butler, não apenas reduz a multiplicidade de opressões como também exclui quem não se adequa a norma da categoria

“Mulher”. O conceito entre gênero e sexo, muito debatido nas teorias feministas, sempre foi considerado, o primeiro criado mediante comportamentos, flexível, variável e cultural; o segundo, natural, biológico e imutável, no campo da natureza e portanto, fixo e anterior à cultura. Ao questionar as condições de feminino e masculino e as noções de sexo, não exemplificavam a complexidade dos fenômenos de construção de gênero e tampouco a fixidez do sexo, como se a ele não permitisse alteração ou reformulação.

O caráter do sexo, portanto, pode ser culturalmente construído como o gênero, e como argumenta Butler, “homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino quanto um feminino” (BUTLER, 2003, p. 25). Compreendendo o gênero por suas construções de comportamentos, ritos e sentidos, desde o momento em que descobre-se o sexo da criança, escolhendo as roupas e os sapatinhos, até a fase adulta, em todos os trejeitos sociais, a autora desenvolve o conceito de performance, para destacar as identidades como performaticamente construídas pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.

Mediante normativas sociais, muitas vezes não assimiladas, atos reguladores demarcam posições e os papéis destacando uma aparência de necessidade natural, tão demarcada culturalmente que encaixa-se na normalidade cotidiana. O gênero, pois, como afirma Butler (2003, p. 59), “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida”, perpetuada mediante o tempo para transmitir naturalidade no sentido criado do ser. Está exposto às flutuações de sentidos das identidades, como explicita Simone Beauvoir:

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim *torna-se* mulher decorre que *mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações (BUTLER, 2003, p. 59).

Mediante posto, reflexões sobre esses processos começaram a questionar a dita naturalidade dos sexos; um movimento de reivindicação de gênero que também faz referência ao intersexo, às travestis e transgêneros.

Esse conjunto de pessoas resiste a classificações lineares como “homens” ou como “mulheres. Os intersexos, pela ambiguidade de seus genitais. As travestis porque, com genitais masculinos mas com corpos feminilizados mediante o uso de hormônios, silicons, roupas e perucas femininas, transitam entre lugares femininos e masculinos. E os transexuais porque incorporam um gênero diferente ao que corresponderia a seus genitais, buscando uma mudança de sexo que envolve, às vezes, cirurgias de transgenitalização, procedimento no qual os genitais são alterados (PISCITELLI, 2009, p. 143).

Essa discussão perpassa, ainda, a grave situação de violência, que marca o Brasil como um dos países que mais mata transgêneros no mundo, de acordo com a pesquisa da Organização Não-Governamental *Transgender Europe* (TGEu), publicada em novembro de 2016¹⁸. A invisibilidade do tema nas mídias tradicionais e hegemônicas ainda dificulta que pessoas transexuais tenham um espaço de legitimidade e diálogo; por outro lado, conseguem ter mais força nas produções em rede, como blogs e conteúdos audiovisuais, além dos próprios portais jornalísticos na internet que investem em pautas interseccionais e não-hegemônicas para pluralizar vozes e promover denúncias relacionadas aos direitos humanos.

Ativistas trans têm compartilhado suas histórias e trazido visibilidade nas redes sobre as transições de gênero como na campanha *#MomentsInTransition* (em português: “Momentos na Transição”), para compartilhar informações sobre suas experiências, ajudando também a debater formas de resistência e enfrentamento ao preconceito (HOLLANDA; COSTA, 2018).

Dentro das normas sociais, as características de pessoas são consideradas dissonantes dos padrões de gênero porque misturam-se nas distinções de feminino e masculino e também aos pressupostos compulsórios da heterossexualidade sexualmente condicionada. Butler explica que, ao transitarem entre as noções “esperadas”, enquanto padrão social, entre sexo, gênero e sexualidade, são construídas na figura de um abjeto, uma exceção por não seguirem a construção hegemônica de gênero.

As caracterizações da subordinação e opressão femininas eram em uma referência quase una e de um padrão específico de mulher. Precisamos pensar nas várias condições de “Mulher”, em referência à mulheres negras, pobres e de países subalternizados. A discriminação por gênero também atinge homossexuais, travestis, transexuais, sujeitos à violência da homofobia e da transfobia (PISCITELLI, 2009). Ao trazer críticas à naturalização dos papéis sociais, problematiza-se também as relações de sexualidade a partir da heterossexualidade compulsória.

O conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as *construções de masculinidade e feminilidade* são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 146).

¹⁸Informação retirada de reportagem noticiosa do Correio Braziliense, com o título “Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais, disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>> Acesso em: 31 mar. 2019.

As normalizações das identidades e dos papéis sociais não apenas criam um conceito único de caracterização social como também excluem tudo o que não se identifica naquela construção identitária, definindo performances e padrões de comportamento e rejeitando tudo o que não participe desse processo (PELUCIO, 2012).

A própria constituição do corpo, e assim, do sexo, infere-se como parâmetro performático e tão construído quanto o gênero, teoria social defendida amplamente para “quebrar” os discursos considerados normativos de sexo=imutável e gênero=cultural. Esse processo não desenvolve-se em neutralidade, senão “a partir de discursos que se assentam num binarismo restritivo, no falocentrismo e na heterossexualidade compulsória” (PELUCIO, 2012, p. 410), questões centrais da crítica de Butler aos conceitos de identidade de gênero, alicerçados na subordinação e normalização.

Na construção das teorias acerca das identidades sociais, as relações entre classe, raça, gênero, sexo, nacionalidade precisam ser entendidas através desses intercruzamentos, que causam diferentes tipos de opressão e ainda, diferentes condições de reações e de posições dos indivíduos. Piscitelli (2008) sob a ótica teórica da pesquisadora interseccional Kimberle Crenshaw, afirma que entender a interseccionalidade por esses cruzamentos é necessário para compreender as várias formas de opressão que não se categorizam como maiores ou menores umas às outras, e não se somam enquanto subordinações, mas relacionam-se enquanto localidades sociais.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Em 1989, Crenshaw publica o artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”, cunhando o termo interseccionalidade. Em 1991, a autora contribui para o desenvolvimento da perspectiva interseccional com a publicação “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade, e violência contra mulheres de cor”, sobre a marginalização das mulheres negras e a localidade interseccional.

Kimberlee Crenshaw, ao apresentar o conceito da interseccionalidade, divide o artigo em três campos: a) a experiência de mulheres não-brancas na intersecção entre raça e gênero nas questões de violência doméstica e estupro, b) uma discussão sobre a inconsistência das políticas

feminista e antirracista nos intercruzamentos sociais e c) uma análise da construção cultural de mulheres não-brancas, discutidos neste capítulo mais à frente.

A interseccionalidade foi sendo construída como um paradigma percebido nas tradições do feminismo negro e “sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras” (AKOTIRENE, 2018, p. 54).

Sobre estas categorizações sociais, Butler argumenta que elas devem ser entendidas não como uma tabela a ser inteiramente preenchida e articulada, mas em suas aberturas disponíveis para possibilitar a multiplicidade de sentidos, permitindo “servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados [...] vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva” (BUTLER, 2003, p. 36).

Para entender a perspectiva interseccional, portanto, precisamos enxergar por um viés contrário às “somatórias” das localidades, como explicita Carla Akotirene, “a interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos” (2018, p. 38). Implica a necessidade de analisar as condições e posicionalidades¹⁹ nas quais os corpos transitam, não hierarquizar opressões e sim compreender as interações das estruturas (AKOTIRENE, 2018).

A conjunção entre a racialização e sexualização apresentam significados de opressão, nas quais, por exemplo mulheres brasileiras são consideradas inferiores em países europeus ou nos Estados Unidos por serem latino-americanas, de países considerados de Terceiro Mundo.

Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Refiro-me às noções sexualizadas e racializadas de feminilidade pelo fato de serem brasileiras. Independentemente de serem consideradas no Brasil, brancas ou morenas, nos fluxos migratórios para certos países do Norte as brasileiras são racializadas como mestiças. No lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mas do que a cor da pele, confere-lhes essa condição. E essa racialização é sexualizada (PISCITELLI, 2008, p. 269).

As migrantes recebem, portanto, uma série de valores e atributos que podem ser considerados negativos ou positivos, como aptidão para a maternidade e domesticidade, serem mais alegres e simpáticas, e, ao mesmo tempo, consideradas promíscuas ou ainda com alguma relação ao sexo, o que as sexualiza e as coloca em condição de desigualdade em relação às mulheres europeias.

Estudos desenvolvidos nos Estados Unidos e Europa consideram as noções tropicalizadas da feminilidade intrinsecamente direcionadas a determinadas mulheres de países específicos

¹⁹ Posicionalidade vem no sentido de definir-se como uma identidade politicamente assumida, compreendendo suas localidades sociais e interseccionais, dentro da raça, gênero, classe e sexualidade e permitindo ainda que outras identidades sociais além do gênero possam assumir-se na formação de consciência da mulher (COSTA, 2002).

(PISCITELLI, 2008). Os trabalhos domésticos e relacionados a cuidados são administrados por mulheres latino-americanas de diferentes nacionalidades, porém, as cubanas, colombianas e brasileiras são as mais sexualizadas e estigmatizadas sobre o mercado do sexo e matrimonial.

Nos processos de racialização que as atingem há, às vezes, um racismo aberto. No entanto, e aqui vale a pena lembrar a relevância que Avtar Brah concede à interação entre racismos, nos países do Sul da Europa, o racismo atinge com mais suavidade as brasileiras, particularmente as que não são vistas como negras, que a mulheres de outras nacionalidades (PISCITELLI, 2008, p. 271).

Tais relações sociais não são estáveis e essas articulações entre as diferenças de sexualização e racialização contam não apenas com movimentos de resistência e de rejeição, mas, também, com características de agenciamento, quando os estereótipos positivos auxiliam na busca de empregos, estabilidades e outros tipos de demandas sociais. Não podem, portanto, serem entendidas como meros processos de dominação e subordinação.

Em síntese, não há prós e contras nos processos de racialização e sexualização, senão ambiguidades, divergências e contradições nessas localidades sociais, e mais, por tais noções de gênero e nacionalidade situarem também brechas nas entrelinhas dos contextos de migração.

Esses exemplos mostram que as situações vividas pelas mulheres não são apenas um produto da sua opressão pelos homens, mas que é preciso entendê-las observando as inúmeras formas de desigualdade que se relacionam em cada situação. Por outro lado, mostram também a capacidade das pessoas de agir e fazer escolhas, usando estrategicamente os estereótipos preconceituosos, às vezes até a seu favor (PISCITELLI, 2009, 143).

A terceira onda feminista, nos anos 1980, chegou ao Brasil junto aos grupos exilados durante a ditadura; militantes ligados aos movimentos sociais que haviam saído do país durante as décadas de regime militar – esse cenário de redemocratização foi essencial território de retomadas das lutas e de atuações políticas com maiores possibilidades de manifestação sem o medo da repressão e da clandestinidade. O campo político-social formou duas temáticas de atuação dos grupos feministas: uma, pela institucionalização do movimento ligado à esfera estatal e outra, que atuava autonomamente por desconfiar da integração com os campos governamentais, mantendo-se na corpus da radicalidade dentro do feminismo.

O encontro entre o movimento e o campo político traz uma problemática fundamental que deriva da própria natureza do movimento social, colocando-o diante de duas alternativas: atrelar-se a um partido e ameaçar sua unidade e sua autonomia ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão. Se for tomada a primeira opção, e é ela que nos interessa aqui, novamente há duas possibilidades: o caminho da representação, ou seja, da candidatura a cargos eletivos nos parlamentos, ou o caminho da ocupação de espaços no aparelho estatal, tanto por meio da instituição de novos espaços, como o de conselhos, como pela ocupação de cargos propriamente políticos e/ou burocráticos. A institucionalização acabou acontecendo (PINTO, 2003, p. 70).

A implementação de órgãos e Conselhos voltados aos direitos das mulheres e demais movimentos sociais encontraram abertura política nas esferas governamentais mas os grupos tinham dificuldades de conseguir poder ou brecha suficiente para ocupar espaço nas instâncias decisórias (PINTO, 2003). Um desses órgãos foi o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que ocupou instância junta ao Ministério da Justiça e permaneceu vigente de 1985 a 1989, relacionado não apenas aos grupos feministas, mas também ao movimento de mulheres de forma geral. Apesar de sua curta duração, foi influente na implementação e construção de pautas relacionadas aos direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988.

A participação política das mulheres na época, em 1987, na Câmara dos Deputados, era de apenas 26 mulheres, 5,7% da Casa. Em 2018, a atuação política feminina ainda encontra dificuldades no número de participações; são 55 mulheres entre os 513 parlamentares federais, representando apenas 10,7% das cadeiras. O país ocupa o menor índice de representação parlamentar feminina nos países latino-americanos, e ocupa a 115ª posição de colocação entre os 138 países (HOLLANDA; PELLEGRINO, 2018).

Como indica Pinto (2003) sobre a formação política, “o recrutamento das mulheres ocorreu segundo moldes clássicos: famílias de políticos, popularidade adquirida nos meios de comunicação, história partidária – mas não a partir de organizações de mulheres dentro ou fora dos partidos” (PINTO, 2003, p. 73). A participação feminina teve importante história política para a formação da Constituição, movida não apenas pela bancada eleita, como também pelos grupos organizados no país. As deputadas apresentaram cerca de 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando ainda grande parte das reivindicações do movimento feminista da época.

Um dos pontos de influência para as apresentações das emendas foi as movimentações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, agindo até mesmo de forma panfletária ao promover o slogan “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher!” em televisões e outros espaços comunicacionais. O Conselho, juntamente aos grupos feministas, inscreveu as temáticas em uma atuação junto aos constituintes, com ênfase no trabalho das próprias deputadas, que em um

ambiente majoritariamente masculino, criaram uma dinâmica de crescimento e identidade, em espaço de solidariedade e união da “bancada feminina”, como ficou conhecida (PINTO, 2003).

Em uma atuação política, o Conselho, em parceria com os grupos de mulheres, desenvolveu a “Carta das mulheres”, documento entregue aos constituintes para como uma “carta-modelo”, no que se refere às reivindicações dos direitos das mulheres para serem contemplados pela Constituição Federal.

O documento tratava de temas relacionados aos direitos das mulheres, como relacionados ao trabalho, saúde, vida conjugal entre outros. Abordava sobre um tema velado na época da violência contra a mulher e por isso foi também um marco em defesa da dignidade das mulheres, definindo estupro e sua caracterização legal, assim como criação de órgãos de proteção à mulher. Trouxe à tona a necessidade de defender e criar um sistema único de saúde e um ensino público de qualidade a todos.

O movimento feminista exerceu participação mediante ações e foram aprovadas conquistas na Constituição de 1988, como a condição de homens e mulheres serem iguais em direitos e obrigações (Art. 5º, 1), direito das presidiárias de terem condições de permanecer com seus filhos durante a período da amamentação (Art. 5º, L), proibição de diferença de salários devido ao sexo, idade, cor ou estado civil (Art. 7º, XXX) e outros.

A presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional apontam para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980. [...] Esses êxitos foram consequências de uma bem montada estratégia de mobilização que reuniu mulheres no país inteiro, levou para Brasília lideranças regionais, promoveu campanhas e manteve um atento acompanhamento ao longo dos trabalhos (PINTO, 2003, p. 76).

O movimento de institucionalização das temáticas feministas no país atuava no direito das mulheres, em duas vertentes principais: envolvendo ações de políticas públicas sobre violência e saúde. Um dos assuntos de espaço de discussão foi a violência contra a mulher, que até então, era considerado de natureza privada e não de uma esfera pública, invisibilizada pela sociedade. Havia até mesmo o direito do homem de matar “em proteção à honra”, em casos de alegação de adultério, constando nos próprios autos jurídicos como legítima defesa à honra (PINTO, 2003).

Essas sentenças, explica Pinto (2003), foram questionadas incisivamente após o caso de Ângela Diniz, morta pelo marido em 1976, absolvido sob tal circunstância citada como alegação de

defesa, causando grande mobilização social na época em prol da condenação e pelo fim da validação do assassinato de mulheres. Surgiram então diversas iniciativas de grupos feministas e do movimento de mulheres para o combate à violência contra a mulher, como o SOS Mulher, que atuava como um espaço de atendimento à mulheres para evitar a perpetuação do ciclo de violência.

As políticas relacionadas à saúde da mulher também tiveram importante desenvolvimento no período, sejam os tradicionais, como cuidados da maternidade e prevenção ao câncer como os mais polêmicos de aborto e sexualidade. Havia a necessidade de desenvolver estratégias de planejamento familiar, porém, que não tivesse o viés de controle de natalidade de populações mais pobres, como foi trazido no período do regime militar (PINTO, 2003).

De maneira semelhante, a sexualidade, que tinha grande representação e debate na Europa e nos Estados Unidos no mesmo período, perdeu espaço de inclusão perante o panorama brasileiro: um país tentando reestruturar-se pós-regime militar, no qual militantes buscavam direitos civis básicos antes negados na ditadura. A questão chegou tardiamente no Brasil, discutida em pequenos grupos feministas; a maioria em contatos com outros países e ainda com pouca participação pública, pois “a esquerda via a questão como um tema burguês e a direita como uma ameaça à família” (PINTO, 2003, p. 84).

1.2 PÓS-FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE: NOVAS CONFIGURAÇÕES DOS FEMINISMOS

O movimento feminista no país foi caracterizado, ao longo das décadas, por um perfil social formado por mulheres intelectuais, ligadas aos partidos políticos de esquerda, professoras, jornalistas, escritoras e profissionais da saúde, que tinham manifestações em jornais, folhetins, crônicas e expressões na arte como o cinema, teatro e música.

As produções feministas brasileiras na década de 1990 tinham temáticas relacionadas à mulher, sejam em projetos de pesquisa, temáticas de graduação, mestrado e doutorado, o que se fizeram fundamental para o aprofundamento do feminismo acadêmico. Um dos trabalhos importantes da pesquisa brasileira envolvendo teorias feministas foi de Heleieth Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, em 1969, precursora dos estudos sobre a opressão da mulher no país. O trabalho faz menção à ótica marxista da subordinação feminina para explicar como as relações de poder acontecem de forma desigual e intrinsecamente vinculadas ao modelo de produção do sistema capitalista.

Não se trata de indagar aqui se o papel econômico da mulher lhe tirava posição social compensatória de sua submissão ao de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, indagar-se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas. O sistema produtivo de bens e serviços de uma sociedade constitui seu núcleo, aquilo que define seu tipo estrutural. Entendendo-se modo de produção como uma configuração concreta de vida e cada tipo estrutural de sociedade pré-capitalista como uma etapa de desenvolvimento da forma contraditória do processo de produção social, que culmina com a realização plena da sociedade capitalista, pode-se afirmar que as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

[...] O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p. 20-22).

Como aponta Célia Regina Pinto, o campo das ciências sociais, por exemplo, ainda tinha dificuldades em aceitar pesquisas envolvendo as teorias de gênero, por questões “desde as relacionadas com posturas teóricas que não reconheciam o objeto, passando pelo temor de que o grupo fosse apenas uma militância disfarçada, até o mais primário sexismo” (2003, p 88).

Diferente de países como os Estados Unidos, o estudo sobre a mulher não obteve espaço acadêmico em espécime de graduação e pós-graduação, senão núcleos de pesquisa que puderam encontrar vínculos de pesquisadoras e pesquisadores para desenvolver sobre o assunto. Neste viés, surgiram vários grupos de pesquisa sobre as relações de gênero; um destes é o Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero, da Universidade Estadual de Campinas, referência de pesquisa universitária que juntamente a Revista Pagu, atuam desde 1993 dialogando com as teorias feministas e de gênero²⁰.

Outra produção acadêmica é a Revista de Estudo Feminista, em uma união com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Santa Catarina, que surgiu em 1992 e apresenta trabalhos acadêmicos no formato de periódico de publicação quadrimestral, com produções como artigos, ensaios e resenhas sobre gênero, sexualidades e teorias feministas.

Esses núcleos de produção de conteúdos acadêmicos com temáticas em gênero fizeram parte não apenas do desenvolvimento dos estudos feministas como também sobre espaço inclusivo e universitário para a criação de o surgimento de novas pesquisas e novas pesquisadoras. Somado a essas iniciativas, o feminismo tomava ares de avanço nos campos da saúde e do combate à violência

²⁰ Informações retiradas do portal Revista Pagu, disponível em: <<https://www.pagu.unicamp.br/>> Acesso em: 31 mar. 2019.

contra a mulher, com um movimento de prestação de serviço avançando, bem como a institucionalização e a presença das ONGS.

Em meados de 1980 e 1990 o conceito do movimento feminista, alicerçado no pós-feminismo, trouxe indagações sobre as conquistas, lutas e necessidades da luta das mulheres. “O feminismo havia acabado?”, era o questionamento da época, segundo Pinto (2003). Como argumenta Preciado (CARILLO, 2010), o movimento pós-feminista nos anos 1990 pode ser entendido mais como um amadurecimento dos campos teóricos do que necessariamente um ponto final do movimento como acontecia até então. No Brasil, ao mesmo tempo em que o movimento feminista dissociava-se e generalizava-se em ideais e lutas, a profissionalização e a segmentação criava especializações por meio das organizações não-governamentais (PINTO, 2003).

Por outro lado, um ponto interessante a ser destacado, que desenvolveu-se em união a essa difusão, foi a presença do discurso dos direitos das mulheres intrinsecamente discutidos nos campos eleitorais, apesar de ainda existir pouca participação feminina na política institucional. A presença de grupos sociais, como mulheres, negros e gays entrou em pauta, bem como a discriminação, seja por gênero, raça ou sexualidade – cada vez mais confrontada nas instituições de trabalho.

O crescimento das ONGS e a institucionalização do feminismo desenvolveram um movimento mais relacionado à prestação de serviços, com profissionais feministas atuando nos direitos das mulheres e no espaço público, agindo por projetos destinados a populações específicas e a defesa de causas sociais.

No caso do feminismo, há um elevado número de mulheres que militaram no movimento das décadas de 1970 e 1980, tornaram-se profissionais nas mais diferentes carreiras (advogadas, médicas, assistentes sociais, psicólogas, sociólogas, educadoras) e fundaram ONGS onde passaram a exercer suas profissões a partir de um trabalho comprometido com as causas feministas (PINTO, 2003, p. 96).

À segmentação das lutas, credita-se a necessidade de pluralizar o próprio movimento popular feminista. Antes constituída muitas vezes por um público majoritariamente branco, de classe média, heterossexual e intelectual, as lutas ressignificaram-se em uma multiplicidade de sentidos e causas, para identificar-se como feminismos, em uma multiplicidade de organizações, sindicatos e grupos.

Em meio a esse feminismo difuso no Brasil, os cenários latino-americanos e indianos eram indícios de como os movimentos feministas tomariam outros rumos, cada vez mais pluralizados e críticos a discutir questões identitárias (PELUCIO, 2012). Bem como discutido anteriormente, o conceito de sexo e gênero passou por mudanças significativas ao longo dos avanços e discussões

acerca das teorias sociais. Se antes o sexo era visto como imutável e o gênero, como flexível; pesquisadores sociais discutindo esses parâmetros, constataram a categoria sexo sendo tão construída socialmente quanto o próprio gênero, e portanto, questionando ainda as universalidades do sistema sexo/gênero que traziam essa distinção.

Em um movimento teórico de estudo de gênero, vindo de contribuições como Judith Butler desde 1980 e as pesquisas sobre as naturalizações dos papéis sociais e as desconstruções acerca da identidade, a pesquisa na década de 1990 interage às multiplicidades de categorias sociais envoltas nas interseccionalidades, observando os inter cruzamentos de raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade.

As próprias teorias feministas apresentaram tensões e divergências por trazerem a perspectiva eurocentrada e muitas vezes negativa de mulheres de países subalternizados, como os latino-americanos, “uma perspectiva vitimizadora, essencializadora e até mesmo salvacionista na maneira como o feminismo produzido nos países tidos como centrais pensavam essas alteridades” (PELUCIO, 2012, p. 407).

Dos debates sobre as teorias de gênero, as tensões epistemológicas foram incisivas ao questionarem as produções relacionadas a um feminismo branco e ao visibilizarem que a universalização da categoria mulher e dos reducionismos que essa produção pode causar, rejeita sujeitos que não se enquadram nessas variáveis.

Deste debate intenso nascem também tensões epistemológicas que incidem diretamente sobre os conceitos estruturantes do feminismo branco, entre estes, o longo e denso debate sobre a validade teórico-político da categoria mulher. Quem era a Mulher, com maiúscula, acionada nas falas das feministas? Quem, afinal, era o sujeito do feminismo? Parte desses questionamentos vinha, justamente, daquelas que não se sentiam incluídas como sujeitos (PELUCIO, 2012, p. 407).

Situadas em lugares marginais, periféricos, percebendo os contextos de desigualdade, as teorias feministas surgem em consonância aos estudos subalternos, pois, como explicita Pelúcio (2012, p. 404), “a ciência não é produzida na neutralidade fria dos/das cientistas, mas em espaço nos quais múltiplas teias de desigualdades e enfrentamentos são tecidas e negociadas”.

Diferentes pesquisadoras mantêm óticas descentralizadas baseadas em vivências e pesquisas subalternas, partindo da ótica de um feminismo mais pluralizado para incluir as lutas de todas as categorias de mulheres, em suas diferenças e semelhantes, sem universalizar ou excluir os diferentes tipos de opressão a que estariam sujeitas ou vitimizá-las ou excluir seus lugares de fala.

Alguns nomes de pesquisadoras: Donna Haraway, Kimberle Crenshaw, Chela Sandoval, Ella Shohat, bell hooks, Audre Lorde, Norma Alarcón e Glória Anzaldúa.

Do mesmo modo, no Brasil, as teorias feministas e de gênero encontraram mediação entre os trabalhos pós-feministas, *queer* e pós-coloniais desenvolvidos no exterior com as possibilidades de produções acadêmicas de periódicos acadêmicos como Cadernos Pagu e Revista de Estudos Feministas, ambos citados anteriormente pela contribuição institucionalizada e de importantes reflexões para o feminismo brasileiro.

Compreender a importância da descolonização do feminismo, como explicita Bittencourt (2015, p. 2014), é necessário para “atingir as camadas populares de mulheres nas margens do sistema-mundo, reconhecendo as transversalidades de gênero, raça e classe”.

A teoria interseccional articula essas localidades sociais em relação a “diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (PISCITELLI, 2008, p. 265). Ou seja, distinguir seus intercruzamentos e suas necessidades sociais sem generalizá-las ou somá-las, mas enxergá-las mediante suas perspectivas próprias, vistas de forma isolada ou não.

[...] uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher em uma sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos de movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivido através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) (BAIRROS, 1995, p. 461 apud RIBEIRO, 2017, p.70-71).

Crenshaw (1993), no artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, ao inserir as discussões sobre interseccionalidade, tensiona as inconsistências e universalismos de narrativas de gênero baseadas na experiência de mulheres brancas e de classe média e de narrativas de raça baseadas na experiência de homens negros.

A autora questiona como são limitadas as práticas feministas e antirracistas por não considerarem a complexidade dos intercruzamentos do racismo e do sexismo, uma vez que, em contrapartida, “mulheres não-brancas vivenciam o racismo de maneiras nem sempre as mesmas que as experimentadas por homens não-brancos e sexismo de maneiras nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas” (CRENSHAW, 1993, p. 8).

Em igual, Lélia Gonzalez (2011) constata e problematiza a ausência da questão racial nas leituras e nas práticas feministas. Aborda o pensamento laciano do conceito de infante (como aquele indivíduo que é excluído, ignorado e infantilizado, sem poder falar por si) e afirma que, “da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Neste sentido, movimentos feministas e antirracistas podem contribuir paradoxalmente à marginalização da violência contra mulheres não-brancas, pelo fracasso do movimento feminista em entender a raça e pelo fracasso do antirracismo em entender o patriarcado. Pela identidade interseccional, as mulheres não-brancas são marginalizadas dentro de discursos que não atendem as múltiplas dimensões das experiências de raça e gênero (CRENSHAW, 1993).

Em busca de um olhar pluralizado, os diversos feminismos procuraram atentar-se para questões fundamentais às posições sociais em que estamos inseridos nos lugares de fala – seja qual for a opressão e mesmo sem tê-la. A luta reivindicou uma visibilidade de histórias, compreendendo os contextos de raça, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade.

Como considera Carla Akotirene, a interseccionalidade como perspectiva metodológica permite construir diálogos com o feminismo por reivindicar a criticidade nas reflexões sociais acerca de gênero, para, indo além, compreender “a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem” (2018, p. 33).

Poder contar a própria versão dos fatos: com este objetivo, pela perspectiva interseccional, os movimentos sociais reivindicaram suas conquistas e lutas invisibilizadas ao longo da história. Um exemplo interessante a ser citado foi a participação das mulheres negras nas lutas das mulheres pelos direitos civis, antes mesmo do movimento sufragista no século XX.

A reivindicação sufragista, apesar de realizada por mulheres brancas e de classe social privilegiada, como citado anteriormente, foi importante iniciativa e decisão histórica para os direitos e movimentos das mulheres. Mas e as mulheres negras, então, onde estavam?

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e devem ocupar os melhores lugares. Nunca ninguém me ajudou a subir numa carruagem, a passar um lamaçal ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher?

Eu consegui trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar a minha medida?

Então aquele homenzinho vestido de preto ali diz que as mulheres não podem ter tantos direitos que os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem o seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele.

Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça pra cima! E agora que elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas pra que dizer (TRUTH, 1851 in RIBEIRO, 2017, p.20-21).

“E eu não sou uma mulher?”: foi o discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher, nos Estados Unidos, em 1851. Sojourner nasceu escrava, em Nova York, e após ter conseguido sua liberdade, tornou-se abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Seu discurso deu força e notoriedade ao movimento de mulheres negras.

Ademais, foi brilhante o pensamento feminista negro de Sojourner Truth, que articulou discursivamente as estruturas de racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo, marcando a sensibilidade analítica da interseccionalidade à compreensão das experiências atribuídas às mulheres negras, dezesseis anos antes do *Capital*, publicado em 1867 (AKOTIRENE, 2018, p. 24).

Nessa iniciativa, Sojourner articula raça, classe e gênero, questionando os universalismos relacionados à condição de ser mulher; e por conseguinte, “é da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2018, p.19).

Davis (2016) esclarece que durante o período escravocrata, as mulheres negras trabalhavam pesadamente tanto quanto os homens. O sistema da escravidão entendia o povo negro como

propriedade, e neste sentido, mulheres e homens negros deveriam, em igual, apresentar rendimento aos proprietários de escravos.

Ademais, as mulheres negras sofriam também com violências sexuais e outros abusos; eram entendidas como desprovidas de gênero para as questões do trabalho braçal e subordinadas e oprimidas por este mesmo gênero quando fosse oportuno:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Durante o período do sufrágio feminino, em um contexto particularmente americano, Angela Davis (2016) considera que a participação das mulheres negras e trabalhadoras eram invisíveis na campanha do voto feminino. O intercruzamento de raça, gênero e classe fazia-se presente na vivência de mulheres que “bem sabiam, seus pais, irmãos, maridos e filhos que exerciam o direito ao voto continuavam a ser miseravelmente explorados por seus ricos empregadores. A igualdade política não abriu a porta da igualdade econômica” (DAVIS, 2016, p. 146).

Enquanto mulheres brancas lutavam por condições iguais de participação política e espaço público, as mulheres negras ainda não tinham alcançado as mínimas condições de direitos civis. Desde antes do período escravocrata e da luta abolicionista, as histórias das mulheres negras de resistência já eram construídas.

Compreendendo a utilização do conceito das ondas feministas para situarmo-nos nas reivindicações e levantes sociais das diversas configurações feministas, precisamos também perceber o contexto de invisibilidade de várias categorias de mulheres neste processo histórico, principalmente nas primeira e segunda ondas feministas, vertentes que desaguavam em um universalismo.

Teoria, metodologia e instrumento prático, a interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas que não passaram experiências de colonização, sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negra, sem estar preso às correntes eurocêtricas e saberes narcisísticos (AKOTIRENE, 2018, p. 30).

Com criticidade, a pesquisadora e feminista negra Djamila Ribeiro aponta que os movimentos de mulheres negras – que só tiveram um alcance maior nos anos 1980 e na terceira onda do feminismo – existiam e ressoavam desde o começo, porém sem visibilidade. Ribeiro utiliza

o conceito do Outro, em referência a Beauvoir, para reafirmar “O Outro do Outro”, no qual a mulher negra encontra-se em uma posição ainda mais invisível e de difícil possibilidades. Neste sentido, mulheres brancas são brancas, homens negros são homens e as mulheres negras, portanto, localizam-se identitariamente, “em uma carência dupla, na antítese de branquitude e masculinidade” (2017, p.39).

Crenshaw (1993) traz à tona a necessidade de políticas públicas para os contextos interseccionais de mulheres não-brancas, pois a luta pela incorporação das diferenças, “no contexto da violência, às vezes é uma questão mortal e séria de quem vai sobreviver – e quem não vai” (CRENSHAW, 1993, p. 20). Piscitelli (2008) reflete sobre estas diferenças entendidas pela interseccionalidade:

Por exemplo, a ideia de que uma mulher negra é duplamente oprimida, à opressão por ser mulher deve ser adicionada a opressão por ser negra. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento. A imagem que ela oferece é a de diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Não considerar as condições das mulheres negras e suas menores possibilidades de inserção no mercado de trabalho e outros reflexos da desigualdade é também consolidar essa universalidade que invisibiliza e não reconhece as diferentes posições sociais devido a classe, gênero e raça, ignorando privilégios e exclusões. Pensar em interseccionalidade “nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências” (AKOTIRENE, 2018, p. 40).

Adotando nisto o ponto de vista de Crenshaw, frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra quando e como mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (AKOTIRENE, 2018, p. 58).

O “lugar de fala”, um dos temas mais recorrentes nos contextos de interseccionalidade e nos feminismos atuais, discute representatividade e poder. Não deve ser entendido como direito de levantar voz ou não sobre determinada opressão - pois este falar “não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO, 2017, p. 67) - , mas a partir da perspectiva de que determinados grupos são subalternizados e têm seus lugares de fala silenciados, em suas produções intelectuais, saberes, vozes e espaços sociais.

“Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade de pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa” (RIBEIRO, 2017, p. 83-84). Similarmente, não apenas grupos subalternizados podem falar a partir de suas condições sociais como também grupos hegemônicos, produzir conhecimento e reflexões em seus privilégios sociais – que mulheres brancas pensem sobre feminismo negro, que homens brancos tensionem e combatam o racismo e machismo, e, em decorrência, que apresentem seus lugares de fala baseados em suas localidades sociais.

A urgência em discutir posições sociais trouxe aos grupos feministas não apenas um feminismo de prestação de serviço, mais generalizado e instrumentalizado, como também um feminismo mais segmentado, e, de certo ângulo, coletivo. Se antes os movimentos de mulheres eram realizados com pequenas reuniões, em casas ou em grupos fechados por proximidades sociais, seja de um clube de leitura, pela universidade ou classe social, agora a relação configura-se mais dispersa, difusa e pluralizada.

Isto faz sentido juntamente a um dos temas centrais desta dissertação ao pensarmos nas relações entre mulheres em rede, que utilizam das participações virtuais para não apenas consumo como também produção de saberes feministas, de temáticas como maternidade, desigualdade de gênero, machismo, trabalho, aceitação do corpo entre outros. A possibilidade de compartilhar experiências e produzir significados, intermediada pela rede, proporciona um maior alcance para os diálogos, que não se desenvolvem presos a espaços físicos e atingem diferentes faixas etárias (LEMOS, 2009).

Organizações não-governamentais surgiram por interesses femininos de reivindicarem lutas pela opressão subordinada à mulher e pelas condições de raça, sexualidade e classe, como o Geledés, fundado pela pesquisadora Sueli Carneiro em 1988, para desenvolver ações de defesa social em especial das questões de gênero e raciais. A institucionalização desses movimentos expandiu um movimento social mais cidadão, com participação de profissionais nas áreas de saúde, educação, comunicação e políticas públicas para a promoção da igualdade social, capacitando e prestando serviços de promoção aos direitos humanos.

Unidos à luta dos negros, das mulheres, das transsexuais, das lésbicas e de grupos excluídos dentro dos princípios dos direitos humanos, o feminismo emancipou-se em uma roupagem mais plural, alicerçado na visão interseccional de que não seria preciso pertencer à determinada classe oprimida para assim lutar com ela. Figaro (2018a) pondera que a partir do feminismo interseccional é possível “entrelaçar os diferentes aspectos da exploração e da discriminação, mostrando suas

sobreposições e, mais ainda, permite recolocar o movimento feminista no cenário da política” (FIGARO, 2018a, p. 576).

Tais reivindicações igualitárias trouxeram a tona a necessidade de lutar por espaço e produção de sentidos no cenário social para existir enquanto ser humano e necessário de direitos. O feminismo encontrou nos anos 1990, uma onda interseccional que abriu espaço para diversas segmentações do movimento, abarcando levantes de várias causas e defesas, a exemplo o do feminismo negro, lésbico, ecofeminismo e até o feminismo radical.

1.3 CIBERFEMINISMO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO PARA VISIBILIDADE DE LUTAS

Os grupos feministas encontraram âmbito de atuação e luta nos movimentos de união das organizações não-governamentais, perpetuando caminhos através de debates, oficinas e palestras educativas, instrumentalizadoras e de empoderamento. Além disso, as novas tecnologias de comunicação possibilitaram que esses interesses sociais alcançassem novas plataformas e possibilidades de ativismo, principalmente na rede virtual.

De qualquer forma, é basicamente por intermédio de ONGS que o feminismo existiu e se manifestou no Brasil na última década, tanto na ponta de lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres (PINTO, 2003, p. 97-98).

Nos anos 1990, os grupos e movimentos sociais como o feminismo emergiram-se nos contextos de conflitos e interesses identitários por novas atuações políticas, com ênfase na participação interativa nos espaços comunicacionais da internet (LEMOS, 2009).

A comunicação mediante os ambientes virtuais desenvolveu-se nos últimos anos e a rede foi reconhecida não como uma amostra, mas como permanente via de interação social dentro das rotinas cotidianas. A possibilidade de participação é cada vez maior, produzir e filtrar conteúdos em um espectro que não depende mais de organizações governamentais ou de massa para desenvolver e produzir frutos de suas interrelações (CARDOSO; CASTELLS, 2005).

Desenvolve-se uma quarta onda do feminismo que, tendo como contexto mudanças sociais e transformações digitais e midiáticas, encontra-se intrinsecamente relacionada com os novos ambientes em rede. Pretendemos, neste sentido, desenvolver e dissertar sobre uma nova construção de feminismo: o feminismo em rede, também denominado como ciberfeminismo.

A co-habitação entre as tecnologias e os movimentos sociais é um fato que marca a contemporaneidade, como por exemplo, o hacktivismo, as rádios comunitárias, dentre outras manifestações. De fato, a tecnologia é apenas uma perspectiva para se olhar para os movimentos sociais e, ao fazermos o uso desta lente, devemos pensar em que medida as novas tecnologias redimensionam esses movimentos. No caso do feminismo, e mais especificamente do ciberfeminismo, é preciso termos em conta as diferentes camadas e diferentes temporalidades que as tecnologias utilizadas por esses movimentos perpassam (LEMOS, 2009, p.8).

O termo ciberfeminismo surgiu antes da internet convencional moldada no WWW (*World Wide Web*), em sistemas como as BBS e intranets universitárias, espaços virtuais onde as redes virtuais começavam a ser desenvolvidas em localidades acadêmicas e centros estudantis, em países de diferentes localidades geográficas como Alemanha, Estados Unidos e principalmente na Austrália, com o grupo VNS Matrix, formado por mulheres que propuseram o “Manifesto Ciberfeminista”, em 1991.

Também teve importantes reivindicações de direitos e de emancipações no “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista”²¹, em 1985, pela autoria da escritora Donna Haraway. A crítica surgiu em contraposição aos movimentos feministas da época e a fim de dissociar os padrões de naturalização da mulher, rompendo com a política de identidade atual e reformulando conceitos pela ideia de afinidade e não naturalização.

Embora não dimensione especificamente os campos ciberfeministas, Haraway apresenta uma crítica acerca do uso e da inserção das tecnologias na vida humana, percebendo a ótica feminista por outros viéses, tendo nos meios e nas comunicações, possibilidades de ativismo político.

Ao afirmar que somos todos ciborgues, Haraway problematiza a crise de identidade pós-moderna pela subjetividade humana. Lemos (2009) destaca que, nesta perspectiva, os humanos estão inerentes ao pertencimento das máquinas em processos de construção “não só de identidades, mas de afinidades, já que tanto a natureza quanto o humano são construções do pensamento e também do desenvolvimento tecnológico” (LEMOS, 2009, p. 14).

Sobre o ciberfeminismo e a lógica do pensamento feminista, Haraway visualiza o movimento por seu viés pluralizado, pois a própria definição excluiria pelos critérios normativos intrínsecos e inconscientes (HARAWAY, 2000). O conceito identitário, em consequência, é visto como contraditório, parcial, estratégico; as identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas; “em um mesmo corpo, não só feminino, reúnem-se o mecânico e orgânico, a cultura e natureza, o simulacro e o original, a ficção científica e a realidade social” (LEMOS, 2009, p. 15).

21 Ensaio escrito por Donna Haraway, em referência ao Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, integrando posicionamentos acerca do feminismo socialista estadunidense.

Deste modo, a revolução ciborgue acontece pela interação entre mulher e meios tecnológicos, de tal maneira que essa junção possa, por fim, provocar uma nova articulação dos espaços e das narrativas constituídas, uma maneira de ativismo politicamente feminista. O hibridismo do movimento ciborgue pela relação social com as máquinas também refere-se à possibilidade de conectar-se com redes e consumir e produzir informação mediante esses novos meios tecnológicos, perdendo noções de fronteira e limites sociais; pensamento por ora precursor pois não havia uma tecnologia como hoje é desenvolvida na internet, e sim algo anterior a essa capacidade virtual.

Podemos destacar o desenvolvimento do movimento ciberfeminista por uma necessidade de contestação não apenas de grupos e das teorias feministas como também das lógicas territoriais e da própria tecnologia como ferramenta de ativismo político. Esses novos territórios sempre partiram de uma presença majoritariamente masculina e foram, por posições dominantes, sendo construídos em uma instrumentalização técnica de mulheres que antes não tinham contato com computadores – pelos hardwares e demais equipamentos, utilização de softwares de produção - para ser utilizado como um espaço de relação de poder e gênero.

Obviamente, la inmensa mayoría de estos productos están diseñados por hombres para negocios y para operaciones militares. Dominios todavía principalmente masculinos (por ejemplo, los hombres son los que hacen la política) en los que ellos tienen el poder de comprar y por lo tanto los productos son diseñados para satisfacer sus necesidades o para explotar sus deseos. Desde al principio la entrada en este mundo de alta tecnología (la clase virtual) ha sido manipulada en favor del sexo masculino. Esto no quiere decir que las mujeres no usen tecnología compleja. Las mujeres son unos importantes consumidores y ayudan a mantener el status quo cuando usan la tecnología de una forma pasiva (WILDING, 1997, p.3).

A presença do ciberfeminismo desenvolve-se em sua natureza nômade, espontânea, anárquica, difusa e ao mesmo tempo, coletiva. Essas condições, se por um lado possibilitaram uma amplitude maior de manifestações artísticas, experimentos, produções de gênero e de crítica, por outro, precisam ainda provocar um espaço de igualdade a partir desses aspectos técnico-sociais, podendo ser percebido como um campo fundamental para a luta de gênero e que precisa de diversificação e diversidade social. Parte, portanto, de reconhecer e enxergar a mulher por uma ótica estratégica não apenas como produtora de conteúdo em rede, mas também como consumidora e em consonância às trocas de experiências e relações sociais em rede (WILDING, 1997).

O movimento ciberfeminista, por fazer parte de um encontro entre as evoluções sociais e digitais e ao mesmo tempo com as mudanças das próprias ondas e reivindicações feministas,

emoldurou-se em condições específicas, variando de outras organizações por suas características de difusão e ao mesmo tempo coletividade.

Diferentemente dos movimentos dos anos 1970 e até começo de 1980, período nos quais os grupos segmentavam-se para atuar por diferentes causas, com ações identitárias e cisões internas; na quarta onda do movimento feminista, ações ciberfeministas utilizam a internet para reunirem-se e trocar informações e experiências, discutindo relações entre gênero e tecnologia.

Nas décadas de 1960 e 1970, acontece o “boom” dos estudos de gênero que reposicionam os papéis sociais da mulher em diferentes níveis. Talvez, tenha sido necessário, em um primeiro momento, que o feminismo eclodisse do pensamento da diferença sexual para igualdade de direitos e após isso, se subdividissem em diferentes visões e subjetividades femininas, tanto no campo acadêmico quanto no campo político (LEMOS, 2009, p. 37-38).

Mesmo a quarta onda feminista surgindo em um movimento pluralizado pelos seus variados grupos identitários, revelou-se também perspectivas unitárias devido a maior aproximação virtual para as interações sociais, com mais narrativas polifônicas e tecnológicas.

A utilização das tecnologias comunicativas não apenas aproximou e formou grupos feministas e de outros movimentos sociais como também possibilitou uma interação virtual que dispusesse da criação e produção de saberes, pautas e trabalhos relacionados a gênero, tanto nas áreas da literatura, da arte e da própria comunicação; artistas ciberfeministas passaram a utilizar a internet para produzir, veicular e trocar informações sobre feminismo e relações de gênero.

O ciberfeminismo, por surgir vinculado a uma quarta onda do movimento feminista, faz parte da relação do pós-feminismo e vem de uma construção de novas quebras de paradigmas no que se refere às identidades sociais, interagindo entre tecnologia, política e também ativismo social.

Wilding (1997) propõe a perspectiva do ciberfeminismo nas compreensões pós-feministas e da necessidade de inclusão da mulher no espaço virtual, ao reconhecer que a estratificação social reflete diretamente na dificuldade de inserção em rede e também na produção ou invisibilidade de conteúdo, superando o que é disposto como um isolamento da cibercultura, permitindo que as mulheres conectem-se umas às outras.

Para caracterizar o ambiente virtual, precisamos entender os conceitos de ciberespaço e cibercultura desenvolvidos por diversos autores dos campos teóricos da comunicação, com ênfase para Levy (1997), que descreve a rede por seus parâmetros não apenas de técnicas e ferramentas digitais, mas sim em suas possibilidades de interação, produção de conteúdos e troca de experiências em sociabilidade.

Como uso diversas vezes os termos "ciberespaço" e "cibercultura", parece-me adequado defini-los brevemente aqui. O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. A primeira parte, onde começo colocando o problema do impacto social e cultural de todas as novas tecnologias, fornece uma descrição sintética dos grandes conceitos técnicos que exprimem e sustentam a cibercultura (LEVY, 1997, p.16).

A rede, portanto, configura-se disposta a abranger os diversos públicos, narrativas e pluralidades sociais, pela simples ótica de que o mundo virtual está disponível - nos meios tecnológicos – para ser utilizado a um clique. Ao mesmo tempo, encontra-se submersa nos problemas sociais assim como fora dela.

Em uma perspectiva reivindicatória, Wilding (1997) propõe o ciberfeminismo como ambiente de lutas, experiências e inclusões para que as mulheres possam trocar suas vivências e produzir conteúdos emancipatórios.

El cyberfeminismo podría proporcionar un site de concienciación progresiva donde las mujeres puedan contar historias sobre sus experiencias con todos los aspectos diferentes de la tecnología y como esto afecta a sus vidas. Este site podría enseñar a las mujeres a cuestionarse la creciente transparencia de la incursión tecnológica en sus puestos de trabajo y en la vida cotidiana. Y por supuesto, se debería encaminar hacia el desarrollo en educación, información, y activismo, concierne a la femineizada “economía domestica global (Haraway)” que está empeorando profundamente las vidas de las mujeres en los países desarrollados (WILDING, 1997, p. 7).

O movimento ciberfeminista, deste modo, mostra-se conectado virtualmente para produzir conteúdos que problematizem questões sociais relacionadas ao gênero, bem como às outras localidades sociais, como raça, sexualidade, classe e nacionalidade.

Embora o ciberfeminismo em sua gênese esteja entendido como um movimento pós-feminista na perspectiva ciborgue de Haraway (2000), com as manifestações artísticas e o ativismo político feminista de grupos como o VNS Matrix, esta dissertação de mestrado pretende desenvolver os conceitos de ciberfeminismo baseados em uma visibilidade mais ampla do termo, entendendo-o a por seus campos de interações, mobilizações e agregações de produções feministas em rede.

Pelo uso do espaço virtual por portais feministas para a disseminação de conteúdos e de causas relacionadas à desigualdade de gênero, empoderamento, racismo, interseccionalidade e presença da mulher nos espaços públicos – o objetivo desta pesquisa é refletir sobre as

contribuições das produções jornalísticas com perspectiva de gênero. Neste sentido, o portal a ser analisado e discutido nesta pesquisa é a Revista AzMina, que surgiu em 2015 e caracteriza-se como “instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual”²².

A quarta onda do movimento feminista, com a utilização das novas tecnologias comunicacionais, pode propiciar o desenvolvimento da produção de gênero e reivindicações feministas nas redes, em lutas contra a violência de gênero, debates dos direitos da mulher, campanhas preventivas da saúde feminina e outras. E, ainda, articular a rede em um espaço de pertencimento, estabelecendo parâmetros entre a relação das mulheres com a tecnologia e a busca pela igualdade de gênero.

Não pode ser entendida simplesmente pelas novas formas interacionais em rede, como também pelos movimentos de união, difusão e pluralização de vozes. Neste sentido, a interseccionalidade surge como uma das bases da quarta onda feminista: um momento em que mulheres negras, brancas, indígenas, trans, cis, lésbicas produzem conteúdos em suas diversas localidades sociais (PISCITELLI, 2009).

Com os anos 2000, o crescente uso de tecnologias na vida cotidiana e a presença das ferramentas digitais proporcionaram importante espaço de acontecimento de debates públicos, mediante redes sociais, chats, fóruns e espaços virtuais e com a utilização de abaixo-assinados e outras mobilizações políticas em rede.

Após as manifestações e protestos de junho de 2013 no Brasil, que iniciaram devido ao aumento da tarifa do transporte público e cresceram de proporção mediante diversos movimentos sociais, as marchas ganharam força nas ruas reivindicando pautas como a igualdade de gênero, contra a violência à mulher, à corrupção e outros levantes sociais.

As ruas não mantiveram a temperatura de junho, mas o entusiasmo dos manifestantes que acreditavam nessas transformações definitivamente não se perdeu. Pelo contrário, desdobrou-se em outras marchas, outras demandas, outros movimentos, estratégias e linguagens políticas, visceralmente ligadas ao éthos de junho (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p.29).

Uma das marcas das manifestações contemporâneas são as campanhas sociais em rede, que através da mobilização virtual, especialmente por redes sociais como Twitter e a Facebook, desenvolvem discussões e permeiam ações públicas, como os protestos de 2013, através de vídeos,

²² Disponível em: <<http://azmina.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 31 mar. 2019.

fotos e utilização de *hashtags*, como *#WhiteMonday*, *#VemPraRua*, que alcançaram 20 mil compartilhamentos no primeiro dia, 17 de junho, levando 270 mil pessoas para as ruas e fizeram parte de um movimento de ocupação de 130 cidades do país, com 1,4 milhão de pessoas três dias depois (HOLLANDA; BOGADO, 2018).

As pluralidades de vozes dos movimentos sociais trouxeram imbricações importantes para as diversas formações e construções dos feminismos a partir do movimento negro, lésbico, trans e outros que tiveram espaço não apenas nas redes como também nas ruas. Não tendo relação partidária, a autonomia das reivindicações “não dependiam exclusivamente do sistema político e operavam também por meio das ações diretas e dos debates e laços criados na ocupação coletiva dos espaços públicos” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 27). Tais manifestações expressam a força do movimento feminista que, por pequenos grupos, reproduzem discursos de sororidade²³, importante ferramenta de empatia de fala, como também expor violências de gênero.

As reivindicações sociais nas diversas linguagens dos grupos feministas na quarta onda feminista tiveram importante demarcação sobre a objetificação e a opressão através do corpo feminino. A Marcha das Vadias, que surgiu em 2011 no Canadá e alcançou diversos países no mundo, como o Brasil, foi um protesto contra a cultura do estupro na relação de normatização da violência sexual contra a mulher. Por diversas capitais e cidades do país, mulheres saíram às ruas com roupas normais e também as consideradas “provocantes”, como saias e lingerie, para satirizar e repelir a crença de que a mulher pode provocar crimes como assédio sexual e estupro pela roupa que esteja usando.

A descolonização do corpo e sua desconstrução como forma de protesto e também do termo “vadia” (usado em uma lógica contrária à desvalorização e sim como uma reapropriação da palavra), bem como a luta pela igualdade de gênero e pelo fim da violência foram pontos-chave da lógica da manifestação, como também pondera Ivana Bentes:

Destaco a emergência de novas linguagens nesses movimentos urbanos: as mulheres da Marcha das Vadias exibindo seus seios e corpos pintados, reivindicando direitos e liberdade [...] Ou seja, falamos de uma reinserção do corpo e dos corpos nas manifestações. Estamos nesse momento intenso de potencialização política e da emergência de novos discursos e atores que usam as redes sociais e se organizam conectando as redes digitais com os territórios e os corpos. Olhando para as imagens produzidas, cartazes, memes na internet, *hashtags*, vídeos e fotografias, encontramos uma transversalidade e complementaridade desses movimentos e discursos (BENTES apud HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 24-25).

23 União de mulheres baseada na empatia como dimensão ética, política e prática, considerada como um aspecto presente nos movimentos feministas.

A produção e mobilização de conteúdos feministas nas redes sociais alcançaram números que conectam internautas de todos os lugares do país com destaque para páginas de Facebook como Não me Kahlo (1.2 mi curtidas em mar/2020), QG Feminista (32 mil curtidas em mar/2020) e Diários de uma feminista (1 mi curtidas em mar/2020), exemplos de diversas abordagens feministas em rede.

A produção de campanhas e mobilizações em prol da violência contra a mulher, do combate ao machismo, racismo, transfobia e homofobia, a favor da igualdade de gênero e do empoderamento feminino encontraram respaldo não apenas nas internet e nas redes sociais, com as trocas de experiências entre mulheres do mundo afora, como também no espaço crítico do jornalismo pela possibilidade de visibilizar assuntos considerados negligenciados pelas práticas e produções hegemônicas.

O midialivrismo, a mídia como movimento social, surge como potencialidade jornalística de relacionar-se com as reivindicações sociais (MAZZARINO; MIGUEL, 2016), quando a internet estabelece-se em disputa e produção de significados, conceitos que serão tensionados e explicitados de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

Campanhas de mobilização em rede como #CarnavalSemAssedio e #MamiloLivre são exemplos das estratégias midialivristas que mesclam jornalismo, diálogo, visibilidade e mobilização em tempos virtuais, para questionar os espaços públicos e as opressões sofridas pelas mulheres em sociedade; além de utilizar a hashtag como potencial de organização e distribuição de conteúdo (HOLLANDA; COSTA, 2018). A exemplo, as campanhas #CarnavalSemAssedio e #MamiloLivre, promovidas pela Revista AzMina em 2018; a primeira incentivando o debate sobre o assédio feminino e a segunda contra a censura do corpo feminino, propondo a luta pelos direitos femininos, a liberdade de gênero nas ruas e nas redes sociais.

A utilização de estratégias virtuais para a produção de conteúdos e mobilizações ciberfeministas pode ser relacionada com a prática midialivrista também pela campanha “Chega de Fiu-Fiu”, desenvolvida pelo portal feminista ThinkOlga. A pesquisa com oito mil mulheres sobre casos de assédios em ruas, ônibus, metrô e outros espaços públicos identificou os pontos críticos de denúncias. As vítimas podiam compartilhar ou denunciar o caso e levantando estatísticas pelos recursos multimídias e de geolocalização (SOUZA, 2015). A ONG produziu para impressão e download uma cartilha informativa combatendo a lógica das cantadas e elogios nos espaços públicos, com informações e serviços de acolhimento, além do vídeodocumentário “Chega de Fiu-fiu” que retratou a realidade dos assédios em vias urbanas em várias capitais do país.

A partir de referências de difusão, coletividade e o pluralismo em suas várias localidades sociais, o movimento feminista na quarta onda apresentou novas ferramentas a expressões de lutas, como os protestos nas ruas, manifestações e grupos reivindicando igualdade de direitos e contra opressões cotidianas. A identificação de “todas por todas”, a exposição virtual de temas considerados tabus, como relacionados ao corpo, a dinâmica da exposição e do anonimato e as manifestações em rede trouxeram narrativas que, como expressam Hollanda e Bogado (2018, p. 36):

Expõe uma empatia que não se dá através de laços estreitos e íntimos, preestabelecidos por relações de proximidade e convívio anteriores ao evento da manifestação, mas por uma paradoxal pessoalidade impessoal. Aqui, é importantíssimo sublinhar que essa experiência desafia diretamente um limite conhecido das ações coletivas tradicionais, que sempre esbarravam na dificuldade de identificação subjetiva entre os participantes dos protestos.

Essa realidade social, portanto, situa não apenas o ambiente das manifestações nas ruas como também o conglomerado de ideias, pessoas e vertentes que habitam o espaço em rede; as manifestações e diálogos feministas não dependem de relações pessoais próximas para promoverem a discussão e a troca de experiências e mobilizações, senão da identificação do próprio grupo. “Os feminismos em rede se empenham no uso e na forma de novos instrumentos em suas lutas. Mais do que defender racionalmente ideologias, os grupos produzem laços que tecem uma expressiva percepção comum” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 47).

A narrativa, deste modo, acontece de maneira reiterada, integrando a experiência coletiva e em uma espécie de horizontalidade, como na campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas”, realizada em 2016 após o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos, que levou milhares de mulheres às ruas no país contra a cultura do estupro.

As atuações feministas na quarta onda do movimento integram reivindicações novas, com pluralidades de encontros e de lutas e na força potencializadora da difusão do ambiente em rede. Desta forma, o feminismo configura-se em uma perspectiva ampla de raça, classe, sexualidade, além de faixas etárias, vinculando diferentes gerações de mulheres para pautas em comum a partir da capacidade multiplicadora da internet, intensificando “uma estratégia feminista histórica, que se baseia na força agregadora do privado e das narrativas pessoais (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 60).

2 – NARRATIVAS MIDIALIVRISTAS: MOVIMENTOS SOCIAIS AO ATIVISMO (E JORNALISMO) FEMINISTA EM REDE

Ao mencionar “redes”, vislumbra-se uma imagem vinculada às redes sociais, como Twitter e Facebook; porém, devem ser entendidas como formas de conexões e interações sociais que desenvolvemos. As redes desenvolvem-se não apenas via internet. A própria sociedade e a comunidade que estamos é uma rede. Neste sentido, pretendemos discutir as transformações do jornalismo em rede com ênfase na perspectiva de gênero, tendo como objeto de pesquisa a Revista AzMina, para investigar suas configurações e mudanças nas mobilizações virtuais.

Os movimentos sociais constantemente tiveram relação com as articulações e conquistas ao longo da história humana, mobilizando os meios de comunicação e informação em movimentos locais, globais, regionais, internacionais e transnacionais (GOHN, 2011).

Com a utilização da internet, passamos por uma mudança de caminhos. Se antes a rede desenvolvia-se apoiada a uma localidade geográfica mais próxima, com os ambientes virtuais interagimos com milhares de pessoas todos os dias em uma nova esfera de relação social, configurando-se, em suma, a era das redes distribuídas, com o objetivo vinculado à descentralização da informação (UGARTE, 2008).

A rede representa, sobretudo, disputas de poderes e forças, articulando-se “não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais” (GOHN, 2011, p. 333).

Em síntese, as redes devem ser entendidas como parte do fluxo vivo de conexões entre as pessoas; indivíduos unidos em busca de direitos e de participações mais autônomas na constituição democrática de um povo (UGARTE, 2008).

O ritmo das narrativas nas redes é instantâneo, simultâneo e global (no tempo real), marcado pela velocidade da informação e do compartilhamento. Constitui-se como importante elemento no processo comunicacional. “Daí, a importância da velocidade – na circulação de capitais, mercadorias e pessoas, no processamento das informações, na produção do conhecimento etc – e sua radicalidade na transformação do ritmo da vida humana” (SODRÉ, 2010, p. 199).

Como consequência, surge uma hipertransitoriedade das relações sociais, como explica Sodré (2010, p. 199):

O lema “não há longo prazo” é apontado por Sennett como lei contemporânea; relações humanas, trabalho, projetos – tudo se direciona para a curta duração. Objetos, valores, identidades passam a existir num quadro de rápida obsolescência e de definitiva incerteza quanto a seu sentido. Passado e presente são recalcados e substituídos pelo domínio do futuro, travestido com as aparências do “novo”, sobre o aqui e agora da existência.

Com as tecnologias virtuais, a variabilidade de veículos de comunicação cresce, disseminando informações e encontrando espaços amplificados nas redes. Ao mesmo tempo em que estamos imensamente conectados, também dependemos dos processos de revolução para alcançarmos diálogos e construirmos discursos contra-hegemônicos²⁴, como descreve Castells (2006, p. 225):

A era da informação é nossa era. É um período histórico caracterizado por uma revolução tecnológica centrada nas tecnologias digitais de informação e comunicação, concomitante, mas não causadora, com a emergência de uma estrutura social em rede, em todos os âmbitos desta atividade. É um processo de transformação multidimensional que é ao mesmo tempo incluyente e excluyente em função dos valores e interesses dominantes em cada processo, em cada país e em cada organização social.

Os veículos midiáticos encontram-se mais inseridos às novas possibilidades técnicas e isto não significa uma extinção da mídia tradicional, mas sim uma coexistência e “integração da esfera do atual (trabalhado na esfera pública por jornais, rádios, televisão etc) com a do ciberespaço, onde são proeminentes as tecnologias digitalizadas do virtual” (SODRÉ, 2010, p. 78-79).

De acordo com Manovich (2006), os meios de comunicação e as linguagens midiáticas estão passando por transformações na era digital. Do mesmo modo, estamos convergindo midiaticamente pelo desenvolvimento acelerado dos meios tecnológicos e da inserção destes nos processos sociais, aproximando-se do que Jenkins (2009) descreve como “cultura da convergência”.

Se na sociedade industrial de massa indivíduos poderiam desfrutar de uma seleção por igual de bens culturais, em uma nova perspectiva do desenvolvimento pós-industrial, cada pessoa obtém uma variabilidade maior de escolhas, podendo, inclusive, utilizar as interfaces do computador para criar e transmitir materiais na rede (MANOVICH, 2006).

A convergência incentivada pelas redes remete à circulação de conteúdos produzidos pela criação ativa dos próprios consumidores, em um fluxo dinâmico, instrumental, tecnológico e cultural (JENKINS, 2009), entrelaçada tanto nos processos de globalização como na busca pelas noções de identidade, do local e do regional, como afirma Martín-Barbero (2006, p. 54):

²⁴Hegemonia a partir do conceito de Antonio Gramsci de uma ação ou um conjunto de ações ideológicas que produzem uma dominação de uma classe sobre a outra. Quanto mais difundida determinada ideologia, mais sólida desenvolverá a hegemonia. Apesar do autor não ter usado os termos contra-hegemônicos e contra-hegemonia, foram utilizados como tentativas de designar caráter de oposição às estruturas e uma visão alternativa (DOWNING, 2002).

Dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades. Os processos de globalização econômica e informacional estão reavivando a questão das identidades culturais – étnicas, racionais, locais, regionais – até o ponto de convertê-las em dimensão protagônica de muitos dos mais ferozes e complexos conflitos internacionais dos últimos anos, ao mesmo tempo que essas mesmas identidades, mais as de gênero e as de idade, estão reconfigurando a força e o sentido dos laços sociais, e as possibilidades de convivência no nacional e ainda no local.

A sociedade contemporânea, como pondera Sodré (2006, p. 20), encontra sentido na midiatização como tendência “à virtualização das interações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação”.

Os movimentos em rede, em uma ótica mediada pela rapidez e fluidez dos conteúdos, reprogramam-se e adquirem autonomia em meio à coletividade do infinito virtual, pois “quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero” (CASTELLS, 2013, p.16).

A internet popularizou-se em meados dos anos 1990 e foi inserida como parte da construção da própria comunicação cotidiana, pelo uso de computadores e aparelhos na vida das pessoas e também nas instituições (RÜDIGER, 2011). Conceituamos cibercultura baseada no entendimento dos fenômenos relacionados ao uso das tecnologias de comunicação, como “conjunto de práticas e representações que surge e se desenvolve com a crescente mediação da vida cotidiana pelas tecnologias de informação” (RÜDIGER, 2011, p. 291).

Sobre as relações de poder relacionadas às tecnologias, Sodré (2010) discorre:

Nenhuma máquina gera por si mesma, diretamente, poder. Este decorre do modo de organização da produção e da vida social que, na presente etapa do sistema capitalista estende a atividade produtiva à variedade das práticas humanas, principalmente aquelas de ordem simbólica destinadas à formação da demanda, isto é, à formação de sujeitos plenamente aptos (por saúde, família e educação) ao consumo (SODRÉ, 2010, p. 80).

Os processos de comunicação mesclam-se em uma dinâmica de horizontalização, na qual usuárias podem produzir conteúdo em rede, atuando não apenas como receptoras mas também emissoras na mídia digital (RÜDIGER, 2011). Ao citar Castells, o autor pondera que a internet e as mídias não podem ser vistas como meios de comunicação tradicionais, pois ultrapassam os processos de atuação e interação na sociedade em rede.

As linguagens e narrativas em rede, como afirma Bentes (2015), não podem ser entendidas meramente como aparatos relacionados aos ambientes virtuais, mas como campos de disputa e de expressão.

Entendemos que o campo da cultura hoje faz a disputa social e a de narrativas. Daí a necessidade de uma política de comunicação e mídia para o campo cultural, articulando os produtores de cultura a uma rede de comunicação inovadora e fluida, independente e regionalizada em todo país: circuitos, sites, blogs, web tvs, web rádios, rádios, TVs comunitárias, TVs públicas, pequenos jornais, revistas, perfis nas redes sociais etc (BENTES, 2015, p. 191).

Podemos entender as produções em rede como parte desses processos de mobilização, desenvolvendo conteúdos com diferentes temáticas e formatos, interação e conflito. Comunicando-se por meio de blogs, redes sociais, fóruns, podcasts, revistas e jornais, a atividade jornalística insere-se no ambiente em rede para produzir e amplificar discursos.

As reconfigurações das lutas dos movimentos em rede materializaram-se baseadas na capacidade de estruturação e manifestação dos ambientes virtuais, trazendo esperança e sentido de pertencimento às milhares de vozes que ecoariam igualmente em meio à difusão, coletividade e, de certa forma, caos da internet. “Os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 337).

Os movimentos sociais em rede reconfiguraram-se, segundo Castells (2013), desde as manifestações e protestos de 2011 ao redor do mundo, com diferentes causas e localidades, mas em comum o interesse e atuação situados na comunicação a partir das tecnologias.

Marchas que foram da África à Europa, da Tunísia à Islândia, demonstraram a força de povos indignados e dispostos a lutar em insurgências políticas, ocupando praças, ruas e outros espaços públicos em desacordo às atuais instituições políticas e pelo sentimento de perda de direitos, autonomias e democracias (CASTELLS, 2013).

Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo, era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano (CASTELLS, 2013, p.19).

A Revolução de Jasmim, conhecida como a série de manifestações sociais que aconteceu em 2011 na Tunísia e um dos movimentos da Primavera Árabe²⁵, teve como estopim o suicídio de Mohamed Bouazizi, um jovem vendedor de rua de 26 anos que tirou a vida, autoimolando por fogo, após ter a licença negada para trabalhar nas ruas e recusar-se a pagar propina aos funcionários do governo local, em uma cidade de 40 mil habitantes em região pobre do país.

O primo de Mohamed, Ali, filmou o ato de protesto e divulgou nas redes sociais, o primeiro de uma série de manifestações entre suicídios, tentativas de suicídios e atos contra as corrupções e o regime. As ações foram reprimidas com violência policial, ferindo e matando centenas de pessoas. As repressões não cessaram. Nem mesmo as manifestações, que exigiam o afastamento dos políticos ligado ao regime, liberdade política e de imprensa e novas eleições democráticas. O fim vitorioso ocasionou a saída do presidente Zine el-Abidine Ben Ali, que estava no poder desde 1987.

Os protestos que aconteceram em várias regiões do país, foram acompanhados por vídeos em *lives* pelo Facebook, Twitter e YouTube; “processos de mobilização espontâneos que surgiram a partir de apelos pela internet e pelas redes de comunicação sem fio, com base nas redes sociais preexistentes” (CASTELLS, 2013, p. 68). A disseminação dos vídeos, das imagens e dos fatos dos protestos tornou-se um método para amplificar e legitimar a própria mobilização, como expressam Malini e Antoun (2013, p. 193):

Não é à toa que a arma mais utilizada pelos súditos resistentes contra essa soberania moderna, contra essa soberania policial, será hoje o pedido de disseminação social de informações sobre suas próprias misérias, através de novas táticas informativas, cujo compartilhamento é o seu principal valor. Durante as manifestações egípcias, no período em que todo o país teve a Internet e a telefonia celular suspensas, os pedidos eram que a rede global de ativistas amplificasse as condições autoritárias que vigoravam dentro do país. “Deem RT”, pediam os tuiteiros bloqueados pelo regime.

As comunidades, ocupadas em praças, organizavam fóruns de debates que também eram transmitidos e compartilhados na internet, além de convocações para que mais pessoas pudessem se juntar à causa, “um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiriam em outros países” (CASTELLS, 2013, p. 21)”.

Os movimentos sociais são, efetivamente, exemplos de resistência e importância para a compreensão da mídia e da cultura de oposição (DOWNING, 2002). Ademais, podemos perceber como as articulações das redes perpassam movimentos e ajudam a efetivar ações nos espaços

25Onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2011. A raiz dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia.

públicos, funcionando não apenas como ferramentas, mas também agentes dessas construções, remediando a partir dos fluxos e conexões que surgiram nos espaços físicos para a democratização das causas sociais e busca pela autonomia de direitos. Como afirma Castells (2013):

A conexão entre a mídia social da internet, as redes sociais das pessoas e a mídia tradicional tornou-se possível pela existência de um território ocupado que ancorava o novo espaço público na interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano. A revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos (CASTELLS, 2013, p. 43).

As revoluções na Tunísia espalharam-se pelo globo inteiro em outras reivindicações, objetivando políticas mais democráticas e indo contra corrupções e repressões de governos, como na Espanha, Estados Unidos, Islândia, Argentina e Brasil. “A importância e amplitude de todos estes movimentos que tem ademais, consequências não apenas locais, mas modificam os equilíbrios internacionais entre potências mudando o mapa do mundo, não podem ser desenhadas” (UGARTE, 2008 p. 59, tradução nossa).

De acordo com Parente (2014, p. 3), a presença da mídia alternativa desenvolve-se como mecanismo fundamental de articulações contestatórias, “para fazer frente ao discurso proferido pela mídia convencional, atrelada a grandes grupos de comunicação e submissão aos seus interesses políticos e econômicos”.

Essas manifestações inauguraram formas de organização e indicaram características de mobilizações sociais que estenderam-se, geradas espontaneamente, marcadas pelas redes e sem uma liderança formal senão líderes automeados de 20 a 30 anos. Marchas que ignoraram partidos políticos, incluindo os de oposição ao regime, não tendo presença organizada nos protestos (CASTELLS, 2013). E, como debatem Malini e Antoun, “quanto mais os sujeitos estão juntos e imersos em um acontecimento de rua, mais intenso e emocional fica o compartilhamento das informações na Internet. A narrativa se multiplica e alarga nas redes sociais” (2013, p. 149).

Os protestos encontraram apoio em alguns veículos de comunicação internacionais e também na rede Al Jazeera, produzindo conteúdos nas redes denunciando abusos do governo, uma relação simbiótica entre jornalistas e cidadãos com o uso das ferramentas compartilhadas mediante um jornalismo colaborativo na discussão dos eventos (CASTELLS, 2013).

Essa atividade militante contínua de ver e difundir fatos em multicanais é reportada por ‘blogueiros de rua’ conectados através da Internet 3G e *wireless*. Eles conseguem, ao se plugar da rua à Internet, fazer com que as lutas locais tornem-se mundiais (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 223).

Foi possível interpretar acontecimentos e criar narrativas sem a mediação da mídia tradicional, com uma linguagem mais colaborativa e, como pondera Jenkins (2009, p. 29), parte do processo da cultura da convergência “à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”.

No ativismo que mescla a participação nas ruas com as ferramentas virtuais, a tendência é aliar a integração do público à interatividade midiática. Isto torna a comunicação parte do acontecimento ativista e não apenas um produto, construindo discursos emocionais, espontâneos e persuasivos e não mais objetivistas e racionalistas (SODRÉ, 2010).

As redes inferem na participação dos processos democráticos a começar no aumento das ofertas mais pluralizadas de narrativas, revelando “as variadas vozes e permitindo à democracia, ‘real ou virtual’, a necessidade de sustentar a interação ou a solidariedade das ‘vozes’ do seu corpo, e, ao mesmo tempo, de respeitar sua heterogeneidade” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 78).

Relacionando-se com as novas produções em rede, a possibilidade de criar e difundir conteúdos contra-hegemônicos - sem a necessidade de antes ser pautada pela agenda dos meios de comunicação tradicionais - é uma das vantagens e características deste novo ativismo *on-line*, aproveitando as dinâmicas das ferramentas em rede para a circulação da informação (TÁSCON, QUINTANA, 2012).

O crescimento da mídia alternativa, de acordo com Downing (2002), é de suma importância para ajudar a gerar alternativas no debate público, e dessa maneira, proporcionar uma contra-informação. As redes, como espaço organizacional na luta política e democrática, encontram sentido na presença do povo, que, na coletividade, “faz o problema da cidadania pós-moderna e da segurança pública convergir na direção da organização dos movimentos sociais e seus coletivos, apontando na direção de uma nova ordem democrática (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 206).

Ao considerar a importância dessas redes para a Revolução Egípcia²⁶, parte da Primavera Árabe, Castells (2013, p. 42) traça também o paralelo sobre a necessidade de articulação *off-line*, pensando não apenas nos grupos que desenvolvem-se pelo acesso à internet, como também aqueles que não a possuem e precisam em igual fazer parte da esfera pública:

²⁶A Revolução no Egito em 2011, também conhecida como Dias de Fúria, Revolução de Lótus e Revolução do Nilo, foi uma série de manifestações de rua, protestos e atos de desobediência civil que ocorreram no Egito de 25 de janeiro até 11 de fevereiro de 2011. O principal objetivo dos protestos era derrubar o regime do presidente [Hosni Mubarak](#), que esteve no poder durante trinta anos.

O papel das redes sociais off-line preexistentes também foi importante, já que elas facilitaram a disseminação de panfletos nas favelas digitalmente excluídas, assim como as formas tradicionais de reunião social e política nas mesquitas após as orações das sextas-feiras. Foi essa multimodalidade da comunicação autônoma que quebrou as barreiras do isolamento e tornou possível superar o medo provocado pelo ato de juntar-se e compartilhar.

Em suma, é importante ressaltarmos a equivalência das organizações, debates e produções de conteúdo virtuais encontrada nessas manifestações com os movimentos feministas em rede, respaldados por alguns portais de jornalismo com perspectiva de gênero.

Tal jornalismo pode ser utilizado para denunciar modos instaurados de discriminação de gênero, mostrando como homens e mulheres são afetados diferentemente numa mesma realidade (RINCÓN, 2009). “Quando a perspectiva de gênero se põe na prática do jornalismo, aparecem outros modos de contar, outros encantos para a realidade, outros pontos de vista para compreender a vida” (RINCÓN, 2009, p.7, tradução nossa).

Ademais, as mobilizações transcendem as redes nas construções jornalísticas, desenvolvendo campanhas e articulações que geram debates, marchas e reivindicações tanto na internet quanto nas ruas.

Como abordagem exploratória sobre o ciberfeminismo desenvolvido em portais feministas com narrativas relacionadas ao jornalismo nas redes (MIGUEL; SANTOS, 2018), verificamos que o uso das redes sociais *off-line* foi importante mecanismo de desenvolvimento de ações coletivas e públicas, por exemplo na campanha “Chega de Fiu-Fiu”, realizada em 2013 pela ONG feminista Think Olga²⁷, que denunciou o assédio contra mulheres em espaços públicos, que adiantamos brevemente no primeiro capítulo desta dissertação.

A pesquisa, realizada na internet com cerca de 8 mil mulheres sobre casos de assédios em espaços urbanos, usou das potencialidades das redes para difundir informações de combate à violência, criando o mapa “Chega de Assédio”. O formulário identificou que 98% das mulheres disseram já ter sofrido assédio, 90% já trocaram de roupa antes de sair de casa por medo de ataques e 81% já haviam deixado de fazer algo, como ir a um lugar, sair a pé, com receio dos assédios²⁸.

Partindo de estratégias ciberativistas e ciberfeministas, a campanha articulou as potencialidades de compartilhamento das redes para desenvolver temáticas relacionadas a violência contra a mulher e machismo no espaço público. A utilização das articulações *off-line* foi fundamental para a disseminação e visibilidade da temática do enfrentamento do assédio sexual nos

²⁷Disponível em: <www.thinkolga.com> Acesso em: 01 jul. 2019.

²⁸ Disponível em: <www.thinkolga.com> Acesso em: 01 jul. 2019.

espaços públicos, pela criação da cartilha “Chega de Fiu-Fiu²⁹”, desenvolvida pela ONG Think Olga em parceria com o Ministério Público de São Paulo.

A cartilha, como produto para impressão e download, foi disponível como material informativo ao combate da cultura do assédio nos espaços públicos, com textos sobre serviços de acolhimento. Teve exemplares impressos e distribuídos nos ônibus, metrô e demais localidades urbanas onde o assédio encontrava-se presente; espaços *off-line* que foram reivindicados na luta que surgiu nos ambientes virtuais. “As redes da internet e de telefonia celular não são apenas ferramentas, mas formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política” (CASTELLS, 2013, p. 66).

As mulheres, por conseguinte, sempre tiveram seus papéis nas articulações das manifestações sociais seja em causas democráticas e políticas e também relacionadas aos direitos civis e igualdade de gênero (CASTELLS, 2013). Na Revolução Egípcia, mencionada anteriormente, e no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, muitas mulheres foram para a praça Tahrir e outras ocupações participarem dos protestos, com várias ativistas dos direitos humanos e das causas feministas exigindo o fim da violência contra a mulher.

A repressão tornou-se presente mais uma vez com agressões, torturas e inclusive mortes de mulheres que estavam nas manifestações. Durante um protesto, em 19 de dezembro de 2011, uma mulher foi agredida, despida e deixada desmaiada usando apenas o sutiã. Mulheres que tentaram ajudá-la também foram agredidas pela polícia egípcia, episódio filmado, divulgado e conhecido como “a garota de sutiã azul”, gerou indignações ao redor do mundo e, nos dias seguintes, levou dezenas de milhares de mulheres em protesto pelo Egito, principalmente nos campi universitários, pelo fim da violência contra a mulher e das violações pelos militares (CASTELLS, 2013).

Por fim, as revoluções conseguiram derrubar o regime de ditadura de mais de 30 anos de Hosni Mubarak, com base em um conceito essencial para entendermos as narrativas das manifestações sociais que convergem com as interações em rede, que Castells (2013) chama de “redes de indignação e esperança”, justamente o título de sua obra.

A indignação, em primeiro momento, era formada nos inconformismos de populações que, por mais que fossem pressionadas pelos governos e pela repressão da polícia - tantas vezes violenta e massacrante – conseguia juntar-se e, apoiada no coletivo, atuar em diferentes frentes pelas lutas que agiam, “juntas, tanto nas redes sociais da internet quanto nas redes urbanas formadas nas praças” (CASTELLS, 2013, p. 57). Permeou, por conseguinte, a esperança, emoção positiva que

²⁹Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/cartilha/>> Acesso em: 01 jul. 2019.

entusiasmo a mudança e a busca pelas melhorias sociais de povos que até então, talvez não acreditassem mais nas possibilidades (CASTELLS, 2013).

Em igual, podemos refletir tais perspectivas nas campanhas e outras reivindicações dos movimentos feministas, que, motivados pela indignação de violências de gênero, como casos espalhados de feminicídios, encontram força e esperança nos protestos e nas mobilizações nas redes e demais espaços públicos para visibilizar sua causa na esperança de uma mudança efetiva no combate à violência.

Em princípio, precisamos perceber as redes e seus fluxos fundamentados nas autonomias movidas pelas usuárias e usuários, configurando os espaços como narrativas de resistência tanto na internet como na rua. “As redes da internet forneceram um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social” (CASTELLS, 2013, p. 66).

Outro exemplo emblemático dos movimentos contemporâneos em rede, que contemplava pautas feministas e ajudou-nos a entender essas dinâmicas foi o 15M, na Espanha. A marcha foi motivada pela crise financeira europeia e em protesto ao governo, reunindo manifestações políticas ao longo das principais cidades do país. Os Indignados, como ficaram conhecidos, foram para as ruas de maio a outubro de 2011 e sem apoio de partidos políticos. Castells (2013) afirma que o movimento foi ignorado pela mídia pois por ter características sem lideranças e coletivo, “levou a mídia a loucura, já que em qualquer ação coletiva os rostos são ingredientes necessários de sua técnica narrativa” (CASTELLS, 2013, p. 84).

A nova subjetividade apareceu na rede. A rede torna-se o sujeito. A rejeição da liderança também foi consequência das experiências negativas que alguns ativistas veteranos haviam vivenciado no movimento por justiça global e em várias organizações radicais de extrema esquerda. Mas isto resultou de uma profunda desconfiança em relação a qualquer liderança política organizada [...] (CASTELLS, 2013, p. 84).

A manifestação que levou milhares de pessoas as ruas em Madri, Barcelona e outras dezenas de cidades foi amplamente divulgada pelas redes sociais. “No caso do #15M, a multiplicidade de ‘blogueiros de rua’ fez com que os protestos sociais vazassem por todos os lados” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 223). Apesar da cobertura dos protestos nos veículos de imprensa tradicionais não alcançar com amplitude o movimento, internautas utilizaram imagens, áudios, vídeos e informações registradas em tempo real nas plataformas *on-line*, onde mostravam o debate nas redes sociais e produziam mais interações sobre os protestos.

O papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental, como está documentado neste livro. Mas a compreensão delas tem sido obscurecida por um debate sem sentido, na mídia e nos círculos acadêmicos, ao negar que as tecnologias de comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais. Isso é óbvio. Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, neste sentido, pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. Ao mesmo tempo, porém, é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo (CASTELLS, (2013, p. 134).

2.2 CIBERATIVISMO E MIDIALIVRISMO COMO MOBILIZAÇÃO EM REDE: RECONFIGURAÇÕES JORNALÍSTICAS NA INTERNET

Como forma de ampliar o diálogo sobre as configurações das narrativas em rede, consideramos necessário traçar uma cronologia histórica sobre as tecnologias virtuais e a internet. Os primeiros computadores pessoais e softwares de programação surgiram na década de 1970 e a formação da internet foi criada por várias tecnologias em desenvolvimento, tanto pela rede militar (com interesse bélico), quanto pelo fim científico (com a difusão da cooperação social), perpassando diferentes e constantes tensionamentos na disputa de interesses, desde os “ativistas da contracultura aos pesquisadores universitários e aos militares do Departamento de Defesa Americano” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 19).

As redes podem ser dispostas alicerçadas em diferentes configurações, como descentralizadas, centralizadas e distribuídas, segundo o grau e do tipo de interação pertinente e possível em determinado ambiente, seja virtual ou físico.

A internet propiciou a criação não apenas das redes sociais, como também da própria mídia livre como organização e movimento social (MALINI; ANTOUN, 2013). Esta perspectiva une-se ao ideal da rede distribuída, na qual, por definição, uma mensagem não depende de filtros para ser transmitida, diferente da rede centralizada, que um agente passa a mensagem para todos (como na televisão), e a descentralizada, que permeia a existência de vários grupos nas transmissões de mensagens (UGARTE, 2008).

A estrutura distribuída da rede, em síntese, permitiria que cada usuária compartilhasse os conteúdos que quisesse para as usuárias que ela própria selecionasse. Porém, o papel da rede em suas características distribuídas, pela cooperação e facilitação de distribuição de conteúdo, imbricou

em conflito em seu uso, já que surgiu como produto não apenas de interesses científicos, como também bélicos (MALINI; ANTOUN, 2013). A internet, neste sentido, precisa ser entendida não apenas a partir de uma visão positiva e integrada, mas sim entendida como espaço de resistência e controle.

A internet não só facilita, como capacita e possibilita essa cooperação. Sem ela seria impraticável. Tudo teria um custo proibitivo, e com a Internet é um custo baixíssimo. Então, nessa perspectiva para além dos militares, há um outro pé da comunicação distribuída, que é a universidade, que faz com que a Internet seja uma plataforma que se abra para a colaboração sem limites, para essa cooperação ampla e ilimitada. Nós temos aí a conjugação de duas coisas aparentemente contraditórias ou pelo menos conflituosas. Uma gigantesca máquina de luta e combate para fins bélicos e uma gigantesca máquina de cooperação (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 34).

As redes surgiram como um novo sistema alternativo de produção de conhecimento, avançando tecnologicamente tanto nos hardwares como nos softwares (UGARTE, 2008). Com o objetivo de poder criar e gerar valor para sua criação, o sistema hacker procurou obter acesso às fontes de informação sem a necessidade interventora de filtros centrais (controladores de informação) para acesso às informações; uma forma mais distribuída e igualitária de interagir e desenvolver a informação e a tecnologia pela transmissão de dados (UGARTE, 2008).

A cultura hacker, parte integrante do surgimento da internet e que já sinalizava seu potencial mobilizador, surge em um ideal de livre acesso à informações e às tecnologias disponíveis, como uma forma de organização alternativa para questionar as propriedades intelectuais, de ordens privadas e de empresas, e a própria construção dos sistemas de informação (UGARTE, 2008).

Se por um lado a internet era vista por sua rentabilidade e interesse financeiro, por outro lado a existência dos hackers da rede despertam-na para outro ideal, utilizando potencialidades da programação para a troca de informações no desenvolvimento de diálogos sem a dependência de mediações de organizações e veículos de comunicação, oficiais ou privados (UGARTE, 2008).

“A questão do direito à informação é maior do que qualquer tipo de segredo” (BENTES, 2015, p. 34). A partir do momento em que a informação torna-se necessária para as questões sociais, envolvendo pautas políticas e públicas de comunidades, torna-se também parte do bem comum e essencial para atingir a todos, visível e disponível enquanto parte da construção do conhecimento social (BENTES, 2015).

Ademais, a internet não pode ser interpretada exclusivamente como solução dos problemas relacionados à mídia hegemônica, mas como espaço de disputa e que também permeia controles articulados por empresas, estados e corporações (PARENTE, 2014).

Se o espaço da internet é um reflexo da sociedade, um exemplo de contra-movimento nas redes foi a repercussão na eleição em 2018 após o #EleNão, protesto em repúdio ao candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL). O #EleNão foi considerado o maior movimento político de mulheres do Brasil e também uma das maiores marchas contrárias a um candidato³⁰, com apoio de milhões de mulheres brasileiras e também estrangeiras como a cantora Madonna e atriz Viola Davis.

Como elemento importante de seu envolvimento com as redes, o movimento utilizava *hashtags* #EleNão e #EleNunca e contava com os grupos no Facebook “Mulheres contra Bolsonaro”, com 1 milhão de participantes e também “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, com 3,8 milhões de seguidoras³¹. Apesar do intenso fluxo causado pela campanha, uma iniciativa contrária surgiu como forma de apoio ao candidato, chamada #EleSim, representando mulheres a favor da candidatura de Bolsonaro, com o grupo no Facebook “Mulheres Com Bolsonaro”, com 49 mil seguidoras e utilizando *hashtags* #EleSim e #EleSempre.

A presença de grupos e movimentos na internet proliferam a presença de “bolhas”: pessoas e coletivos segregados em ideais comuns e que não interagem - tanto por questões de identificação como também pela seleção dos próprios algoritmos da rede - com quem pensa diferente. Com os nichos de públicos, a falta de interação inviabiliza o espaço de diversidade da cidadania (FIGARO, 2018b).

Este acontecimento opõe-se ao princípio democrático no qual se baseia o jornalismo: viabilizar informações e canais de comunicação para fortalecer os espaços públicos nos diferentes interesses e pontos de vista. De acordo com Figaro (2018b), as bolhas corroboram para o potencial de crise econômica e de identidade do jornalismo contemporâneo. “A lógica econômica na organização do espaço digital dificulta o exercício da potencialidade da internet como motor de ampliação de vozes e de acesso às informações” (FIGARO, 2018b, 24-25).

A rede não deve ser entendida por um caráter salvacionista, mas ser contextualizada como ambiente propício para interações sociais e construções de movimentos e linguagens, como afirma Martín-Barbero (2006, p. 70):

30 Eleição marcada pelo movimento #EleNão, em repúdio ao candidato presidencial Jair Bolsonaro (PSL), que tornou o maior movimento político de mulheres da história do Brasil e também uma das maiores movimentações contrárias a um candidato. Mais informações disponíveis em “#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”, de autoria de Amanda Rossi, Julia Dias Carneiro e Juliana Gragnani. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>> Acesso em: 08 set. 2019

31 Informações disponíveis na matéria “#EleNão e #EleSim: o que representam os movimentos de mulheres contra e Pró-Bolsonaro”, disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/09/elenao-e-elesim-o-que-representam-os-movimento-de-mulheres-contras-e-pro-bolsonaro.html> Acesso em: 29 out. 2019.

As tecnologias não são neutras, pois hoje, mais do que nunca, elas constituem grupos de condensação e interação de interesses econômicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos. Mas, por isso mesmo, elas são constitutivas dos novos modos de construir opinião pública e das novas formas de cidadania, isto é, das novas condições em que se diz e se faz a política.

Com a inserção da internet e das redes, não apenas capacidades de filtro, hierarquização e seleção de conteúdo são preponderantes nesta construção de valores, pois “a arquitetura em rede da internet e da cultura colaborativa permite que todos sejamos produtores de conteúdo” (TÁSCON; QUINTANA, 2012, p. 72, tradução nossa).

Imbricado à iniciativa de democratização da informação e disposição de conteúdos mais igualmente distribuídos, o ciberativismo é uma forma de organização nas redes amparada nas mobilizações sociais e na legitimidade de pautas e interesses coletivos. Como explicita Ugarte (2008), desenvolve-se não como uma técnica, mas sim como estratégia de mobilização.

O ciberativismo atua a partir do discurso, das ferramentas e da visibilidade. A importância do discurso para a narrativa ciberativista vem da configuração horizontal das pautas e das interações, apoiado em fortes componentes identitários, permitindo que pessoas desconhecidas se unam por um movimento comum, sem a mediação de um centro, mas a partir das características distribuídas das redes (UGARTE, 2008).

As ferramentas atuam nas ações convocatórias, utilizando os mecanismos virtuais de engajamento para organizar e transmitir ideias e pautas sociais, “pensadas para que as pessoas, mediante pequenos gestos, possam reconhecer-se em outros como eles” (UGARTE, 2008, p. 66, tradução nossa).

Um ciberativista pode ser entendido como alguém que utiliza as redes para difundir um discurso por meio das ferramentas virtuais, permitindo mais poder e visibilidade, que até então ficavam nas mãos de organizações e órgãos institucionais (UGARTE, 2008).

“A história do ciberativismo é também a história da apropriação dos mecanismos e instrumentos para contar e difundir informações” (TÁSCON; QUINTANA, 2012, p. 102, tradução nossa). A visibilidade surge, em resumo, pela luta permanente, tanto *off-line* quanto *on-line* – um discurso, um ideal, uma narrativa que passa pela estratégia de *empowering people* (UGARTE, 2008).

Isto pode ser percebido, no campo feminista, na campanha e marcha de protesto “*Ni una a menos*” (em português: “Nem uma a menos”), iniciada em 2015, que surgiu nas redes após vários casos de feminicídio na América Latina, incluindo o da jovem Lucía Perez, de 16 anos, e levando

milhares de mulheres às ruas em vários países, como Argentina, Brasil, México, Chile, Equador e Colômbia³², exigindo o fim da violência de gênero.

O movimento estendeu-se para vários países e também pode ser observado em 2016 no Brasil após as repercussões do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, resultando na campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas” contra a cultura do estupro e a violência contra a mulher. A marcha, que teve início no Rio, alcançou pelo menos 11 capitais brasileiras, como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília³³.

Percebemos a identificação como um dos fatores fundamentais para as campanhas das redes, que surgiram na horizontalidade do movimento (“somos mulheres, estamos unidas”) e que conseguiu disseminar, nas redes e nas ruas, protestos com estratégias ciberativistas com o objetivo de mudar as agendas públicas para vir a tona temáticas de interesse público e criar um debate para modificar os comportamentos de um grande número de pessoas (MALINI; ANTOUN, 2013).

A narrativa ciberativista presente nas redes sociais, portanto, é desenvolvida e marcada pelas próprias histórias das internautas e usuárias, que descarregam suas versões e propiciam o ambiente colaborativo na construção do conteúdo, movidos pelos perfis e personagens da história, repassando ideias e interesses em comum para que atinja um debate sobre o assunto (UGARTE, 2008).

À diferença da narrativa jornalística, marcada pela autenticação dos fatos, hierarquização de fontes, predomínio do passado, busca de uma enunciação à distância do fato narrado e repetição de versões únicas, a narrativa colaborativa P2P é o relato feito por uma multiplicidade de perfis na Internet que portam o tempo da linha do tempo como um agora, assume uma franqueza no falar como valor e regra para se alcançar a verdade, identificam-se como sujeitos unidos ao acontecimento, atores de sua atualização, e têm a republicação como estratégia de alargamento de si e de sua própria potência em uma audiência intensa (MALINI; ANTOUN, 2013, p 198).

Precisamos reconhecer o importante papel da comunicação nas mobilizações sociais mediante estratégias em rede como novos ganchos de colaboração, não apenas condutores de informação como também formadores de redes de ação social, “capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 189).

32 Informações adicionais obtidas pela matéria do El País “América Latina despertou para a violência contra a mulher, diz organizadora de protesto argentino”, Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36486585>> Acesso em: 05 jul. 2019.

33 Informações adicionais obtidas pela matéria da Revista Marie Claire “Mexeu com uma, mexeu com todas: manifestantes vão as ruas contra cultura do estupro”. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/06/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas-manifestantes-va-ruas-contra-cultura-do-estupro.html>> Acesso em: 05 jul. 2019.

Como defendem Malini e Antoun (2013, p. 21), “o aparecimento do ciberativismo – numa versão hacker e comunitária – rompe com o ativismo social que se realizava até então no campo da comunicação social”. Os fazeres jornalísticos embarcam em perspectivas pluralizadas na busca pela democratização da informação, fenômeno não só expandido como reconfigurado pelas interações e potencialidades dos ambientes em rede: o midialivrismo.

O midialivrismo “substitui as formas democráticas representativas e midiáticas por núcleos centralizados (Estado), e seus órgãos de ação (instituições) por uma democracia de participação interativa, constituindo uma rede de ação direta” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 143).

Nesta perspectiva, identificamos as produções jornalísticas com perspectiva de gênero desenvolvidas pela Revista AzMina, que, como práticas midialivristas, produzem narrativas, campanhas, debates e mobilizações virtuais, propõem temáticas relacionadas a desigualdade de gênero, racismo, homofobia e outros tensionamentos, e assim, “as causas se transformam em pautas e vice-versa” (BENTES, 2015, p. 18).

A prática midialivrista na Internet surge baseada na proliferação e disseminação de conteúdos, dentro de coletivos, portais, fóruns, grupos e perfis de redes sociais como Facebook, YouTube e Twitter. Ocorre em uma ótica pós-mídia de massa, pela qual Bentes (2015, p. 13) descreve mídia massiva como “tudo que nos rouba a potência de efetuar outros mundos e pensamentos [...]”, em um jornalismo que parte da “unificação e a centralização, a homogeneização, a diminuição da polifonia, que desconsidera a ‘ruidocracia’ e a heterogeneidade das falas”.

É uma experiência que altera ontologicamente o jornalismo pensado como prática de poder, que se esconde sob o manto do informar, “reportar”, reproduzir. Estamos vendo um deslocamento da comunicação para a sua função expressiva e de invenção, nessa conversação de muitos com muitos. Não que essas funções clássicas desapareçam. Mas do que nos serve estarmos “informados”, se não temos autonomia ou meios para criar conhecimentos derivados, para fazer da informação potência de transformação dos desejos e das crenças? A mídia de massa, na sua prática pseudocientífica ou “neutra” e “imparcial”, funciona com palavras de comando ou de ordem, como afirmam Deleuze e Guattari (2011) (BENTES, 2015, p. 13).

O conceito de midialivrismo não é uma estratégia nova, apresentando-se como um ativismo midiático que utiliza da mobilização para propor narrativas contestadoras, difundindo conteúdos de contrainformação não explorados por veículos hegemônicos de maneira mais complexa e imersiva nas rotinas de redação (MALINI; ANTOUN, 2013).

Em igual desenvolvimento, o conceito do jornalismo alternativo remete ao ideal de alternativo tudo que apresenta resistência ao discurso ou modelo dominante, encontrado nos setores

privilegiados e detentores dos sistemas de poder (GRINBERG, 1987 *apud* PARENTE, 2014), alternativa “essencial para a construção de uma sociedade democrática, já que a concentração informacional significa uma perda de possibilidades de expressão de grupos locais e comunitários” (PARENTE, 2014, p. 5).

Ampliando o espectro do jornalismo alternativo, o termo mídia radical alternativa é entendido como “a mídia – em geral em pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2002, p. 22). Pode, por suas características, apresentar oposição à estrutura de poder vigente e defender uma tendência mais democrática do que a mídia convencional (DOWNING, 2002).

De acordo com Moraes (2006), não podemos entender a mídia hegemônica ou mesmo convencional, apenas moldada em manipulações e tampouco entender o público com compreensões apenas passivas; as possibilidades de interferências dos indivíduos atuam por suas capacidades criativas e ativas de produzirem demandas.

Seria miopia enxergar apenas manipulações no que a mídia difunde, ou supor que as audiências submergem na passividade crônica, pois sabemos que há emissões e respostas diferenciadas e heterogêneas – inclusive as que, às vezes, contrariam, reelaboram ou rebatem certas visões e intenções difundidas pelos dispositivos midiáticos. Não há, pois, um modelo único, que se imponha, mecanicamente, aos receptores. Entretanto, devemos examinar atentamente o outro lado da moeda. Em face da concentração monopólica e transnacional das indústrias culturais, a possibilidade de interferência do público (ou de frações dele) nas programações depende não somente da capacidade criativa e reativa dos indivíduos, como também de direitos coletivos e controles sociais sobre a produção e circulação de informações e entretenimento (MORAES, 2006, p. 45).

Os conceitos clássicos do jornalismo, neste sentido, acabam sendo transformados tendo como base a própria noção de conversação e interação; o diálogo como experiência comunicativa mais transparente e polissêmica para informar a multidão. Multidão, como discorre Bentes (2015), surge como conceito para diferenciar de massa (como algo irracional) e povo (como algo domesticado e relacionado ao Estado), sendo a caracterização de um movimento que envolve a cooperação tanto na singularidade quanto na diferença. “O movimento é tão amplo que não apresenta – e talvez nem pretenda – uma unidade de reivindicações” (PARENTE, 2014, p.14).

De acordo com Jenkins (2009), ao mesmo tempo que a superprodução de informação proporciona escolhas individuais de consumo, a cultura da convergência também une em coletivo; tanto para produzir como para consumir conteúdos e comunicação, elaborando manifestações, reivindicações, consumindo filmes, séries, músicas e inserindo-nos em movimentos.

O midialivrista, portanto, surge no meio das manifestações, protestos e outros fatos importantes socialmente não para cobrir os eventos como no jornalismo tradicional mas para participar e trazer força à própria mobilização; não apenas registrando ou reportando os casos, como também participando da própria multidão (BENTES, 2015).

Trata-se ainda de ressignificar os fatos e imagens diante da própria televisão corporativa que cobre os mesmos acontecimentos com tomadas aéreas. Imagens vindas de helicópteros, com comentários feitos por âncoras e especialistas, sentados nos estúdios. Estes – e essa seria uma das formas de distinguir o jornalista profissional do midiativista – lutam menos por uma intervenção ou ação sobre os fatos e mais pela captação e monetização da atenção e do desejo do espectador (BENTES, 2015, p. 27).

Malini e Antoun propõem a divisão do midialivrismo entre midialivrismo de massa e o midialivrismo ciberativista; dois modos com a mesma base em comum – as lutas antidisciplinares dos anos 1960 e 1970. O midialivrismo de massa organiza-se apoiado em experiências dos movimentos sociais coletivos, nas mídias comunitárias e populares, para descentralizar os poderes das propriedades dos meios de comunicação (MALINI; ANTOUN, 2013).

O midialivrismo ciberativista, por outro lado, age em pequenos focos de ação, com indivíduos atuando em pautas sociais colaborativas em rede, potencializados pelas ferramentas virtuais, buscando a ampliação e legitimidade dos direitos fundamentais e da própria liberdade de expressão (MALINI; ANTOUN, 2013).

Os midialivristas são sujeitos aparelhados e interfaceados (em sites, blogs e perfil em redes sociais etc) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos, alargando assim o espaço público midiático, porque consegue hackear a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuito de mídia (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 25).

Neste sentido, encaixamos a Revista AzMina dentro dos preceitos midialivristas por abordarem temáticas como saúde feminina, política, sexualidade, maternidade, corpo e desigualdade de gênero utilizando as articulações ciberativistas e produzindo conteúdos jornalísticos. Segundo Bentes (2015), o ideal midialivrista perpassa as causas e as parcialidades, tendo “o compromisso é com a luta por direitos fundamentais, e mais do que direitos: é uma luta para dar para visibilidade e efetuar a infinidade de mundos possíveis” (BENTES, 2015, p. 17).

“O midialivrista é o hacker das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação (MALINI; ANTOUN, 2013, p.23).

Por conseguinte, a presença do midialivrismo nas redes encontra sentido nas potencialidades das ferramentas e dos espaços do ambiente web para produzir e também disponibilizar conteúdos.

Utilizando aparatos tecnológicos e recursos midiáticos das redes, o compartilhamento em massa das informações permite óticas mais múltiplas e conflitivas sobre os acontecimentos e desdobramentos dos fatos narrados, com ativo papel de ruído aos sentidos da mensagem; um papel de contrainformação que foge do jornalismo declaradamente imparcial e espelhado, “em uma forma discursiva contraposta ao modo atual do jornalismo cobrir distanciado dos protestos sociais” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 230).

O midialivrismo desenvolve-se com a disseminação dos dispositivos móveis e das próprias mídias de comunicação, em uma conjuntura na qual indivíduos utilizam do uso das informações como um contra-agendamento, para desenvolver suas próprias pautas e reivindicações sociais e levar isso adiante junto à comunidade.

A comunicação P2P (*peer to peer*/“par a par”), organizada de forma cooperativa e descentralizada, movida por coletivos, ONG’s, grupos universitários e demais organizações, mostrou que a população não queria aliar-se a partidos ou instituições privadas para produzirem suas narrativas (BENTES, 2015).

O fazer jornalístico é reconfigurado com as possibilidades de inserção interativa das redes, permitindo que pessoas opinem e sugiram pautas nas redes. Neste cenário, o jornalismo participativo surge potencializando o resgate da construção da opinião pública para trazer, em parte, a representatividade do público-alvo. Essa prática jornalística perpassada pelas tecnologias em rede “possibilita às pessoas a produzirem informações e conteúdos multimídia e os distribuírem em diversos formatos” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 112).

De acordo com Jenkins (2009) na perspectiva da convergência midiática, a própria remodelagem da forma de consumir e de produzir conteúdos é afetada, pois os indivíduos, mais conectados e inseridos em rede, apresentam mais exigências e demandas de consumo e de informação.

A convergência exige que as empresas de mídia repensem antigas suposições sobre o que significa consumir mídias, suposições que moldam tanto decisões de programação quanto de marketing. Se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando declinante lealdade a redes ou a meios de comunicação. Se os antigos consumidores eram indivíduos isolados, os novos consumidores de mídia são mais conectados socialmente. Se o trabalho de consumidores de mídia já foi silencioso e invisível, os novos consumidores são agora barulhentos e públicos (JENKINS, 2009, p. 47).

“A partir do momento que o comentário ganha mais audiência do que a própria agenda midiática, as mídias são forçadas a mencioná-los, quando não, investigá-los” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 186). Partindo de estratégias do ciberativismo colaborativo, o midialivrismo desenvolve-se no trabalho participativo, tendo os projetos midialivristas, em suma, declarados ou entendidos por viéses de “autonomia conceitual, política e financeira, em relação aos poderes econômicos” (BENTES, 2015, p. 17).

2.3 PRODUÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO NATIVO DIGITAL: MODELOS DE NEGÓCIOS E RECONFIGURAÇÕES DO FAZER JORNALÍSTICO EM REDE

Nas décadas 1990 e 2000, os veículos jornalísticos começaram a migrar para o ambiente digital. Os jornais publicavam em seus portais a mesma produção jornalística, apenas transpondo conteúdo – inserindo publicidade e distribuindo assinaturas. O modelo de negócios, baseado em publicidade e na comercialização de assinaturas digitais, não conseguiu sustentar a produção tradicional do jornalismo. “Não basta transpor o produto jornal para a internet. É preciso revolucioná-lo no espectro digital” (COSTA, 2014, p. 81).

O conteúdo, em sua maioria, era acessado gratuitamente *on-line* pelo público, que acostumou-se a consumir informação gratuita. O usuário, além disso, tornou-se um superdistribuidor de informação, produzindo e distribuindo, participando dos debates, compartilhando e sendo importante agente na comunicação em rede. “Ele não precisa ser jornalista para informar ou opinar” (COSTA, 2014, p. 60).

De acordo com Capoano (2018), para que um veículo jornalístico consiga aumentar sua percepção de valor para o público, é necessário que a audiência identifique-se com o jornalismo produzido e sinta-se parte dessa construção de conteúdo. Este processo de fidelização é parte das perspectivas dos novos modelos de negócios pelas características expansivas das redes. Assim, garantir o diferencial de produção é um ponto-chave para a visibilidade do conteúdo.

Neste sentido, foi necessário reinventar as produções e a própria indústria para obter lucratividade no ambiente digital. “A solução começa pelo entendimento da nova cadeia de valor. Os jornais precisam chacoalhar sua forma de se relacionar com as pessoas e respeitar as novas formas de elas consumirem informações e serviços relacionados” (COSTA, 2014, p. 56). Essas novas reconfigurações suscitam a pergunta: como financiar a produção jornalística de qualidade em rede?

Existem diversos modelos de financiamento no novo modelo de negócios digital, como *paywall* (o leitor faz uma assinatura e contribui para ter acesso total ao portal), publicidade (um bom exemplo são anúncios dirigidos para públicos específicos), *crowdfunding* (uma das principais formas midialivristas de financiamento coletivo), assinaturas (não necessariamente bloqueando conteúdos, mas sim oferecendo bônus de material), doações, serviços de valor agregado (como consultorias de mídia especializada em editorias ou determinados assuntos), financiamentos (via editais de fundações, governos etc) (COSTA, 2014).

Estas “soluções” não devem ser pensadas como única fonte de receita, mas sim como parte desta, adequando para o tipo de jornalismo produzido (COSTA, 2014). As produções jornalísticas nativas digitais, isto é, que foram fundadas no ambiente em rede, precisaram e ainda precisam adaptar-se ao novo modelo de negócios que atenda às particularidades da internet.

O mercado de trabalho jornalístico reconfigura-se com as possibilidades das mídias digitais, surgindo novos caminhos na perspectiva de um jornalismo mais autônomo, como considera Figaro (2018b, p. 28):

A perspectiva do emprego para os jornalistas em empresas tradicionais vai se esvaindo. Por outro lado, o ferramental tecnológico mais leve, móvel e barato permite ensaios sonhadores desses demitidos e de novos profissionais jornalistas que chegam ao mercado de trabalho. Além da necessidade concreta de viabilizar o próprio trabalho, o jornalista sonha em poder trabalhar sem as injunções da voz do patrão e das imposições do mercado publicitário. Para isso, recorre à possibilidade de construir novos meios de comunicação jornalísticos (LIMA, 2015). Sites e blogs aparecem como possibilidade de produção de um jornalismo independente e alternativo.

Segundo Costa (2014, p. 94), “há quem considere o maior erro da indústria jornalística o fato de ela ter aberto seu conteúdo universal e gratuitamente quando a web entrou na sua fase comercial”. Se por um lado, a gratuidade dos conteúdos jornalísticos foi importante para garantir a popularização e consolidar a presença dos jornais em rede, também foi parte da crise da sustentabilidade baseada no modelo de negócios tradicional (CAPOANO, 2018). Porém, quando trata-se de midialivrisimo, a democratização jornalística faz-se evidente justamente no livre acesso das informações na internet.

A base na transparência desenvolve-se como circunstância decisiva para a democratização da informação e também como estratégia ciberativista nas redes, já que “o controle irrestrito dos direitos de propriedade intelectual se transforma no mecanismo fundamental do controle da riqueza” (CASTELLS, 2006, p. 226).

Estes produtores das novas mídias atuam em nichos específicos, procurando tecnologias e possibilidades mais flexíveis. Apesar de existirem essas dificuldades, como limitações nos processos e cerceamentos, buscam produzir pautas críticas e sociais (FIGARO, 2018a). “Esses profissionais são movidos pela necessidade e pelo sonho de fazer um bom trabalho jornalístico” (FIGARO, 2018b, p. 28).

Sobre a presença das mídias que produzem jornalismo com perspectiva de gênero, como a Revista AzMina, Figaro (2018a, p. 585) afirma que estes novos arranjos desenvolvem a “inserção dos temas feminismo e gênero, novas linguagens e um relacionamento próximo a seus públicos, numa colaboração estreitada pela empatia e as possibilidades de interlocução mais participativa”.

A presença de mulheres tem se revelado majoritária nos novos arranjos de trabalho no jornalismo³⁴, relacionado às mídias digitais e novos modelos de negócios. “São grupos de profissionais, experientes, iniciantes e voluntárias que se unem para formar uma organização para o trabalho jornalístico” (FIGARO, 2018a, p. 584).

Figaro (2018a) pondera que além das mulheres liderarem muitas dessas iniciativas jornalísticas, também estão incluindo a temática de gênero em diferentes aspectos na cobertura jornalística, criando veículos de comunicação segmentados e especializados a partir de uma abordagem feminista.

O fazer jornalístico é transformado pela necessidade e busca da democratização da informação. Este engajamento, sinônimo da produção midialivrista, perpassa as produções jornalísticas e é expandido pelas interações e potencialidades dos ambientes em rede (MALINI; ANTOUN, 2013). A inovação social encontra sentido nestes novos modelos de negócios, como disserta Capoano:

Podemos compreender que a inovação social aplicada ao jornalismo é uma das formas que contribuem para a geração de valor agregado ao jornalismo. Somado a participação do público, corrobora para que as informações necessárias ao bem comum da sociedade e para a garantia dos direitos humanos, se torne possível e efetiva (CAPOANO, 2018. p. 66).

O novo modelo de negócios do jornalismo digital, e mais especificamente midialivrista, reconfigura questões da organização jornalística por envolver atividades que, primariamente, rompem com envolvimento centrais de um vínculo trabalhista ou de subordinação, como alternativa ao modelo fordista e dentro da própria cultura P2P para compartilhamento e difusão de conteúdo colaborativo (BENTES, 2015).

³⁴ De acordo com a pesquisa atual coordenada pela professora da ECA-USP Dra. Roseli Figaro, no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT).

Nesta perspectiva, podemos ressaltar a própria participação colaborativa na produção jornalística que a Revista AzMina desenvolve a partir do seu Conselho Editorial de [Leitor@s](#), através do qual assinantes fixos, contribuindo o valor mínimo de dez reais, podem participar das reuniões coletivas sobre os assuntos discutidos nas matérias e produções jornalísticas.

Uma das reflexões sobre as práticas midialivristas e ciberativistas pode ser encontrada nas configurações da Revista AzMina pelo uso do trabalho colaborativo, como característica de participação das redes, potencialidades tensionadas em nossa dissertação para pesquisar as produções desenvolvidas pela Revista.

Enfatizamos, assim, que a inserção dos leitores nas próprias reuniões e conselhos editoriais vai além das participações do jornalismo colaborativo, pelo qual o público contribui com uma sugestão de pauta enviada por uma rede social ou outro contato com o veículo de comunicação.

Ao participar do Conselho Editorial de [Leitor@s](#) da Revista, o público pode participar das discussões e das temáticas desenvolvidas, contribuindo com o debate de conteúdos e também participando da produção. Práticas midialivristas e ciberativistas constituem a mídia-multidão como “possibilidade de incluir o público na produção desse pós-jornalismo (que não descarta técnicas e práticas que sempre existiram, como a apuração, reportagem, pesquisa, edição etc)” (BENTES, 2015, p. 15).

Apesar do Conselho Editorial de [Leitor@s](#) ser importante estratégia da participação do público na elaboração dos conteúdos noticiosos, a Diretora de Redação Helena Bertho, considera que a colaboração é menor do que a esperada nas sugestões de pautas e demais interações pelo grupo. O Conselho é formado por todas as mulheres que colaboram ou já colaboraram com a Revista, pois a equipe não exclui as participações.

Neste sentido, a participação de uma forma geral acontece por sugestões e colaborações externas ao grupo do Conselho; um Conselho “informal” de mulheres que não necessariamente colaboram financeiramente mas com pautas, críticas e demais diálogos, que Bertho (2019), considera como uma participação mais ativa. “A gente esperava que as pessoas participassem mais. A gente tem um Conselho ‘real’ que são meia dúzia de pessoas que estão sempre acompanhando, mandam e-mail, criticam, sugerem... Estão ali o tempo todo” (BERTHO, 2019).

As colaborações continuam acontecendo por outras vias, como Helena evidencia em um exemplo sobre a construção da matéria “Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: Reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é

preciso começar se planejar o quanto antes”³⁵, da Revista AzMina, sobre como mulheres poderiam poupar dinheiro para a Previdência. Isto reflete também na importância da atuação presente das leitoras para a própria construção do jornalismo que elas produzem:

A gente publicou uma matéria que era sobre poupar dinheiro pra Previdência, já que a Reforma ia ser aprovada. E a gente fez toda focada em investimentos, como guardar... Uma arte falando: ‘mesmo que seja pouco, guarde, todo mundo consegue guardar’. (Fomos) destruídas nas redes sociais. ‘Como, até parece que vocês não sabem que tem gente passando fome. Daí a gente: ‘verdade, vamos fazer um mea culpa, de sugestão de como abordar dinheiro dessa perspectiva e tal’.

Nossas leitoras acabam sendo muito mais Conselho do que o Conselho Editorial dos colaboradores. Mas é bem ativo, a gente tem uma rede muito ativa de pessoas que estão fiscalizando nosso trabalho, criticando e sugerindo, o que pra gente é um ponto muito importante para não ficar centrado no que a gente está fazendo, só. E pra gente tem uma outra questão importante que é transparência. A gente publica tudo. Essas pessoas que são do Conselho Editorial recebem e-mail todo ano com nosso relatório de atividades, de onde veio o dinheiro, pra que foi usado... O mesmo que fica disponível no nosso site pra quem quiser ver. E óbvio, se alguém pedir pra gente abrir mais a gente vai abrir, tenta deixar ele acessível, compreensível mas também transparente (BERTHO, 2019).

Neste sentido, o trecho da entrevista permite-nos observar como a participação das leitoras reconfigura o fazer jornalístico e também influencia nas abordagens feministas e interseccionais da Revista, incentivando pautas mais pluralizadas e mudanças para que diferentes mulheres sintam-se representadas pelo conteúdo jornalístico produzido pela Revista.

A transparência no relatório de atividades e na condução jornalística também configura-se parte das práticas midialivristas, pelas quais a busca pela democratização de conteúdo perpassa a ideia de uma produção transparente, colaborativa e acessível.

Desse modo, AzMina articula atividades como participar de reuniões de pauta para que as leitoras possam interferir nos formatos e discutir assuntos pertinentes à elaboração editorial. Com uma variação de dez a cinquenta reais como contribuição para a Revista, as colaborações fixas e assinaturas são uma das formas de captação de recursos para as produções, dinheiro utilizado, segundo a Revista AzMina, para custear as matérias, salários e custos burocráticos.

A Revista também apresenta, como uma das fontes de contribuição financeira para a manutenção da produção jornalística, recursos de financiamento de editais, *crowdfunding*, doações de fundações privadas nacionais e internacionais e patrocínio a projetos ou eventos. Tem como parcerias o MamaCash, fundo internacional para mulheres, a fundação Open Society e o fundo Mulheres do Sul, que também apoia o aplicativo de enfrentamento à violência contra a mulher

35 FOLEGO, Thais. Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: Reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é preciso começar se planejar o quanto antes. Revista AzMina. 22 de outubro de 2019. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/passo-a-passo-de-como-guardar-dinheiro-para-a-aposentadoria/>> Acesso em: 20 dez. 2019.

PenhaS, gerenciado pela Revista AzMina. Sobre a relação entre a produção de jornalismo e as parcerias com empresas e organizações, a Revista declara-se:

Não permitimos que estes financiamentos interfiram na independência do nosso jornalismo, projetos ou campanha. Nenhum financiador interfere nas reportagens ou tem acesso ao conteúdo produzido antes da publicação. A Revista AzMina não aceita doações de instituições ou empresas que representem um conflito de interesse com nossa produção, valores e atuação³⁶.

A cooperação das redes relaciona-se com o modelo de financiamento coletivo, seja por assinaturas, doações, cooperativismo, colaborações e outras práticas *crowdfunding*, plataformas *on-line* de captação de recursos. O *crowdfunding*, uma das estratégias do modelo de negócios da Revista AzMina, tem como objetivo captar recursos de variadas fontes a fim de um projeto que beneficie todos os financiadores, a partir da pequena contribuição financeira de cada um dos participantes, como forma de apoio de um projeto ou de uma causa (CAPOANO, 2018).

Os novos arranjos do trabalho jornalístico, a exemplo da Revista AzMina, estão configurando-se como possibilidade para trabalhar com jornalismo fora dos enquadramentos dos veículos tradicionais de comunicação. “A par de toda a dificuldade de sustentação, verifica-se o vigor e o compromisso desses(as) profissionais em realizar seu trabalho” (FIGAROa, 2018, p. 585).

Ainda, o diferencial das produções midialivristas acontece no próprio processo de produção do produto – sejam as matérias, as entrevistas, as campanhas e outros tipos de engajamentos. Como Bentes (2015) dialoga, a prática midialivrista atua mediante uma lógica mobilizadora e descentralizada.

A Agência Pública desenvolveu o Mapa do Jornalismo Independente³⁷, um levantamento das iniciativas independentes de jornalismo no país. O cadastro de experiências jornalísticas é atualizado a qualquer momento a partir da guia “Sugira uma iniciativa” no portal, permitindo sugestões de veículos que serão analisados de acordo com as metodologias da Agência.

Os critérios de categorização das produções de jornalismo independente foram baseados, inicialmente, em organizações que produzem conteúdo jornalístico, nascidas em rede, configurando-se projetos coletivos (não incluindo blogs) e não relacionados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas³⁸, com uma segunda triagem com perguntas direcionadas aos veículos para determinar questões organizacionais.

36 Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/parceiros/> Acesso em: 24 nov. 2019.

37 Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

38 Metodologia disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/metodologia/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

Dos portais analisados, 13 foram localizados dentro das características envolvendo jornalismo, gênero e feminismo: Revista AzMina³⁹, Cientista que Virou Mãe⁴⁰, Think Olga⁴¹, Portal Catarinas⁴², Lado M⁴³, Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta⁴⁴, Gênero e Número⁴⁵, Nós, mulheres da periferia⁴⁶, Revista Capitolina⁴⁷, Lugar de Mulher⁴⁸, Geledés⁴⁹, Mulher no Cinema⁵⁰, Maria Pauteira⁵¹ e Mães de Peito⁵².

Outra pesquisa importante a ser levantada é a “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia”, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, entre os anos 2016 e 2018. A pesquisa documenta os novos arranjos do trabalho dos jornalistas fora das grandes redações de comunicação. Com o recorte nucleado em São Paulo, a pesquisa identificou cerca de 70 produções na região.

Destes, 25 autodeclarados como jornalistas, iniciativas jornalísticas com marcadores jornalísticos + independentes/alternativos. Apenas dois foram identificados como subgrupo de jornalismo com perspectiva de gênero: Gênero e Número e a Revista AzMina. Porém, dos grupos apresentando pelo menos um critério jornalístico e também alternativos/ independentes, foram relatados mais cinco produções: Geledés, Revista Capitolina, Think Olga, Nós Mulheres da Periferia e Ovelha Mag⁵³, com conteúdos voltados para questões femininas, negras e jovens (FIGARO, 2018b).

Tal participação faz parte de uma nova ecologia midialivrista, pós-mídias de massa, pela qual as pessoas não querem apenas receber conteúdos, como também produzir e interagir em rede. Não trata-se apenas de “informar”, no sentido jornalístico do termo, mas também dialogar e produzir trocas a partir da experiência da conversação. “Essa percepção de que a mídia somos nós,

39 Disponível em: <<https://azmina.com.br/>> Acesso em: 22 jul. 2019.

40 Disponível em: <<https://www.cientistaqueviroumae.com.br/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

41 Disponível em: <<https://thinkolga.com/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

42 Disponível em: <<https://catarinas.info/>> Acesso em: 22 jul. 2019.

43 Disponível em: <<https://medium.com/lado-m>> Acesso em: 02 ago. 2019.

44 Disponível em: <<https://coletivonisiafloresta.wordpress.com/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

45 Disponível em: <<http://www.generonumero.media/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

46 Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

47 Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/>> Acesso em: 22 jul. 2019.

48 Disponível em: <<https://lugardemulher.com.br/>> Acesso em: 22 jul. 2019.

49 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

50 Disponível em: <<https://mulhernocinema.com/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

51 Disponível em: <<http://www.mariapauteira.com.br/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

52 Disponível em: <<http://www.maesdepeito.com.br/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

53 Disponível em: <http://ovelhamag.com/> Acesso em: 23 nov. 2019.

esse conjunto de singularidades que podemos acessar, com quem podemos interagir e trocar realmente, é uma mutação antropológica” (BENTES, p. 12, 2015).

Figaro (2018, p. 587) acrescenta que:

É salutar apontar também que uma parte importante dessas profissionais tem procurado alternativas de trabalho que possibilitem o exercício profissional para um jornalismo de qualidade cujas pautas sobre os direitos humanos e os temas de gênero e feminismo possam ser reportados (FIGARO, 2018, p. 587).

A atividade jornalística é ambientada para a Internet e o conceito de ciberjornalismo surge pelo desenvolvimento do jornalismo nos ambientes em rede, mais presentes nos nativos digitais, potencializadas pela tecnologia e pelas interações digitais.

Para uma breve conceituação dos recursos do ciberjornalismo, destacam-se elementos, como descreve Schwingel (2012), Palacios (2003) e Canavilhas (2014), relacionados às potencialidades do fazer jornalístico com as ferramentas digitais: interatividade, multimedialidade, hipertextualidade, customização/personalização, memória, instantaneidade e ubiquidade⁵⁴.

Tais características foram exploradas para discutir as potencialidades do ciberjornalismo em consonância ao midialivrismo a partir da análise exploratória da Revista AzMina – já mencionada neste capítulo - no mês de março de 2018⁵⁵. O objetivo da pesquisa era investigar as produções de grupos ciberfeministas no jornalismo com perspectiva de gênero, e identificamos a relação dos elementos ciberjornalísticos nos materiais jornalísticos com perspectiva de gênero (SANTOS; MIGUEL, 2018).

Estes elementos ciberjornalísticos apresentados não configuram-se apenas variabilidades técnicas e protocolos relacionados às produções em rede, mas também possibilidades de atender uma prática jornalística mais engajada e específica dentro das potencialidades existentes, desenvolvendo novos formatos como a reportagem multimídia, material que analisamos nesta dissertação. A reportagem multimídia surge a partir de estratégias mais imersivas e multimidiáticas, além de um jornalismo *long-form*, construções com entre 10 a 20 mil palavras, sendo “um dos principais modelos expressivos do jornalismo online da atualidade” (LONGHI, 2015, p. 915).

54A interatividade e a multimedialidade apresentam-se na interação da usuária com a produção ou com a produtora do material, e também um produto com várias mídias em um único conteúdo. A utilização de hiperlinks como “ganchos” para acessar outros materiais é descrita pela hipertextualidade. A customização ou personalização é a capacidade de escolher e editar conteúdos e editorias a partir do interesse da leitora, e a memória, como potencialidade de armazenamento das redes. A instantaneidade possibilita a atualização imediata do conteúdo e a ubiquidade permite o acesso a conteúdos em quaisquer tempo e espaço.

55 SANTOS, Leticia de Faria Ávila, MIGUEL, Katarini Giroldo. “Ciberjornalismo, midialivrismo e feminismo no portal AzMina”. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0100-1.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2019.

As temáticas e as motivações estão intrinsecamente relacionadas, como parte não apenas de uma condução jornalística mas pela vivência do indivíduo midialivista, uma filosofia a ser seguida, com postagens que “mesmo quando não vêm assinadas, explicitam sua parcialidade e de onde se fala” (BENTES, 2015, p. 16).

Pensando na mídia livre, podemos dizer que o sujeito qualquer, o midialivista, diferente do jornalismo corporativo, não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer o registro (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão (BENTES, 2014, p. 14).

Neste sentido, a Revista AzMina demarca a posição jornalística com as características da reportagem multimídia, como checagem dos dados, a pluralidade de fontes e de posicionamentos, demarcando também as motivações feministas e interseccionais (pelas considerações não apenas sobre gênero como também sobre raça, sexualidade e classe) que inter cruzam a produção jornalística com perspectiva de gênero e diferem da mídia tradicional:

O que nós fazemos é jornalismo

Todas as reportagens publicadas na Revista AzMina seguem os princípios básicos do bom jornalismo:

Checagem de fatos: nós conferimos se todas as informações são reais, antes de publicá-las. Isso quer dizer que vamos atrás da fonte original da informação para não correr o risco de publicar notícia falsa (fake news) ou fora de contexto

Ouvir todos os lados: se uma pessoa, grupo ou organização é acusada de algo, vamos ouvir qual seu posicionamento em relação a isso e publicar

Pluralidade e diversidade de vozes, histórias e abordagens. Jornalismo também é dar voz para todos os envolvidos⁵⁶.

Sim, nós somos feministas

AzMina não tem vergonha de dizer que é feminista. Na verdade, achamos que todos os veículos jornalísticos deveriam ser. Porque ser feminista quer dizer que acreditamos que homens e mulheres devem ter direitos iguais. Isso é o básico, não acham? Mas infelizmente o mundo não é assim e queremos usar a informação para mudar esse cenário e combater a violência contra a mulher em todas as suas formas.

Um dos pontos de partida é mudar a forma como a mídia aborda a mulher.

Aqui você nunca vai ver:

Mulher ser culpada pela violência sofrida

Homofobia e racismo

Reprodução de padrões estéticos e de beleza

Estereótipos de gênero⁵⁷.

O surgimento da mídia livre e ativista teve seu início na década de 1990, nos Estados Unidos; a incidência da mídia alternativa e independente nas redes organizou-se na cobertura de

56 Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/apoie/>> Acesso em: 09 jul. 2019.

57 Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/apoie/>> Acesso em: 09 jul. 2019.

protestos em alguns países, como o IMC (*Independent Media Center*) em Seattle, para fugir da cobertura jornalística tradicional. Apresentava características como a cobertura minuto a minuto dos acontecimentos, recolhendo e disponibilizando os materiais (vídeos, áudios, imagens) e também com uma edição mais aberta, ofertando todos os conteúdos em sua página web (MALINI; ANTOUN, 2013).

A rede transformou-se em estratégia de resistência popular, como elemento de mobilização inscrito tanto no discurso quanto na ação coletiva (SODRÉ, 2010). Altera-se, assim, a relação tradicional entre a mídia e o público, pois a informação deixa de ser vista como um produto; torna-se “junto com militantes, em agente produtor do acontecimento ativista; marketing e mercado, vetores da mídia empresarial ou corporativa, foram trocados pelo interesse comunitarista” (SODRÉ, 2010, p. 211-212).

O movimento da mídia ativista apoiou-se nas iniciativas de resistência, potencializando suas narrativas nas comunidades *on-line*, com possibilidades libertárias e mais anárquicas pelas configurações dos espaços virtuais. “Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 142).

O midialivrismo passou a desenvolver uma produção jornalística mais autônoma, sem declarar a tal necessária imparcialidade noticiosa e editorial e desdobrando uma produção com adesão ao acontecimento e ao fato (estando em meio aos protestos, nas ruas e onde a notícia está acontecendo), tendo os conteúdos difundidos nas redes (MALINI; ANTOUN, 2013).

Nesta perspectiva, do mesmo modo em que o ciberativismo alicerça-se na bandeira de que toda cidadã e cidadão pode produzir conteúdo, o midialivrismo busca a democratização das pautas (PARENTE, 2014). Essas transformações do modelo de distribuição são significativas, pois, se antes da internet, as pessoas interagiam com as mídias apenas para consumir conteúdo, agora participam dessa produção. “Passou-se a consumir mídia largamente, por meio de diferentes métodos, diferentes comportamentos, além de também as pessoas produzirem seu próprio material de mídia” (COSTA, 2014, p. 77).

As perdas de monopólios narrativos de mídias de comunicação de massa acontecem ao mesmo tempo em que as redes alcançam novas possibilidades de discursos, atuando em plataformas como YouTube, Facebook e Twitter para divulgar conteúdos das próprias usuárias, que colaboram para as atualizações em tempo real dos acontecimentos por viéses interpretativos e pluralizados.

Assim, a narrativa noticiosa, que sempre esteve atrelada àqueles que detinham a capacidade de irradiar informação (a imprensa), hoje está em todos os lugares virtuais, que se comportam cada vez mais como mídias de multidão (multimídias), ou seja, mídias cujas produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo são mídias para outros públicos. A natureza das multimídias é a de portar uma linguagem desencarnada da mediação da mídia irradiada, desorganizando o modo tradicional da notícia, ao mesmo tempo em que elas organizam uma linguagem cooperativa, dialógica, múltipla e comum. Esta linguagem vai criar uma onda integrada, revelando as perspectivas independentes de opinião (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 184).

A presença da ação colaborativa desenvolve-se não apenas como ferramenta de participação jornalística, ainda que veículos possuam seus canais de comunicação *on-line* e estejam ampliando suas interatividades com o público a partir, por exemplo, das sugestões de pauta. As narrativas e colaborações acontecem além do jornalismo, “atravessam-no, provocando uma guerra de narrativas, uma guerra pela atualização do presente, algo que, antes, era função única do ‘jornal’” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 198).

Bentes (2015) afirma que a partir destas mobilizações em rede emergiu o conceito do “pós telespectador”, pela presença de indivíduos que não esperam pelas notícias na televisão e outros meios de massa mas pronunciam-se nas redes, produzindo e recebendo conteúdos ativamente, intervindo em tempo real nas produções de conteúdo na Internet. “A originalidade é a forma com que a informação é compartilhada e feita por uma multidão de agentes no mundo inteiro e não por especialistas” (BENTES, 2015, p. 38).

Essa multidão, através dessa rede, emergiu e se espalhou num processo de contaminação virótica e afetiva, instituindo e constituindo uma experiência inaugural do que poderíamos chamar de revoluções P2P ou revoluções distribuídas, em que a heterogeneidade da multidão emerge em sinergia com os processos de auto-organização (*autopoiesis*) das redes (BENTES, 2015, p. 21).

As experiências de articulação, a partir de estratégias ciberativistas, também são mecanismos utilizados pelas mídias nas redes, como a utilização de *hashtags* para ranqueamento e organização de informações e conteúdos (HOLLANDA; BOGADO, 2018).

Neste sentido, ao nomear os movimentos com a ordem de uma *hashtag*, a própria organização das redes reúne os relatos e informações, compartilhadas e produzidas por diferentes e desconhecidas usuárias e usuários, a partir daquela palavra, a exemplo, #15M, #VemPraRua, *tweets* e publicações feitos pela multidão conectada nas redes. “Embora sejam todos singulares, eles levam uma assinatura única (a *hashtag*), permitindo ao acontecimento sair debaixo do espaço público das

ruas para se colocar sobre o espaço público da atenção midiática” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 232).

Como parte da pesquisa de nossa dissertação, constatamos em materiais exploratórios⁵⁸ a adesão da Revista AzMina na utilização de *hashtags* como estratégia ciberativista de mobilização, própria do midialivrisimo (SANTOS; MIGUEL, 2018). O uso da *hashtag* #mariellepresente, por exemplo, fez parte de uma campanha mundial em todas as redes após a morte e execução da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) em 2018, relatora da comissão da intervenção federal no Rio de Janeiro, eleita como a quinta vereadora mais votada em 2016 e ativista das causas dos direitos humanos. Usuárias e usuários aderiram ao uso da *hashtag* #mariellepresente nas plataformas como Twitter e Facebook.

A Revista AzMina também a utilizou nas abordagens do caso com artigos, reportagens de profundidade, matérias e entrevistas sobre violência de gênero e direitos humanos. No mesmo período, em março de 2018 e mês Internacional da Mulher, a Revista desenvolveu matérias especiais na campanha #sejaalíderqueterepresenta, pautando a visibilidade das mulheres nos campos políticos.

Em síntese, a organização das narrativas noticiosas utilizadas nos discursos midialivristas surge para a “troca de informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas/fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 188). As diferentes linguagens e ferramentas da internet, como imagens, memes, vídeos, postagens, *hashtags* e *tweets* são propícias nas interações e também nas mobilizações em rede.

A noção de tempo é alterada na utilização do “ao vivo” por todos, “uma epidemia colaborativa e uma experiência de pertencer a um tempo e espaço singulares. Essa intensidade da comoção e o engajamento são construídos num complexo sistema de espelhamento e potencialização entre as redes e as ruas” (BENTES, 2015, p. 50).

As potencialidades das ferramentas virtuais de fornecerem ao midialivrisimo a presença “em tempo real” propicia uma condição narrativa mais próxima dos cidadãos, permitindo que cada um em rede possa contar sua própria versão do acontecimento (MALINI; ANTOUN, 2013).

Ao analisar coberturas ao vivo dos protestos, Malini e Antoun (2013) questionam o tipo de conteúdo produzido a partir desses manifestos em tempo real a partir de manifestações, protestos e

58 SANTOS, Letícia de Faria, MIGUEL, Katarini Giroldo. Autoras: “Ciberjornalismo, midialivrisimo e feminismo no portal AzMina”. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0100-1.pdf>> Acesso em 02 de ago. de 2019.

outros atos, e suas imbricações: estes registros seriam registros jornalísticos? “Ou, ao contrário, as ‘coberturas colaborativas’ geram novas narrativas, ultrapassando o *modus operandi* da notícia editada ou da transmissão ao vivo praticada diariamente pelos jornalistas profissionais?” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 246).

Ao explorar estratégias e produções da cobertura colaborativa, aliada ao midialivrisimo, podemos entender esta cobertura enquanto manifestação coletiva para produzir uma opinião pública que pode ultrapassar as noções tradicionais da imprensa (MALINI; ANTOUN, 2013).

Além da Revista AzMina na produção de conteúdo midialivrista e segmentado, temos exemplos de outras produções como Mídia NINJA, Voz das Ruas, Jornalistas Livres e outros coletivos que organizaram-se para produção de conteúdo jornalístico declarado de parcialidade de reportagem, com interesse na pluralidade de ideais e públicos, utilizando posts, *hashtags*, *tweets*, compartilhamentos e inclusive, memes como forma de criação de conteúdo humorístico e satírico. “A publicação da informação e da contrainformação cria uma nova camada de transparência em relação ao compartilhamento do conhecimento das informações sobre a cidade como um todo” (BENTES, 2015, p. 37).

Como já mencionado de forma exploratória e articulada aos estudos de gênero no Capítulo 1 desta dissertação, os movimentos sociais tomaram partido mais declaradamente a partir dos protestos de junho de 2013, nos quais milhares de pessoas foram às ruas, em várias capitais e outras cidades do país, contra a corrupção e outras causas somadas e misturadas e que, juntas, levaram pessoas a organizarem-se em rede, utilizando *hashtags* e demais estratégias ciberativistas.

Bentes (2015) dialoga que os protestos podem ser considerados um marco para o desenvolvimento do midialivrisimo, pois ganhou força a partir destes, movido pela participação de milhares de pessoas que tiravam fotos, gravavam áudios, compartilhavam vídeos e distribuíam materiais das manifestações nas redes sociais, criando coletivos, redes, projetos e outras fagulhas midialivristas na Internet. “Um enxameamento de centenas de novas iniciativas de mídia livre em todo o Brasil que disputaram e construíram o sentido das manifestações de forma ativa e inédita, a ponto de não mais se distinguirem da força das ruas” (BENTES, 2015, p. 19).

As emissões ao vivo, a viralização de memes, fotografias, posts, textos, cartazes, produzidos pelos próprios manifestantes, funcionaram como operações de embate, disputa narrativa, processos de subjetivação, confrontos e fugas que inscrevem o copro e deixam os rastros de centenas de cinegrafistas ativistas, fotógrafos “amadores” nas imagens, constituindo um filme-fluxo ou uma mídia-multidão em processo (BENTES, 2015, p. 19).

A presença dos indivíduos dentro dos protestos, participando das manifestações e produzindo e compartilhando mensagens, iniciou uma nova forma de mobilização e também de cobertura jornalística.

As narrativas compartilhadas na Internet integram a reconfiguração dos movimentos sociais e dos ativismos provocados pelas redes, que não querem mais ser mediados por outras organizações, comerciais ou governamentais.

Estes movimentos buscam autonomia sobre seus direitos e reivindicam pautas sociais voltadas para problemas considerados invisíveis nas esferas políticas atuais, não aceitando inclusive que as versões dos fatos sejam contadas apenas pelas midiáticas hegemônicas. “Não se trata de desqualificar os saberes dos especialistas e eruditos, e sim de questionar a sua clausura e seu isolamento” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 249). É preciso tensionar que apesar das narrativas por vezes inclusivas sobre o acesso universal às redes, o consumo desses produtos acaba sendo privatizado e socialmente diferenciado (SODRÉ, 2010).

Apesar do hibridismo entre a mídia e o ativismo em rede, tensionamentos entre essa coexistência questionam os laços comunicacionais dessas interações e os processos de compartilhamentos dos conteúdos *on-line*, que - até onde pode ser possível - podem ser gerados a partir de *bots*⁵⁹ multiplicando os acessos de um conteúdo e agindo no sentido oposto das difusões informativas (MALINI; ANTOUN, 2013).

Há, ainda, que considerar a presença dos algoritmos como marcadores das redes sociais, como Facebook e Instagram. Embora considerem-se empresas de tecnologias neutras, utilizam da programação que decide o que será acessado pelo usuário (CAPOANO, 2018). De acordo também com Figaro (2018b), os tensionamentos das potencialidades das redes indicam que:

Ao se sustentar a rede pela precificação de dados, por um lado ampliou-se a mobilidade, a praticidade e o acesso à Internet a bilhões de pessoas e, por outro lado, o potencial transformador e emancipatório dos prováveis usos dessa tecnologia tem sido domesticado pelos algoritmos que orientam os negócios na rede (FIGARO, 2018b, p. 24).

Consideramos que a reinserção da multidão e da própria noção de corpo nas mobilizações infere na manifestação política nas redes e nas ruas, processo definido, esteticamente, como um carnaval político (BENTES, 2015). “Estamos num momento intenso de potencialização política de emergência de novos discursos e atores que usam as redes sociais e se organizam conectando as redes digitais com os territórios e os corpos” (BENTES, 2015, p. 44).

⁵⁹Aplicação de software concebido para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão, da mesma forma como faria um robô.

2.3 MIDIALIVRISMO E PRODUÇÃO DE JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: DAS MUDANÇAS DO JORNALISMO IMPRESSO ÀS CARACTERÍSTICAS DE HORIZONTALIDADE, PLURALIDADE E DIFUSÃO EM REDE

A produção de jornalismo com perspectiva de gênero remonta aos séculos XIX e as primeiras décadas do século XX. Em uma perspectiva histórica sobre o jornalismo feminista e as publicações jornalísticas que perpassaram o movimento de gênero, a luta pela liberdade de informação, bem como os movimentos de mulheres, desenvolviam-se com a luta pelo direito ao voto feminino (PINTO, 2003).

De acordo com Buitoni (2009), a imprensa feminina surgiu na Europa no século XVIII, com escritos na Alemanha, “*Akademie der Grazien*” (1774-1780), e na Itália, “*Toilette*” (1770). No Brasil, os periódicos femininos tiveram início no século XIX. Porém, as mulheres tinham uma participação muito pequena fora dos limites do lar, ficando mais restritas ao campo e sem uma vivência urbana significativa.

Com a vinda da família real para o Brasil, o país passou por um processo de urbanização. As cidades cresceram, com mais opções de transportes, comunicações e outros elementos. Com a existência da corte, as tendências europeias eram copiadas e ressaltadas na moda, produzindo um mercado de jornais e revistas formados basicamente por figurinos e literatura (BUITONI, 2009).

O primeiro periódico feminino, de acordo com pesquisas levantadas, foi o carioca “O Espelho Diamantino”, de 1827, que, segundo Buitoni (2009, p. 32), intitulava-se “periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicados às senhoras brasileiras”. Outros exemplos de periódicos brasileiros desta época: “Correio das Modas” (1839), “Jornal de Variedades” (1835), “Rellator de Novelas” (1838), “Espelho das Bellas” (1841) e “O Bello Sexo” (1850).

Como já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação acerca das disputas para a obtenção do direito ao voto feminino no Brasil, as construções de pequenos jornais feministas tiveram início no mesmo período do século XIX, no qual a mulher não possuía muitos direitos, considerada parte e dependente do marido ou do pai (PINTO, 2003).

De acordo com Costa (2018), poucas possuíam alfabetização e escolaridade, perpetuando opressões de uma elite dominante sobre grupos inferiorizados que, sem o poder da educação, eram mais facilmente subjugados. A educação formal foi um direito feminino conquistado apenas no século XIX, reclusa a poucas e assim, a maioria precisava aprender de maneira autônoma. Mas,

como aponta Duarte (2017), este fenômeno foi fundamental para o desenvolvimento dos primeiros escritos jornalísticos feitos por mulheres:

Pois quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente elas se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E, independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, e da condição subalterna a que o sexo estava submetido, possibilitando o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. E, mais do que os livros, foram os jornais os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência (DUARTE, 2017, p. 98).

Distintamente do trabalho produzido por Bertha Lutz e outras do movimento de mulheres, que publicavam artigos em jornais da grande imprensa defendendo o direito ao voto feminino, os jornais feministas eram desenvolvidos por mulheres em um movimento de libertação de maneira geral. Elas defendiam o direito ao voto e também questões relacionadas à condição da mulher, envolvendo opressões derivadas do machismo e do patriarcado (PINTO, 2003).

Apesar de serem trabalhos iniciais em pequenos jornais, as publicações, que podemos avaliar como pioneiras no contexto do jornalismo com perspectiva de gênero, foram importantes atos demarcatórios e revolucionários para o período. Segundo Duarte (2016), cerca de 143 publicações, entre revistas e jornais feministas e femininos, foram publicados nesta época, tanto nas capitais como também no interior do Brasil. Além ainda de outros materiais que podem ter sido perdidos com o tempo, exemplo integral da presença e construção de mulheres nas publicações brasileiras.

Os jornais eram produzidos por mulheres de famílias mais ricas e com alto nível de educação, mas que, ao mesmo tempo, também eram condicionadas às clausuras do trabalho privado, de serem mães e esposas e também pressionadas pelas demais condições culturais. Em espaço adverso, essas mulheres permearam um movimento de construção dos espaços públicos na sociedade brasileira (PINTO, 2003).

Sobre as características, de maneira geral, dos jornais e revistas femininas brasileiras até a segunda metade do século XX, Buitoni (2009) afirma que:

O jornalismo feminino ainda não encontrara formas mais “jornalísticas” de tratar a realidade (ou seja, maneiras de investigação que se não são exclusivas, pelo menos ajudam a caracterizar melhor o fenômeno como reportagem e entrevista). A imprensa feminina se limitara aos assuntos tradicionais: moda, beleza, crianças etc. No mais, os textos eram literários ou pseudoliterários, beletristas (contos, crônicas, poesias, provérbios, frases sobre amor, pensamentos), ou no máximo “artigos”, isto é, editoriais a respeito de algum problema atual ou não. Mesmo tais artigos eram escritos numa linguagem formal, pretensamente literária. Reportagens e entrevistas quase não apareciam (BUIIONI, 2009, p. 85).

Nos anos 1970 e 1980 no Brasil, as iniciativas de movimentos sociais ganharam força, articulados com os trabalhos de oposição ao regime militar, contribuindo “decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (GOHN, 2011, p. 342).

Nos primeiros anos da ditadura, as ideias feministas tinham espaço apenas nas reuniões de pequenos grupos em casas e ambientes privados. As produções de materiais e periódicos feministas eram realizadas por mulheres exiladas nos Estados Unidos e Europa.

Nas lutas contra a ditadura, as mulheres encontravam-se atuantes. Comprometidas e dedicadas, as militantes políticas participaram da luta armada em defesa da liberdade, sendo que muitas foram assassinadas. Muitas tiveram seus cadáveres ocultados pelos agentes da repressão política. Perderam o direito civil à vida e à morte. Outras sobreviveram, carregam as sequelas das torturas que não cicatrizaram com o tempo (TELES; LEITE, 2013, p. 55).

Os primeiros jornais feministas nos anos 1970 foram o “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, que trabalhavam a partir dos ideais relacionados ao contexto político da época, buscando pautas relacionadas à democratização e aos direitos das mulheres, “comprometidos com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas vinculadas diretamente às condições das mulheres e às novas formas de fazer política” (TELES; LEITE, 2013, p. 59).

O “Brasil Mulher” teve ao todo 20 edições e o “Nós Mulheres” um total de 8 números. Em uma duração de 5 anos, tempo considerável estável pelo período político, publicaram tiragens regulares de 5 mil exemplares, algumas alcançando 10 mil (TELES; LEITE, 2013). “A omissão das pautas abordadas na imprensa feminista pela mídia tradicional demarca a importância da existência destas publicações” (COSTA, 2018, p. 94).

Os jornais, produzidos em 1975 e 1976, não obtinham patrocínio ou publicidade em suas edições, contando com as colaborações das próprias leitoras e assinantes para cobrir despesas de impressão e demais gastos. Nos periódicos, anúncios chamavam a atenção para que mulheres comprassem e também incentivassem outras a comprar os jornais, também com notas publicadas

para que as leitoras pudessem contribuir financeiramente mês a mês, tornando-se, com isso, sócias das produções (TELES; LEITE, 2013).

Destacamos que os modelos de produções midialivristas com perspectiva de gênero da Revista AzMina assemelham-se com a realidade retratada anteriormente por Teles e Leite (2013). Na mesma perspectiva, a Revista AzMina, trabalha com contribuições mensais com assinaturas, *crowdfunding*, doações e outras formas de financiamento coletivo nas redes. As campanhas de ampliação de assinantes naquela época permanecem e indicam a necessidade do apoio ao jornalismo alternativo e da busca por outras vias de alcance financeiro para a manutenção do trabalho jornalístico com perspectiva de gênero.

As pautas de ambos os jornais, tanto “Brasil Mulher” quanto “Nós Mulheres”, perpassavam temas como trabalho doméstico, maternidade, aborto, sexualidade e assuntos sobre autonomia feminina, discutidas no formato de reunião de pauta e ao mesmo tempo, grupo de estudos e debates (TELES; LEITE, 2013).

Os jornais tiveram importante papel na formação de conteúdos feministas, produzidos por mulheres, jornalistas e feministas, que ousavam democratizar questões relacionadas aos direitos das mulheres e às opressões sofridas por estas. Traziam particularidades sobre trabalho, casamento, espaço público e político, desenvolvendo no espaço público “questões do mundo privado e da igualdade de direitos como prioridades para as transformações sociais no rumo da igualdade e da justiça” (TELES; LEITE, 2013, p. 277). As autoras ponderam as características dos jornais:

O Brasil Mulher defendia a igualdade entre homens e mulheres, a autonomia e equidade desde o seu primeiro editorial, publicado no número zero. Priorizava a discussão por direitos iguais entre homens e mulheres, defendia a autonomia do movimento, mas sem deixar de dar ênfase e acreditar na importância da dupla militância (no caso, ações feministas articuladas a um projeto partidário anticapitalista) e defendia, como público privilegiado do jornal, a mulher da classe trabalhadora.

O Nós Mulheres surgiu um ano após o BM, afirmando-se como um veículo da imprensa alternativa, defendia um feminismo que priorizava a diferença entre homens e mulheres, autônomo e independente dos grupos e partidos políticos (TELES; LEITE, 2013, p. 278).

Outro exemplo de jornalismo feminista e, segundo Buitoni (2009), o mais duradouro dessa década, foi o “Mulherio”, iniciado em 1981 e publicado até 1990. A primeira edição contava com um conselho editorial que tinha, entre os grupos de mulheres, nomes como Heleith Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Rita Kehl e Ruth Cardoso. As pautas tratavam de temas como maternidade, ditadura do corpo feminino, violência e divisão do trabalho doméstico, além de inovar no uso de fotografias “não convencionais” para a época, com a “representação de mulher operárias, boias-frias, mulheres negras, charges, quadrinhos etc” (BUITONI, 2009, p. 139).

Partindo deste período e considerando estas produções, Figaro (2018a, p. 577) afirma que “mulheres, jornalistas ou não, fundaram e produziram publicações periódicas que colaboraram para difundir o ideário feminista” (FIGARO, 2018a, p. 577).

Na década de 1990, as revistas segmentadas cresceram no país, surgindo materiais que debatiam temas sociais, respeito à diversidade e também desenvoltas em um jornalismo mais investigativo e crítico, como “Raça Brasil” (1996), “Bravo!” (1997) e “Cult” (1997). Revistas femininas como a “Marie Claire” e “Capricho” são exemplos de produções não necessariamente feministas mas com temáticas femininas, que abordaram questões tabus sobre corpo e sexualidade. Em uma análise sobre a produção da Revista Capricho, Buitoni (2009) considera que:

A princípio, a redação temia que os pais das leitoras achassem que escrever sobre Aids para garotas de 12 ou 13 anos era ir longe demais. Depois, viu-se que a maioria dos pais sentia alívio em ter alguém que esclarecesse tais assuntos para suas filhas. Desde 1988, *Capricho* vinha intensificando o discurso sobre controle de natalidade, relações sexuais, *Aids*, gravidez, aborto – e tecla principal – o uso da camisinha (BUITONI, 2009, p. 147).

Sobre a segmentação do jornalismo feminino, a Diretora de Redação da Revista AzMina Helena Bertho (2019), afirma que a Revista surgiu para desenvolver jornalismo com perspectiva de gênero, em um momento em que as mulheres eram pautadas principalmente por revistas femininas. Bertho considera que a perspectiva de gênero ficava restrita às revistas femininas e ao jornalismo tradicional, que não fazia o recorte de gênero, e além disso, caíam em considerações sexistas e com temáticas envoltas em dieta, beleza, corpo e sexo.

Dos primeiros materiais jornalísticos feministas da luta pelo direito ao voto até depois dos jornais feministas da década de 1970 e 1980, podemos afirmar que o feminismo consolidou-se, apesar das críticas vindas dos campos da esquerda e de ações consideradas progressistas que viam “a questão das mulheres como *contradição secundária*. Aqueles grupos que só tinham olhos para a *luta de classes* se veem obrigados a reconhecer que há mais contradições sociais, o que torna nossa realidade mais complexa” (TELES; LEITE, 2013, p.295).

Com o fim da ditadura militar e com a redemocratização, nos anos 1990, o crescimento das Organizações Não-Governamentais e a presença de entidades civis relacionadas aos movimentos sociais ajudaram na construção das esferas políticas, com o surgimento de Conselhos, conferências, institutos, novos veículos de comunicação e outros órgãos, “novos formatos desse associativismo, que agora trabalha essencialmente em rede” (GOHN, 2011, p. 356).

Como ressalta Bentes (2015), a cultura de sociabilidade no Brasil propicia para que os caminhos comunicacionais estejam mais abertos para as experiências em rede, perceptível no amplo uso cotidiano das redes sociais pelos brasileiros. “São experiências que apontam para essa possibilidade do uso dessas ferramentas para a constituição de políticas públicas novas, um entendimento novo de sociedade” (BENTES, 2015, p. 41).

A inserção das redes na vida cotidiana tornou-se mais um espaço a ser conquistado tanto pelo movimento feminista como também para a imprensa feminista e demais movimentos sociais, que utilizam as ferramentas e ambientes virtuais para propagar discursos, lançar narrativas e encontrar diálogo nas pluralidades da internet. Estas mobilizações apropriam-se do uso dos dispositivos móveis e das tecnologias digitais para expor suas propostas, “compensando assim a invisibilidade política imposta às mulheres na grande mídia” (TELES; LEITE, 2013, p. 299).

Sobre a produção de jornalismo, Figaro (2018a) aponta que em grande parte do mundo, este perfil profissional é feminino e jovem. “Elas trabalham em diferentes tipos de veículos de mídia, com linguagens e tecnologias analógicas, digitais ou híbridas” (FIGARO, 2018a, p. 578).

A internet apresenta-se como uma possibilidade alternativa de diálogo e luta aos movimentos feministas, incluindo contra opressões conservadoras, que inibem às causas e opõem-se inclusive aos direitos já conquistados (HOLLANDA; COSTA, 2018). Estes movimentos em rede trabalham em uma perspectiva de descolonização da informação, permitindo uma maior diversidade cultural e linguística (MATTELART, 2006).

É impossível negar a presença dos coletivos e redes de grupos jornalísticos feministas que surgiram na internet, dialogando produções jornalísticas com temáticas relacionadas às pautas de gênero. Neste sentido, o jornalismo com perspectiva de gênero surge como um “jornalismo de possibilidade”, por buscar soluções e transformações que objetivam a igualdade de gênero no cotidiano, enfatizando e reivindicando outros pontos de vista e identidades, deslocando perspectivas hegemônicas para outras maneiras de entender e explicar localidades sociais (RÍNCON, 2009).

A descentralização das redes, pelas características de conversação e interações mais autônomas, mobilizadoras e políticas, permitiu maior autonomia aos movimentos sociais e também à mídia livre. “Recentemente, as mídias tradicionais têm abarcado com mais frequência temas minoritários, como diversidade e injustiças a gênero, sexualidade e padrões de beleza. Essa virada certamente é fruto da pressão das redes” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 55).

A linguagem, mais uma vez, é expressão de embate nas lutas em rede, unindo e traduzindo discursos para os grupos presentes nos ambientes virtuais. “A internet fornece ainda um modelo de

plataforma de comunicação que permite a criação de um novo padrão organizacional articulado através da polinização cruzada, da consulta mútua e da retroalimentação” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 45).

Hollanda e Costa (2018) consideram que, assim como os feminismos tiveram alcance e maior amplitude nas redes, os conhecidos *backslashes* (“contra-ataques virtuais”) também apoderaram-se da internet para produzir discursos de ódio, utilizando das ferramentas virtuais para propagar misoginia, machismo, racismo e homofobia. Mediante perfis falsos, indivíduos reagem ao que chamam de “perigo das ideologias de gênero”. Atuam também buscando nas redes sociais ideias contrárias às que acreditam e disseminam os referidos discursos com o intuito de “desviar a atenção de um determinado tema, modificando o rumo do debate nas redes” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 60).

Contextualizamos a quarta onda do movimento feminista em desenvolvimento particular com as redes, produzindo e redistribuindo conteúdo principalmente no ativismo jovem, e, como afirmam Hollanda e Costa (2018, p. 53), “chegou mesmo a ser batizada ironicamente como ativismo de sofá, minimizando a importância que a rede teve nessa mobilização insurgente”.

A quarta onda não apenas difere-se pela pauta do feminismo jovem, mas por utilizar a capacidade multiplicadora e potencializadora da rede, baseando-se na força das narrativas pessoais e transformando-as em coletivo (HOLLANDA; COSTA, 2018).

No momento, as mídias sociais estão sob observação. O sonho de uma web descentralizada e democratizante pode não ter se esgotado, porém exige atenção redobrada. Mas vale insistir: se algum movimento se beneficiou da lógica descentralizada das redes, sem dúvida esse movimento foi a insurreição feminista (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 60).

A construção do fazer jornalístico está movida por diferentes atributos positivos, como força, denúncia, ação, objetividade e seriedade – valores relacionados às características dadas como masculinas (COSTA, 2018).

Neste caminho, o jornalismo muitas vezes adere ao gênero masculino nas disputas de poder que inter cruzam à desigualdade de gênero. A violência de gênero, inclusive, faz-se presente dentro das próprias redações, por atitudes que ferem a igualdade de gênero nas rotinas jornalísticas.

Dados da pesquisa “*Violence and harassment against women in the news media: a global picture*”, desenvolvida pela *Internacional Womens Media Foundation* e *International News Institut*, de 2014, com uma amostra de mais de mil jornalistas mulheres de todo o mundo, trazem-nos indicações sobre o assédio e a violência de gênero no jornalismo.

O perfil das jornalistas era de mulheres de 18 a 34 anos, jornalistas/repórteres/editoras que trabalhavam em um jornal impresso ou on-line. Dois terços delas (64,8%) relataram ter sofrido “intimidação, ameaça e abuso” na sua rotina de trabalho; 21,6% delas, disseram ter sofrido violência física; outras 14,3% relataram violência sexual e 47,9% sofreram assédio sexual no trabalho (FIGARO, 2018a).

Figaro (2018a, p. 580) expõe que este tipo de assédio e violência sexual na maioria das vezes é entendido apenas como um desvio moral individual; uma degeneração específica do comportamento de um homem, porém, não trata-se disto. A pesquisa revela, pelas estatísticas quantificadas de vários países, “o quanto tais tipos de procedimentos são arraigados e estruturados socialmente e contam inclusive com a complacência daqueles que deveriam impedir e punir tais acontecimentos”.

Costa (2018) chama a atenção para uma pesquisa realizada em 2015 acerca do projeto de Monitoramento Global de Meios, a qual analisou fontes jornalísticas utilizadas em 114 países monitorados, apenas 19% de especialistas nas matérias eram mulheres; no Caribe e na América Latina, apresentando 29% e 27% respectivamente.

Esses dados refletem que a desigualdade de gênero atravessa as noções jornalísticas. Inclusive dentro das redações a partir da divisão de trabalhos, com editorias selecionadas no que poderia ser masculino - como política, esporte e áreas consideradas “sérias” - e no que poderia ser feminino - como arte, cultura e áreas consideradas “subjetivas” -. (ALLAN, 2010). Além disso, os elementos discriminatórios perpassam as rotinas jornalísticas, com salários mais baixos que os dos homens, cargos inferiores e maiores dificuldades em conseguir promoções profissionais (FIGARO, 2018a).

As desigualdades devem ser medidas e demarcadas nas próprias rotinas jornalísticas, com repórteres mulheres que enfrentam, muitas vezes, uma jornada dupla ou tripla do trabalho. (FIGARO, 2018a). Situação desproporcional se comparada aos colegas homens⁶⁰ “‘mais profissionalmente comprometidos’. Fica bem mais fácil administrar estas formas de trabalho relacionadas com os horários mais regularizados, estruturados e previsíveis associados à reportagem de matérias especiais” (ALLAN, 2010, p. 33).

⁶⁰ Pesquisa indica que mulheres trabalham 7,5 horas a mais que homens devido à dupla jornada. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada>> Acesso em: 01 ago. 2019.

Neste sentido, o jornalismo é mensurado por particularidades que interferem na construção e na condução desta prática e também sobre as realidades que ele produz, podendo reproduzir padrões culturais excludentes, como machismo, racismo e homofobia (COSTA, 2018).

Como dialoga Costa (2018), isto pode ser percebido na produção de matérias sobre crimes de violência contra a mulher, como em casos de estupro, nas quais a vítima é questionada sobre a violência sofrida a partir do momento em que “o local, as roupas, o horário e a sua classe social são informações destacadas nas matérias e entram em consenso com os preconceitos sociais de que as mulheres só são estupradas porque elas mesmas se colocaram em situação de risco” (COSTA, 2018, p. 64-65).

A necessidade de construir discursos não-discriminatórios e que não caiam na cultura do estupro são iniciativas desenvolvidas a partir dos tensionamentos do jornalismo com perspectiva de gênero. “O caráter sexista da linguagem é atualmente uma das críticas do movimento feminista, que se insere em um contexto de debate sobre a democratização das relações de gênero, apresentando uma faceta discursiva” (COSTA, 2018, p. 74).

Estas produções podem significar mudanças tanto pela construção de pautas que debatam a desigualdade de gênero como também pela mudança de abordagem na hegemonia normativa que mantém o contexto desigual (COSTA, 2018). Não devemos separar a questão de gênero das discussões sobre as estruturas de poder e das classes sociais, mas sim analisar as produções de desigualdades sociais, econômicas e políticas a partir dos instrumentos de poder (FIGARO, 2018a).

De acordo com Figaro (2018a), os estudos de gênero contribuem para a percepção de que as opressões relacionadas às mulheres (em seus variados inter cruzamentos) estão vinculadas a uma estrutura de poder que tem na propriedade privada o eixo da exploração. “A questão de gênero não é um problema de diferença (a diferença sempre é bem-vinda); é um problema de desigualdade” (FIGARO, 2018a, p. 576).

Trazemos para esta discussão novamente os dados sobre a violência de gênero e a discriminação profissional das mulheres no Brasil e no mundo. Apesar dos novos arranjos de trabalho possibilitarem maiores perspectivas de temáticas como feminismo e igualdade de gênero (que até então não alcançavam grandes espaços na mídia tradicional), estas problemáticas mantêm-se nas novas mídias. “A convergência midiática e discursiva pode abrir possibilidades para as mulheres jornalistas, mas não é essa uma característica inerente aos meios tecnológicos, sobretudo, porque esses meios estão sendo apropriados pela lógica mercantil (FIGARO, 2018a, p. 586).

Como justificativa pessoal da produção de nossa pesquisa, corroboramos com Figaro (2018a, p. 586) a qual traz de forma contundente em seu discurso:

Reiteramos: a questão de gênero no jornalismo transcende sua particularidade, é uma problemática vinculada à superação da discriminação e da dominação imposta à mulher pela estrutura de poder vigente. A conquista de respeito e direitos na profissão para a mulher significa a conquista de uma sociedade mais igualitária e democrática. As lutas feministas inserem-se na perspectiva da mudança estrutural da sociedade. As questões de gênero não são tangenciais. São eixos de transformações profundas da sociedade em relação à propriedade privada, à distribuição de renda, à discriminação racial/étnica (FIGARO, 2018a, p. 586).

Neste sentido, destacamos também a importância da interseccionalidade para pensarmos o jornalismo; pela necessidade de entender os intercruzamentos e as variadas opressões existentes nas relações de poder e identidade na construção jornalística. Entendendo que a mulher jornalista também sofre com a desigualdade de gênero e a dominação no trabalho, como a maioria das mulheres, tal realidade só pode ser superada a partir de lutas por igualdade e emancipação (FIGARO, 2018a).

Ressaltamos que, apesar das discussões acerca das rotinas de trabalho e a discriminação de gênero no mercado jornalístico não serem o foco de nossa pesquisa, não poderíamos negligenciar este tema que permeia outras discussões sobre jornalismo e gênero.

A partir do entendimento do uso das ferramentas virtuais para produzir e veicular conteúdos de gênero, desenvolvem-se perspectivas relacionadas ao midialivismo e ao ciberfeminismo, como citado no primeiro capítulo desta dissertação. Segundo Rincón (2009), podemos entender o jornalismo com perspectiva de gênero a partir de suas características mais pluralizadas, por visibilizar diferentes mulheres (em seus intercruzamentos de raça, classe e sexualidade), e colaborativas (pela interação e participação das leitoras).

Iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero como a Revista AzMina podem ser pontos de partida para discursos mais inclusivos e que promovam a multiplicidade de vozes nas redes e em outros espaços sociais, pois “uma visão crítica da comunicação - e jornalismo é uma prática comunicativa - que leve em consideração o seu caráter emancipador, pode ser um dos elementos para a superação das assimetrias de gênero” (COSTA, 2018, p. 101).

E, para finalizar, ressaltamos que as contribuições anteriores serão utilizadas para os trabalhos evidenciados no terceiro capítulo, que pretende desvendar o tipo de jornalismo produzido pela Revista AzMina.

3 – ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA (ACJ) DAS REPORTAGENS ESPECIAIS DA REVISTA AZMINA

Neste capítulo, analisamos a produção de jornalismo da Revista AzMina a partir do protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) (SILVA; MAIA, 2011), a fim de investigar como são construídos os conteúdos jornalísticos da Revista e de que modo atendem as práticas midialivristas e às temáticas feministas e interseccionais.

Abordado anteriormente na introdução desta pesquisa, a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) tem como objetivo identificar as marcas de apuração e os processos da construção da notícia no próprio produto. Analisamos as reportagens especiais da Revista AzMina para discutir os processos de produção, como temáticas, fontes, pesquisa e apuração, e inclusive seu modelo de negócios enquanto jornalismo nativo digital.

Desenvolvemos uma interpretação dentro das conceituações articuladas nos Capítulos 1 e 2, enfatizando as construções jornalísticas da Revista que nos permitiram fazer a presente análise a partir das/os autoras/es mencionados como Hollanda, Bogato e Costa (2018), Ribeiro (2017), Castells (2013), Bentes (2015) e Malini e Antoun (2013), que conceituam as perspectivas midialivristas, feministas e interseccionais em suas especificidades.

Reiteramos que a ACJ pode ser compreendida em três dimensões (GUERRA, 2000 *apud* SILVA; MAIA, 2011): a) normativa b) técnico-procedimental e metodológico e c) organizacional e em dois níveis analíticos: 1) marcas da apuração e composição do produto e 2) aspectos da caracterização contextual. Por ser um protocolo desenvolvido para conteúdos jornalísticos impressos, adequamos os marcadores para uma melhor caracterização do jornalismo midialivrista.

Com as dimensões normativa, técnico-procedimental e metodológica e organizacional, buscamos informações sobre a composição do produto, como padrões legais e éticos da profissão, processos de apuração e produção e também de organização jornalística.

Nos níveis analíticos e mais propriamente exteriorizados da Análise de Cobertura Jornalística, identificamos as marcas de apuração e composição do produto: assinatura, local de apuração, origem da informação e a presença dos recursos multimidiáticos, e os aspectos de caracterização contextual interno/externo: caracterização visual e temática, como também a conjuntura sócio-histórica-cultural.

Nas tabelas abaixo, descrevemos as caracterizações dos níveis de análise (SILVA; MAIA, 2011) adaptados para a utilização em nossa pesquisa:

Marcas de apuração e composição do produto	
Assinatura	Identificação da autoria da matéria, a partir da qual ressaltamos as participações e autorias de atribuições como reportagem, fotografia, edição ou vídeo.
Local de apuração	Identificação do deslocamento da jornalista para a realização da cobertura jornalística; pode ser interno (dentro da redação), externo (fora da redação) ou não identificado no texto.
Origem da informação	Refere-se às fontes de informação utilizadas para a produção da reportagem, pode ser de primeira mão (obtidas diretamente pelos autores do texto, como especialistas, institucionais, cidadãs e não convencionais) ou segunda mão (obtidas mediante publicações científicas, documentos impressos e eletrônicos, por outros veículos jornalísticos ou republicações).
Recursos multimidiáticos	Vídeos, imagens, fotografias, ilustrações, áudios, infográficos e hiperlinks.

Aspectos de caracterização contextual	
Interno	Caracterização visual, editorial e organizacional da reportagem.
Externo	Caracterização da temática da cobertura; análise da conjuntura sócio-histórica-cultural em diálogo com as discussões teóricas a fim de desvelar como atendem às pautas feministas.

Como parte da análise, utilizamos a técnica de entrevista em profundidade, no formato semiaberto, com a diretora de Redação da Revista AzMina, Helena Bertho. O propósito foi obter mais informações sobre os processos produtivos, organização de pautas e o modelo de negócios da Revista.

Ressaltamos que a inserção das informações obtidas mediante a entrevista foi etapa esclarecedora da análise sobre a cobertura jornalística da Revista AzMina. A íntegra da entrevista segue disponível no Apêndice 1 desta dissertação. Neste sentido, será acionada no decorrer das análises para preencher lacunas sobre os processos noticiosos e organizacionais para a produção jornalística com perspectiva de gênero.

REPORTAGENS

Selecionamos, como recorte de nossa análise, as produções jornalísticas da seção “Especiais” da Revista AzMina de todo o ano de 2018, somando sete reportagens. O período foi escolhido pela possibilidade de acompanharmos em tempo real as produções, além de ter sido ano

eleitoral com campanha política altamente polarizada e com forte presença do movimento político feminino, representado na marcha #EleNão, que percorreu as principais capitais e outras cidades do país.

Escolhemos a seção “Especiais” da Revista por entendermos enquanto genuíno e aprofundado produto jornalístico, inclusive com características da reportagem multimídia, que Longhi (2015) descreve como um jornalismo a partir de práticas mais imersivas e multimidiáticas, além de um jornalismo *long-form*, com extensas construções textuais. Ainda, as reportagens apresentam pluralidade de fontes, apuração e pesquisa jornalística, dividida em capítulos dentro da temática abordada. Mesclam-se enquanto jornalismo interpretativo, utilizando características do jornalismo literário (LIMA, 2008) ao inserirem recursos estilísticos como descrição das cenas, das personagens, das emoções, ênfase nos diálogos (inclusive com o uso de travessão nas conversas).

As sete reportagens especiais desta pesquisa são parte de um investimento da Revista chamado Bolsas de Reportagem⁶¹; bolsas para repórteres mulheres desenvolverem pautas sobre jornalismo investigativo com perspectiva de gênero, com um valor de cinco a seis mil reais.

Como seguimento do modelo de negócios e fontes de contribuição financeira, a Revista recebe recursos de financiamentos de editais e *crowdfundings*, além de doações de fundações e patrocínios, como as parcerias com o fundo internacional para mulheres MamaCash, a fundação Open Society e o fundo Mulheres do Sul, que também apoia o aplicativo PenhaS de enfrentamento à violência contra a mulher, gerenciado pela Revista AzMina.

São as reportagens: “Maternidade Lésbica”, “Eu moro na luta”, “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”, “Racismo na passarela: Como o preconceito se expressa na moda?”, “Quando a Loucura é filha do machismo”, “Estado e religião: Uma relação tão antiga quanto promíscua” e “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018”.

A diretora de Redação Helena Bertho (2019) explica que a proposta das bolsas surgiu para proporcionar grandes investigações com boas repórteres, que fossem de preferência, de outros lugares do país além de São Paulo, e também mulheres negras. Portanto, a Revista posiciona-se sobre as localidades sociais inclusive no que condiz à construção jornalística. “Tem que ser uma pauta que além de cobrir os custos de reportagem, remunere a repórter” (BERTHO, 2019).

61 Mais informações disponíveis em: <<https://azmina.com.br/reportagens/azmina-lanca-bolsas-de-reportagem-sobre-violencia-domestica/>> Acesso em: 20 jan. 2020.

Além das bolsas de reportagem, tivemos a preocupação de trazer gente de fora de São Paulo, que trouxesse olhares sobre outras realidades de mulheres que não urbanas. [...] E tem uma coisa da AzMina de que a gente não existe para crescer por si só; a gente existe para gerar um conteúdo, então não faria sentido pra gente termos um dinheiro pra produzir reportagem e “vamos só nós produzir e ficar aqui no nosso clubinho?” Não faria sentido, a gente quer trazer gente nova, novos olhares, sobre o que é ser mulher no Brasil (BERTHO, 2019).

As reportagens são divididas em capítulos, inseridos em uma aba superior em cada matéria. Ao selecionar o título de cada capítulo, a leitora tem a possibilidade de escolher qual ler primeiro; parte da customização do layout do jornalismo em rede que permite maior proximidade e autonomia da usuária.

A Revista oferece proposta de assinatura com a frase “Assine a newsletter da AzMina. Feminismo e direitos humanos sem intermediários”. A iniciativa, para convidar novos assinantes, surge como parte do modelo de negócios, e está presente em todas as reportagens, entre os textos jornalísticos.

As reportagens não possuem opção de comentários no portal, porém, apresentam a pergunta no final de cada reportagem: “Este conteúdo foi útil?”. Para a resposta positiva, exibe uma tela seguinte para compartilhar o material em redes sociais como Facebook, Twitter e WhatsApp. Para a resposta negativa, exibe uma caixa de comentários, com opção de e-mail e sugestões sobre o conteúdo.

A Revista AzMina permite que todo o conteúdo jornalístico seja republicado e que outros veículos de comunicação, blogs e pessoas físicas, possam reproduzir as reportagens desenvolvidas. Esta prática configura-se como estratégia midialivrista pois objetiva que cada vez mais pessoas possam obter informações gratuitas e de qualidade, e neste sentido, parte do ideal de democratização da informação.

Segundo Bertho (2019), desde o início da Revista o conteúdo foi disponibilizado gratuitamente porque “não faz sentido combater violência de gênero colocando limite financeiro”. A partir do *copyleft*, direito de permissão de cópia, o conteúdo da Revista é livre de direitos autorais desde que sejam dados os créditos da publicação.

Apresentamos as análises das sete reportagens a seguir:

Reportagem Especial “Maternidade Lésbica”

Figura 1 - Capa da reportagem “Maternidade Lésbica” da Revista AzMina, de 13 de maio de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Maternidade Lésbica”, de 13 de maio de 2018, apresenta três assinaturas: reportagem de Tamy Rodrigues, edição de Carolina Oms e ilustração de Ana Matsusaki. Consta o subtítulo “Os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia. Os caminhos para ser mãe sendo uma mulher lésbica”, e com cerca de 39 mil caracteres, a reportagem desenvolve-se em cinco capítulos: “Mãe: um som primordial?”, “Nossa escolha”, “Nem só de gestação vive a maternidade lésbica”, “Faça um filho comigo” e “As batalhas burocráticas”.

Aborda de maneira aprofundada e pluralizada os contextos da maternidade lésbica, desde as opções de fertilização, inseminação e a adoção, à rotina da maternidade e da vida de mulheres lésbicas, os preconceitos e obstáculos da trajetória rumo a ser mãe lésbica. O objetivo da reportagem, como apresenta no texto, é “detalhar os métodos e caminhos possíveis e mais utilizados para uma concepção que não vem no pacote da mãe natureza” (RODRIGUES; OMS, 2018).

Sobre o local de apuração, não percebemos o deslocamento da jornalista para as entrevistas com as fontes. Como origem da informação, apresentou 26 fontes na composição do produto, sendo das fontes pessoais, 15 mulheres e quatro homens: cinco fontes de informação de primeira mão institucionais, sete fontes de informação de primeira mão cidadãs, três fontes de informação de

primeira mão especializadas, cinco fontes de informação de primeira mão não-convencionais (anônimas), uma fonte de informação de segunda mão científica e cinco fontes de informação de segunda mão por documentos impressos e eletrônicos.

Como fontes de primeira e segunda mão, as personagens são mulheres lésbicas, mães, que optaram por adotar ou fazer a fertilização, seja caseira ou clínica, e suas trajetórias com a maternidade, como o trecho sobre Thayla* e Luciane*, mães de Lara:

Era um domingo de piquenique em família no parque. Lara, então com quase 1 ano, engatinhou em direção ao cachorro da família ao lado. “Que olhos lindos ela tem! É sua filha?”, perguntou o dono do animal para Luciane, que assentiu com a cabeça. “Não que os seus olhos castanhos não sejam bonitos, mas que sorte ela ter herdado os genes do pai, né?”.

Já se preparando para a reação do desconhecido, Luciane respirou fundo e respondeu: “São os genes da outra mãe dela, que também tem olhos claros”, apontando para Thayla, que observava a cena sentada a poucos metros dali. Um rápido levantar de sobrancelhas e um franzir de testa, acompanhados daquela coçadinha básica na cabeça, indicaram uma pane no sistema daquele homem. “Ué, mas quem é a mãe dela afinal?” (RODRIGUES; OMS, 2018).

Em cada capítulo, histórias de mulheres traçam temáticas relacionadas à maternidade lésbica. No primeiro, apresenta uma abordagem geral e introdutória sobre os assuntos debatidos. Já no segundo, conhecemos Thayla e Luciane, casal que fez a inseminação intrauterina e c como foi o processo de inseminação, e também Sônia* e Raquel*, que fizeram fertilização in vitro (FIV) e tiveram o Vitor.

Ainda no capítulo dois, a terceira história é a da Jéssica, que optou por engravidar mediante um doador de inseminação caseira, conseguindo contatos em grupos em redes sociais e conhecendo outras pessoas que fizeram o mesmo. Outro personagem é o Carlos*, um doador que afirma já ter auxiliado vários casais de mulheres pela dificuldade financeira que estas encontram em realizar o procedimento em clínicas. No capítulo três, as personagens Clara* e Fernanda* exemplificam a luta pela maternidade através da doação; os procedimentos e percursos para adotar uma criança ou jovem no Brasil – capítulo marcado não apenas pela história, como também com fontes especializadas que comentam o processo de adoção.

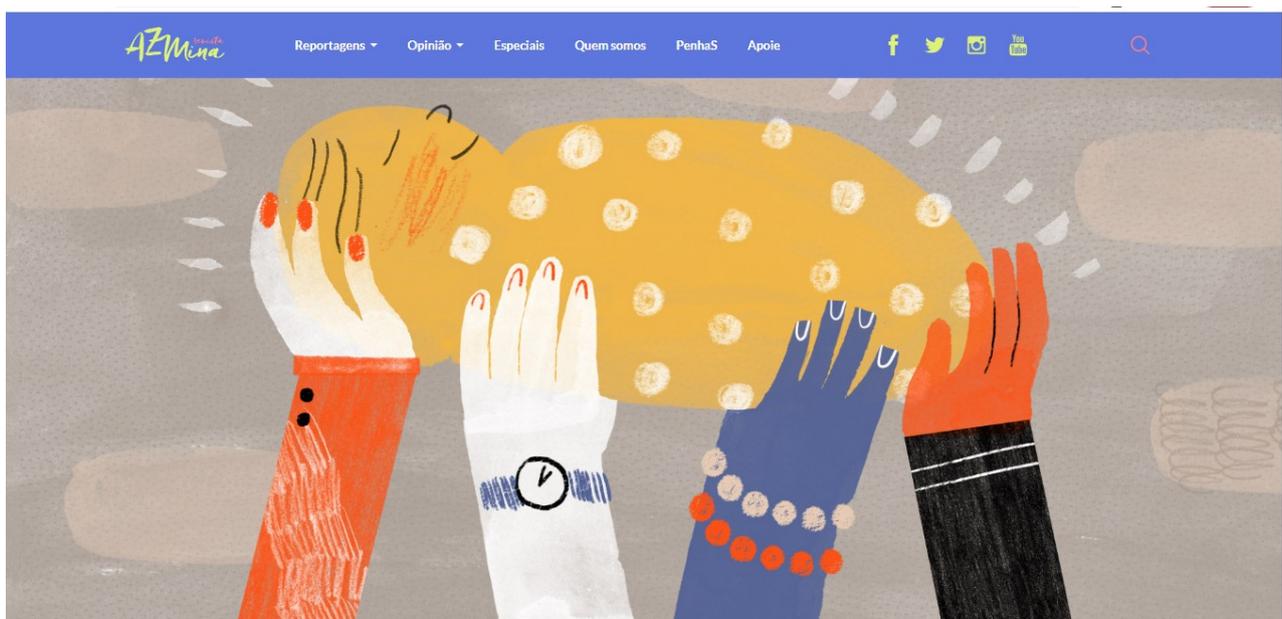
Apontam também fontes institucionais, como um membro da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, que comenta o processo da inseminação intrauterina. Outro personagem foi o diretor do Centro de Reprodução Humana do Hospital Pérola Byington, ao explicar as possibilidades de inseminações e procedimentos de reprodução humana. Como fontes especializadas sobre o assunto, teve como especialista a presidente da Comissão de Diversidade

Sexual e Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo e uma advogada especialista em direito do trabalho e previdenciário, que comentaram sobre os direitos da união estável homoafetiva, cumprindo os aspectos jurídicos relacionados ao tema da reportagem.

Consta também informações de segunda mão, de cunho científico, como um pesquisador inglês que desenvolveu a publicação “*Mother Tongue Hypothesis*” (Hipótese da Língua Mãe, em tradução livre), contando a trajetória antropológica da palavra “mãe”. Também utiliza bastantes documentos em dados estatísticos referentes aos processos de adoção e também sobre a maternidade lésbica, como o dado de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que há pelo menos 32 mil famílias homoafetivas formadas por duas mães (53,8% do total).

Os recursos multimidiáticos são separados em ilustrações, infográficos e fotografias. Apresenta cinco ilustrações sobre as temáticas da maternidade lésbica, retratando mães e bebês com traços de aquarela e ilustração, cada qual referindo a um capítulo da reportagem. A exemplo, o capítulo “Faça um filho comigo” retrata as escolhas da coparentalidade no cuidado de uma criança. A ilustração abaixo, no começo do capítulo, é descrita visualmente na cena de quatro mãos diferentes amparando uma criança:

Figura 2 – Ilustração da reportagem “Maternidade Lésbica” da Revista AzMina, de 13 de maio de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

A reportagem contém três infográficos: o primeiro mostrando o passo-a-passo da inseminação intrauterina, o segundo com estatísticas de gravidezes de 2005 a 2016 e o terceiro os

procedimentos para a adoção de uma criança ou jovem. Além disso, conta com três fotos de arquivos pessoais das mães com seus filhos. Uma das fotos é de arquivo pessoal, das duas mães com o filho, uma delas amamentando, fotografia não convencional no jornalismo tradicional pelos elementos da maternidade e da amamentação, relacionada ao relacionamento lésbico:

Figura 3 – Foto na reportagem “Maternidade Lésbica” da Revista AzMina, de 13 de maio de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Os hiperlinks são utilizados com informações adicionais de assuntos ou portais que foram referidos no decorrer do texto, como a referência ao portal “Pais amigos⁶²”, iniciativa de coparentalidade citada na reportagem e redirecionada externamente à Revista AzMina. Além disso, cita outros materiais da página no final do Especial, como “Leia também: Racismo na passarela: como o preconceito se expressa na moda?”, matéria que também será analisada nesta pesquisa.

Aspectos da caracterização contextual interno/externo

A Revista AzMina utiliza técnicas jornalísticas de entrevistas e apurações para compor a história e trazer as perspectivas das personagens, mães, esposas, namoradas e companheiras e suas relações entre si e com a possibilidade de matinar, ou seja, exercer o vínculo materno enquanto mulheres lésbicas.

62 Disponível em: <<http://paisamigos.com/>> Acesso em: 08 dez. 2019.

As histórias apresentam terminologias médicas e jurídicas - difíceis à primeira vista para quem não tem familiaridade com os temas – mas também utilizam dos recursos literários para narrar os cotidianos das personagens. O texto apresenta as personagens sem traços de fetichização, pelo contrário, humanizando suas rotinas na descrição da narrativa:

Sônia* entrou para as estatísticas das chances nulas. Com 42 anos, conheceu Raquel* e, de cara, soube que queria seguir olhando para aquele par de grandes olhos negros e curiosos, dia após dia. Após dois anos vivendo juntas, decidiram que era hora de pendurar fraldas junto às calcinhas no varal. Os exames de Sônia comprovavam as estatísticas. Raquel, então com 33 anos, tinha perfeitas condições físicas para engravidar, mas era Sônia quem sonhava em ver crescer o barrigão (RODRIGUES; OMS, 2018).

Além disso, apresenta um trabalho de apuração jornalística pela utilização de fontes especializadas, infográficos e estatísticas, em consonância com os recursos literários no jornalismo.

A temática da reportagem surge junto às intervenções coletivas e segmentadas da quarta onda feminista. Referencia-se, ainda, às identidades Mãe+lésbica, e assim, traça a narrativa em torno das noções de sexualidade e maternidade, inter cruzamentos não apenas “tabu” na sociedade em geral como também pouco visibilizados e aprofundados na cobertura midiática.

A interseccionalidade, com o objetivo de não cair no universalismo da categoria “Mulher”, fica visível na abordagem das variadas identidades de mulheres. Tendo como maioria das fontes personagens mulheres falando sobre uma situação relacionada à mulher e sua orientação sexual, e ainda, também trazendo fontes especializadas mulheres, a reportagem traz a tona o lugar de fala para o próprio fazer jornalístico.

A Revista propõe essa coletividade que não mais desassocia a produção jornalística da causa feminista/midialivrista: “E assim, entre mitos descabidos, filas de adoção, parcerias online e apelos às novas tecnologias, a gente vai mostrando como é e sendo como pode, na luta para despir essa invisibilidade que insiste em cobrir os nossos quereres. Nós existimos, resistimos e também maternamos” (RODRIGUES; OMS, 2018).

Ao utilizar o “nós”, a Revista insere-se na luta da maternidade e da orientação sexual, incluindo-se no engajamento do tema retratado. Perspectiva tal que remete à produção de jornalismo com perspectiva de gênero na quarta onda feminista, associando o ativismo plural das redes com o jornalismo feminista. Sobre a produção de conteúdo jornalístico engajado, a diretora de Redação da Revista AzMina, afirma:

Acho que tem algumas coisas, tem a militância... Um dos primeiros pontos: a gente é ativista. Não é só feminista, a gente quer causar impacto social e mudança no mundo, então a gente não tem problema nenhum em fazer uma campanha, como a gente se posicionou claramente contra o Bolsonaro, não era uma questão, um problema editorial, muito pelo contrário; pra gente, era muito importante deixar claro para os nossos leitores que a gente estava contrário, por tais e tais argumentos somos contra. Então acho que é isso, a gente se posiciona, a gente é ativista, é importante. A gente nunca deixa de ser jornalismo. Isso é essencial de ressaltar porque as pessoas acham que por você ser ativista não pode ser jornalista. A gente segue todos os padrões de boa apuração e reportagem base de jornalismo, a gente só deixa claro pra quem tá lendo de onde parte. Afinal, é escolha de palavras, escolha de pautas já é um posicionamento. Então a gente parte pra escolher pautas partindo desse lugar aqui que é o nosso (BERTHO, 2019).

Reportagem Especial “Eu moro na luta”

Figura 4 – Capa da reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Eu moro na luta”, de 26 de maio de 2018, apresenta três assinaturas: reportagem e fotografia de Mariana Moreira e Yzadora Monteiro e edição de Carolina Oms. Consta o subtítulo “Quem são as mulheres que lutam por moradia no Brasil”, e com cerca de 30 mil caracteres, um vídeo e três entrevistas em áudio, a grande reportagem desenvolve-se em quatro capítulos: “Minoria invisível”, “A semente em Salvador”, “A maior ocupação do Brasil” e “Violência na rua”.

Aborda de maneira pluralizada os enfrentamentos de mulheres na busca por uma moradia digna. As personagens compõem a história da mulher que “mora na luta” -como diz o título- em

suas variadas identidades, como mães, trans, lésbicas, negras e em decorrência da classe, por serem mulheres em situação de rua.

As autoras mostram narrativas individuais de mulheres, que, juntas, expõem as “fragilidades das políticas de habitação, saúde, educação, emprego, assistência social e segurança no cotidiano” (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

Verificamos o local de apuração como externo, pois a reportagem foi desenvolvida em três cidades das maiores capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, acompanhando *in loco* as histórias das personagens, nas ruas, nas ocupações e nos centros dos movimentos sociais.

Como origem da informação, notamos inúmeras fontes na construção da reportagem, sendo das fontes pessoais, 18 mulheres e um homem: 25 fontes, sendo quatro fontes de informação de primeira mão institucionais, 12 fontes de informação de primeira mão cidadãs, três fontes de informação de primeira mão especializadas, duas fontes de informação de segunda mão de outros veículos jornalísticos e quatro fontes de informação de segunda mão por documentos impressos e eletrônicos.

As fontes de primeira mão cidadãs compõem boa parte da reportagem, trazendo personagens mulheres em suas lutas por uma moradia, como Tatiane, que vive em São Paulo com dois filhos depois de sair do Nordeste aos 15 anos de idade:

Próximo às escadarias da Catedral Metropolitana de São Paulo, na Praça da Sé, Tatiane, de 32 anos, observava os dois filhos pequenos brincando de correr de um lado para o outro, no fim de uma tarde de sábado, em março, na região central da cidade. Do total de 15.905 pessoas que vivem nas ruas do estado mais populoso do país, registradas no último Censo da População de Rua feito pela prefeitura e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 2015, Tatiane é uma das 2.326 mulheres. De olho no carrinho de bebê que carregava junto com uma sacola, Tatiana lembrava o caminho que percorreu nas ruas do Recife, de Minas e do Rio, antes de chegar definitivamente em São Paulo, em 2008, vivendo entre a casa, a rua e o abrigo durante esses dez anos. Do Recife não tem muitas lembranças, “não sei bem o que aconteceu com os meus pais, mas foi um pessoal que me criou”, contou (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

O trecho, além de retratar uma narrativa descritiva e com elementos literários, apresenta fontes de segunda mão de dados e documentos sobre o Censo da População de Rua, de 2015, mesclando jornalismo literário com técnicas de apuração e pesquisa.

Apesar de a reportagem enfatizar que não existem dados unificados e atualizados sobre a população que vive em situação de rua no Brasil, expõe fontes de segunda mão documentais para compor um panorama sobre a realidade no país.

Como parte de pesquisa aprofundada, levanta informações demográficas sobre a população em situação de rua, a exemplo que “ter uma moradia permanente” foi a resposta de 51,4% das mulheres como condição para sair da rua, de acordo com o Censo de São Paulo de 2015 (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018). Neste contexto, percebemos não apenas o recorte documental e estatístico acerca da população em situação de rua como também da categoria mulher.

Os recursos multimidiáticos são separados em 11 fotografias, um vídeo e três áudios que apresentam as personagens e complementam a narrativa textual. No capítulo dois “A semente em Salvador”, há um vídeo sobre a história da líder Maria Lúcia, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em Salvador, tido como referência na luta por políticas públicas e acolhimento de demandas de pessoas que não tem moradia ou algum auxílio, como descrito na reportagem.

O vídeo, com cerca de 10 minutos, apresenta a entrevista com Maria Lúcia e outras personagens do MNPR, com legendas em português. Tem uma mediação mas há liberdade das personagens para contar suas narrativas. Os diálogos são cobertos por imagens das personagens e também da vida nas ruas, retratando as violências e invisibilidades de morar na rua.

Figura 5 – Vídeo na reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.

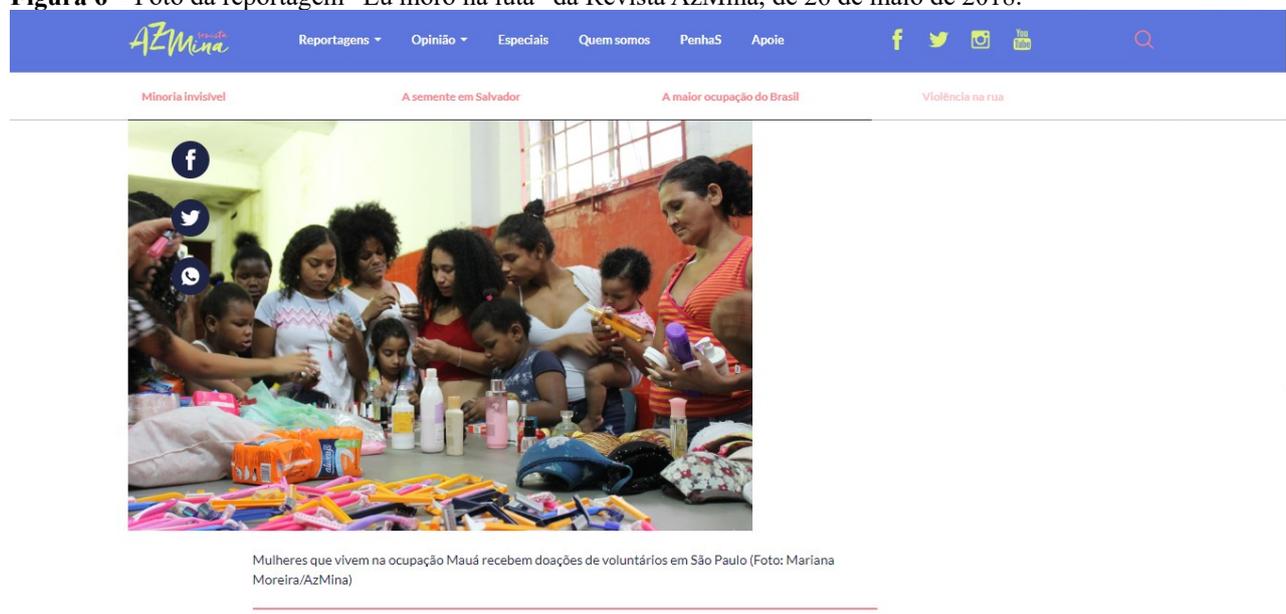


Fonte: Revista AzMina.

As fotografias são destaques por ambientarem os cenários e as personagens. O capítulo três “A maior ocupação do Brasil” apresenta a história da ocupação Mauá, prédio que abriga mais de 100 mulheres e 237 famílias. As imagens, feitas *in loco* pelas jornalistas, retratam o dia-a-dia das

mulheres na ocupação, como experiência que utiliza técnicas imersivas, por fotografarem e estarem junto a ocupação. A exemplo, a fotografia abaixo, que retrata doações de voluntários com cestas básicas, produtos de higiene e outros, como absorventes, calcinhas, esmaltes e aparelhos de barbear, sendo divididos entre as mulheres da ocupação:

Figura 6 – Foto da reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Com recursos de radiojornalismo, a inserção da narrativa a partir do áudio faz-se presente com a utilização de entrevistas. Interpretamos, como uma tentativa de dar protagonismo às personagens, as gravações espontâneas, com poucas edições e cortes, apresentando a história de três mulheres e suas relações não apenas enquanto pessoas em situação de rua, como também enquanto mães, trans e lésbicas.

A baiana Jussara, há 23 anos na rua, é lésbica, tem dois filhos que moram com a avó materna, vive pelas ruas do Pelourinho e luta há três anos para regularizar o pagamento da pensão com o pai das crianças, enquanto namora uma mulher. Laís, de 24 anos, mora no Rio, e conta com a ajuda do pai para criar a filha que visita de tempos em tempos, quando consegue “manguear” grana suficiente para vê-la. A violência e o preconceito que fizeram a Felipa sair de casa fazem parte do cotidiano da mulher trans, agredida por estar em situação de rua e por sua orientação sexual, mesmo conseguindo assistências eventuais em abrigos desde os 15 anos. Aos 27 e com uma carteira que garante a sua cidadania com o nome social, como ela conta no áudio, ainda luta para conseguir ser uma cidadã (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

As entrevistas são parte da construção jornalística da reportagem, e com cerca de seis minutos de duração, são realizadas *in loco*, no formato pingue-pongue. Apresentam a fotografia da personagem e a descrição com cidade, nome, idade e local:

Figura 7 – Áudio na reportagem “Eu moro na luta” da Revista AzMina, de 26 de maio de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Os hiperlinks são utilizados como informações adicionais de assuntos e iniciativas relacionadas, como a referência ao projeto citado na reportagem “SP Invisível”⁶³, iniciativa que busca visibilizar pessoas em situação de rua por depoimentos, envolvendo 500 voluntários. Além disso, cita materiais da Revista no final do Especial, como a reportagem também analisada nesta pesquisa “Leia também: Maternidade Lésbica”.

Aspectos da caracterização contextual interno/externo

A reportagem demonstra técnicas jornalísticas de apuração e pesquisa aliadas à entrevistas e narrativas em profundidade para compor o cenário da luta por moradia digna no país, mostrando as mulheres nesta causa, com personagens mães, lésbicas, trans e negras.

Cumprir os padrões legais e éticos da profissão e abordar o direito constitucional pela moradia e propriedade, reforçando, neste sentido, a produção de jornalismo dentro das perspectivas dos direitos humanos, como o trecho descrito a seguir:

63 Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel/?ref=br_rs> Acesso em: 25 dez. 2019.

Hoje a ocupação é um dos mais emblemáticos cenários da luta entre duas garantias previstas na Constituição: o direito à moradia e o direito à propriedade. Somente em São Paulo, há 130 mil famílias sem casa – e 290 mil imóveis não habitados.

Mas a ausência de uma política habitacional que inclua a revitalização e ressignificação de prédios abandonados, e não apenas siga empurrando a população de baixa renda para as periferias das cidades, dificulta inclusive a doação de imóveis que pertencem ao poder público para programas sociais (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

A narrativa apresenta documentos, dados demográficos e informações de pesquisas dos movimentos sociais relacionados à causa da moradia digna, também relacionando com as personagens, mostrando não apenas em uma perspectiva “estatística”, mas também humana e real.

O jornalismo de imersão entra a tona pela presença das jornalistas no local do acontecimento, nas ruas das cidades citadas, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Neste contexto, a narrativa ganha “voz” das mulheres que fazem a reportagem a partir de suas impressões e observações.

Sobre a reportagem, apesar de contextualizarem as vulnerabilidades para as mulheres da rua, o texto não as estigmatiza e enfatiza que a rua também é percebida como local de mudança, um ambiente hostil mas ressignificado e “transformado em espaço de luta pelos direitos humanos e por melhores condições de trabalho” (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

Situa-se em um posicionamento defendendo a luta por moradia digna, e incluindo fontes especializadas, retrata a soma de opressões das mulheres que vivem em situação de rua e em moradias temporárias.

Como parte do recorte “mulher”, a reportagem enfatiza que, apesar delas serem minoria da população em situação de rua, são as que mais sofrem riscos por sua localidade social, “expostas a crimes de feminicídio, abandono, abuso sexual, lesbofobia, estupro e outras violências específicas contra as mulheres, além da invisibilidade” (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

Bertho (2019) enfatiza a necessidade de pautar o jornalismo com perspectiva de gênero “para além das bolhas feministas”, pensando não apenas gênero como também raça e classe. O viés feminista apresenta-se na visão interseccional na luta pelos direitos das mulheres:

A complexa trajetória da mulher na rua carrega a materialidade da luta por direitos, além da subjetividade da condição feminina no espaço público. Em 2009, o Governo Brasileiro criou pela primeira vez a Política Nacional para População em Situação de Rua, e ligar os pontos entre os estados na reportagem traz a dimensão – ainda incipiente – destes dez anos de planejamentos e mudanças. Se é preciso criar visibilidade, a mulher que vive na rua é “invisível dentro do invisível”, e na luta feminista o reconhecimento das condições de vida dessa mulher ainda está no começo (MOREIRA; MONTEIRO; OMS, 2018).

Neste sentido, enfatizamos a diferencial da pauta e da abordagem por tratar de perspectivas interseccionais e inserir, dentro da reportagem, a causa da mulher em situação de rua e sua necessidade de visibilidade.

Reportagem Especial “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”

Figura 8 – Capa da reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores” da Revista AzMina, de 25 de junho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”, de 25 de junho de 2018, apresenta quatro assinaturas: reportagem de Clara Fagundes, edição de Carolina Oms e Carolina Vicentin e ilustração de Larissa Ribeiro. Consta o subtítulo “Legislação que tipificou a alienação parental usa teoria controversa como base e pode deixar ainda mais vulneráveis vítimas de abuso sexual”, e com cerca de 28 mil caracteres, a grande reportagem desenvolve-se em seis capítulos: “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”, “Alienação parental agora é crime”, “O preço da denúncia”, “O papai machucou meu bumbum”, “O que dizia o criador da teoria da alienação parental” e “Para sobrevivente de abuso, lei reforça silenciamento”.

Aborda os tensionamentos existentes com a lei de alienação parental nº 12.318/2010 e suas utilizações controversas em casos em que mães que denunciam abusos do genitor são reportadas às autoridades como difamadoras. Uma nova normativa (lei nº 13.431/2017) criminaliza como violência psicológica os atos de alienação parental; as penalidades podem levar à suspensão da

guarda e à suspensão da convivência familiar, deixando as filhas e filhos em possível situação de vulnerabilidade.

A reportagem da Revista AzMina destaca, neste sentido, como questões de gênero podem interferir na divisão de guarda e convivência dos familiares, e, ainda, como as mães podem ser desacreditadas e perderem o contato com crianças suspeitas de abuso.

Sobre o local de apuração, percebemos o deslocamento da jornalista para algumas entrevistas com as fontes porque fica evidenciado em determinados trechos da reportagem. Como origem da informação, apresentou inúmeras fontes na composição do produto, sendo das fontes pessoais, nove mulheres e quatro homens: 28 fontes, sendo quatro fontes de informação de primeira mão institucionais, quatro fontes de informação de primeira mão cidadãs, quatro fontes de informação de primeira mão especializadas, três fontes de informação de primeira mão não-convencionais (anônimas), uma fonte de informação de assessoria, uma fonte de informação de segunda mão científica, quatro fontes de informação de segunda mão por documentos impressos e eletrônicos e sete fontes de informação de segunda mão de outros veículos jornalísticos.

Por retratar como pano de fundo a temática jurídica na reportagem, o texto apresenta fontes especializadas e institucionais, como uma integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e inclusive fontes estrangeiras para traçar um panorama sobre os direitos da família e da criança, como uma juíza do Tribunal Constitucional de Portugal (equivalente ao Supremo Tribunal Federal do Brasil).

As fontes anônimas foram utilizadas para compor histórias de mulheres que foram afastadas dos filhos acusadas de alienação parental, como Ana Lúcia*, que foi acusada de difamação pelo ex-marido após suspeitar de que o filho, de quatro anos, tenha sofrido abuso sexual:

Ana Lúcia percebeu comportamentos estranhos no filho, especialmente quando retornava da casa do pai, mas atribuiu ao divórcio. Foi um desenho da criança, de 4 anos, representando uma ereção, que disparou o alerta. Suspeitou de exposição a conteúdo pornográfico. Era bem mais do que isso.

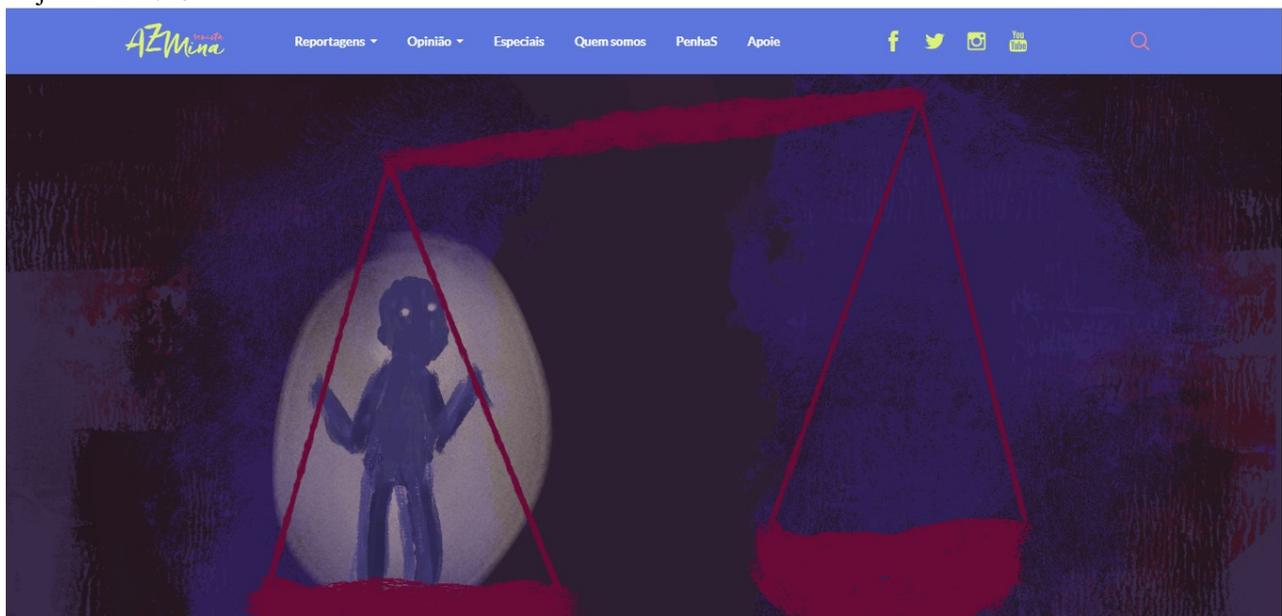
“Eu não podia perguntar diretamente. Eu o chamava para desenhar, fazer pão, quando voltava da casa do pai. E íamos conversando, eu perguntava o que ele tinha feito. Ele ia contando casualmente as ‘brincadeiras’. Quando ele falou que tomava banho com o irmão do papai, e o xixi do irmão do papai era branco, gelei”, conta. O ex-marido não tem irmão. O teor das conversas fez com que a psicóloga gravasse e denunciasse o abuso. O áudio consta no processo. Os documentos estão meticulosamente organizados. São centenas de folhas classificadas em plásticos de papel de carta. Processo, laudos, áudios, anexos (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

Os recursos multimidiáticos são separados em cinco ilustrações animadas, e também apresenta um infográfico intitulado “Machismo no judiciário”, que reflete a diferença de 2,3 vezes

mais decisões judiciais favoráveis aos homens do que às mulheres em casos de alegação de alienação parental, além de outros números de um estudo americano sobre o caso.

Apesar de não conter fotografias, vídeos e outros elementos multimidiáticos, as ilustrações representam contextos da reportagem sobre alienação parental e o impacto dos desdobramentos da acusação na vida das mulheres e das crianças suspeitas de abuso sexual. A exemplo, a ilustração de uma criança, sendo pesada em uma balança representando a justiça:

Figura 9 – Ilustração da reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores” da Revista AzMina, de 25 de junho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Os hiperlinks são utilizados para inserir informações adicionais e também apresentar conteúdos jornalísticos sobre casos citados na reportagem, além de divulgar as pesquisas científicas também citadas na reportagem, como um levantamento⁶⁴ do Serviço de Proteção à Criança dos Estados Unidos sobre abuso infantil.

Aspectos da caracterização contextual interno/externo

A reportagem compõe um panorama sobre a aplicabilidade da lei da alienação parental e sua capacidade de descredibilizar a mulher e expor crianças à situações de vulnerabilidade. Utiliza especialistas, personagens e também dados científicos e estatísticos de alguns países. As fontes especialistas são basicamente juízas, pesquisadoras e profissionais mulheres das áreas do direito e da psicologia.

64 Disponível em: <<http://www.leadershipcouncil.org/1/res/csa-acc.html>> Acesso em: 20 jan. 2019.

Apresenta personagens mães que foram acusadas de alienação parental e perderam a guarda de seus filhos, algumas vezes de forma anônima para preservar a identidade destas. No capítulo “Para sobrevivente de abuso infantil, lei de alienação parental reforça silenciamento”, retrata o isolamento das vítimas pela história de uma personagem que teve a sanidade mental questionada pela família ao denunciar o abuso paterno.

A personagem tornou-se ativista contra a pedofilia, e é uma das fontes que posiciona-se contrária a lei de alienação parental, que segundo a fonte, “reforça o descrédito das vítimas e dificulta a investigação de possíveis abusos” (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

O recorte de gênero faz-se presente na narrativa que visibiliza histórias de mulheres, mães que foram desacreditadas pela justiça após acusarem genitores por perceberem que seus filhos apresentavam sinais de abuso sexual, como é perceptível no trecho:

Cristina é cantora e garçonete. Ana Lúcia, psicóloga. Serena, arquiteta. Histórias de vida muito diferentes se cruzam em um enredo sinistro. Elas e outras três mulheres ouvidas pela revista AzMina foram afastadas dos filhos após relatarem suspeitas de abuso sexual. São, de acordo com as decisões judiciais, “alienadoras” (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

As únicas fontes homens foram utilizadas para traçar o cenário de quem vê aplicabilidade na lei de alienação parental, como o presidente da Associação Brasileira de Pais Separados (Apase). Com apenas três parágrafos e duas fontes, o subcapítulo “Dedo na ferida” apresenta a versão da credibilidade da lei. Neste sentido, apresenta poucas informações e fontes sobre determinado ponto de vista que afirma a necessidade da lei de alienação parental.

O presidente da Apase argumenta utilizando o dado de que 8 em cada 10 acusações de abuso sexual infantil são falsas, apesar de, como a Revista faz questão de frisar, tais informações não terem respaldo em qualquer estudo.

Como parte da checagem de informação, a reportagem procura elucidar ainda as informações envolvendo tal dado, comprovando que as estatísticas foram utilizadas várias vezes por outras fontes e inclusive em notícias:

Os números citados por Analdino não têm respaldo em qualquer estudo, mas, ainda assim, são propagados pela Apase e, até mesmo, por autoridades. A estatística de que 80% de acusações de abuso são falsas chegou a ser mencionada pela psicóloga forense Glícia Brazil, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em uma entrevista ao jornal O Globo. A assessoria de Comunicação do TJ-RJ informou desconhecer pesquisa do órgão sobre o assunto. O dado, porém, continua a ser repetido e fundamentou uma sugestão legislativa que torna a falsa denúncia de estupro crime hediondo e inafiançável (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

Além disso, o capítulo “O que dizia o criador da teoria da alienação parental” expõe a história de Richard Gardner, psiquiatra americano que criou a tese que embasou a lei da alienação parental. Com livros com citações sobre pedofilia, conta que o autor da teoria defendia “que mulheres fossem encorajadas a satisfazer os maridos para reduzir incesto” (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

A reportagem apresenta posicionamento sobre as desigualdades de gênero que interferem no direito da família e constitui um jornalismo militante, que parte em defesa e visibilidade das personagens da narrativa. Relata como mulheres são desfavorecidas de decisões judiciais em relação aos homens, utilizando dados estatísticos e pesquisadores que denunciam as opressões de gênero no direito da família.

A perspectiva feminista apresenta-se pelo posicionamento à favor dos direitos das mães e filhos, dando destaque às pesquisadoras e profissionais que argumentam que a discriminação de gênero fundamenta a alienação parental.

As definições interseccionais e feministas ficam presentes também no discurso da Revista AzMina, que segundo Helena Bertho (2019), pode afirmar-se enquanto jornalismo feminista por possuir maior autonomia editorial:

A gente é feminista, a gente quer combater violência de gênero, a gente é feminista interseccional... Acho que a gente se diferencia por uma questão de liberdade porque os veículos tradicionais todos eles são ligados a grandes conglomerados que têm outras pessoas decidindo. [...] Tem uma facilidade de passar pautas, fazer pautas e acho que a gente se difere um pouco dos outros em questão de diversidade, de linguagem... Se posicionar, ser ativista, isso direciona tudo que vai ser feito, direciona a escolha de palavras... E isso acaba diferenciando a gente dos outros veículos (BERTHO, 2019).

A reportagem não desconsidera, ainda, que existam casos de homens que são falsamente acusados de abuso sexual e que isto também tem efeito “devastador” na vida de famílias. Porém, também ressalta, pela fala de uma personagem que sofreu abuso, que “nem toda denúncia não comprovada é resultado de má-fé. ‘Uma criança abusada que tem a guarda revertida ao abusador revive o desequilíbrio de poder entre ela e o adulto, que pode fazer com ela o que bem quiser’”, pontua” (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

Apresenta um claro posicionamento ao defender possíveis inconsistências da lei de alienação parental e o impacto para os familiares, inclusive pela falta de fontes que defendem a lei de alienação parental em comparação às inúmeras especialistas contrárias a lei citadas no texto.

A reportagem deixa algumas conceituações um pouco confusas ao não especificar propriamente as diferenciações entre os termos da síndrome de alienação parental (como um distúrbio infantil de aversão a um dos genitores) e da alienação parental em si (práticas de difamação que dificultem o contato com o pai ou a mãe). Por fim, a questão é finalizada pela reportagem enfatizando a preocupação com a criança na suspeita de abuso e no impasse das relações envolvendo direito da família: “Na dúvida se realmente aconteceu abuso, preservar as crianças deveria ser prioridade” (FAGUNDES; OMS; VICENTIN, 2018).

Reportagem Especial “Racismo na passarela: como o preconceito se expressa na moda?”

Figura 10 – Capa da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Racismo na passarela: como o preconceito se expressa na moda?”, de 16 de julho de 2018, apresenta três assinaturas: coordenação jornalística e de roteiro de Nana Queiroz, reportagem e produção de Juliana Luna e áudio, fotografia e montagem de Coletivo Amapoa. Consta o subtítulo: “Mulheres negras já estampam capas de revistas e passarelas bombadas, mas nossa série de mini documentários mostra que isso ainda está longe de resolver o problema”, e com quatro vídeos, o mini documentário desenvolve-se em três episódios e um bônus: “Mulher, negra e ícone de moda”, “O negro onde a foto não mostra”, “Quando a moda vai celebrar

a negritude?” e o extra “Juliana Luna e Alexandre Herchcovitch conversam sobre apropriação cultural”.

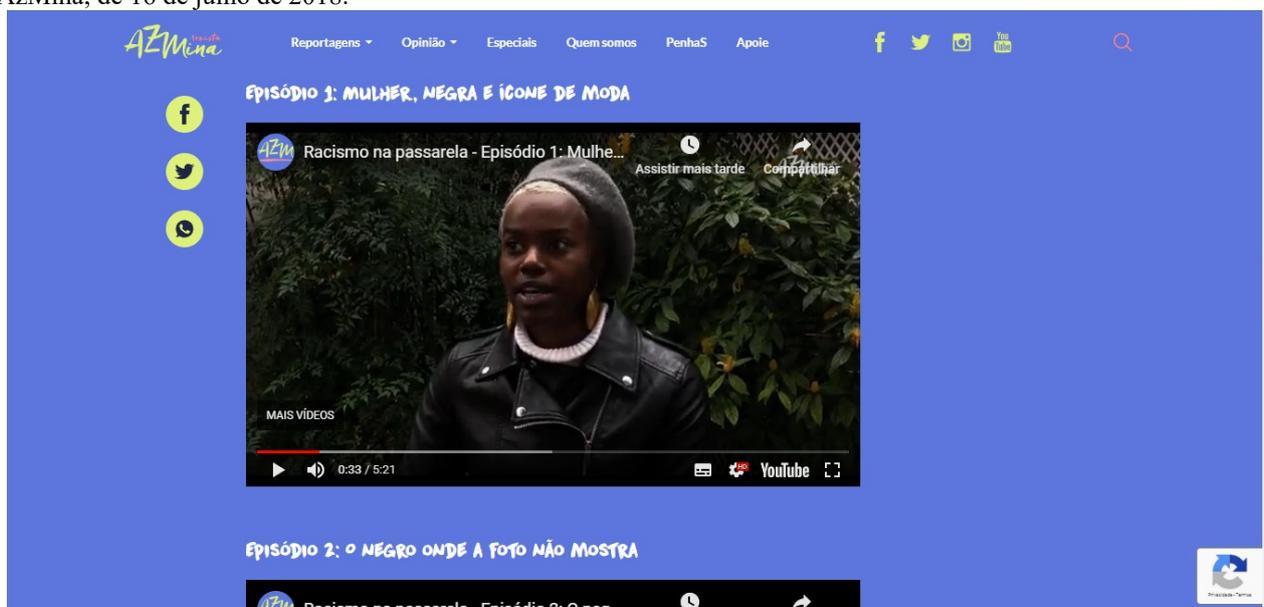
O mini documentário utiliza técnicas da narrativa audiovisual para a construção jornalística, abordando como o racismo se manifesta na indústria da moda. Nos três episódios, expõe visões de modelos e personagens negras e negros que trabalham com moda para relatar as desigualdades raciais que oprimem pessoas negras dentro e fora dos desfiles. “Sim, o racismo na moda também é estrutural e sistêmico: ele aparece desde as campanhas até os bastidores dos escritórios e salões de vendas das grandes marcas” (QUEIROZ; LUNA; COLETIVO AMAPOA, 2018).

Verificamos o local de apuração como externo, pois foi perceptível o deslocamento das jornalistas para a realização da reportagem, que por ser um documentário, exige o deslocamento das jornalistas, diferente das demais reportagens centralizadas propriamente nos textos jornalísticos. Como origem da informação, a reportagem apresentou 11 fontes na composição do produto, sendo das fontes pessoais, sete mulheres negras, três homens negros e um homem branco: as 11 fontes caracterizam-se em uma posição híbrida de fontes de informação de primeira mão cidadãs e especializadas, por falarem sobre seus lugares de fala enquanto mulheres negras, homens negros e homem branco, e ainda, enquanto trabalhadoras da indústria da moda, ativistas, designers, produtoras, estilistas e modelos, sendo fontes autorizadas e especializadas no assunto.

As fontes de primeira mão cidadãs/especialistas compõem toda a reportagem audiovisual. No episódio um “Mulher, negra e ícone de moda”, com cerca de 5 minutos, as personagens modelos e outras profissionais negras debatem como o mercado da moda tem inserido (ou não) a representatividade negra em seus espaços.

A exemplo, a modelo Camila Simões relata a diferença que percebeu em um dos desfiles, ao comparar as inúmeras modelos brancas, enquanto as modelos negras eram contadas “em dedos de uma mão só” (QUEIROZ; LUNA; COLETIVO AMAPOA, 2018).

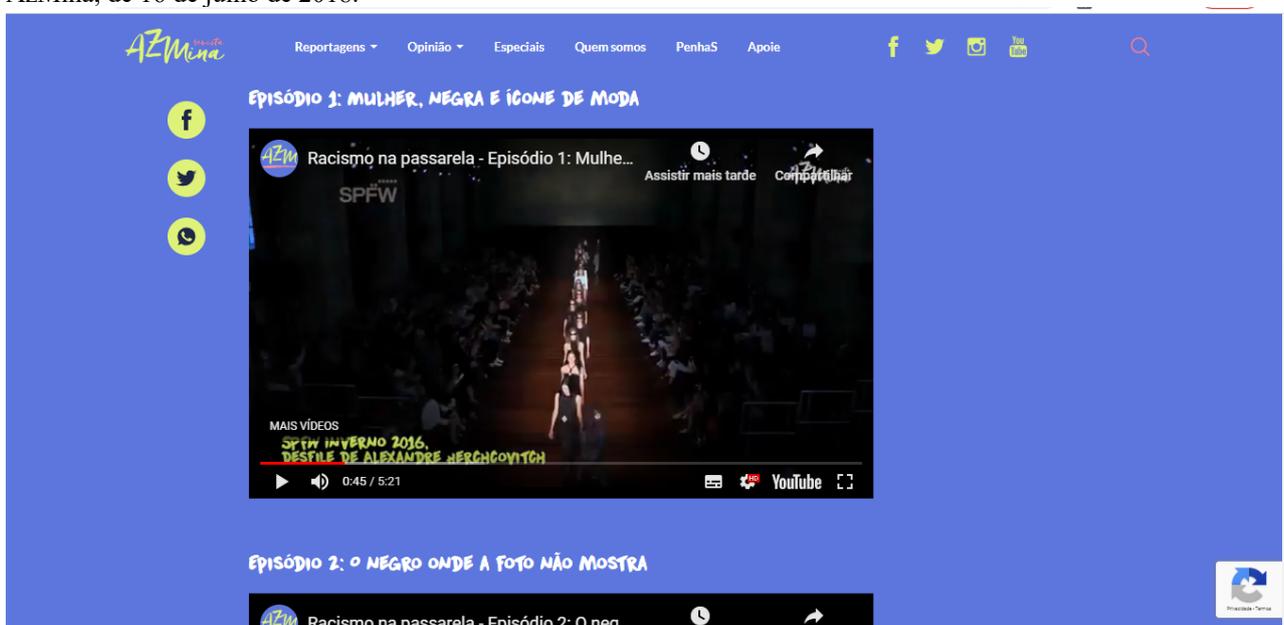
Figura 11 – Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

O vídeo também insere uma imagem do desfile da única fonte especialista branca, o estilista Alexandre Herchcovitch, na SPFW de 2016. Na imagem, podemos notar que a maioria das modelos do desfile é composta por mulheres brancas:

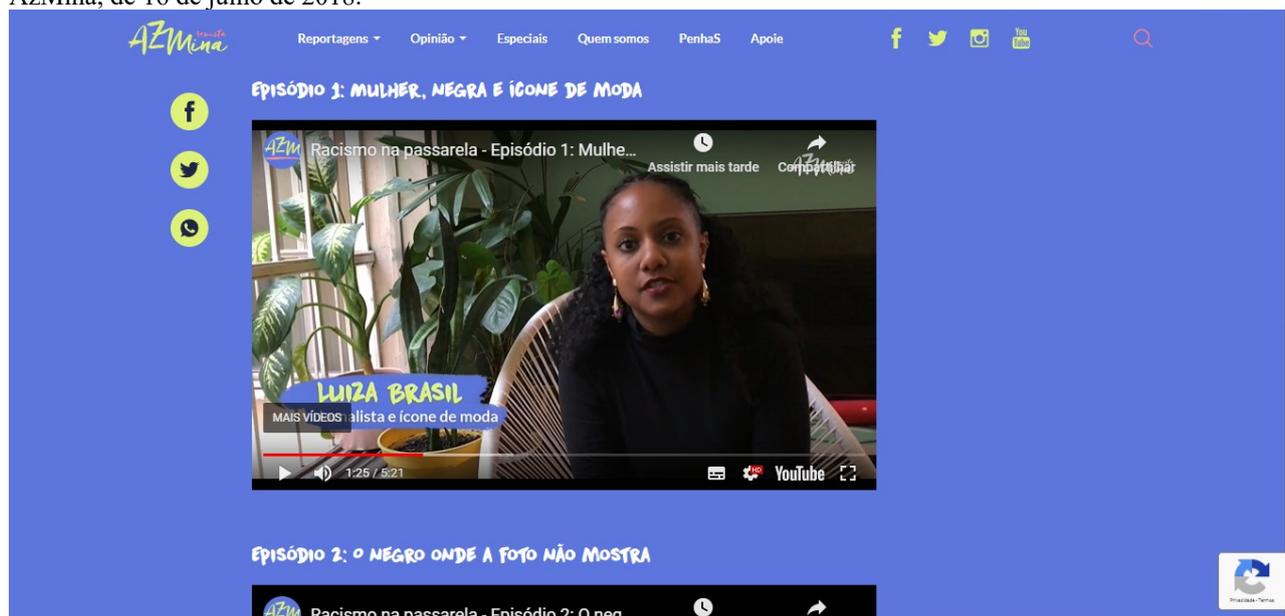
Figura 12 – Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

A jornalista e influenciadora de moda Luiza Brasil é uma das fontes que discute a representatividade da mulher negra na moda. No vídeo, ela problematiza o empoderamento racial, refletido na inserção da mulher negra na publicidade e na moda, precisa ser percebido com ressalvas. Luiza diz que deve-se “questionar essa representatividade porque ela pode ser uma grande armadilha porque ela vira imagética. Ela fica só na imagem, nosso intelecto fica em segundo plano”.

Figura 13 – Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

A narrativa pondera sobre a falta de representatividade negra na moda a partir de posicionamentos como do diretor de estilo Antônio Gomes, afirmando que, nos bastidores, o espaço da comunidade negra na moda “depende do andar”:

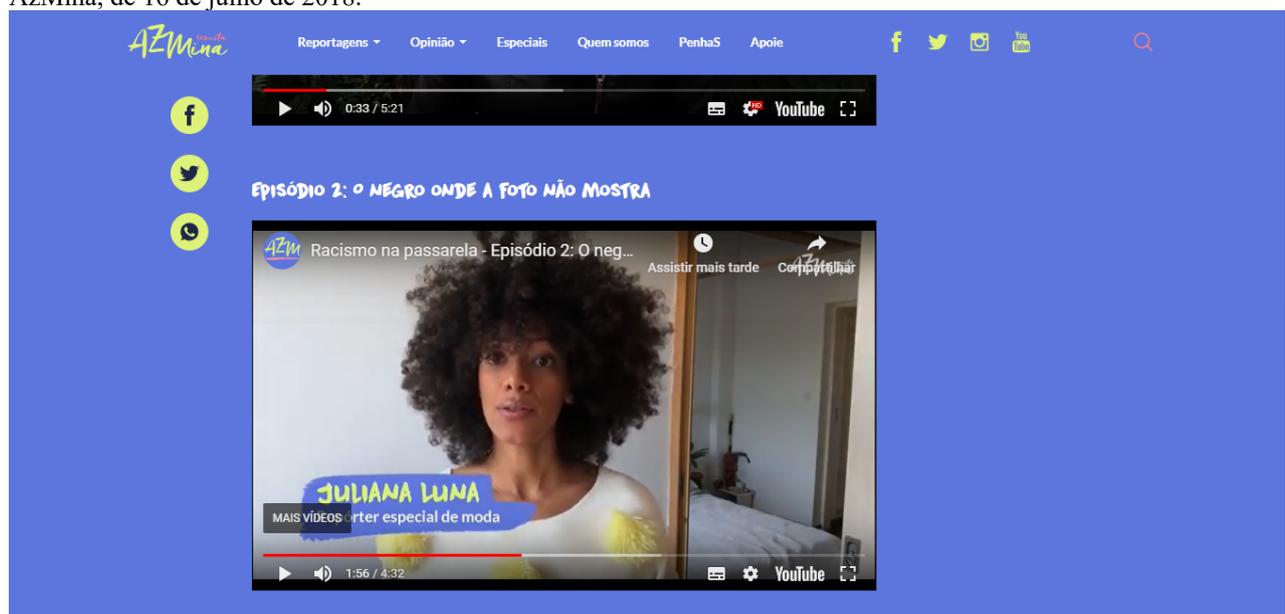
Na parte mais de serviços, você encontra mais gente, como em qualquer lugar. E aí você vai subindo, vai ficando mais rarefeito. É muito bonito, põe lá na campanha ‘os negros’ e tal, agora na hora de dar oportunidade de trabalho, são muito raras as que conseguem realmente olhar pra pessoa como pessoa.

No episódio dois “O negro onde a foto não mostra”, faz-se presente a inserção da jornalista Juliana Luna, da Revista AzMina, na própria narrativa audiovisual. A jornalista, em um dos momentos, conduz uma entrevista mais informal com o estilista Alexandre Herchcovitch, única fonte homem e branca da reportagem. No bate-papo, Juliana explica para Alexandre como ocorre a

apropriação cultural e porque a questão é tão debatida nos movimentos sociais, principalmente no movimento negro.

Juliana coloca, por exemplo, que profissionais negros ganham salários abaixo dos brancos no mercado da moda, citação a qual ele se mostra desconcertado, questionando: “Existe isso?”, e ela confirma. Ele pergunta pela segunda vez: “Um modelo branco, um negro: o negro ganha menos?” e ela novamente confirma; momento que ele indaga por uma terceira vez: “Você tem certeza?” e ela afirma “Tenho”. O diálogo, neste sentido, revela a espontaneidade da situação e também, as descobertas por parte de Alexandre sobre as desigualdades na indústria da moda.

Figura 14 – Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.

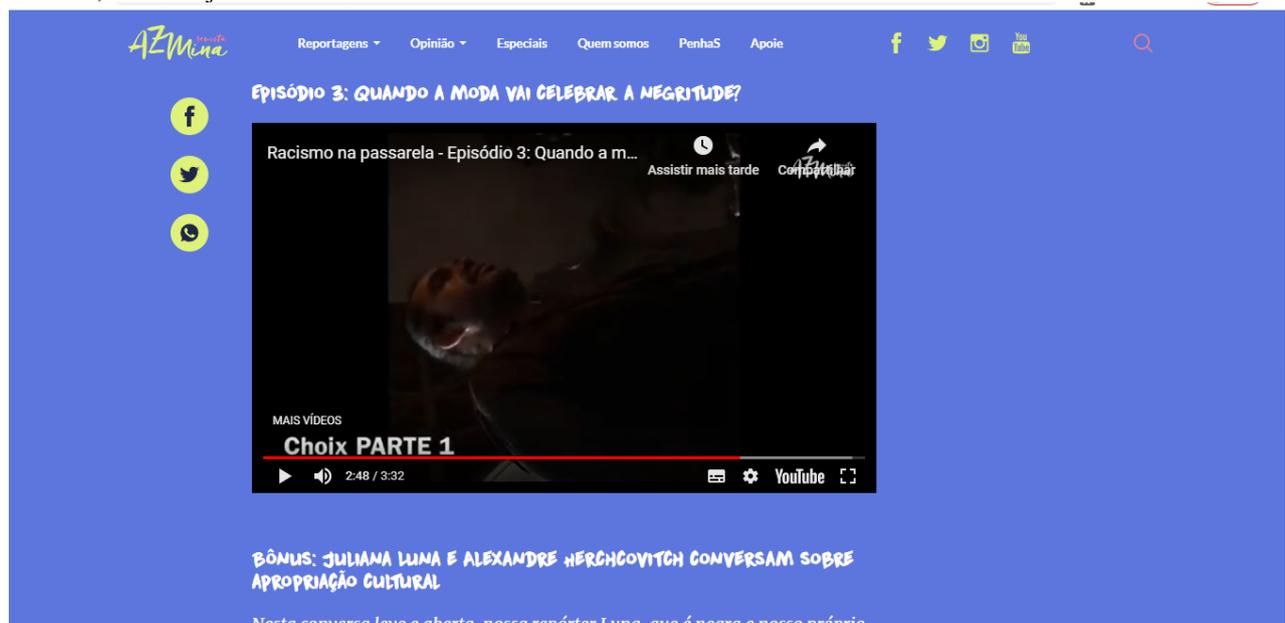


Fonte: Revista AzMina.

O trecho da conversa acima, reproduzido por Alexandre e Juliana, é significativo como parte do diálogo entre pessoas negras e não-negras, conduzido pela própria jornalista da reportagem e inserido no mini documentário da Revista.

A reportagem discute no episódio três “Quando a moda vai celebrar a negritude?” a invisibilidade da cultura e da moda negra na indústria da moda, e também denuncia casos de preconceito sofridos por mulheres e homens negros em ambientes como lojas, grifes e estúdios. O episódio cita um caso de racismo em uma loja em São Paulo, onde uma mulher negra foi acusada de furtar um sabonete. O episódio mostra filmagens de uma pessoa que estava no local, gravando a abordagem do profissional da loja.

Figura 15 – Episódio da reportagem “Racismo na passarela? Como o preconceito se expressa na moda?” da Revista AzMina, de 16 de julho de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

O recurso da câmera escondida não foi utilizado propriamente pela Revista AzMina, mas, ao inseri-lo na reportagem, podemos notar o interesse de preservação da “vítima” por ter sido acusada de furto, tendo as provas para uma denúncia de injúria racial.

A reportagem é construída no formato mini documentário, dividida em três episódios com cerca de quatro minutos cada e um vídeo extra com 12 minutos. Não apresenta outros recursos multimidiáticos na construção jornalística, além da imagem de abertura, inserida no começo da análise.

Os vídeos são compostos por entrevistas com personagens, e podemos notar que são gravados nos próprios locais de trabalho das fontes, como estúdios e alguns ambientes abertos e portanto, feitos *in loco*. Também apresenta imagens de desfiles e focos em peças, roupas e cenários artísticos, mas mantém o foco na maior parte do tempo na entrevista com as fontes, que relatam suas histórias e resistências.

Aspectos da caracterização textual interno/externo

A reportagem da Revista AzMina retrata o racismo e a invisibilidade de pessoas negras na indústria da moda. Utiliza bastantes fontes especialistas/cidadãs para debater racismo e representatividade negra, e também, como homens e mulheres negras/os ainda precisam alcançar espaços de poder.

Posiciona-se de que, apesar reconhecer avanço no empoderamento da comunidade negra, ambientes de moda, publicidade e outros que envolvem representação e poder ainda invisibilizam homens e mulheres negras e seus trabalhos. Neste sentido, a construção da reportagem apresenta abordagens sobre representatividade, racismo, opressão, cultura negra, arte, produção, trabalho e outras temáticas.

A inserção da imagem da jornalista da Revista como uma das personagens é um diferencial da narração em relação às demais reportagens. A jornalista Juliana apresenta informações sobre a indústria da moda, racismo e representatividade negra e conduz o diálogo didático com o estilista Alexandre Herchcovitch no bônus “Juliana Luna e Alexandre Herchcovitch conversam sobre apropriação cultural”.

O diálogo do bônus enfatiza a importância do consumo e produção conscientes, a fim de entender as relações de cultura e de devolução para a comunidade como forma de incluir pessoas, e não apropriar-se das tradições, vestes, cores e símbolos de outras culturas.

Sendo mais extenso em duração do que os próprios episódios do mini documentário, o diálogo do bônus apresenta particularidades interessantes como a própria jornalista ser entrevistada. Identificamos esta troca como possível pelas características da própria Revista AzMina, que ainda expõe os bastidores da produção jornalística.

Como uma das abordagens da conversa, a jornalista Juliana explica à Alexandre como as origens do colonialismo eurocêntrico inferiorizou as qualidades identitárias de grupos não hegemônicos, como povos negros.

Juliana: Quando você pega uma mulher negra que alisa o cabelo, não é porque ela quer alisar o cabelo, porque quer ficar mais branca, é porque dentro do sistema social, foi apresentada essa opção pra ela ser aceita.

Alexandre: Mas isso tá mudando, não tá?

Juliana: Em alguns contextos.

Alexandre: Mas a decisão de alisar o cabelo é dela, não é?

Juliana: É, mas se eu não alisar o cabelo, eu não arrumo emprego, as pessoas não me acham bonita.

Alexandre: É?

Juliana: É.

Podemos notar, nesta conversa e ao longo do vídeo, dificuldades no entendimento sobre racismo e apropriação cultural por Alexandre enquanto pessoa não negra, mas homem, branco e gay. Neste sentido, ressaltamos a importância do debate como exemplo de mediação dos assuntos por parte da jornalista, mulher e negra, e também por parte da Revista.

Esta mediação também fica evidente na fala da fonte Alexandre, que em vários momentos afirma aprender com a jornalista, e conclui, sobre temática da representatividade negra no final do vídeo: “Na verdade, é uma nova perspectiva que foi exposta, que é a perspectiva do colonizado e não do colonizador, e que tem que ser levado em conta já que isso agora é um tema, e é irreversível”.

A entrevista mostra a importância da inserção de pessoas brancas na luta contra o racismo, como afirma a jornalista e influenciadora de moda Luiza Brasil:

Eu acredito no compartilhamento das responsabilidades, eu acredito que a gente precisa entender que isso não vem só de mim, eu como mulher negra tenho que carregar essa questão comigo e ser a única agente transformadora. É um exercício que a gente precisa compartilhar mesmo com pessoas negras e não negras.

O recorte de gênero relaciona-se à questão de raça, pela visibilidade dos discursos de mulheres negras. Como exemplo, a reportagem enfatiza como estas sofrem racismo e mais dificuldades para encontrar trabalho e permanecer no mundo da moda, como no trecho da especialista em *branding* e comunicadora digital Magá Moura:

Era pela minha aparência, não era pelo meu currículo. Era pela minha aparência, pela minha cor, pelo meu cabelo trançado... “Ah essa vaga, você tem tudo pra ela, mas não vai ser você”. Não tinha argumento, sabe, ninguém falava “Você não fez a redação, o teste, a dinâmica direito”, era só “Não é pra você”.

A perspectiva interseccional da reportagem faz-se evidente ao apresentar diferentes personagens que falam sobre racismo e empoderamento racial a partir de seus próprios lugares de fala, sendo homens negros, mulheres negras e inclusive, homem branco. Apesar disso, notamos certa fragilidade na narrativa por inserir corpos dentro de um padrão estético de magreza, e neste sentido, não rompendo totalmente com outras imposições do mundo da moda.

O jornalismo com perspectiva de gênero encontra respaldo na utilização de bastantes mulheres negras para debater racismo, fontes ainda invisibilizadas nas rotinas do jornalismo diário. Assim, notamos a produção de um jornalismo mais engajado e militante, apoiado nas pluralidades da quarta onda do movimento feminista.

Reportagem Especial “Quando a loucura é filha do machismo”

Figura 16 – Capa da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Quando a loucura é filha do machismo”, de 21 de agosto de 2018, apresenta três assinaturas: reportagem de Fabiane Guimarães, edição de Nana Queiroz e ilustração de Larissa Ribeiro. Consta o subtítulo “Da histeria na antiguidade, passando pelas bruxas e as vítimas de eletrochoque, e chegando às esposas indesejadas internadas por maridos nos dias de hoje. Será que o corpo feminino é mesmo propenso às doenças mentais?”, e com cerca de 24 mil caracteres, a grande reportagem desenvolve-se em cinco capítulos: “O útero viajante e enlouquecido”, “De bruxas a doentes mentais”, “O amor que enlouquece”, “Mudanças lentas e imperceptíveis” e “Loucas de desobediência”.

Aborda historicamente como a questão de gênero interfere na construção social da mulher, evidenciando as desigualdades de gênero no tratamento psiquiátrico ao longo dos tempos: desde internamentos forçados em hospitais psiquiátricos aos diagnósticos tendenciosos por parte de especialistas.

A construção jornalística utilizou relatos de mulheres com distúrbios como ansiedade e depressão para compor as narrativas pessoais, além de fontes especializadas para evidenciar como as doenças psicológicas e o tratamento dado às mulheres podem perpassar o gênero.

Sobre o local de apuração, não foi perceptível o deslocamento da jornalista para a realização da reportagem ou das entrevistas com as fontes. Como origem da informação, a reportagem

apresentou 17 fontes na composição do produto, sendo das fontes pessoais, todas as nove fontes mulheres: três fontes de informação de primeira mão especializadas, quatro fontes de informação de primeira mão não-convencionais (anônimas), duas fontes de informação de segunda mão científica e oito fontes de informação de segunda mão por documentos impressos e eletrônicos.

As fontes não-convencionais (anônimas) compõem narrativas femininas e suas relações de desgaste de saúde mental devido ao trabalho, relacionamentos, violências; e inclusive, as experiências positivas e negativas no diagnóstico e tratamento destes transtornos.

A reportagem desenvolve um panorama sobre a história da psiquiatria evidenciando como as internações psiquiátricas tiveram manifestações de transgressões sociais de mulheres como diagnóstico:

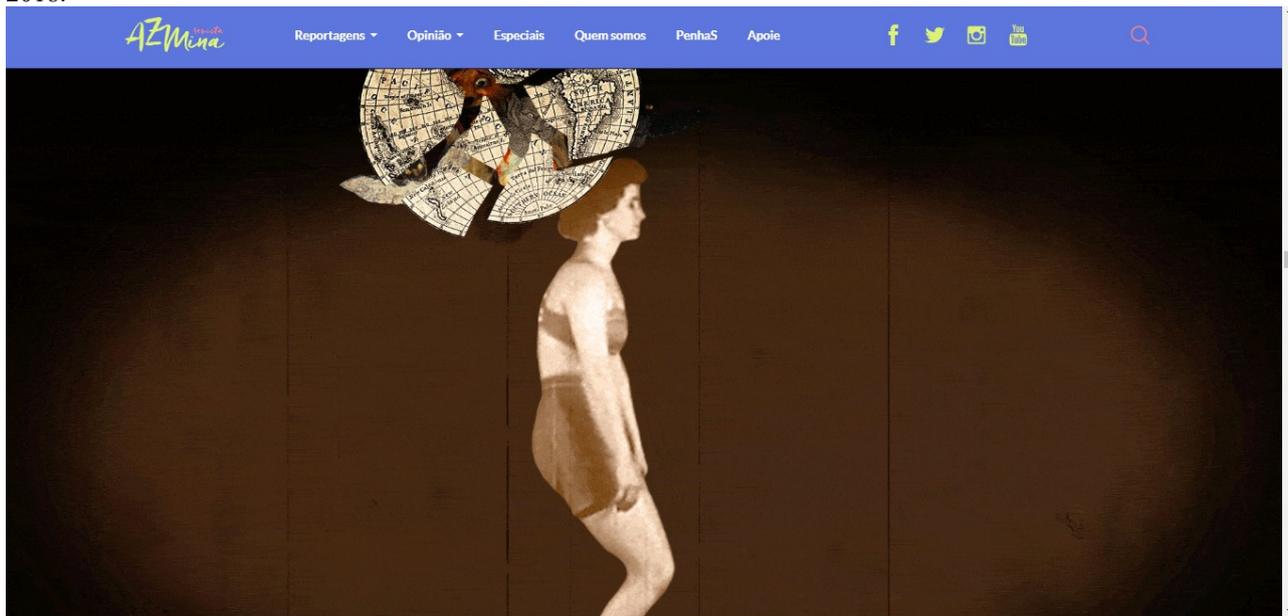
A própria loucura, cuja definição variou ao longo dos séculos, ganhou o rosto da mulher rebelde. A mulher que rejeitava o rótulo social, que não objetivava se casar. A mulher que amava outras mulheres. Aquela que não queria ser mãe (GUIMARÃES; QUEIROZ, 2018).

Neste sentido, utiliza fontes especializadas mulheres para relatar que a maior parte dos casos de internações entre o final do século 18 e 19 eram femininos, e que estas são as mais afetadas por doenças como depressão e ansiedade e mais suscetíveis a transtornos mentais, como explica uma fonte psiquiatra especializada em gênero.

“Mas por qual motivo isso acontece? Estariam os gregos corretos? Será que o corpo feminino tem, de fato, uma propensão às angústias?” (GUIMARÃES; QUEIROZ, 2018). A Revista AzMina recorre de uma chamada reflexiva no texto, para, em seguida, referenciar outra fonte especialista, doutora em psicologia e especialista em saúde mental e gênero da UnB, que defende o ponto de vista de que a medicina invisibiliza as causas de doenças mentais de mulheres, relacionando-as como apenas biológicas e minimizando situações de abusos, agressões e violências.

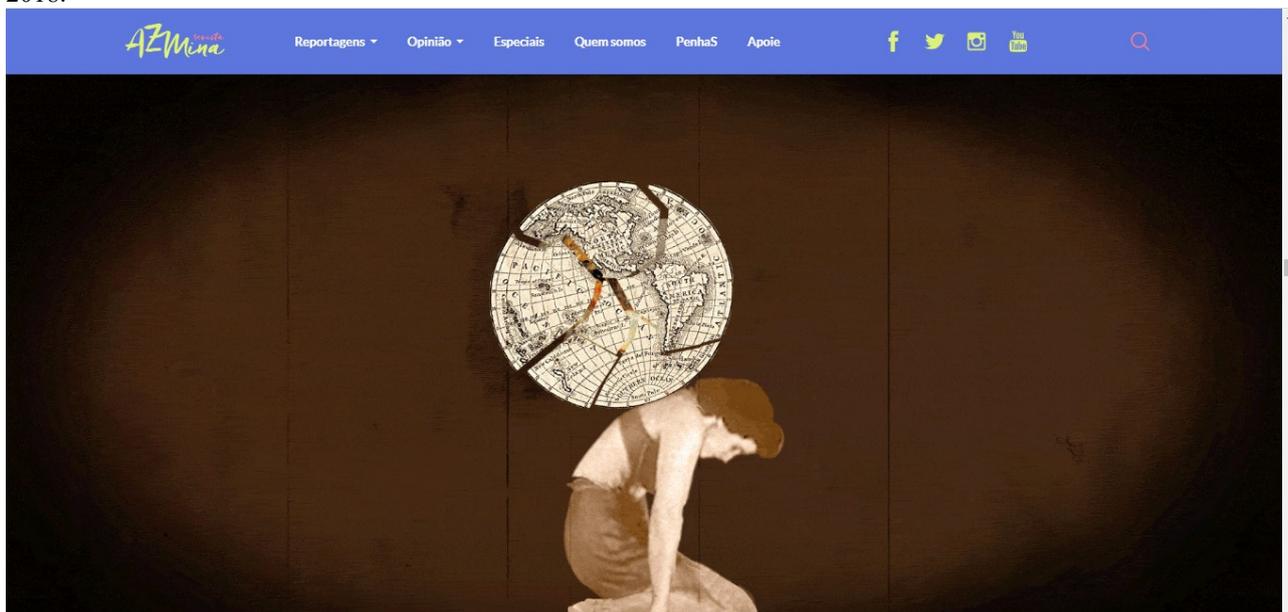
Os recursos multimidiáticos são ilustrações animadas, infográficos, pinturas e fotografias. Apresentam cinco ilustrações sobre como a desigualdade de gênero interfere na saúde mental feminina. A ilustração, apresentada na abertura da reportagem e anexa no início desta análise, retrata o sistema reprodutor feminino vestido em uma “camisa de força”. Como outro exemplo, a ilustração a seguir denota a sobrecarga mental feminina, com a imagem de uma mulher sendo derrubada pelo “mundo”:

Figura 17 – Ilustração da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Figura 18 – Ilustração da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

A reportagem contém dois infográficos: o primeiro, apresenta dados estatísticos da Organização Mundial da Saúde sobre depressão e ansiedade destacando que mulheres são maioria das pessoas com transtornos psicológicos; e o segundo, aponta informações de 2011 a 2016 do Ministério da Saúde sobre suicídio no Brasil, constatando que o percentual é maior entre homens, porém a tentativa e reincidência, maior entre mulheres. O dado estatístico sobre suicídio é complementado com a fala de uma fonte especializada, que associa, ainda, a tentativa de suicídio

feminina como um pedido de socorro, muitas vezes relacionada com violências como doméstica ou sexual.

Figura 19 – Infográfico da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

As fotografias e pinturas são utilizadas no capítulo cinco “Loucas de desobediência”, que apresenta uma lista sobre mulheres que foram desacreditadas mentalmente ao longo da história, incluindo a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e outras personagens relacionadas à política e às artes, como revolucionária francesa Joana D’arc e escritora mineira Maura Caçado. Sobre a ex-presidente, a reportagem apresenta a capa da Revista IstoÉ, do título “As explosões nervosas da presidente”, e posiciona-se sobre a diferença de gênero no tratamento dado a personagem:

Figura 20 – Lista da reportagem “Quando a loucura é filha do machismo” da Revista AzMina, de 21 de agosto de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Aspectos da caracterização contextual interno/externo

A reportagem da Revista AzMina aborda como as opressões de gênero podem interferir na saúde mental feminina e também rotular mulheres nos padrões sociais impostos. Desenvolve uma análise sobre a questão de gênero na psiquiatria e ao longo dos tempos, desde as condenações de mulheres na Inquisição e as internações por diagnóstico de histeria aos casos de isolamento psiquiátrico e transtornos mentais atuais, como ansiedade e depressão.

Apresenta um posicionamento no texto a fim de desvelar a relação entre transtornos mentais femininos e a desigualdade de gênero, e além disso, critica determinados métodos de diagnóstico e tratamento psiquiátricos que culpabilizam mulheres com doenças mentais, a exemplo do trecho de uma fonte especialista: “A história da psiquiatria é feita de homens falando sobre mulheres loucas” (GUIMARÃES; QUEIROZ, 2018).

Como produto de apuração jornalística, a reportagem desenvolve um material histórico-científico do panorama do recorte de gênero na psiquiatria para ressaltar o silenciamento de mulheres na história humana:

Vinte e quatro séculos se passaram, mas a presença de um útero ou a desobediência a padrões sociais impostos às mulheres ainda justificam estigmas ligados à loucura e histeria – e muitas mulheres ainda precisam ouvir de seus psiquiatras que “endoideceram” por não terem marido. Mais: especialistas entrevistados pela Revista AzMina alegam que a medicina está longe de reconhecer que uma das principais causas dos transtornos mentais femininos é, sim senhora, o machismo (GUIMARÃES; QUEIROZ, 2018).

Expõe um trabalho jornalístico aprofundado ao realizar um resgate histórico sobre as temáticas, aliado à fontes especialistas de múltiplas áreas. A condução da narrativa partir da inserção de elementos literários proporciona uma leitura mais didática por assuntos complexos, específicos da saúde, da medicina e da história.

A reportagem desenvolve um tema em consonância com a quarta onda feminista, posicionando-se sobre como a estrutura patriarcal pode propiciar mais distúrbios mentais e influenciar nas doenças psiquiátricas de mulheres.

Bertho (2019) considera que o jornalismo independente pode perpassar o recorte de gênero, que antes ficava relacionado apenas a um jornalismo de entretenimento. “O papel de ter mídias independentes, nesse sentido, é primeiro de trazer assuntos como política, violência e tal, para o recorte de gênero; de maneira independente e não comercial”.

A Revista contribui para o jornalismo com perspectiva de gênero ao utilizar mulheres que pesquisam gênero e saúde mental como fontes especializadas, como a psicoterapeuta americana utilizada neste trecho:

Mulheres estão sobrecarregadas pelo trabalho e recebem salários menores. Elas podem ocupar os cargos mais poderosos ou aqueles com menor pagamento – sempre terão um trabalho interminável. Quando chegarem em casa, elas ainda vão ter que cozinhar o jantar, lavar a louça, as roupas e cuidar da casa. Só isso já pode deprimir alguém⁶⁵.

A perspectiva interseccional evidencia-se no relato de diferentes mulheres que sofrem por distúrbios como ansiedade, depressão e esquizofrenia, e que também contam como a desigualdade de gênero contribuiu para estes quadros ao longo de suas vidas. O trecho a seguir é parte desta narrativa na entrevista com Rosa*, de 49 anos, que trabalha em uma cooperativa de lixo na periferia do Distrito Federal. Utilizando elementos do jornalismo literário, a reportagem expõe como as agressões do marido e problemas familiares a fizeram procurar ajuda psicológica:

65 Em entrevista concedida à Guimarães e Queiroz (2018).

As memórias vão se amontoando, empilhadas pela rapidez das palavras. Lembranças do marido abusivo, com quem ficou casada por quase quinze anos. Um marido que bebia e a agredia – violências cotidianas que ela diminui, culpa a própria agressividade. “Ele revidava. Eu dei um tapa nele, ele me deu uns murros na boca”, relativiza. “Passei um ano dormindo com ele, ‘cedendo’ pra ele com o travesseiro na cara sem querer. Sabe o que é se entregar durante um ano para uma pessoa com nojo? Eu tinha raiva, eu tinha nojo dele”, desabafa.

Mesmo sem amar o marido abusivo, Rosa temia ir embora. É que sabia para onde iria voltar: a casa dos pais, uma prisão antiga, na qual hoje se vê obrigada a viver. O pai diabético, de 78 anos, tem uma das pernas amputadas e está prestes a perder a outra. A mãe tem 74 e é esquizofrênica. Embora tenha quatro irmãos, Rosa é a única que cuida dos dois, agora que voltou a ser “solteira”. Leva ao médico, dá banho, faz comida e trabalha. Nos últimos tempos, tem se sentido nervosa e sobrecarregada, motivo pelo qual procurou apoio de um grupo terapêutico em Brasília (GUIMARÃES; QUEIROZ, 2018).

A produção de jornalismo com perspectiva de gênero também pode ser percebida na construção interseccional das personagens, coletividade fundamental de ser evidenciada na quarta onda feminista. Sabrina* é outra personagem em destaque, diagnosticada com esquizofrenia há sete anos e tendo sete internações psiquiátricas. A reportagem ressalta que Sabrina* é branca e de classe média, e que, apesar de também passar por problemas de vulnerabilidade pelas questões de gênero, a localidade social é refletida no tratamento diferente dado às mulheres devido à classe e à raça:

Pertencente à classe média, loira, de olhos claros, ela enxerga o enorme abismo social e racial no tratamento das doenças mentais: na maioria dos casos, os indivíduos internados na rede pública são negros e pobres. “No Hospital de Base, certa vez, um enfermeiro me disse: você é muito bonita para estar aqui. Eles são muito preconceituosos, naturalizam o racismo”, lamenta (GUIMARÃES; QUEIROZ, 2018).

A interseccionalidade, segundo Bertho (2019), é essencial para a construção jornalística. Para a diretora de redação da Revista AzMina, é preciso entender que não existe apenas um ser humano, e neste sentido, entender as complexidades da desigualdade de gênero, quando fala-se sobre mulheres, e da invisibilidade do racismo, quando fala-se sobre mulheres negras, e outros recortes como classe, LGBTfobia, mulheres trans e deficiência, por exemplo.

A gente percebe que não existe uma só mulher quando você vai fazer uma reportagem e tentar analisar os porquês por trás de uma violência, os porquês por trás de uma desigualdade e entender de que mulher é essa que a gente tá falando. Por exemplo, o erro que a gente cometeu essa semana de falar que mulheres em geral acham que não sabem guardar muito dinheiro, mas podem⁶⁶. De que mulher eu estou falando? Da mulher branca, de classe média. A mulher negra, de periferia, pobre talvez não consiga mesmo guardar dinheiro, por mais que ela queira. E tinha que ter sido mais interseccional essa pauta mas não foi, tinha que ter tido esse recorte. Eu acho que é essencial. Inclusive, toda vez que a gente vai fazer uma matéria: “Mulheres morrem mais que homens em x situações”. E mulheres negras? E mulheres... A gente tenta. Até porque se a gente não faz, as nossas leitoras ficam muito bravas. “Mas e as negras?” (BERTHO, 2019).

66 Referência à reportagem “Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria”. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/passos-a-passo-de-como-guardar-dinheiro-para-a-aposentadoria/>> Acesso em 20 jan. 2020.

Reportagem Especial “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua”

Figura 21 – Capa da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua”, de 10 de setembro de 2018, apresenta três assinaturas: reportagem de Carolina Vicentin, edição de Helena Bertho e ilustração de Larissa Ribeiro. Consta o subtítulo: “No papel, o Brasil pode até ser um Estado laico, mas, na prática, as coisas são bem diferentes. Dos palanques eleitorais às contas públicas, a presença de certas fés nas decisões políticas do país é grande e vem de longa data”, e com cerca de 15 mil caracteres, a grande reportagem desenvolve-se em quatro capítulos: “Recursos antidrogas vão para instituições religiosas”, “Estado e religião: uma história antiga e obscura”, “No Legislativo, a defesa dos privilégios” e “E o Judiciário?”.

Retrata os tensionamentos da relação entre Estado e religião, questionando o princípio da laicidade do Estado pelos acordos e posições que as religiões ocupam junto às decisões políticas do país. A reportagem evidencia, a partir de fontes especializadas, institucionais e pesquisa jornalística, a associação de grupos religiosos com o poder público nos três poderes – legislativo, judiciário e executivo.

Nos quatro capítulos, o objetivo da reportagem é revelar como as relações entre Estado e religião atenuam-se pelas brechas jurídicas e pelas influências de partidos políticos ligados a associações religiosas.

Ao mesmo tempo em que vivemos as eleições mais marcadas pelo discurso religioso, igrejas, principalmente cristãs, recebem subvenções do Estado na forma de isenção fiscal, concessão de terrenos e de emissoras de rádio e TV. Classificadas como “organizações religiosas” ou mesmo como “entidades sem fins lucrativos”, utilizam recursos públicos com as mais diversas justificativas (VICENTIN; BERTHO, 2018).

Sobre o local de apuração, não foi perceptível o deslocamento da jornalista para a realização da reportagem ou das entrevistas com as fontes. Como origem da informação, a reportagem apresentou 20 fontes na composição do produto, sendo das fontes pessoais, quatro homens e três mulheres: quatro fontes de informação de primeira mão especializadas, três fontes de informação de primeira mão institucionais, uma fonte de informação de primeira mão do poder público, uma fonte de informação de primeira mão de assessoria de imprensa, uma fonte de informação de segunda mão científica, oito fontes de informação de segunda mão por documentos impressos e eletrônicos e duas fontes de informação de segunda mão de outros veículos jornalísticos.

A reportagem expõe diversas fontes de documentos, projetos de lei e referências jurídicas para compor a narrativa sobre religião e política. Cita, por exemplo, o artigo 19 da Constituição, que veta associação com entidades religiosas salvo colaboração de “interesse público” - o texto argumenta que este trecho abre brechas para os conceitos de interesse público e sobre as finalidades das associações a partir desta definição.

Pela temática ser direcionada para áreas do direito e da política, referencia também fontes especializadas e institucionais, como uma procuradora Federal dos Direitos do Cidadão e um professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UNB).

Como fonte de informação de documentos impressos e eletrônicos, a reportagem traz um levantamento exclusivo sobre os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados a partir de dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A pesquisa foi realizada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) a pedido da Revista AzMina, que também expõe como fonte institucional uma socióloga do Cfemea para comentar as conjunturas dos projetos:

“São regulamentações que carregam interesses de grupos religiosos. Mesmo quando propostos por partidos de esquerda, costumam trazer uma forma horrível de encarar as coisas, com o aumento do Estado penal (que criminaliza e pune a pobreza)”, critica Jolúzia Batista, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). [...] De 2013 para cá, foram propostos 50 PLs com elementos relacionados à religião – nem todos cômicos em relação ao princípio da laicidade do Estado (VICENTIN; BERTHO, 2018).

Neste sentido, a análise revelou que a maioria dos projetos objetiva benefícios financeiros para organizações religiosas e também qualificar como crime atos de preconceito motivados pela

crença. A reportagem apresentou uma tabela, em hiperlink, com os cerca de 50 projetos de lei, divididos em número, o autor e partido do projeto, sua intencionalidade e situação:

Figura 22 – Tabela da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.

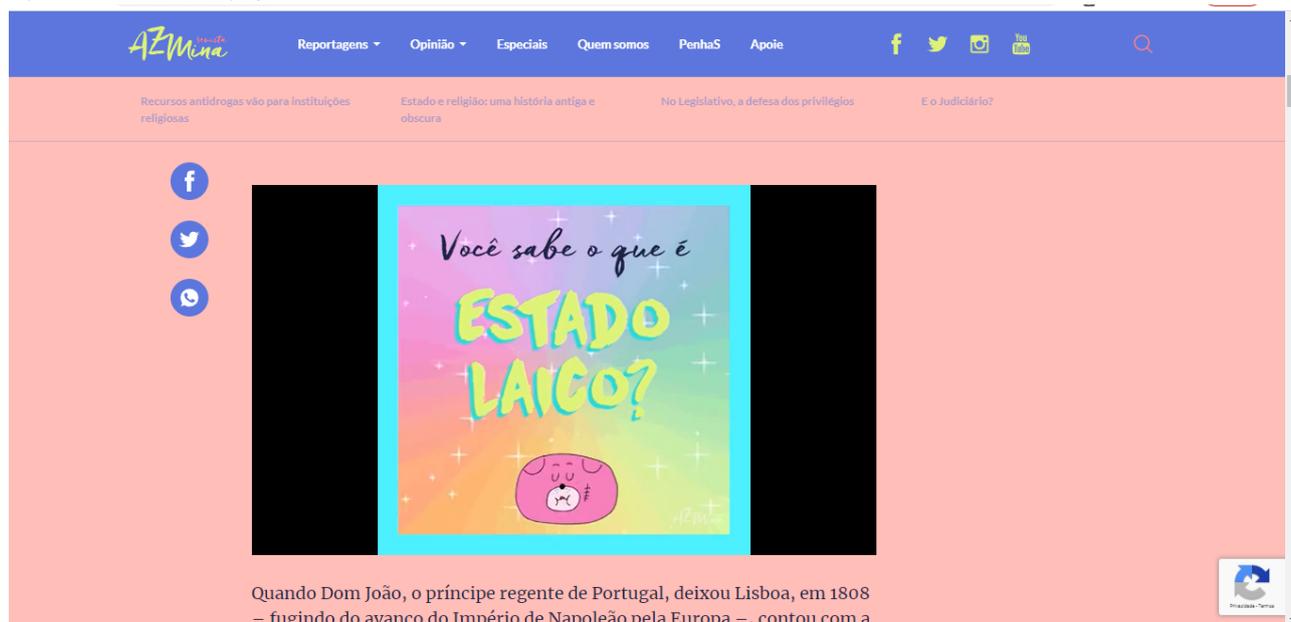
Número	Autor/Partido	O que diz o projeto	Situação
PL 5544/2013	Liliam Sá – PSD/RJ	Organizações religiosas passam a ser consideradas colaboradoras de interesse público, nos termos do artigo 19 da Constituição.	Tramitando em conjunto.
PL 5618/2013	Eritelton Santana – PSC/BA	Autoriza o Poder Executivo a transformar em projeto de Estado o programa denominado Fé na Prevenção.	Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família.
PL 6247/2013	Marcos Rogério – PDT/RO	Veda a cobrança de direitos autorais sobre a execução pública de composições musicais em locais de natureza religiosa ou cultural.	Tramitando em conjunto.
PEC 254/2013	Ronaldo Fonseca – PR/DF	Altera a Constituição para ampliar a imunidade tributária a organizações religiosas.	Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
PL 7749/2014	Fábio Trad – MDB/MS	Qualifica o homicídio motivado por discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.	Tramitando em conjunto.
PL 7663/2014	Benedita da Silva – PT/RJ	Considera crime hediondo aquele cometido em decorrência de	Tramitando em conjunto.

Fonte: Revista AzMina.

Os recursos multimidiáticos são separados em vídeo, tabela, ilustração animada, infográficos e hiperlinks. Apresenta um vídeo na introdução da reportagem com o título “Você sabe o que é estado laico?”, que com cerca de dois minutos, denuncia as variadas formas de privilegiar organizações religiosas, jurídica e financeiramente, questionando a laicidade do país.

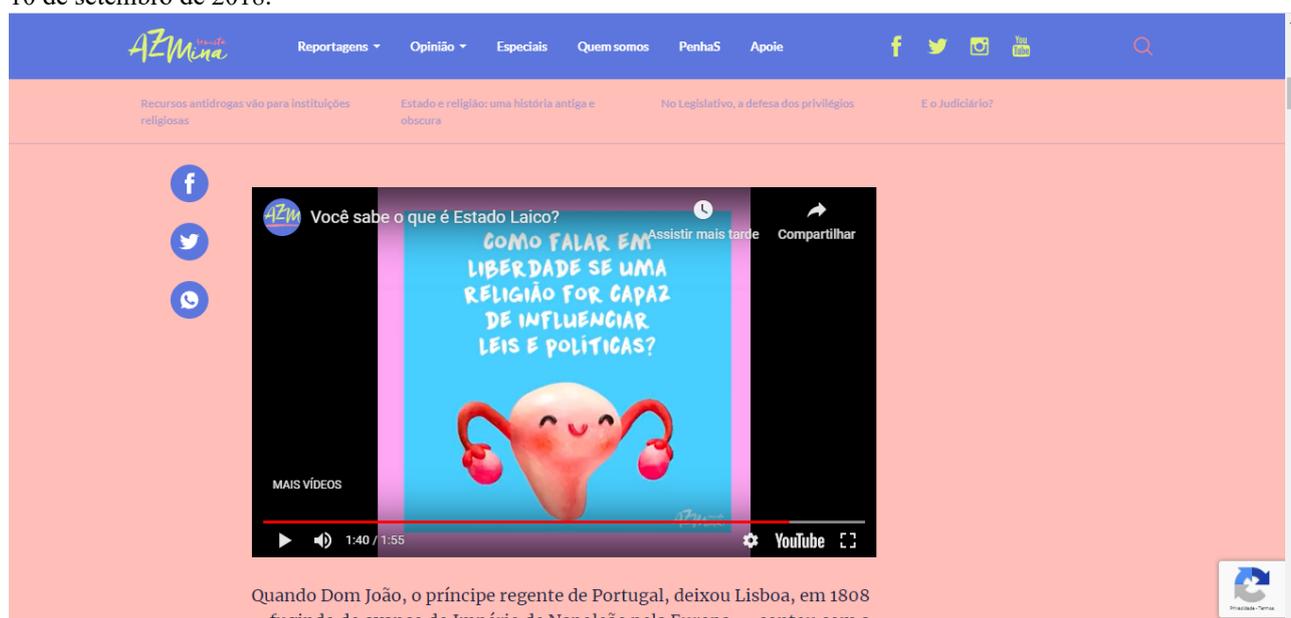
Exibindo desenhos de animais de pelúcia coloridos, o vídeo usa cores vibrantes e fontes populares para defender princípios de liberdade do estado laico:

Figura 23 – Vídeo da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Figura 24 – Vídeo da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

A reportagem apresenta dois infográficos, e em destaque, o infográfico “Quando o estado financia a evangelização” revela um levantamento realizado pela Revista com base nas descrições das comunidades em sites e páginas de redes sociais; relatando que 73% das instituições que

receberam dinheiro público em 2017 para estabelecimentos de acolhimento aos usuários de drogas eram de grupos cristãos.

Figura 25 – Infográfico da reportagem “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua” da Revista AzMina, de 10 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Os hiperlinks são utilizados para inserir conteúdos adicionais à reportagem, como a tabela citada sobre os projetos de lei que relacionam religião e política, assim como apresentar informações de outros veículos jornalísticos e assessorias, como a nota divulgada pelo Conselho Federal de Enfermagem opondo-se à resolução sobre drogas⁶⁷ que facilita transferência de recursos para comunidades terapêuticas privadas.

Aspectos da caracterização contextual interno/externo

A Revista AzMina desenvolve uma reportagem sobre as influências da religião nos âmbitos políticos do país. Apesar de o Brasil ser um país laico, as leis brasileiras encontram brechas institucionais que permitem que grupos religiosos utilizem recursos públicos para diferentes fins.

O texto apodera-se de especialistas e fontes institucionais, além de conter extensa pesquisa de apuração. A Revista mais uma vez posiciona-se a partir das fontes, ao reforçarem que “o problema não é a religião, mas sim a insistência de parte da classe política em levar assuntos da vida privada (religiosos) para a vida pública, em nome da busca por votos” (VICENTIN; BERTHO, 2018).

67 Mais informações disponíveis em: <http://www.cofen.gov.br/em-meio-a-polemica-conad-aprova-resolucao-sobre-drogas_60884.html> Acesso em: 31 jan. 2020.

A apuração jornalística é um dos destaques da reportagem, que aborda noções aprofundadas sobre valores e repasses de verbas públicas para desvendar e fiscalizar o cenário das contribuições públicas para entidades religiosas, e ainda, qual a utilização precisa desses valores.

A pedido da Revista AzMina, a ONG Contas Abertas fez uma busca no Siafi, o Sistema Integrado de Administração Financeira (o sistema que controla o “fluxo de caixa” do Governo Federal), para apurar qual o valor dos repasses feitos pelo Executivo a organizações religiosas. A pesquisa, entretanto, revelou a ausência de um padrão nos registros, o que impede uma apuração segura de valores e, portanto, dificulta a fiscalização. A tentativa seguinte foi buscar a Receita Federal. Segundo o órgão, em 2015 (o último ano disponível), 32.049 organizações religiosas arrecadaram R\$ 22,5 bilhões. Desse montante, R\$ 14,7 bilhões (65%) vêm de doações e subvenções. Não é possível, contudo, saber quais são essas organizações e, tampouco, as fontes pagadoras. Além disso, igrejas e templos gozam de imunidade tributária – ou seja, não precisam recolher impostos -, e a Receita não dispõe de estimativas da renúncia fiscal referente a essa condição (VICENTIN; BERTHO, 2018).

Como discorre o parágrafo acima, a Revista expõe o próprio trabalho de pesquisa jornalística em portais governamentais, como o Siafi, Sistema Integrado de Administração Financeira, Portal da Transparência e também a Receita Federal. Neste sentido, situa o público sobre caminhos percorridos das jornalistas para conseguir – ou não conseguir – as informações sobre as arrecadações e destinações das verbas. Assim, insere-se em uma perspectiva próxima com a leitora e suscitando assuntos de interesse de gastos públicos.

Sobre a equipe de jornalistas das reportagens, Bertho (2019) afirma que a equipe da Revista AzMina é formada apenas por mulheres, posição jornalística que perpassa questões como remuneração e também o recorte de gênero:

Sim, desde o começo a gente sempre teve claro de ter jornalistas mulheres. Repórter homem: só se doar reportagem. “Você está doando seu trabalho? E está bom? Está realmente jornalisticamente?” Não vamos recusar. Aconteceu só uma vez. [...] Era uma matéria focada em mulheres indígenas sobre gênero. [...] Primeiro pelo olhar e pelo recorte, segundo que, se a gente vai remunerar, a gente vai remunerar mulher (BERTHO, 2019).

Apesar do recorte de gênero não incidir diretamente na temática proposta, o jornalismo com perspectiva de gênero detém-se evidente em um dos capítulos, ao defender a necessidade de vigilância sobre projetos de lei e partidos políticos que possam atacar direitos das mulheres. Cita a PEC Cavalão de Tróia, Proposta de Emenda à Constituição 181/2011 como uma ameaça ao direito já garantido de aborto em casos específicos.

“Observamos que, a partir de 2013, houve um acirramento da ofensiva conservadora no Legislativo”, diz Jolúzia. O movimento ganhou ainda mais força com a chegada do (hoje cassado) deputado Eduardo Cunha (PMDB) à Presidência da Câmara dos Deputados, em 2015. “Houve a ascensão de partidos do chamado baixo clero e uma proeminência de propostas de direita, com ataque às mulheres e à diversidade”, contextualiza a assessora do Cfemea.

Um dos exemplos mais claros de como isso vem ocorrendo é a chamada PEC Cavalo de Tróia, a Proposta de Emenda à Constituição 181/2011. Originalmente, o texto previa apenas a ampliação do tempo de licença maternidade no caso de bebês prematuros, mas, durante a relatoria em uma comissão especial da Câmara, foi incluída uma mudança estabelecendo que “a vida começa desde a concepção”. A alteração, pleiteada por deputados religiosos, inviabilizaria o aborto, mesmo nos casos em que ele é garantido por lei (estupro, risco de vida da mãe e fetos anencéfalos) (VICENTIN; BERTHO, 2018).

O jornalismo feminista encontra-se perceptível ao levantar, em pautas políticas e sociais, as questões de gênero; assim como no vídeo “Você sabe o que é um estado laico”, que afirma “Como falar de liberdade se uma religião for capaz de influenciar leis e políticas?”, com a ilustração de um sistema reprodutor feminino.

Reportagem Especial “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018”

Figura 26 – Capa da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Marcas da apuração e composição do produto

A Reportagem Especial “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018”, de 20 de setembro de 2018, apresenta quatro assinaturas: reportagem de Helena Bertho, edição de Carolina Oms, vídeo e arte de Larissa Ribeiro e parceria com The

Intercept Brasil. Consta o subtítulo: “Fomos atrás das 37 suspeitas de entrar nas eleições só para cumprir a lei. Uma delas nem sabia que era candidata”, e com cerca de 14 mil caracteres, a grande reportagem desenvolve-se em três capítulos: “Dessa vez quero fazer campanha”, “Nem sempre laranjas” e “Mudança na cultura”.

Expõe a realidade de mulheres suspeitas de candidatura forjada na política, chamadas “mulheres laranja”, após a lei da cota feminina nº 12.034 de 29 de novembro de 2009. A reportagem evidencia que, após a lei, que objetivava incentivar a presença de mulheres nos partidos políticos e garantir a representatividade feminina, inúmeros casos de candidaturas falsas surgiram, mulheres que não participaram efetivamente das eleições e que tiveram um ou zero votos, principal condição para o TSE considerar um candidato laranja.

A partir de um levantamento com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral a pedido da Revista AzMina e do Intercept, parceria da Revista nesta reportagem, a matéria identificou 37 mulheres suspeitas de serem candidatas laranja. Utilizando apuração *in loco* e pesquisa jornalística, a reportagem procurou levantar quem eram estas mulheres e suas realidades, de que forma poderiam ser afetadas e como esta situação impactava nas políticas públicas de igualdade de gênero.

Desde 2009, a legislação obriga os partidos, nas eleições para deputados, vereadores e senadores, que tenham no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A medida foi criada para aumentar a participação das mulheres na política e trouxe um aumento de 19% no número de candidaturas femininas e de votos. Porém, em vez de incentivar que as mulheres participassem dos partidos e das eleições de forma ativa, as siglas passaram a recrutar laranjas para preencher a cota (BERTHO; OMS; THE INTERCEPT BRASIL, 2018).

Verificamos o local de apuração como externo, pois foi perceptível o deslocamento das jornalistas para a realização da reportagem e das entrevistas com as fontes em cidades como Horizonte (interior do Ceará), Fortaleza e São Paulo pelas descrições e citações sobre os lugares em determinados trechos. A diretora de redação da Revista AzMina, Helena Bertho, explica que o local de apuração encontra uma variação dependendo da temática da reportagem desenvolvida.

Tem matéria que é com especialista mesmo... No ano passado, uma “O que é que é a tal da ideologia de gênero?”, falada por telefone. Varia muito como a gente faz. Esse ano, eu passei uma semana morando numa casa abrigo... Depende do que a pauta pede. Tem pauta que não dá pra fazer da redação. A gente não tem dinheiro. Então, se dá pra fazer da redação, vai fazer da redação. Se envolve viagem, isso derruba muita pauta pra gente. Se envolve viagem, se envolve custo de deslocamento... Mas tem pauta que só dá pra fazer se você estiver fisicamente no local. Tem pautas que você perde 90% do que ela poderia trazer, assim... Então é bem diverso (BERTHO, 2019).

Como origem da informação, a reportagem apresentou 21 fontes na composição do produto, sendo das fontes pessoais, 11 mulheres e três homens: cinco fontes de informação de primeira mão cidadãs, três fontes de informação de primeira mão não convencionais (anônimas), uma fonte de informação de primeira mão especializada, três fontes de informação de primeira mão institucionais, três fontes de informação de primeira mão do poder público, duas fontes de informação de segunda mão por documentos impressos e eletrônicos e quatro fontes de informação de segunda mão de outros veículos jornalísticos.

As fontes de primeira mão não convencionais e cidadãs compõem parte da reportagem, trazendo histórias de mulheres suspeitas de candidatura forjada, como Joana*, candidata a deputada federal que desconhecia inclusive sua candidatura.

– Oi, tudo bem? Sou repórter e gostaria de falar com você sobre sua candidatura.

– Oiiii, tudo bem? Então, não sou candidata.

– Não? Mas seu nome aparece no site do TSE.

O diálogo acima aconteceu via chat do Facebook, com Joana*, 34 anos, candidata a deputada federal pelo Ceará que descobriu por mim que era candidata. Ela me contou que é membro de um partido e foi convidada a concorrer, mas, como não podia sair do emprego (ela é funcionária pública), disse que não se candidataria. “Tenho filhos que dependem de mim, falei que não”, me disse (BERTHO; OMS; THE INTERCEPT BRASIL, 2018).

A reportagem afirma que optou por não expor os nomes das mulheres entrevistadas “por saber que a maioria delas foi usada por seus partidos, mas correm risco de serem punidas pela Justiça” (BERTHO; OMS; THE INTERCEPT BRASIL, 2018). A candidatura laranja e o registro de candidatura sem autorização são fraudes eleitorais. As mulheres podem ser processadas por fraude e terem uma próxima candidatura cassada.

Utiliza fontes especializadas, institucionais e do poder público das áreas do direito para comentar os trâmites legais que envolvem as candidaturas forjadas de mulheres, como uma das idealizadoras do #MeRepresenta, uma ex-ministra do TSE e uma advogada eleitoral da ONG Rede Feminista de Juristas.

Segundo as fontes, muitas candidatas desconhecem as consequências legais da prática e só descobrem ao terem outros problemas legais. “A Rede quer que a responsabilidade da fraude não recaia sobre as mulheres e, sim, sobre os partidos. ‘O principal é elas não serem consideradas fraudulentas’, explica a advogada da ONG Rede Feminista de Juristas⁶⁸.

Os recursos multimidiáticos são separados em ilustrações, vídeo e infográficos. Apresenta um vídeo na introdução da reportagem com o título “Já ouviu falar de candidatas laranja?”, com

68 Em entrevista concedida à Bertho, Oms e The Intercept Brasil (2018).

cerca de um minuto e meio, esclarecendo sobre a realidade da lei de cota feminina e de como partidos burlam as regras com candidaturas forjadas de mulheres que não participam efetivamente das eleições.

Figura 27 – Vídeo da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.



– Oi, tudo bem? Sou repórter e gostaria de falar com você sobre sua

Fonte: Revista AzMina.

Figura 28 – Vídeo da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.

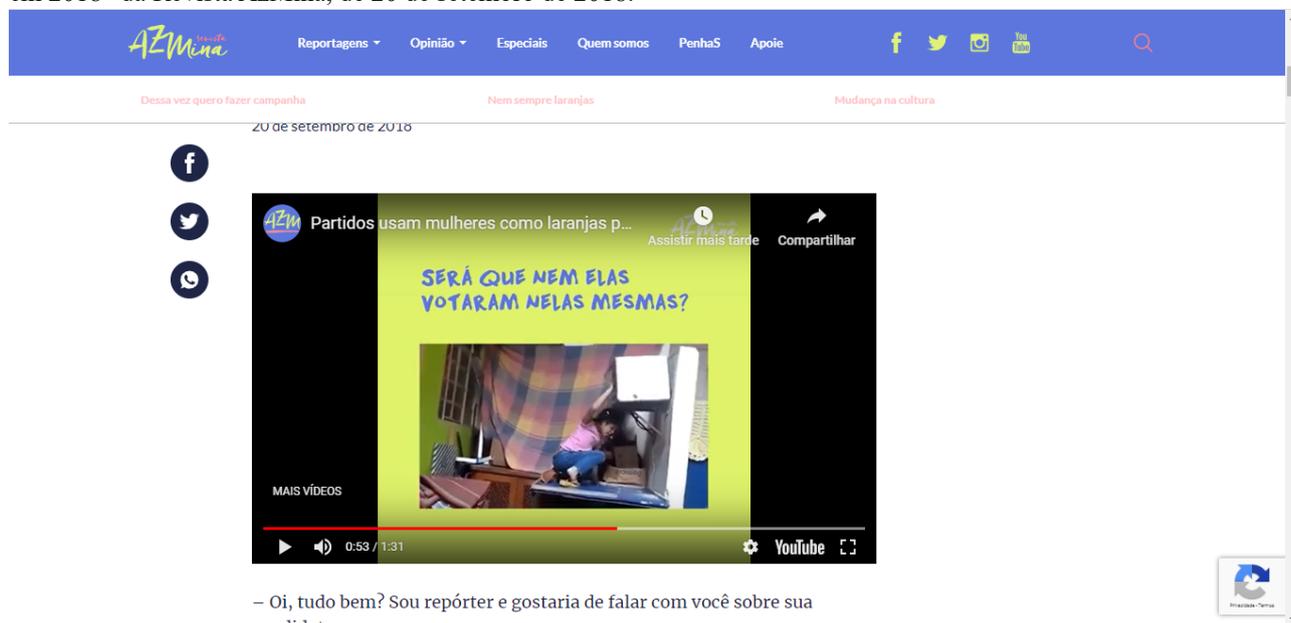


– Oi, tudo bem? Sou repórter e gostaria de falar com você sobre sua candidatura

Fonte: Revista AzMina.

O vídeo utiliza memes, gifs e outras imagens famosas na internet para informar sobre o assunto da reportagem, como, ao citar os votos 1 ou 0 de candidatas com suspeitas de serem laranjas, dizer “Será que nem elas votaram nelas mesmas?” com um meme na mesma tela:

Figura 29 – Vídeo da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.

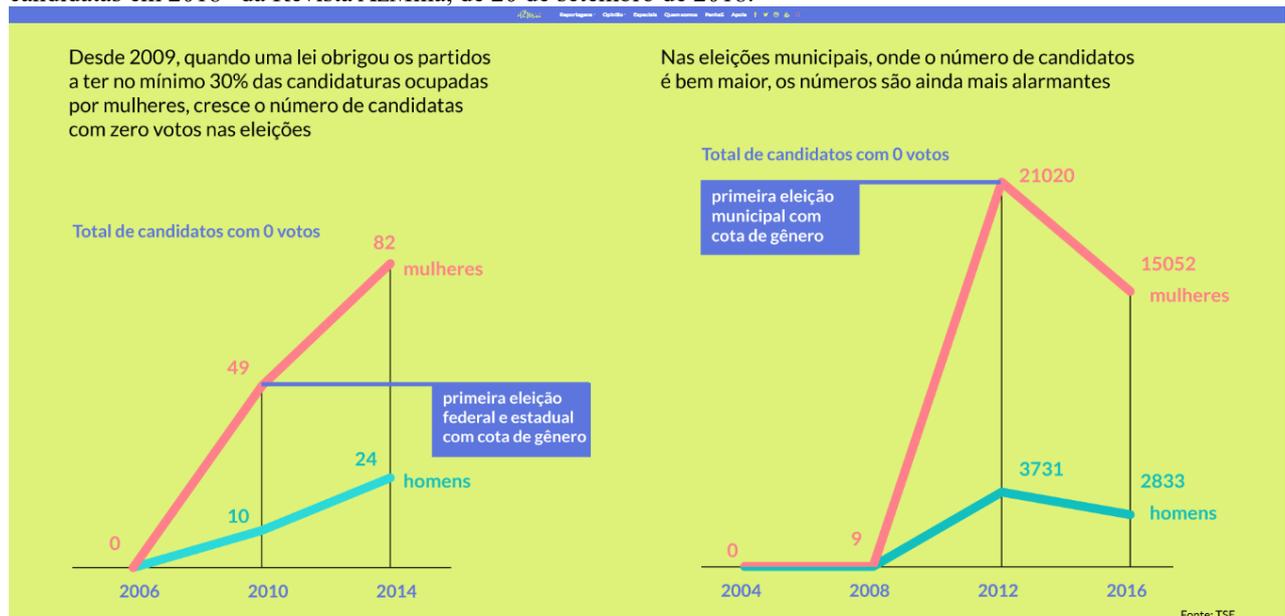


Fonte: Revista AzMina.

Tal prática é presente nas interações ciberativistas e do movimento feminista na quarta onda e pode ser considerada um dos destaques da reportagem, por, a partir de linguagens populares e engraçadas, produzir uma chamada para a reportagem sobre política e representatividade feminina.

Apresenta três infográficos com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre as candidaturas suspeitas de serem laranja e também sobre a situação eleitoral após a lei de cota feminina, de 2009, e os impactos nas candidaturas. A exemplo, os infográficos que mostram a perspectiva das votações em âmbitos, federais, estaduais e municipais, destacando que a maioria dos candidatos sem votos são de mulheres:

Figura 30 – Infográfico da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Os hiperlinks são utilizados para inserir conteúdos adicionais ao material e também mostrar as informações citadas, e neste sentido, inserir no texto mais transparência sobre a construção e a apuração jornalística. Como destaque, o levantamento, feito por um pesquisador da USP com os dados do TSE e a pedido da reportagem, é disponibilizado na íntegra por meio de um hiperlink, com o título da pesquisa “Candidaturas fantasmas nas eleições brasileiras”, com mais infográficos e detalhes sobre a produção acadêmica.

Aspectos da caracterização contextual interno/externo

A reportagem da Revista AzMina retrata a desigualdade de gênero nas eleições pelas candidaturas forçadas femininas, as chamadas candidatas laranja. Pela obrigatoriedade dos partidos políticos de terem mínimo 30% de candidaturas femininas, muitos burlam as leis e inscrevem mulheres que não tiveram suas participações efetivadas. A Revista, em parceria com o jornal The Intercept Brasil, procura o contato de mulheres suspeitas de serem candidatas laranja para entender a realidade dessa situação no país.

Sobre as parcerias da Revista com outras mídias de jornalismo independente, a diretora de Redação Helena Bertho (2019) afirma que procuram trabalhar em rede para desenvolver diferentes tipos de materiais jornalísticos, práticas relacionadas aos novos modelos de negócios dos nativos digitais.

A Énois... A gente fecha com eles para repórteres deles trazem pautas pra gente. Tem uma iniciativa lá de São Paulo que chama Mulherias; mulheres de várias periferias de São Paulo que juntas produzem uma agência de conteúdo, que produzem reportagens pra gente. E isso são tentativas... Quando você trabalha em redação, você enxerga os outros veículos, as outras iniciativas como inimigos. Pra gente, é o contrário. Todo e qualquer outro veículo, inclusive os grandes, são parceiros (BERTHO, 2019).

A reportagem apresenta um posicionamento no texto desvelando a realidade da participação feminina nas eleições brasileiras. Além da pesquisa jornalística mediante o levantamento de dados do Tribunal Superior Eleitoral, e um dos encaminhamentos da reportagem, a Revista realizou apuração jornalística *in loco*, indo até as cidades de algumas das mulheres da reportagem, como o caso de Cláudia*, candidata de Horizonte, no interior do Ceará.

A inserção da figura da repórter também faz-se presente, no trecho em que a jornalista realiza uma busca pela candidata ao partido Democracia Cristã:

Assim como as outras potenciais candidatas laranjas que identificamos, ela concorreu em 2016 como vereadora do pequeno município, de cerca de 60 mil habitantes, mas, nas ruas e no comércio do centro, ninguém nunca ouviu seu nome. A reportagem falou com moradores, comerciantes, taxistas e motoboys, para quem seu nome soava completamente novo. Na Câmara Municipal, tampouco. Falamos com ao menos dez funcionários, que desconheciam Cláudia e todos indicaram falar com Jenir Sousa, técnico legislativo. Ele se orgulha de ter mais de 20 anos atuando na política local e de “conhecer todo mundo”, mas nunca ouviu falar dela. Quando contei que tinha concorrido como vereadora, ele cravou: “Ah! Foi laranja. Depois que inventaram de forçar mulher a concorrer, é cheio disso”. Ainda tentei falar com o líder do partido na cidade e o assessor regional, mas não houve resposta. O partido negou irregularidades (BERTHO; OMS; THE INTERCEPT BRASIL, 2018).

Utiliza as fontes institucionais e especializadas para apresentar um panorama sobre a representatividade feminina nas candidaturas eleitorais. Argumentam, a partir da afirmação de uma ex-ministra do TSE, que a obrigatoriedade das cotas precisa vir juntamente à mudança cultural dentro dos partidos e dos eleitores. “O próprio aumento do número de candidatas, por exemplo, ainda não resultou no crescimento proporcional dos votos em mulheres” (BERTHO; OMS; THE INTERCEPT BRASIL, 2018).

A reportagem afirma que além da lei de cota feminina de 2009, será obrigatória a destinação de parte do valor destinado ao fundo partidário para as mulheres. Neste sentido, apresentam a informação como proposta interventiva ao relacionar às novas mudanças eleitorais como possibilidade para aumentar a representatividade feminina.

A perspectiva interseccional faz-se presente na apresentação do infográfico “As laranjas profissionais”, que retrata o perfil das mulheres suspeitas de ter a candidatura forjada. A reportagem

destaca que são, em maioria, pardas, donas de casa, de 30 a 39 anos e assim, evidencia as diferentes localidades sociais que estas mulheres apresentam:

Figura 31 – Infográfico da reportagem “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” da Revista AzMina, de 20 de setembro de 2018.



Fonte: Revista AzMina.

Como uma das personagens e fontes cidadãs da reportagem, a candidata Adriana, de Fortaleza e candidata pelo PSOL, é uma das mulheres dos dados estatísticos do infográfico anterior, que decidiu se candidatar efetivamente e recebeu verba partidária.

Adriana Coutinho entrou na disputa para a Assembleia Legislativa do Ceará sabendo que o partido queria apenas cumprir a cota, mas disposta a fazer sua campanha. Ela mora em Fortaleza e conta, orgulhosa, que está começando sua empresa de marmita. Mãe de dois filhos, um de 14 e outro de 20, a candidata de 47 anos já teve emprego público como bibliotecária e começou faculdade de Letras e de Ciências Sociais, cursos e trabalho que largou quando engravidou (BERTHO; OMS; THE INTERCEPT BRASIL, 2018).

A Revista utiliza elementos narrativos para evidenciar o recorte interseccional sobre a personagem. Neste sentido, enfatiza não apenas a questão de gênero como também de classe social, idade e maternidade, e assim, trazendo a perspectiva pluralizada relacionada à quarta onda feminista para a produção de jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as práticas jornalísticas com perspectiva de gênero e como elas vêm se construindo, relacionando-se com as ondas feministas ao longo dos tempos e acompanhando as trajetórias evolutivas dos direitos das mulheres, entendemos a necessidade de sua existência e manutenção.

Pautar temas que envolvem desigualdades de poder, seja por gênero, orientação sexual, raça, classe, ou outras localidades sociais, é privilegiar o lado não hegemônico; aquele subalterno, invisibilizado, e que, apesar de ter sua própria voz, muitas vezes é representado objetificado, estereotipado e estigmatizado.

Desde o começo de nossa pesquisa, tivemos o intuito enquanto pesquisadoras, de identificar perspectivas de um jornalismo que pensasse nas questões de gênero, que atuasse na transversalidade e com sua própria ótica de cobertura.

Ao observarmos a produção da Revista AzMina, suas particularidades, construções noticiosas, campanhas, *hashtags*, motivações e pautas, nos perguntamos: de que modo atendem às temáticas feministas e interseccionais do movimento feminista de quarta onda?

Desenvolvemos esta pesquisa a partir de três frentes. A primeira foi de investigar o movimento feminista e suas ondas, reivindicações, histórias e perspectivas, para, ao refletirmos sobre a caminhada dos feminismos até então, pensar também em como eles estão sendo construídos hoje.

A quarta onda feminista, movimento atual no qual nos encontramos, não deve ser percebida como uma demarcação, ou ainda, como uma imposição por sua relação com a tecnologia, mas em sua relação com as mulheres: em suas variadas identidades, histórias, posicionamentos e lutas. Apresenta diversas lutas: seja a da mulher trans, da mulher negra, da mulher cis, da mulher periférica, da mulher lésbica, da mulher com deficiência, da mulher branca, da mulher bi, da mulher que não se identifica com alguns rótulos que o papel de gênero impõe a ela por ser mulher.

Entender a perspectiva interseccional é nada mais senão ouvir mulheres que contam suas próprias histórias; e entender que a produção de conhecimento parte de lugares individuais em nós enquanto seres humanos, marcados por nosso gênero, por nossa classe, por nossa raça, por nossa orientação sexual e por outros entendimentos de nossa existência. A interseccionalidade faz-se presente na pluralidade de movimentos e de reivindicações da quarta onda feminista, em um momento em que cada vez mais, as lutas são pautadas em suas singularidades.

E nestas singularidades, diferentes movimentos surgiram e conseguiram encontrar difusão na rede, que é caótica e que também apresenta desigualdades, mas que potencializa os feminismos em suas pluralidades. Os feminismos acontecem não apenas na internet, como também nas ruas; amplificados pelos discursos das redes mas que encontram espaço nos ambientes físicos.

A segunda frente deste trabalho entende que os movimentos sociais e o jornalismo precisam andar juntos, com o público tendo cada vez mais destaque no ato de comunicar.

O midialivrismo acontece junto à multidão, inserindo-se no acontecimento ao pautá-lo e se entregar ao movimento. Pode organizar-se enquanto midialivrismo de massa, com o objetivo de descentralizar a comunicação e agindo por movimentos coletivos, como também enquanto midialivrismo ciberativista, agindo individualmente mas buscando direitos fundamentais, potencializados pelas redes.

O jornalismo midialivrista descobre seu sentido no posicionamento, no interesse em combater desigualdades e pautar temáticas, que por vezes, e por variadas circunstâncias, não encontram espaço para serem debatidas com profundidade no jornalismo tradicional.

A rede é ambiente de resistência e controle. Entendemos a internet enquanto parte desta construção, e por isso, fazemos ressalvas sobre suas possibilidades democráticas por seus algoritmos, polarizações, organizações hierárquicas e inclusive, seu consumo por vezes privatizado e socialmente diferenciado.

Em meio a essas circunstâncias, a comunicação nos ambientes virtuais desenvolve-se. A rede não é amostra, mas permanente espaço de interação nas rotinas humanas. A possibilidade de participar, produzir conteúdos e superdistribuir informações propicia caminhos mais democráticos para a liberdade de comunicação.

A inserção das redes na vida cotidiana contribuiu para a visibilidade dos movimentos sociais, e neste sentido, o movimento feminista apropriou-se das ferramentas e estratégias virtuais para produzir comunicação sobre gênero, racismo, homofobia e diferentes diálogos na internet. Como pondera Bentes (2015), as narrativas em rede não devem ser entendidas como uma questão instrumental, mas espaços de disputa e expressão.

Campanhas como “Mexeu com uma, mexeu com todas”, “Carnaval sem Assédio”, “Chega de Fiu-fiu”, “Não é não”, “Marcha das Vadias”, “*Ni una a menos*” são exemplos de mobilizações que utilizam estratégias midialivristas e ciberativistas, mesclando comunicação, visibilidade, mobilização e feminismo em rede. Utilizando *hashtags*, posts e compartilhamentos, questionam

desigualdades de gênero, não apenas debatendo temáticas como também propondo mudanças sociais.

Acompanhando os movimentos sociais nas redes, o jornalismo midialivrista reconfigura-se nas possibilidades das mídias digitais e novos modelos de negócios, buscando caminhos para a produção de um jornalismo mais independente. Com maior participação de mulheres nos novos arranjos de trabalho no jornalismo⁶⁹, iniciativas jornalísticas estão incluindo a temática de gênero em suas produções. Em uma perspectiva mais transversal, produzem jornalismo com perspectiva de gênero em diferentes editorias, como política, esportes, cultura, religião etc (FIGARO, 2018a).

O recorte de gênero surge nos novos arranjos, que constroem pautas sobre feminismo e gênero utilizando linguagens como imagens, memes, vídeos, postagens, *hashtags* e *tweets*. Mantendo um relacionamento mais próximo do público, manifestam-se enquanto mídia ativista, que se posiciona e que, inclusive, precisa buscar diálogos.

Identificamos a Revista AzMina enquanto jornalismo com perspectiva de gênero ao produzir conteúdos híbridos de jornalismo e feminismo e posicionar-se sobre as temáticas, como violência contra a mulher, autonomia sexual e reprodutiva, racismo, LGBTfobia, machismo e empoderamento feminino. Diferem-se do jornalismo tradicional ao atuarem enquanto mídia ativista, demarcando posicionamentos e produzindo conteúdos declaradamente parciais.

Na terceira parte de nossa pesquisa, desenvolvemos uma Análise de Cobertura Jornalística das sete reportagens da seção Especiais da Revista AzMina durante o ano de 2018, que analisamos enquanto reportagens multimídias por apresentarem um jornalismo de profundidade, multimidiático e com técnicas de apuração e pesquisa jornalísticas. As reportagens analisadas foram: “Maternidade Lésbica”, “Eu moro na luta”, “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”, “Racismo na passarela: Como o preconceito se expressa na moda?”, “Quando a Loucura é filha do machismo”, “Estado e religião: Uma relação tão antiga quanto promíscua” e “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018”.

⁶⁹De acordo com a pesquisa atual coordenada pela professora da ECA-USP Dra. Roseli Figaro, no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT).

Considerações gerais a partir da ACJ das reportagens da Revista AzMina

Marcas de apuração e composição do produto	Caracterização contextual interno/externo
Média de 21 fontes e 20 mil caracteres	Trabalho de apuração e pesquisa jornalísticas aliadas às entrevistas e narrativas em profundidade
Extenso número de fontes institucionais, especialistas, cidadãos, não-convencionais e documentais	Interseccionalidade nas temáticas: maternidade lésbica, direito e maternidade, mulher em situação de rua, saúde mental feminina, mulher e política, estado e religião, mulher e política, racismo na moda
Presença majoritária de fontes mulheres	Interseccionalidade nas fontes: fontes mulheres, negras, trans, lésbicas, tanto enquanto personagens como também enquanto especialistas
Relatos de personagens mesclados com dados e pesquisas científicas	Jornalismo transversal: cobertura de gênero em diferentes editorias
Recursos multimidiáticos em infográficos, hiperlinks, ilustrações, vídeos, áudios e fotografias	Produção de conteúdo engajado pela Revista, que posiciona-se pela luta dos direitos das mulheres e enquadra-se enquanto midialivrista

Estas características foram identificadas nas construções das reportagens, que traziam levantamento de informações, dados estatísticos e pesquisas científicas, não apenas no que se refere ao recorte de gênero, mas trazendo-o para diferentes temáticas como religião, saúde e política. Identificamos, neste sentido, a presença de um jornalismo transversal, que relaciona a perspectiva de gênero em diferentes editorias.

As reportagens apresentaram grandes quantidades de fontes, com uma média de 21 fontes por material jornalístico e 21 mil caracteres por reportagem (as seis reportagens no formato de texto). Ao utilizar um extenso número de fontes especialistas, institucionais, documentos impressos e eletrônicos, artigos, leis e pesquisas científicas, a Revista evidencia-se como jornalismo investigativo e de profundidade. Como exemplo, tivemos levantamentos de dados do Tribunal Superior Eleitoral, pesquisas sobre projetos de lei que envolviam religião, levantamentos sobre os

gastos públicos e também pesquisas sobre as temáticas, como o resgate histórico sobre a origem dos tratamentos psiquiátricos na reportagem “Quando a Loucura é filha do machismo”.

Utilizando fontes cidadãs e não convencionais, na maioria das vezes mulheres, as reportagens buscaram personagens que falassem sobre temáticas relacionadas com suas próprias identidades, enquanto mães, mulheres em situação de rua, ativistas, lésbicas, mulheres negras etc. Assim, a Revista AzMina insere-se como jornalismo com perspectiva de gênero ao deslocar perspectivas hegemônicas para construir outras formas de entender e explicar temáticas sociais.

Analisando as fontes em geral, notamos a presença majoritária de fontes mulheres, que são minoria numérica na mídia hegemônica⁷⁰. A Revista reivindica a perspectiva de gênero na identidade das fontes dentro da própria construção do produto, utilizando mais entrevistadas, especialistas ou cidadãs, para as reportagens especiais, como a reportagem “Maternidade Lésbica”, que utiliza como fontes cidadãs mães lésbicas para contar seus relatos e também especialistas, como uma advogada, uma psicóloga e a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esta estratégia também pode ser percebida dentro da equipe da Revista, composta apenas por mulheres nas produções jornalísticas.

Sobre a equipe, percebemos iniciativas inclusivas na redação jornalística ao buscar jornalistas que não fossem apenas de São Paulo, sede da Revista AzMina. A diretora de Redação Helena Bertho (2019) afirmou a preocupação de “trazer outros olhares do Brasil”, denotando consciência sobre as diferentes localidades sociais e inclusive sobre as suas próprias, por estarem localizadas na região econômica central do país.

Também identificamos, enquanto tentativa de inserir discursos e perspectivas de mulheres não-brancas, a ótica da Revista de preferenciar mulheres negras nas seleções de Bolsas de Reportagem – programa de financiamento de jornalismo investigativo com perspectiva de gênero, que atua em chamadas específicas financiando repórteres mulheres em valores de 5 a 6 mil reais por reportagem.

Apesar de levantarmos questões sobre a produção de jornalismo aprofundado, com pluralidade de fontes e variada pesquisa e apuração jornalísticas, ressaltamos também que as reportagens foram desenvolvidas ao longo de todo o ano de 2018 e por uma equipe de profissionais

70 De acordo com pesquisa da Universidade de Nevada sobre 352 matérias de primeira página do jornal The New York Times, mulheres enquanto entrevistadas configuravam apenas 19% das fontes, em comparação a 65% de entrevistados homens e 19% fontes institucionais. No Brasil, uma pesquisa de 2010 da Revista Superinteressante revelou que apenas 25% das próprias fontes eram mulheres. Mais informações disponíveis em: <<https://olga-project.herokuapp.com/2014/08/20/entreviste-uma-mulher/>> Acesso em: 12 fev. 2020.

encarregadas, e neste sentido, teve condições favoráveis no que se refere às práticas jornalísticas pelo tempo abrangente de produção e também recursos para a elaboração dos materiais.

Ainda, as reportagens foram desenvolvidas como parte do programa de financiamento Bolsas de Reportagem, que objetiva, de acordo com Bertho (2019), um trabalho jornalístico investigativo de qualidade sobre as temáticas de gênero, e ao mesmo tempo, remunerar as repórteres que o desenvolveram.

Não buscamos apresentar uma perspectiva romantizada e tampouco idealizada do jornalismo com perspectiva de gênero da Revista AzMina. Entendemos que o jornalismo de forma geral também está em processo evolutivo no que se refere a uma cobertura mais interseccional sobre as questões identitárias.

Em algumas análises, percebemos reportagens com posicionamentos declarados, mas que em determinados momentos, apresentavam fragilidades por utilizar poucas fontes sobre pontos de vista não “defendidos” pela Revista, como a reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”, que não consta muitas fontes que defendem a utilização da lei de alienação parental.

Também verificamos pequenas inconsistências ao não romperem totalmente com o padrão estético de fontes na reportagem “Racismo na passarela” ao inserir apenas corpos magros, questão que perpassa o padrão da indústria da moda. Apesar disso, ressaltamos a pluralidade de identidades nas construções das reportagens da Revista, que ao fazê-la, propicia um jornalismo mais interseccional.

O discurso e as causas de povos subalternizados, como mulheres negras, trans, mães, lésbicas e periféricas, alcançam mais visibilidade nas mídias alternativas e no jornalismo feminista em rede. Porém, não devemos entender o jornalismo como único meio para a comunicação. Cada vez mais, é possível e necessário mobilização em tempos de rede, pela criação de coletivos, portais, fóruns, páginas ou outros grupos de comunicação alternativa.

O jornalismo midialivrista surge como possibilidade de amplificar discursos. Ressaltamos a importância do apoio aos novos arranjos jornalísticos e da necessidade de pensarmos em modelos de negócios para sua sustentabilidade, mediante editais, serviços de consultoria, assinaturas, *crowdfunding*, doações e outras formas de financiamento coletivo.

Identificamos o modelo de negócios da Revista AzMina pela inserção de financiamentos coletivos, assinaturas, editais e parcerias. Com políticas de participação, a Revista permite colaboração e sugestões de pautas, seja pelo Conselho Editorial de Leitor@s, seja por sugestões em

e-mails e outras formas de contato; prática que concede participações nos conteúdos e nas temáticas desenvolvidas às leitoras.

Utilizando a estratégia de republicação das reportagens e com direito de permissão de cópia, a Revista AzMina insere-se numa perspectiva midialivrista ao objetivar o acesso ao jornalismo para todas as pessoas, e como considera Bertho (2019), interesse que surge pela motivação de combater a violência de gênero. Neste sentido, vemos o jornalismo midialivrista da Revista como possibilidade de reivindicações de direitos e parte do processo da democratização da informação.

Destacamos a necessidade de entender as questões de gênero e interseccionais dentro do jornalismo, por enxergarmos que não são tangenciais, mas poderosos eixos de mudanças sociais. Visibilizar lutas de mulheres em suas variadas identidades sociais é parte de um processo de transformação. O jornalismo, ao fazê-lo, pode inclusive questionar suas próprias relações de poder e de desigualdade de gênero.

Acreditamos que nossa pesquisa possa ser ampliada em trabalhos futuros, acompanhando as mudanças do jornalismo em seus novos arranjos econômicos e também nas singularidades da cobertura com perspectiva de gênero. Esperamos que as investigações de nossa pesquisa auxiliem outros trabalhos sobre as particularidades do jornalismo midialivrista e do jornalismo com perspectiva de gênero, e neste sentido, encontrem mais respostas e também mais perguntas que objetivem um jornalismo mais pluralizado, representativo, e que faça parte das conquistas que nós, enquanto mulheres, ainda buscamos alcançar.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALLAN, Stuart. O jornalismo e a cultura da alteridade. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, Brasília: UNB, 2010.
- BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (org.) **Revista Estudos Feministas**, Dossiê Mulheres Negras, Florianópolis, v. 3, n. 3, 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Librairie Gallimard, Paris. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 4. ed, 1970.
- BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BERTHO, Helena. Entrevista concedida a Leticia de Faria Ávila Santos. Campo Grande, 24 out. 2019.
- BERTHO, Helena, OMS, Carolina, THE INTERCEPT BRASIL. Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018. **Revista AzMina**. São Paulo, 20 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-anteriores-elas-sao-candidatas-em-2018/>> Acesso em: 24 jan. 2020.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência** - IPDMS Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, Brasília v. 1, n. 1, jan./jun, 2015.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Livros LabCom, 2014.
- CAPOANO, Edson (org.). **Como se banca o Jornalismo?** Modelos, tendências e reflexões sobre o financiamento de mídia. São Paulo: (s/n), 2018.
- CARDOSO, Gustavo; CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Centro Cultural de Belém, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Denis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. 1993. Tradução de Carol Correia.

COSTA, Caio Túlio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: Como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. Relatório. In: **Revista de Jornalismo ESPM**. Abril/maio/junho, 2014.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2019.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista**: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução de Heci Regina Candiani.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. Tradução Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, v.1, n.4. 95-105, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/2174>> Acesso em: 02 ago. 2019.

FAGUNDES, Clara, OMS, Carolina, VICENTIN, Carolina. Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores. **Revista AzMina**. São Paulo, 25 de junho de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/alienacao-parental/>> Acesso em: 05 jan. 2019.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. In: **Brazilian Journalism Research**, ago, v. 14, p. 570-591, 2018a.

_____, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018b.

FOLEGO, Thais. Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: Reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é preciso começar se planejar quanto antes. **Revista AzMina**. 22 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/passo-a-passo-de-como-guardar-dinheiro-para-a-aposentadoria/>> Acesso em: 20 dez. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47. maio-ago, 333-362, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf> Acesso em: 07 out. 2019.

GUIMARÃES, Fabiane, QUEIROZ, Nana. Quando a loucura é filha do machismo. **Revista AzMina**. São Paulo, 21 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo/>> Acesso em: 10 jan. 2019.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do Ciborgue: As Vertigens do Pós-humano**. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de, BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, PELLEGRINO, Antonia. Política Representativa. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 2009.

LEVY, Piérre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34. 1997. Tradução de Carlos Irineu da Costa.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O Livro Reportagem como Extensão do Jornalismo e da Literatura**. 4 ed. São Paulo: Manole. 2008.

LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. In: **Revista FAMECOS** (Online), v. 21, p. 897-917, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/18660>> Acesso em: 19 dez. 2019.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANOVICH, Lev. **El lenguaje de los nuevos medios de comunicacion**: La imagen en la era digital. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

MATTELART, Armand. Para que “nova ordem mundial da informação?” In: MORAES, Denis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

MAZZARINO, Jane; MIGUEL, Katarini G. Midiativismo em processos de comunicação ambiental engendrados por organizações ambientalistas: discussões e proposições. **Contracampo**, Niterói, v. 36, n. 02, 114-132, ago/nov, 2017.

MEDEIROS, Kalianny Bezerra de. **Análise da cobertura jornalística em redes sociais digitais: o acontecimento rebelião em Alcaçuz veiculado nas lives do Facebook**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Comunicação Social - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Natal, Rio Grande do Norte, 2018.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard, PELUCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, 259-269, 2007.

MIGUEL, Katarini Giroldo, SANTOS, Letícia de Faria Ávila. Transformações do jornalismo e relações de gênero: análise do ciberfeminismo midialivrista dos portais AzMina e ThinkOlga. In: **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018.

MORAES, Denis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

MOREIRA, Mariana, MONTEIRO, Yzadora, OMS, Carolina. Eu moro na luta: quem são as mulheres que lutam por moradia no Brasil. **Revista AzMina**. São Paulo, 26 de maio de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/eu-moro-na-luta/>> Acesso em: 25 dez. 2019.

OLIVEIRA, Ellen Hilda Souza de Alcântara. **Mulheres negras vítimas de violência obstétrica: estudo de um hospital público de Feira de Santana – Bahia**. Dissertação de mestrado. Instituto Nacional de Saúde da Criança, Mulher e Adolescente Fernandes Figueira – IFF/RJ. Departamento de Ciências - Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e Mulher, Rio de Janeiro, 2018.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias & PALACIOS Marcos (Orgs). **Modelos do Jornalismo Digital**. Salvador: Editora Calandra, 2003.

PARENTE, Renata Escarião. Do midialivrisimo de massa ao midialivrisimo ciberativista: uma reflexão sobre as perspectivas de comunicação alternativa no Brasil. In: **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**, 2014.

PELUCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez, 395-418, 2012.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: **Diferenças, igualdade**. ALMEIDA, Heloisa Buarque de Almeida; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 118-148, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez, 2008.

QUEIROZ, Nana, LUNA, Juliana, COLETIVO AMAPOA. Racismo na passarela: como o preconceito se expressa na moda. **Revista AzMina**. São Paulo, 16 de julho de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/racismo-na-passarela-como-o-preconceito-se-expressa-na-moda/>> Acesso em: 24 jan. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RÍNCON, Omar. La narrativa en perspectiva de género. In: SANTORO, Sonia (Org.). **Sin nosotras, se les acaba la fiesta**: América Latina en perspectiva de género. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina: Bogotá, 2009.

RODRIGUES, Tamy, OMS, Carolina. Maternidade Lésbica: os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia. Os caminhos para ser mãe sendo uma mulher lésbica. **Revista AzMina**, São Paulo, 13 de maio de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/maternidade-lesbica/>> Acesso em: 06 dez. 2019.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. 2014. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa. **Diálogos Internacionais**: Reflexões Críticas do Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Perse, 2017.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias, GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. 30 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>> Acesso em: 14 nov. 2018.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, Heloisa Souza dos. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: análise do Think Olga e Revista AzMina**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2019.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila, MIGUEL, Katarini Giroldo. Ciberjornalismo, midialivrisimo e feminismo no portal AzMina. In: **Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, 2018

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Denis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

_____. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 5.ed. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Gislene, MAIA, Flávia Dourado. Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, São Paulo. Edição 10, ano 5, jul-dez, 2011.

SOUZA, Vanessa Cristine Zaccharias de. **Chega de Fiu-fiu: o papel do ciberfeminismo na construção do feminismo na era da web 2.0**. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010 (1988).

TÁSCON, Mario; QUINTANA, Yolanda. **Ciberactivismo: las nuevas revoluciones de las multitudes conectadas**. Catarata, 2012.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros)

UGARTE, David de. **El poder de las redes: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo**. Edipucrs, 2008.

VICENTIN, Carolina, BERTHO, Helena. Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua. **Revista AzMina**. São Paulo, 10 de setembro de 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/especiais/estado-e-religiao-uma-relacao-tao-antiga-quanto-promiscua/> Acesso em: 22 jan. 2019.

WILDING, Faith & Critical Art Ensemble. **Notas sobre la condición política del Cyberfeminismo**. 1997. Traducción: Ana Martínez Latorre.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Entrevista com a Diretora de Redação da Revista AzMina - Helena Bertho
Entrevista concedida pessoalmente no dia 24 de outubro de 2019.

Pergunta 1: O que vocês entendem por conteúdo jornalístico com perspectiva de gênero?

É a base do que a gente faz. AzMina surgiu pensando nisso: fazer jornalismo com perspectiva de gênero, num cenário que pra gente... A perspectiva de gênero sempre estava guardada para as revistas femininas e o jornalismo tradicional não fazia o recorte de gênero. Lá em 2015 era bem pouco, era bem pequeno isso. Nas revistas femininas, tinha toda a questão de ser um jornalismo bem sexista em geral; claro, não todo, mas tinha muito a coisa da dieta, da beleza, do sexo e só... E do resto não tinha esse recorte.

Sempre ia se falar de violência, nunca se fala de violência específica contra mulher. Femicídio ainda era crime passional. Parece que é muito distante mas ainda está muito próximo. A gente surgiu num meio-termo que era isso: a gente quer falar de feminismo, a gente quer fazer jornalismo, e a gente quer falar desses assuntos unindo as duas coisas de uma forma acessível e que leve a discussão de gênero para além das bolhas feministas e consiga trazer esse olhar, recortar; todo assunto pode ter um recorte de gênero. Fazer esse recorte para os assuntos. E o que eu acho do jornalismo de gênero... É a mesma coisa que política pública e gênero.

Quando você vai fazer política pública, você tem que pensar no urbanismo, na arquitetura, você tem que pensar em gênero também; onde colocar lâmpadas na rua para que a mulher se sinta segura na caminhada e não ser estuprada. No jornalismo é isso, você vai pegar... Não só gênero, raça, classe... Você vai pegar aquele monte de informação sobre a violência no Brasil: você pode só reportar que aumentaram ou diminuíram o número de assassinatos. Mas no cenário que aumentaram ou diminuíram os assassinatos, aumentou ou diminuiu o assassinato de mulheres? E mulheres negras?

Sempre olhar pra isso, entender essas questões que têm por trás e essa cultura mesmo, machista que permeia tudo que acontece na nossa sociedade. Você vai falar de futebol, você vai falar também que só os homens têm altos salários. Todo assunto dá pra você olhar e ver uma questão de gênero por trás, positiva ou negativa. No geral, a gente acaba indo pro negativo mas às vezes tem um recorte legal.

Pergunta 2: Como vocês se financiam?

AzMina tem toda uma história. A gente começou em 2015, lá a gente achou que “vamos fazer um *crowdfunding*, com um *crowdfunding* a gente faz um projeto acontecer, ele acontecendo naturalmente as marcas vão falar ‘que legal, eu quero falar com essas mulheres, vamos investir em vocês’ e tudo aconteceria”. Realidade: a gente fez um *crowdfunding*, foi muito difícil de fazer acontecer o *crowdfunding*. Aconteceu, a gente botou o site no ar, e ninguém veio oferecer o dinheiro pra gente. E a gente era um bando de jornalista, que não tinha a menor ideia de como captar recurso. Isso é uma das coisas que não se fala... Quando eu fiz jornalismo, não se falava. Até porque o cenário do jornalismo tá mudando muito né.

Quando eu estudei jornalismo em 2005, 2006, a perspectiva era sair da faculdade e entrar em um dos grandes veículos que já existiam e você ia receber o seu salário. Você nunca vai pensar em fazer algo acontecer. E hoje, cada vez mais, novos veículos surgem. Então, a gente não sabia como captar. A gente criou já logo no fim do primeiro ano uma assinatura recorrente para as pessoas

colaborarem mas era muito baixo o valor de assinatura. Primeiro, que a gente foi descobrindo coisas ao longo do processo. A gente surgiu já criando um CNPJ porque a gente já pretendia existir enquanto coisa existente, veículo real.

É uma ONG, AzMina é uma ONG, não tem fins lucrativos, acho que isso é importante de ressaltar porque apesar de não ter fins lucrativos, a gente sempre soube que precisava de dinheiro para existir. São coisas bem diferentes. Ninguém quer lucrar, mas quer remunerar trabalho. E só por existir já existe um custo muito alto por baixo, de burocracia, de contador, pra ter um site, servidor... Então, já tinha esse custo que a gente mal conseguia pagar com assinatura. Manter o jornalismo acontecendo dependeu por muito tempo de voluntariado, muito tempo. E que tem pró e contras; o voluntariado é incrível, tínhamos muita vontade de fazer e surgia mais gente de fora se oferecendo, só que é inconstante, instável, um tanto irresponsável porque a partir do momento que é um trabalho não remunerado, você pega o voluntariado e guarda ali na gavetinha pra fazer depois.

Então fez a gente passar esses primeiros anos muito oscilante, oscilante de matéria, tinha mês que passava o mês inteiro sem ter nada... Daí quando recebe, é de alguém que tem uma pauta, uma pauta por trás “Ah quero fazer esse conteúdo pra vocês...”. Sei lá, muita candidata a cargo político já se ofereceu pra fazer matéria pra gente. Não dá pra aceitar... Enfim, a gente trabalha com voluntariado e criou um programa de Bolsa de Reportagem no nosso segundo ano. Foi mais um *crowdfunding*, a gente levantando dinheiro pra fazer... Acho que foram 12 bolsas. Já foi muito difícil fazer, *crowdfunding* é muito difícil. Prometi pra mim mesma que nunca mais faria na vida. Porque não basta você botar o *crowdfunding* no ar e as pessoas vão colaborar. Como está saturado de pessoas pedindo dinheiro, fica cada vez mais difícil levantar.

Ainda assim, a gente tentou fazer um segundo programa de Bolsas de Reportagem, são as que você está analisando... Esse programa a gente já conseguiu um primeiro contato com a Open Society Foundation, que em geral financia muito tipo de coisa ligada a direitos humanos, mas uma dessas coisas é mídia independente. E daí eles toparam pagar uma parte das bolsas, o *crowdfunding* a gente levantou o resto, então deu pra fazer essa segunda série de bolsas, foram 7 bolsas, 7 ou 10. E tinha as assinaturas que ainda eram pouquinhas.

Em 2017, a gente estava no ar há 2 anos, nesse esquema fazendo as Bolsas de Reportagem; logo que acabou esse *crowdfunding*, tava todo mundo muito esgotado, no limite. Tinha uma coisa muito forte das meninas da equipe arrumarem emprego, e daí quando arruma emprego some, para de colaborar, fica tudo o peso nas costas de uma... As pessoas estavam muito esgotadas, e a gente ficava tentando se financiar; teve um tempo muito da gente tentar encontrar caminhos de se financiar, “ah vamos dar cursos em empresas?” A gente fundou uma área educacional, só que a gente não tinha gente capacitada pra isso, então ia, formatava o curso e não sabia pra quem vender.

E ficou nisso, assim, a gente não sabia o que fazer, em 2017 a gente sentou e conversou e viu que estava insustentável, a maior parte das pessoas estavam até brigando, porque começa a ficar muito desgastante. Todo mundo saía do emprego e ia fazer AzMina a noite, de madrugada, no final de semana; reuniões intermináveis, estava muito burocrático. Foi quando a gente falou “ok, não está dando, a gente precisa rever isso, vamos pensar o que AzMina quer ser enquanto instituição, né”. “A gente é só um veículo? A gente é uma empresa corporativa? Fornece educação pra empresas?”.

Pergunta 3: Quantas pessoas era a equipe nessa época?

Foi bem oscilante, entre 7 e 8. Daí tinha isso, no nosso estatuto... No nosso começo, foi muito assim, “vamos fazer”... Então nosso estatuto era assinado por gente em Portugal, toda a burocracia era complicadíssima... Numa dessas reuniões “vamos simplificar e deixar o mínimo de pessoas possível, no papel, pra que quando precisar resolver e assinar uma burocracia...” Porque tudo demorava 3 meses pra acontecer. E abrir uma ONG é muito papel, muito contrato, assina ata,

estatuto... Tudo tem que ser assinado pelo menos três pessoas. Então é uma burocracia que a gente vai aprendendo fazendo, e errando. Aprender contabilidade... Era eu que cuidava. Primeiro, era a Nana que cuidava da contabilidade, que pra ela era “o extrato do banco serve”. Eu comecei a fazer umas tabelas do Excel e entendia... Daí quando a Carol, no fim de 2017, ela trabalhava no Valor na época, quando a gente começou, ela colaborava como dava... Ela foi morar na Índia, ela separou, voltou pro Brasil, tava sem emprego, virou e falou o seguinte “eu tenho pensão, meu ex-marido vai me sustentar por um ano, e eu posso usar esse um ano pra botar AzMina no eixo. Se acabar a pensão e a AzMina não estiver funcionando enquanto organização que paga, pelo menos as pessoas que trabalham, a gente acaba”.

Então 2018 foi o ano que a gente parou pra botar ordem na casa e virar e focar, foi o ano que a gente menos produziu conteúdo. Focar em ser sustentável. Porque estava insustentável. Foi o ano que eu finalmente entendi o significado da palavra sustentabilidade para empresas. Não tem nada a ver com ecologia. E eu achava que uma empresa sustentável tinha uma coisa de reciclável. Quando ficou insustentável eu entendi o que é o sustentável. E daí a gente começou a ir atrás, a Carol principalmente...

Seguimos com voluntárias ainda nesse ano, tinha as voluntárias, as bolsas de reportagem pra sair, que atrasaram muito nesse processo todo, em 2017, as bolsas todas atrasaram... E 2018, a Carol começou a ir atrás disso. E por ter trabalhado com jornalismo econômico, por ter uma cabeça bem mais matemática, ela começou a botar ordem na casa, tipo, desde pegar todas as planilhas e notas fiscais, e organizar tudo que a gente tinha deixado caótico... E de começar a pesquisar, sentar com gente de outras iniciativas e falar “como vocês se financiam?” “Como isso pode ser feito?” E ainda assim a gente teve todo um processo de aprendizado...

A gente apostava muito em empresa... “Vamos conseguir patrocínio de empresa; como a gente faz pra isso não interferir no nosso jornalismo?” e tal... Mas depois a gente foi percebendo que as empresas tem um pouco, de desenvolvimento muito pequeno, porque o feminismo ainda... tá na moda enquanto ele puder ser o *pink wash*; se você não se comprometer, se você não puder falar “não, eu não vou tocar nessas feridas”, ninguém vai botar dinheiro. E daí começamos a fazer reunião, pesquisar fundos, editais, formas de viabilizar, de deixar sustentável. E foi o ano inteiro assim, de muito aprendizado, tentando... A Carol dedicava, trabalhava no Uol, na época, fazia o que dava... A Taís, que nem era uma das fundadoras, mas fazia de freela e começou a se dedicar, ela que manteve o jornalismo funcionando ano passado... E o resto das meninas foram todas se afastando porque elas tinham arrumado seus empregos, não tinha mais condições. Porque a gente fala menina, e não mulher, né... Foi muito engraçado porque fim de 2018, a gente conseguiu fechar nossa primeira grande parceria.

Ah, uma outra coisa anterior. Em 2017, bateram na nossa porta uma menina falando “ah, eu desenvolvi um aplicativo sobre violência doméstica, o Penhas, e eu preciso de um CNPJ pra eu conseguir um financiamento pra ele. Vocês topam ser esse CNPJ?” “A gente topa, bota uns 1000 reais pra gente”, a gente emprestou o CNPJ. Só que daí chegavam os e-mails do fundo, “tem que prestar conta”, e a gente ia fazendo de qualquer jeito. Quando a Carol assumiu, ela virou e falou “Que que isso? Que que é esse aplicativo que a gente não tá cumprindo o prazo dos editais que a gente ganhou? Que não tá entregando, tem que entregar relatório financeiro que eu nem sei quem tá fazendo os pagamentos”... Daí foi quando a Carol também abraçou o Penhas, começou a gerir ele, junto com a Marília, que era a criadora, mais ordem na casa, o Penhas passou a ser da AzMina de fato... Trocou de empresa, começou, enfim, a ir atrás. Então, a gente tinha o Penhas ali, sendo desenvolvido, em 2018... E por enquanto era isso, ele se bancava, não entrava dinheiro pra AzMina.

Daí, a Carol conseguiu no fim de 2018 nosso primeiro grande projeto, uma parceria com a Uber, que eles iam pagar, patrocinar um programa nosso pro YouTube de entrevistas. Pra gente, foi

uma festa. Foi no fim de 2018. Aconteceu em 2019 o programa. Foram 6 vídeos, entrevistas, super simples, mas bem legais, porque pela primeira vez a gente fez um negócio bem feito com dinheiro. Duas câmeras, microfone, iluminação, foi lindo... E foi legal porque desde o começo a gente determinou que o conteúdo era nosso, só seria patrocínio do Uber, não teria relação de publi, que rola com frequência, foi bem legal. No fim de 2018, a gente também... Começou 2019, a gente tinha se inscrito em um monte de edital, fundos, programas, mas nada garantido assim. 2019 foi o ano que começou a acontecer, de saber que, numa Cash, um fundo internacional pra mulheres, que financiava o aplicativo, decidiu financiar AzMinas, dar um dinheiro pra gente continuar fazendo jornalismo.

A gente inscreveu o aplicativo num fundo chamado Fundo de Mulheres do Sul pra desenvolver a segunda versão; pra lançar a primeira a gente já se inscreveu pra segunda, porque a gente viu que teria problemas na primeira. Ganhamos esse concurso, veio uma verba... A Open Society, a gente falou “ah vocês financiaram a bolsa, não querem financiar AzMina?”. E foi bem interessante porque a Open Society virou e falou “mostrem o plano de negócios de vocês”. “Que que é plano de negócios?” Tivemos que fazer. Daí eles falaram “Então, se vocês forem só se manter por fundações, a gente não vai financiar vocês, porque vocês podem retirar a qualquer momento. A gente quer financiar vocês pra vocês se tornarem sustentáveis de outras maneiras”.

E foi esse chamado da Open Society que fez a gente começar a pensar a reformular nossas assinaturas, a gente migrou pro Catarse, começou a fazer campanha de assinatura, e pensar outros planos, outras formas de falar com empresas que não sejam conteúdo, né, então palestra, consultoria pra campanha – porque a gente desde o começo apresenta campanhas de conscientização. E coisas desse tipo, e fundos, e editais, não necessariamente de fundos – editais de empresas, de governo, editais diversos. Fontes diversificadas de recursos. Daí a Open Society também patrocinou a gente... Então, foi assim que a gente começou a entrar em abril de 2019... A Carol estava quase largando o osso porque o prazo dela era até dezembro, mas ela aguentou até abril, eu também estava nessa época, fazendo AzMina no que dava, fazendo uns freela que eu tinha saído do Uol, estava com freela...

E daí em abril começou a entrar esse dinheiro e aí a gente falou “ok, finalmente agora a gente pode se remunerar decentemente pelo trabalho”. E daí eu, a Carol e a Thais, que estávamos trabalhando fixo, e hoje a gente tem uma redação pela primeira vez na vida. O que é isso? Tudo isso que a gente recebeu de fundos e editais garantem até o ano que vem, o que é muito pouco. Então a gente já está trabalhando em pensar formas de financiamento pro futuro, trabalho constante. Hoje em dia a gente quase faz mais isso do que jornalismo. Como a gente pode aumentar a assinatura do Catarse? Que tipo de produto a gente pode oferecer pra empresa? Vamos inscrever em Lei Rouanet? Criar documentário? Vamos fazer evento? E a gente fica o tempo todo tendo ideias, vendo o que a gente pode viabilizar ou não, e acho que é isso.

Pergunta 4: Queria que você falasse um pouco do Conselho Editorial de [Leitor@s](#), qual a importância dele pra Revista e de que forma ele pode ajudar nas temáticas?

O Conselho de [Leitor@s](#) é todo mundo que colabora com a gente ou já colaborou no passado, a gente não exclui. É conselheiro. As pessoas são bem menos ativas do que a gente gostaria. A gente esperava que as pessoas participassem mais. A gente tem um Conselho real que são meia dúzia de pessoas que estão sempre acompanhando, mandam e-mail, criticam, sugerem... Estão ali o tempo todo. A grande maioria das pessoas não se importa... Mas a gente tem um outro Conselho indireto que são as leitoras, que não são do Conselho mas que são bem ativas de criticar e sugerir. De mandar pauta, de criticar pauta...

Por exemplo, a gente publicou uma matéria que era sobre poupar dinheiro pra Previdência⁷¹, já que a Reforma ia ser aprovada. E a gente fez toda focada em investimentos, como guardar... Uma arte falando “mesmo que seja pouco, guarde, todo mundo consegue guardar”. Destruídas nas redes sociais. “Como, até parece que vocês não sabem que tem gente passando fome”. Daí a gente “verdade, vamos fazer um mea-culpa, de sugestão de como abordar dinheiro dessa perspectiva e tal”.

Então é isso, nossas leitoras acabam sendo muito mais Conselho do que o Conselho Editorial dos colaboradores. Mas é bem ativo, a gente tem uma rede muito ativa de pessoas que estão fiscalizando nosso trabalho, criticando e sugerindo, o que pra gente é um ponto muito importante pra não ficar centrado no que a gente está fazendo. E pra gente tem uma outra questão importante que é transparência. A gente publica tudo... Essas pessoas que são do Conselho Editorial recebem e-mail todo ano com nosso relatório de atividades, de onde veio o dinheiro, pra que foi usado... O mesmo que fica disponível no nosso site pra quem quiser ver. E óbvio, se alguém pedir pra gente abrir mais a gente vai abrir, tenta deixar ele acessível, compreensível mas também transparente.

Pergunta 5: Como vocês se identificam? Mídia alternativa, midialivrista, independente?

Honestamente, a gente não sabe como se identificar. Até porque todos esses conceitos são muito novos e pra gente que está fora da academia, não sei... Jornalismo independente, mas teoricamente todo jornalismo é independente... Mas a gente se identifica como jornalismo feminista, com causa, a gente sempre deixou claro, é um jornalismo que tem um enfoque de combater a violência de gênero. Mas não tem um termo assim.

Pergunta 6: De que maneira vocês se veem diferentes dessa mídia mais convencional e hegemônica?

Acho que tem algumas coisas, tem a militância... Um dos primeiros pontos, a gente é ativista. Não é só feminista, a gente quer causar impacto social e mudança no mundo, então a gente não tem problema nenhum em fazer uma campanha, como a gente se posicionou claramente contra o Bolsonaro, não era uma questão... um problema editorial, muito pelo contrário; pra gente era muito importante deixar claro para os nossos leitores que a gente estava contrário, por tais e tais argumentos somos contra. Então acho que é isso, a gente se posiciona, a gente é ativista, é importante. A gente nunca deixa de ser jornalismo. Isso é essencial de ressaltar porque as pessoas acham que por você ser ativista não pode ser jornalista. A gente segue todos os padrões de boa apuração e reportagem base de jornalismo, a gente só deixa claro pra quem tá lendo de onde parte. Afinal é escolha de palavras, escolha de pautas já é um posicionamento. Então, a gente parte pra escolher pautas partindo desse lugar aqui que é o nosso.

A gente é feminista, a gente quer combater violência de gênero, a gente é feminista interseccional, tem tais e tais relevâncias. Acho que a gente se diferencia por uma questão de liberdade, porque os veículos tradicionais todos eles são ligados a grandes conglomerados que têm outras pessoas decidindo, então, a gente tem liberdade de tomar uma decisão, de fazer uma coisa sem muito medo...

71 FOLEGO, Thais. Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: Reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é preciso começar se planejar o quanto antes. Revista AzMina. 22 de outubro de 2019. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/passo-a-passo-de-como-guardar-dinheiro-para-a-aposentadoria/> > Acesso em: 20 dez. 2019.

Um exemplo bem claro, eu participei da criação do Universa, do Uol. Trabalhei lá até meio do ano passado. Eu tentei publicar matéria sobre aborto lá, explicando como usar Misoprostol, e eles falaram “isso é um absurdo”. É óbvio que é um absurdo, do ponto de vista deles, você vai estar dando uma informação ligada a um comportamento que é contra a lei, então... Na AzMina não, a gente acredita que isso é relevante pra sociedade, isso é informação pública mas tá desorganizado, vamos facilitar o acesso das mulheres que isso é importante pra elas? Vamos. Não é uma grande discussão. Tem uma facilidade de passar pautas, fazer pautas e acho que a gente se difere um pouco dos outros em questão de diversidade, de linguagem... Mas eu acho que o cor mesmo é o fato da gente se posicionar, de ser ativista, isso direciona tudo que vai ser feito, direciona a escolha de palavras... E isso acaba diferenciando a gente dos outros veículos.

Pergunta 7: Como vocês veem o público-alvo de vocês?

Esse é um dos nossos dilemas. A gente tem o público-alvo que a gente gostaria de ter e a gente tem nosso público real. A gente gostaria de falar com todas as mulheres, independente delas se considerarem feministas, principalmente as mulheres que sofrem violência de gênero, de alguma forma, e a gente direciona muito nosso conteúdo, faz um esforço... Tem pautas que a gente publica que tem gente que olha e fala “mano, que século é hoje?” sabe... Que é um conteúdo muito simples, pra atrair as pessoas que pensam diferente e tal. Quem ainda acha que não é feminista, mas por acaso apanha do marido, vamos tentar trazer essa pessoa pra cá.

Esse é o sonho, que a gente gostaria de fazer, que tem se esforçado pra fazer, principalmente depois das eleições. Quando a gente viu que estávamos lá discutindo Teoria Queer e o nosso país estava discutindo mamadeira de piroca. Tinha uma discrepância muito grande, foi a hora que a gente virou e falou “a gente precisa nivelar com o que o Brasil tá falando”, e não ficar aqui do alto de uma prepotência de discutir se o gênero é ou não biológico, não sei o que, enquanto as pessoas estão acreditando que o Haddad distribuiu mamadeira de piroca pra transformar as crianças em gay. A gente viu que a gente precisava descer, descer não de rebaixar, mas de voltar alguns passos pra algo que pra gente era muito básico, em relação a gênero, e não é. Então, a gente tem feito reportagens bem “O que é violência doméstica? O que é relacionamento abusivo?” coisas bem simples, mas que são relevantes. E isso tem trazido um público novo, a gente percebe muito pelos acessos, pelos e-mails, mensagens que chegam, principalmente sobre aborto, porque a gente fala muito de aborto, com uma pesquisa mostrou que toda mulher aborta, né.

Então, elas chegam até a gente pelo Google, por “como abortar” e tem depoimento... Muito antes da gente fazer essa matéria agora, tinham depoimentos de mulheres e tal. Então chega muita gente até a gente por causa disso, gente de muitos perfis diferentes do que a gente tá acostumado. Mas a nossa leitora padrão, ela é mulher, ela é jovem, tem entre 15 e 35, 40 anos... Elas são mais do sudeste, bem mais, mas tem do Brasil inteiro, mas concentram São Paulo e Brasília, e é isso. Esse é o público mais padrão e mais fiel assim. E desde setembro, a gente tem um grande público de homens que nos odeiam, mas nos seguem fervorosamente pra nos xingar⁷².

Pergunta 8: Qual a importância de mídias independentes, desse papel jornalístico por trabalhos como os de vocês?

72 Referência aos ataques virtuais ocorridos em decorrência da publicação da reportagem: BERTHO, Helena, FOLEGO, Thais. Como é feito um aborto seguro? A Organização Mundial da Saúde recomenda o uso do Misoprostol ou a aspiração intrauterina como métodos seguros para abortar. Revista AzMina. 18 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/como-e-feito-um-aborto-seguro/>> Acesso em: 12 jan. 2020.

Acho que tem uma questão muito forte do jornalismo brasileiro... Existe o jornalismo que cobre política, que cobre pautas mais gerais, ele é muito forte, muito ativo ainda, tem coisas muito interessantes acontecendo. Mas o recorte de gênero, principalmente nos últimos anos, ficava muito pautado a questões quase de jornalismo de entretenimento, você lia pra se divertir e não pra informar. Então, acho que o papel de ter mídias independentes nesse sentido é primeiro de trazer os assuntos como política, violência e tal, a gente fala demais dessas coisas, para o recorte de gênero, de maneira independente e não comercial; porque o jornalismo feminino estava muito ligado a indústria da beleza, né, era financiado pela indústria da beleza, então ele tem esse *mindset* de moda e beleza... E agora tem, de uma forma geral, esse jornalismo, livre, independente, que traz outras pautas, outros olhares, né, acho que isso é essencial.

As pautas do jornalismo de uma grande redação você vai ficar cobrindo Brasília, e as grandes atrizes, novela, e não acaba vindo pro mundo real, pé no chão e acho que ter.. Enfim, AzMina, a gente... Acho que tem outros exemplos de jornalismo local, iniciativas que estão sendo periféricas, trazer jornalismo de outros lugares que não é feito se não for assim. Sei lá, acho que o Brasil está vivendo um grande crescimento desse tipo de mídia exatamente pela crise do jornalismo tradicional. Não digo bom, porém importante.

Pergunta 9: Sobre a equipe, foi uma escolha ser jornalistas mulheres?

Sim, desde o começo a gente sempre teve claro de ter jornalistas mulheres... Repórter homem: só se doar reportagem. “Você está doando seu trabalho? E está bom? Está realmente jornalisticamente...?” Não vamos recusar. Aconteceu só uma vez. Um homem veio doar uma reportagem pra gente, era um repórter muito específico, cobria causa indígena, na Amazônica. Era uma matéria focada em mulheres indígenas sobre gênero. Mas era um cara que tinha essa pauta, doou, tava boa a matéria... Mas... Primeiro pelo olhar e pelo recorte, segundo se a gente vai remunerar, a gente vai remunerar mulher. De preferência. Porque as fundadoras são grande maioria brancas. A gente teve duas negras. Quem pode, quem pode abrir ONG, tem o mínimo de condição social...

Então a gente tá tentando diversificar agora, tendo dinheiro, trazer mais mulheres negras pra equipe, no momento a gente está em 4, são 3 jornalistas formadas e uma estagiária. Duas brancas e duas negras tentando melhorar, fazer freela... São escolhas: se a gente vai pagar, vai pagar mulheres, de preferência, mulheres negras, mulheres trans. A equipe fixa são quatro, eu, a Thais e a Carol somos as diretoras jornalistas, e a estagiária Susana, coitada, que se fode com três chefes. Mas tem coisas que são homens que fazem pra gente. O programador é homem porque a gente muita dificuldade de achar programadora mulher que pudesse fazer pra gente pelo preço que a gente podia pagar. Que é irrisório. Então, teve algumas coisas ao longo do caminho que foram homens; cada vez mais tem sido mulheres, principalmente porque... o crescimento, todo esse rolê feminista que tem tido desde então tem formado mais programadora, mais design, está crescendo, muito mais fácil de achar profissionais mulheres hoje em dia.

Pergunta 10: Sobre as colaboradoras, de que áreas elas são, como foram pro Portal?

Temos as colunistas, a gente convidou algumas delas no começo, outras se ofereceram... Por serem boas, terem bons textos... A gente tentou e tenta sempre ter diversidade de colunistas mas elas não são remuneradas, então tem aí um limite do que a gente consegue sem remunerá-las. Tem designer, é nossa designer desde sempre mas ela não é fixa, ela colabora fixamente com AzMina mas tem outros trabalhos, tem o estúdio dela, então a gente é uma das coisas que ela faz. Tem a Rede Feminista de Juristas, são advogadas... Tem gente de tanta coisa, tem jornalista, tem

administradora, tem gente que eu não tenho a menor ideia da profissão, tipo a Rebeca, ela escreve sobre ser mulher cigana, sinceramente eu não sei qual a profissão dela, agora que você falou eu parei para pensar. Tem musicista que escreve sobre cultura, enfim, já teve socióloga, já teve filósofa, é bem diverso até porque colunista é isso, a ideia é trazer gente que traz olhares, opiniões diversas das nossas.

Pergunta 11: A maioria da equipe trabalhou mas não trabalha mais com outros veículos?

Começou assim, todas jornalistas estavam trabalhando em algum lugar e até hoje é, todo mundo com experiência, algum tipo de experiência.. É que já passou tanta jornalista pela AzMina que tem todo tipo de diversidade possível. Tem as fundadoras que são todas jornalistas experientes, somos ainda, algumas saíram. Tem freelas, que aí já pegamos gente experiente, gente super novata, mas que trouxe uma pauta super legal. Tem gente que nem jornalista era, que escreveu reportagem, tipo a Djamila Ribeiro escreveu uma reportagem mas não é jornalista. E tem as Bolsas de Reportagem que daí esse ano foi a primeira vez que a gente decidiu pegar pessoas com experiência, não necessariamente em veículo, mas com experiência porque foi um problema que a gente teve na última edição, muita gente que não era experiente, teve muito trabalho pra entregar boas reportagens... Enfim.

Pergunta 12: Sobre as temáticas: qual a importância dessa interseccionalidade nas pautas de vocês?

Qual não seria a importância? É essencial quando a gente está falando de jornalismo, entender que não existe um ser humano só. A gente já parte do pressuposto de que existe uma desigualdade de gênero, e é inevitável pra gente, uma vez que você começa a atuar com gênero, você não percebe que existe uma desigualdade entre as mulheres por causa do racismo. E por causa de classe. E por causa de outros recortes, lgbtphobia, mulheres trans... deficiência...

Então, a gente percebe que não existe uma só mulher, quando você vai fazer uma reportagem e tentar analisar os porquês por trás de uma violência, os porquês por trás de uma desigualdade e entender de que mulher é essa que a gente está falando. Por exemplo, o erro que a gente cometeu de falar que mulheres em geral acham que não sabem guardar muito dinheiro⁷³, mas mulheres podem. Que mulher eu to falando? Da mulher branca, de classe média. A mulher negra, de periferia, pobre talvez não consiga mesmo guardar dinheiro, por mais que ela queira. E tinha que ter sido mais interseccional essa pauta mas não foi, tinha que ter tido esse recorte.

Eu acho que é essencial, inclusive toda vez que a gente vai fazer uma matéria “mulheres morrem mais que homens em x situações”. E mulheres negras? E mulheres... A gente tenta. Até porque se a gente não faz, as nossas leitoras ficam muito bravas. “Mas e as negras?”

Pergunta 13: Como funciona a rotina de produção?

A gente não tem um processo bonitinho igual uma redação normal, assim, faz 3 meses que a gente existe como redação. Então, eu posso falar de como era antes e como é hoje. Como era antes: acontecia. Alguém sugeria uma pauta, a gente sempre foi muito online, a gente discutia e as pautas podiam vir de leitores, vir de amigas, de parentes, o que não faltava era gente sugerindo pauta pra gente. Ou de outras jornalistas, quando a gente conseguia ter algum dinheiro pra pagar freela e tal.

73 FOLEGO, Thais. Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: Reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é preciso começar se planejar o quanto antes. Revista AzMina. 22 de outubro de 2019. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/passa-a-passo-de-como-guardar-dinheiro-para-a-aposentadoria/>> Acesso em: 20 dez. 2019.

Ou no caso das bolsas de reportagem, como parte do processo de jornalistas interessadas de fazer. Daí a escolha da pauta era entre nós, quem estava na equipe, cada momento foi uma, uma entrava, outra saía, quem estava mais fixa, olhava, pensava se valia a pena ou não. Daí a execução era remota, cada uma... A repórter fazia de onde ela estivesse, como dava, ainda é bem assim. E depois vinha pra editora.

Pergunta 14: Essa produção era mais via internet, telefone, na rua?

Varia de situação. Muito já foi feito por telefone, muito já foi feito direto na rua, direto em comunidade. Acho que nesse ponto a gente não consegue virar e falar “esse é o processo”, porque ele... Os processos. Porque tem muito freela, colaborador, muito voluntário, e cada um tem o seu processo. Aí as Bolsas... Acho que as que você pegou pra analisar não tá as meninas de Minas né? Exploração sexual de meninas menores de idade nas rodovias de Minas Gerais. Foi do ano interior. A repórter foi, pegou o carro e percorreu as rodovias parando nos postos de gasolina pra falar... Tem matéria que é com especialista mesmo; no ano passado que é que é a tal da ideologia de gênero, falada por telefone. Varia muito como a gente faz. Esse ano eu passei uma semana morando numa casa abrigo. Depende do que a pauta pede.

Tem pauta que não dá pra fazer da redação. A gente não tem dinheiro. Então, se dá pra fazer da redação, vai fazer da redação. Se envolve viagem, isso derruba muita pauta pra gente. Se envolve viagem, se envolve custo de deslocamento. Mas tem pauta que só dá pra fazer se você estiver fisicamente no local. Tem pautas que você perde 90% do que ela poderia trazer... Então é bem diverso.

Hoje em dia ainda é muito parecido com isso, a diferença é que a gente tem reunião de pauta e quem decide somos nós três, eu, a Carol e a Thaís, e a Marília, que também, tem um emprego, trabalha com o aplicativo mas ela participa bastante da tomada de decisão, a gente decide junto qual trabalho que vale. A sugestão continua vindo de tudo e quanto é lugar possível e imaginável. Estou dormindo no sábado e me mandam “Oi Helena, sou fulana, aqui de Salvador e tenho essa sugestão de pauta”. Querer eu queria xingar, mas a sugestão é muito boa, então segunda-feira a gente conversa... E a execução continua sendo isso.

A gente tenta diversificar, trazer jornalismo que não só de São Paulo. A gente está em São Paulo fisicamente e a gente não quer fazer jornalismo só sobre São Paulo. Então, além das Bolsas de Reportagem, teve isso de pegar gente de fora de São Paulo, trouxesse olhares sobre outras realidades de mulheres que não urbanas...

A gente tá fechando parcerias com outras iniciativas de jornalismo mídia independente pra fazer acontecer matérias de fora da nossa realidade. A Énois, a gente fecha com eles, pra repórteres deles trazem pautas pra gente... Tem uma iniciativa lá de São Paulo que chama Mulherias, que são mulheres de várias periferias de São Paulo que juntas produzem como uma agência de conteúdo, que trata elas pra produzirem reportagens pra gente. E isso são tentativas, a gente tenta trabalhar muito em rede, acho que é uma das coisas centrais que a gente... Quando você trabalha em redação, você enxerga os outros veículos, as outras iniciativas como inimigos. Pra gente é o contrário. Todo e qualquer outro veículo, inclusive os grandes, que são parceiros.

Pergunta 15: Aproveitando o gancho, fale um pouco das republicações, vem de uma busca por visibilidade, alcance de outro público, como que vocês veem?

Desde o primeiro dia, AzMina surgiu, a gente nunca vai ter *paywall*, nosso conteúdo vai ser grátis, porque não faz sentido você combater violência de gênero botando um limite financeiro. A gente vai ser *copyleft*, a gente quer que essa informação, esse conteúdo é de utilidade pública, quer

que ele chegue ao máximo de pessoa possível. A gente achou que isso seria suficiente no começo. “Tá lá, pode copiar, sem problema”. Ninguém copiava. Daí a gente descobriu que tinha que ir ativamente atrás de pessoas que publicassem.

Primeiro que republicou foi o The Huffington Post, eles não publicam mais porque criaram a própria editoria de gênero. E daí esse ano, eu quando estava no Uol, sem contar pros meus chefes, republicava AzMina lá porque... E depois foi fazendo outras parcerias. As parcerias são centrais, com os veículos grandes, porque eles têm um alcance que a gente nunca vai ter, nunca assim. Você bota uma coisa na *home* do G1 e do Uol, sorrindo, em uma hora, três vezes o número de pessoas que acessa a gente no mês vai ler. Então, pra gente isso não tem preço assim, a gente dá conteúdo de graça pra eles. A gente dá, a BBC cobra pra fazer a mesma coisa.

Sempre tivemos (republicação), com o Huffington Post fazíamos em 2017. Mas é que a gente não era ativa, em ir e “republiquem”, achava que viriam até o nosso site ver o que tem de bom, eles não fazem... Eles são muito preguiçosos. Não basta ser de graça, não basta ser incrível, você tem que ir lá, e mandar “Olá Uol, veja essa reportagem aqui, Olá Marie Claire, olha que reportagem legal, não quer republicar?” E daí eles falam quero. Mas eles não querem ir lá no nosso site e copiar o texto; tem que tirar a formatação, mandar pra eles no Word, as fotos separadas com a legenda... Como se fosse um freela. E aí eles republicam. Mas esse ano a gente fez uma iniciativa, está fazendo ainda, de ir até os veículos... “Oi, quer republicar?” O que é bem trabalhoso, mas que vale a pena.

Pergunta 16: Como funcionam as bolsas de reportagem?

A gente já fez três edições; o foco da Bolsa de Reportagem é trazer pautas que não estariam na gente se não... E tem uma coisa da AzMina de que a gente não existe pra crescer, por si só, a gente existe pra gerar um conteúdo, então não faria sentido pra gente termos um dinheiro pra produzir reportagem e “vamos só nós produzir e ficar aqui no nosso clubinho?” Não faria sentido, a gente quer trazer gente nova, novos olhares, sobre o que é ser mulher no Brasil. Das outras Bolsas de Reportagem, elas nem tinham dinheiro. As pessoas sugeriram uma pauta pra depois fazer o *crowdfunding* pra depois ter o dinheiro. As loucas que quiseram participar disso mas tudo bem. Dessa vez a gente tinha um dinheiro que veio...

As bolsas de 5 e 6 mil. A gente dá o dinheiro pra repórter e elas decidem como usar. O orçamento é parte da inscrição, se a repórter vira e fala “vou pro Afeganistão, não sei o que”. Você vai perder dinheiro, essa pauta não é viável para nossa Bolsa de Reportagem, e você tem que ser remunerada. Tem que ser uma pauta que além de cobrir os custos de reportagem, remunerar a repórter. Esse é um dos critérios principais: viabilidade da pauta. Tem gente que sugere umas coisas que você fala “gente”... Mas aí esse ano tinha o fundo, a gente fez, o foco era trazer gente diferente, olhares diferentes...

Os outros anos também teve isso mas eu não participei da seleção. Nos outros anos, o foco foi muito mais pra pauta, vamos escolher as melhores pautas e a partir delas, quem for que sugeriu, que venha. Vieram sugestões de pautas muito boas, algumas jornalistas não tão boas, deu um certo trabalho. Esse ano a gente pediu pra mandar portfólio, contato, a gente prezou por gente experiente, na questão de bom jornalismo... Porque não é uma escola. A gente com frequência se põe na função social de ajudar novas jornalistas e formá-las, mas a gente percebeu que tem horas e jeitos de fazer isso e a Bolsa não é um deles. A Bolsa é de produzir conteúdo. A gente nunca tem dinheiro pra fazer grandes investigações, então vamos fazer boas grandes investigações, com as melhores repórteres possíveis pra fazer isso. Então, experiência foi muito importante. Sugestão de pauta, claro, a experiência... As pautas muito se repetem, gente que sugeriu a mesma pauta, daí vai da pessoa, vai da experiência... Raça: mulheres negras sempre tem prioridade, e fora de São Paulo. Daí todas as

questões de viabilidade, de perceber que a pessoa sabe do que está propondo, que teve uma pesquisa mínima, que tem conhecimento, é isso.

Pergunta 17: Como você vê esse contra-movimento misógino nas redes?

A gente estava no paraíso da internet até um mês atrás. Era um paraíso e não-paraíso, foi o que eu falei, a gente estava da bolha e não conseguia sair da bolha. A gente só era lida, seguida e acompanhada por gente que pensa muito parecido. A gente sentia muita falta de levar o conteúdo pra gente que ainda não tinha chegado aquela informação. Por exemplo, uma das coisas de estar em rede era o quanto de gente que chegava em nós pela busca do Google para aborto. A gente percebeu que o maior acesso do nosso site no último ano foi pessoas buscando como abortarem. O segundo era alguma coisa sobre sexo, sexo sempre assim, alguma matéria sobre sexo. Sexo sempre dá audiência. A gente usa isso pra refletir.

Mas aí agora, foi a primeira vez que a gente viu o lado negativo da rede, que uma vez que você publica um conteúdo e ele cai em alguém que pensa diferente, ele pode gerar ataque⁷⁴. Mas que, ao mesmo tempo, gerou... A gente viu um outro lado incrível, de rede não no sentido de rede de internet, mas rede conexões. A gente foi muito apoiada. Automaticamente atacadas, ataque foi muito pesado, dentro e fora da internet. Toda a equipe do Intercept que não pode se posicionar publicamente, veio até a gente e se posicionou. A Abraji, Rede de Produção de Direitos Humanos, Repórter Sem Fronteiras... Todo mundo se mobilizou para oferecer apoio não só de posicionamento, mas de “oi, o que vocês precisam, como posso ajudar?” A Rede Feminista de Juristas... Que é uma das coisas que é muito engraçado da AzMina, porque se no nosso trabalho a gente fica equilibrando entre jornalismo e feminismo, nas nossas redes a gente se conecta com jornalistas e com feministas, com o movimento feminista.

Acho que a rede deixa vulnerável até um certo ponto, mas também te coloca em contato. É inevitável isso, quando você está na internet. Eu não vejo como um problema, mesmo com os ataques. Acho bom saber que isso está acontecendo, bom ver isso. Se você esquece que isso existe, “é tudo bem, que o mundo é bom”. Não é legal isso.

74 Referência aos ataques virtuais ocorridos em decorrência da publicação da reportagem: BERTHO, Helena, FOLEGO, Thais. Como é feito um aborto seguro? A Organização Mundial da Saúde recomenda o uso do Misoprostol ou a aspiração intrauterina como métodos seguros para abortar. Revista AzMina. 18 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/como-e-feito-um-aborto-seguro/>> Acesso em: 12 jan. 2020.